

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**IDENTIDADES FEMININAS EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK.
uma análise a partir dos Estudos Culturais em Educação**

MARCILENE FORECHI
PORTO ALEGRE, JULHO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IDENTIDADES FEMININAS EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK
uma análise a partir dos Estudos Culturais em Educação

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADORA

Prof. doutora Maria Lúcia Castagna Wortmann

MARCILENE FORECHI
Porto Alegre, julho de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Forechi, Marcilene
Identidades Femininas em Comentários no
Facebook. Uma análise a partir dos Estudos Culturais
em Educação / Marcilene Forechi. -- 2018.
253 f.
Orientadora: Maria Lúcia C. Wortmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Estudos Culturais. 2. Identidades Femininas.
3. Facebook. 4. Cultura da Conexão. 5. Redes
Sociais. I. Wortmann, Maria Lúcia C., orient. II.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IDENTIDADES FEMININAS EM COMENTÁRIOS NO FACEBOOK
uma análise a partir dos Estudos Culturais em Educação

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutora Maria Lúcia Castagna Wortmann (*orientadora*)

Prof. Doutora Cristianne Maria Famer Rocha

Prof. Doutor Edgar Roberto Kirchof

Prof. Doutora Lodenir Becker Karnopp

Prof. Doutora Maria da Conceição Silva Soares

MARCILENE FORECHI
Porto Alegre, julho de 2018

A

João, João Marcelo e Luis Miguel
Por serem caminhos, lugares e amparo.
Sempre!

A minha mãe,
que decidiu sair mais cedo.

AGRADECIMENTOS

Recomenda-se que sejamos breves nos agradecimentos e que sejam contemplados apenas aqueles que fizeram parte, de forma mais direta, da produção da tese. De qualquer forma, as participações indiretas foram tantas que não haveria espaço para mencionar todas. Então, por mais injusto que possa parecer, seguirei o protocolo.

Agradeço:

ao PPGEdU, por ter me aceitado nesse programa e ter me oferecido a oportunidade de cursar esse doutorado. Agradecimento que estendo aos funcionários do programa;
ao CNPq, pela bolsa de pesquisa que me permitiu alguma segurança durante o percurso;
a minha orientadora, Maria Lúcia, pela sabedoria, firmeza e seriedade;
aos professores e professoras que fazem parte do PPGEdU com quem tive a oportunidade de conviver. Agradeço, especialmente, à professora Rosa Hessel Silveira por te me acolhido tão generosamente nas atividades que realizou e no seu grupo de orientação;
aos professores Edgar, Lodenir, Cris e Conceição, por integrarem essa banca;
aos colegas e às colegas da linha de pesquisa em Estudos Culturais, com quem tive oportunidade de compartilhar experiências, angústias e muitos cafés;
às companheiras de orientação Claudia, Luciana, Gisele e Tatyana, pelo apoio;
ao grupo da *hashtag*: Luciana Paz e Liége Barbosa. **#PraTudoSempreHáUmaHashtag**;
a Andrea Locatelli, pelas conversas intermináveis, pelo apoio, pela escuta, pelo amor, pela confiança, pelas risadas...
a João, meu companheiro para tudo que não cabe no Lattes: vinho, prosa, sexo, amor, família, diversão, séries na Netflix, cinema no meio da semana, planos, projetos, tretas...
aos meus filhos, João Marcelo e Luis Miguel, lugares de amor, que sempre sabem o melhor de mim.

Alguém disse que Donald Trump é o que você obteria se
os do YouTube ganhassem vida e caminhassem pela
Terra, e há alguma verdade nisso.

(Henri Jenkins, 2016)

No centro da rede – todos estão no centro e na periferia da
rede –, eu vivo em conexão com a emoção das pessoas, as
sensações dos amigos, as redações dos estranhos, com a
informação do fluxo, as seleções produzidas pelas redes
sociais, o “enxame de impressões fugazes e voláteis”,
como você diz. Sinto, logo sou. Estou on-line, logo sinto.

(Zygmunt Bauman em diálogo com Ezio Mauro, 2016)

Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho
Que muito homem

(PAGU, Rita Lee)

RESUMO

Nessa tese discutiu-se a produção de identidades femininas em comentários produzidos no Facebook. A pesquisa foi desenvolvida sob inspiração dos Estudos Culturais em Educação em articulação com os Estudos de Comunicação e os Estudos de Gênero. Identidade e gênero foram conceitos centrais no desenvolvimento dessa investigação, na qual se argumenta que as representações de identidades femininas colocadas em destaque nesse ambiente digital atuam na produção de significados sobre o universo tido como feminino. Considerou-se que os comentários analisados se inserem em uma lógica comunicacional e cultural peculiar à cultura da conexão (JENKINS et al, 2015). O conceito de gênero, abordado a partir de estudos conduzidos por Scott (1995), Meyer (2004) e outros autores, foi entendido como um organizador social das diferenças sexuais e como um “saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (VÁSQUEZ, 2017). Foram analisados comentários postados nas páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora, no Facebook, relativos às hashtags **#EnemFeminista**, **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar**. Os comentários foram abordados como práticas culturais e o Facebook, como um artefato cultural. Maternidade, Violência e Empoderamento Feminino foram temas recorrentes nos comentários e para examiná-los foram definidas três categorias centrais intituladas: Mulher-Mãe, Mulher-Objeto e Mulher-Empoderada. Na abordagem Mulher-Mãe, percebeu-se como a maternidade é ainda configurada como um importante elemento identitário nas representações que circulam sobre feminilidades; na categoria Mulher-Objeto, focalizou-se a violência como um dos aspectos que reificam, de várias formas, as identidades femininas; já na categoria Mulher-Empoderada, considerou-se ter ocorrido a ampliação do campo discursivo relativo às atuações femininas, potencializada pelas mídias digitais e pelos usos que as mulheres passaram a fazer desses espaços, com discussões que integram a chamada quarta onda do feminismo, como, por exemplo, o assédio e a cultura do estupro. Cabe ainda indicar que perpassam os comentários analisados, menções a regras morais e a padrões de conduta que reafirmam interdições de várias ordens para as mulheres e reforçam antigos estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura da Conexão; Estudos Culturais em Educação; Facebook; Identidades Femininas; Redes Sociais;

ABSTRACT

This PhD dissertation discusses the production of female identities in the comments produced on Facebook. The research was developed inspired by the Cultural Studies in Education combined with the Communication Studies and Gender Studies. Identity and Gender are the main concepts in this investigation, which argues that the female identity representations highlighted in this digital environment act on the production of meanings about the universe seen as feminine. The analysed comments were considered as inserted in a communicational and cultural logic specific of the connection culture (Jenkins et al, 2015). The concept of Gender, approached from the studies made by SCOTT (1995), MEYER (2004) and other authors, is understood as a social organizer of the sexual differences and as a "knowledge that establishes meanings for the body differences" (VÁSQUEZ, 2017). The comments analysed were taken from Portal G1 and Zero Hora newspaper's Facebook pages and are related to the hashtags #EnemFeminista, #VaiTerShortinho e #belarecatadaedolar. The comments are approached as cultural practices and Facebook as a cultural artefact. Motherhood, violence and female empowering were recurrent themes in the comments, so three main categories were entitled: Mother-Woman, Object-Woman as Empowered-Woman. In the Mother-Woman approach, motherhood is seen as the unanimous identity element in the discussions about femininity; as for the Object-Woman category, violence was pointed as an aspect that strongly marks female identity representations; finally, in the Empowered-Woman category, it is discussed how women's empowerment began to cover a series of practices that attempt to frame women in the contemporary world. In providing comments, users attribute meanings to the feminine, (re)producing representations of feminine identities.

KEY WORDS: Connection Culture; Cultural Studies in Education; Facebook; Female Identities; Social networks;

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1: Print postagem na página do Portal G1, no Facebook 16 https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 2: Print de uma postagem feita por Beta em sua página no Facebook31 https://www.facebook.com/beta.feminista/photos/a.463929053954244.1073741828.463856067294876/669964653350682/?type=3&theater	
IMAGEM 3: Emojis disponibilizados pelo Facebook 57 https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/facebook-libera-cinco-novos-botoes-alternativos-ao-curtir/	
IMAGEM 4: Página “Nunca leia os comentários”, no Facebook..... 61 https://www.facebook.com/naoleiaoscomentarios/	
IMAGEM 5: “Marcha das Vadias” na cidade de São Paulo, em 04/06/2011.....91 http://biamariaf.blogspot.com.br/2015/06/marcha-das-vadias-voce-sabe-o-que-e.html	
IMAGEM 6: Reportagem sobre Marcela Temer, na página de Veja.com..... 125 https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/	
IMAGEM 7: Postagem da cantora Claudia Leite com a #belarecatadaedolar 126	
IMAGEM 8: Postagem do Jornal Zero Hora com a #belarecatadaedolar 127 https://www.facebook.com/pg/gauchazh/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 9 – Postagem na página do jornal Zero Hora no Facebook. #belarecatadaedolar 130 https://www.facebook.com/pg/gauchazh/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 10: Postagem na Página do Jornal Zero Hora no Facebook. #VaiTerShortinho 132 https://www.facebook.com/pg/gauchazh/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 11: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. #EnemFeminista 133 https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 12: Infográfico produzido por Betta Jaworski e publicado no Portal G1.....146 https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml	
IMAGEM 13: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. Chacina do Réveillon152 https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 14: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. Chacina do Réveillon152 https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 15: Publicação na Página da Revista Galileu no Facebook..... 157 https://www.facebook.com/revistagalileu/photos/a.102109376648.87770.80664086648/10156135345926649/?type=3&theater	
IMAGEM 16: Postagem de Yasmim Formiga em seu perfil no Facebook.....162 Fonte: https://www.facebook.com/search/top/?q=yasmim%20formiga	
IMAGEM 17: Site Música Machista Popular Brasileira (MMPB)..... 165 http://mmpb.com.br/	
IMAGEM 18: Exposição “Música: Uma Construção de Gênero, no saguão da Prefeitura Municipal de São Leopoldo..... 167 https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2018/03/prefeitura-de-sao-leopoldo-faz-campanha-denunciando-machismo-em-letras-de-musicas/	

IMAGEM 19: Postagem de Juliana Reis em seu perfil no Facebook, no dia 15/02/2016.....	168
https://www.facebook.com/julianareis.vieira/posts/1030225017048706	
IMAGEM 20: Postagem patrocinada na página do Sebrae no Facebook.....	181
https://www.facebook.com/pg/sebrae/posts/?ref=page_internal	
IMAGEM 21: reportagens sobre a roupa de Marcela Temer.....	190
https://oglobo.globo.com/ela/moda/look-de-marcela-temer-no-7-de-setembro-divide-opiniao-de-fashionistas-20067165	
http://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,marcela-temer-veste-camisa-e-calca-estampadas-em-desfile-de-7-de-setembro,70001975227	
IMAGEM 22: Reportagem sobre Marcela Temer na Revista Veja.....	190
https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2511/	
IMAGEM 23: Postagem da atriz Alyssa Milano em seu perfil no Twitter.....	201
IMAGEM 24: Postagem na página do Portal G1 no Facebook.....	203
#MexeuComUmaMexeuComTodas	
https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – REDES SOCIAIS E INTERNET	21
1.1 Cultura da participação, engajamento e propagabilidade.....	32
1.2 Redes sociais na internet.....	45
1.2.1 O site de rede social Facebook.....	50
1.2.2 O Comentário como prática cultural.....	60
1.2.3 <i>Hashtag</i> : fogueiras digitais.....	72
CAPÍTULO 2 – GÊNERO E IDENTIDADE	75
2.1 Identidades: uma celebração móvel.....	76
2.1.1 Gênero e identidades de gênero.....	81
2.2 Visibilidade dos feminismos em rede.....	89
2.3 Juvenilização dos feminismos.....	95
2.4 Backlash: a cada conquista, um passo atrás.....	97
CAPÍTULO 3 – PERCURSOS E PROBLEMATIZAÇÕES	104
3.1 Caminhos teórico-metodológicos.....	106
3.1.1 Das etnografias à inspiração etnográfica	110
3.1.2 Da produção de dados	118
3.2 As <i>hashtags</i> examinadas na pesquisa.....	123
3.2.1 #belarecatadaedolar	124
3.2.2 #VaiTerShortinho	130
3.2.3 #EnemFeminista	132
CAPÍTULO 4 – MARCADORES DE IDENTIDADES FEMININAS	136
4.1 Mulher-Objeto: identidade entrelaçada à violência	138
4.2 Mulher-Mãe: “cadê a mãe dessas gurias?”	167
4.3 Mulher-Empoderada: “escolhi ficar em casa”	197
4.4 Sobre representações de identidades nos comentários	212
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	227
ANEXO – Comentários transcritos na tese	239

Ficha catalográfica

INTRODUÇÃO

Face ao futuro que nos espera, nenhuma referência, nenhuma autoridade, nenhum dogma e nenhuma certeza se mantêm. Descobrimos que a realidade é uma criação compartilhada. Estamos todos pensando na mesma rede. (LÉVY, 2015, p. 14)

Quando criei um perfil no Facebook¹ não pensei muito no motivo, tampouco sabia direito para que ele iria me ser útil. Já tinha tido uma conta no Orkut² e o Facebook, na época, soava como algo mais seletivo, mais profissional do que a antiga rede social que já perdia popularidade e se encaminhava para o fim. Para participar do Facebook, no entanto, era preciso ser convidada por alguém. Lembro-me de uma amiga que tinha deixado o Orkut e quando eu, ingenuamente, perguntei o motivo, ela respondeu: “Amiga, eu tenho Facebook! Você não foi convidada ainda?”.

Não se passaram muitos anos desde esse episódio, mas as mudanças que ocorreram no Facebook, desde então, foram muitas: da configuração do site à disponibilização de novos recursos, que ampliaram as possibilidades de usos da plataforma. Na época em que criei meu perfil, não havia, por exemplo, os serviços de mensagem instantânea, os aplicativos que permitem fazer transmissões audiovisuais ao vivo ou os *posts*³ patrocinados (anúncios) que, atualmente, inundam nosso *feed* de notícias⁴. As mudanças – que incluem a arquitetura do site e suas funcionalidades – afetam nossa relação com a vida fora da rede social e já não é mais uma novidade a impossibilidade de separar a vida “real” da vida na “rede” social.

¹ Criei um perfil no Facebook no dia 22 de junho de 2010 e passei a usar o serviço de rede social mais frequentemente a partir de 2011, quando comecei a dar aulas de redação jornalística no curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UVV), instituição privada de ensino superior, no município de Vila Velha, no Espírito Santo.

² O Orkut foi uma rede social filiada ao Google, criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. Seu nome é o mesmo do projetista-chefe da plataforma, o engenheiro turco Orkut Büyükkökten. O alvo inicial do Orkut eram os Estados Unidos da América, mas os maiores usuários da rede concentravam-se no Brasil e na Índia. No Brasil, a rede social teve mais de 30 milhões de usuários. Em 2011, o Orkut começou a perder usuários, enquanto o Facebook e o Twitter entravam em ascensão e conquistavam o público no mundo todo. No início de 2012, o Orkut foi ultrapassado pelo Facebook em número de usuários ativos.

³ *Post* é um texto publicado em blogs e nas redes sociais digitais e é mais usual do que postagem. No **Capítulo 1**, discuto como a prática de comentar no Facebook pode ser considerada similar à prática de postar. Ao longo dessa tese, uso tanto a expressão *post* quanto postagem para me referir ao que é publicado no Facebook.

⁴ O *feed* de notícias é uma lista atualizada constantemente com histórias de pessoas que você segue no Facebook. A cada vez que você adiciona um contato, passa a ser seguidor dele e, conseqüentemente, poderá visualizar suas atualizações. As histórias do *feed* de notícias incluem atualizações de status, fotos, vídeos, links, atividades de aplicativos e curtidas. (<https://pt-br.facebook.com/help/210346402339221>)

A sensação de estar vivendo, a partir da participação nas redes sociais digitais, em uma imensa “aldeia global”⁵ vai se consolidando e se amplificando com as novas tecnologias⁶. E essa participação tem transformado nossas formas de ser, de perceber, de compreender, de construir o mundo, de consumir, de educar e de ser educado. A vida em rede – e na rede – muda nosso estatuto cognitivo. O ciberespaço, assim como a própria ambiência social e cultural contemporânea, não nos oferece um terreno plano, sólido e minimamente previsível sobre o qual possamos construir muitas certezas. A conexão não é mais uma possibilidade ou uma escolha; é uma condição para nossa existência na contemporaneidade, da qual a internet, os dispositivos móveis e as redes sociais digitais são suas expressões mais marcantes.

Já não podemos dizer que vivemos conectados, simplesmente; somos seres conectados e a conexão forma uma segunda pele que nos une às máquinas de forma como jamais se viu antes. Tudo flui na grande seara de conexões, relações e interações proporcionadas pela internet e pelas redes sociais digitais, especialmente, o Facebook, que já possui mais de 2 bilhões de usuários ativos e se constitui no maior serviço de rede social do mundo⁷. Estar nas redes sociais digitais significa mais que participar de um movimento, de uma moda, de uma tendência. Significa a possibilidade de, por meio da mediação tecnológica, falar para uma audiência ampliada – e ser “ouvido” por ela –, que se encontra muito além do nosso alcance geográfico e que não reconhece hierarquias ou fronteiras físicas.

Nesse mundo hiperconectado que habitamos, cada um carrega o seu próprio mundo na palma da mão e isso nos permite transformar até nossas pequenas ações em eventos midiáticos. Sentimentos, antes restritos ao ambiente privado, tornam-se públicos com as práticas de comentar, postar e compartilhar no Facebook. Tornamos públicas as

⁵ O termo aldeia global foi desenvolvido pelo pesquisador Marshall McLuhan, na década de 1960, como forma de explicar os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea. De acordo com ele, a velocidade e o rompimento da barreira espaço-tempo, proporcionados pela tecnologia, promoveriam cada vez mais a comunicação em escala global e que isso nos levaria a um processo de retribalização, no qual barreiras culturais, étnicas e geográficas, entre outras, seriam relativizadas (MCLUHAN, 2005).

⁶ Uso o termo “novas tecnologias”, ciente de que se trata de um uso problemático, para me referir, genérica e aleatoriamente, às tecnologias surgidas após a popularização da internet, dos computadores portáteis e dos dispositivos móveis de telefonia celular. Faço essa ressalva, pois questiono a própria ideia do que seja o “novo” em termos de tecnologia, uma vez que elas se popularizaram de tal maneira e com tal intensidade e velocidade que passaram a integrar a vida das pessoas em diversos lugares e possibilidades, não mais como “novas”, mas como parte de suas vidas cotidianas.

⁷ O Facebook considera usuário ativo aquele que acessou o serviço pelo menos uma vez no último mês anterior ao levantamento. Os dados sobre número de usuários foram levantados pelo próprio Facebook e divulgados por meio do relatório *State of Connectivity 2015*. O estudo é realizado anualmente para analisar a conectividade global e está disponível no endereço <http://newsroom.fb.com/news/2016/02/state-of-connectivity-2015-a-report-on-global-internet-access/> (acesso em 18/02/2016).

nossas sensações, nossos desejos, nossas frustrações, nossos pecados. Bauman diz que, nas redes sociais na internet, as pessoas abrem suas vidas e suas intimidades como se estivessem em um confessionário. Mas, agora, “instalamos microfones no confessionário” (BAUMAN, 2012). Os limites entre o que é público e privado, se é que ainda podemos estabelecer alguma distinção, são impostos tanto pelo desejo de compartilhar e fazer parte quanto pela própria arquitetura da tecnologia, com seus mecanismos de controle e de interdição, nem sempre perceptíveis para usuários comuns (PARISER, 2012).

A nova ambiência comunicativa e cultural que se desdobra com os fenômenos da conexão e da participação nas redes sociais digitais aponta para o individualismo em rede, e não para indivíduos isolados na rede (CASTELLS, 2005), como marca cultural dos nossos tempos. No ciberespaço, seguimos navegando num ambiente que é, ao mesmo tempo, fuga de um chamado espaço “real” e marca de um “estar” em curso no infinito. Um ambiente caótico em que é difícil estabelecer rotas seguras e definir pontos de partida e de chegada. E foi nessa prática de navegar na internet e no Facebook que percebi comportamentos e modos de ser e fazer que me chamaram a atenção para a necessidade de compreender os sujeitos que estão se constituindo a partir e com essas lógicas de interações em rede e de virtualização das relações sociais.

Foi a partir da minha prática e da minha inserção nesse ambiente⁸ que passei a questionar meu próprio comportamento e comprometimento nessa participação. Minha inquietação me levou a tentar entender o que pode haver de tão sedutor em estar conectada o tempo todo, em tornar minhas ideias públicas, em opinar sobre qualquer assunto, em compartilhar momentos antes tão meus e tão íntimos e em transformar a vida em um diário ao qual todos tenham acesso. Que sujeitos são esses, afinal, que emergem desse novo ambiente comunicacional e cultural, mediado pela tecnologia e que coloca em evidência a multiplicidade de suas identidades?

Percebi que, nas redes sociais digitais, vivenciamos uma ampliação das possibilidades de sermos sujeitos de muitos discursos – de múltiplos e contraditórios, inclusive – e somos convocados a nos identificarmos por meio de um perfil. Considerei, inicialmente, que já não é mais possível pensar em identidades sem levar em consideração

⁸ Em um dado momento percebi que todas (ou pelo menos a maior parte) das pessoas das minhas relações – que formavam a minha rede social – tinham um perfil no Facebook. Quando comecei a dar aulas no curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha passei a participar mais intensamente, a interagir e a perceber a potência do site para a comunicação e a ampliação das relações.

a complexidade das relações tecidas no seio das transformações culturais promovidas pela e com as tecnologias de comunicação e informação. Refletir sobre identidades, portanto, significa pensar sobre mudanças, sobre práticas que orientam nossas ações mais corriqueiras e sobre a crise das identidades na pós-modernidade, uma crise ligada à fragmentação e ao descentramento do sujeito frente às mudanças do mundo, conforme aponta Hall (2001).

Devo destacar que o meu interesse nessa pesquisa não começou com as identidades e, sim, a partir da observação de polêmicas e embates que ocorriam no Facebook. Uma delas se relacionou à imagem do corpo de um menino sírio, encontrado morto em uma praia da Turquia, no início de 2015, após a embarcação em que ele viajava com os pais e outras centenas de pessoas, naufragar no Mediterrâneo⁹. A imagem viralizou com a *hashtag* **#SomosTodosAilam** e suscitou uma explosão de solidariedade, discussões sobre maternidade, direitos humanos, violência e ética no jornalismo, entre outros temas, tanto nas mídias sociais digitais, quanto em veículos de comunicação tradicionais.

Esse caso e outros que se seguiram me chamaram a atenção e me levaram a perceber a diversidade de temas passíveis de serem constituídos em polêmicas no Facebook. Percebi que as manifestações sobre determinados temas, polêmicas ou fenômenos não se resumiam, como não se resumem, a um “dizer sobre eles”; elas se estruturam e encontram eco em sentidos já consolidados na cultura, com a peculiaridade de que esses sujeitos se posicionam no espaço desterritorializante da cibercultura¹⁰, o ciberespaço. Foi a partir desse episódio que passei a me interessar pelo Facebook como lugar onde poderia realizar minha pesquisa, apesar de não ter, ainda, vislumbrado as identidades femininas como tema de pesquisa e os comentários como material de análise.

Isso se tornou possível a partir da realização do Enem 2015, ocasião em que me dei conta de que poderia pesquisar no Facebook, não a partir de postagens apenas, mas a

⁹ O corpo do menino apareceu no dia 2 de setembro de 2015, em Bodrum, depois que duas embarcações naufragaram, matando 12 pessoas (esse número não chegou a ser confirmado oficialmente pelas autoridades sírias). As duas embarcações partiram de Bodrum e tentavam chegar à ilha grega de Kos. Só no ano de 2015, segundo dados da Organização Internacional de Migrações, mais de 350 mil pessoas atravessaram o Mediterrâneo e pelo menos 2,6 mil morreram tentando chegar à Europa.

¹⁰ Lemos (2007) acredita que o ciberespaço é desterritorializante, mas que essa dinâmica supõe novas territorializações. Esse autor define território a partir da ideia de fronteiras, que podem ser físicas, sociais, simbólicas, culturais e subjetivas. Desterritorializar é deslizar nessas fronteiras, criar linhas de fuga, ressignificar o instituído e o escrito. As identidades, segundo ele, precisam de um território para existirem. Para o pesquisador, a ideia de que as tecnologias irão dissolver todos os problemas de fronteira surge de uma visão meramente física do território.

partir dos comentários deixados pelos usuários sobre um tema específico. E esses comentários me chamaram a atenção, muito especialmente, a partir da divulgação, pelo MEC/Inep, do tema da redação – “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” – e de uma questão, que trazia no enunciado trecho de um texto da filósofa feminista Simone de Beauvoir¹¹.



Imagem 1: Print da postagem na página do Portal G1, no Facebook.

Os primeiros comentários que li foram deixados por usuários da internet no Portal G1, local onde foi publicada a matéria que falava sobre o assunto e que apresento mais detalhadamente no **Capítulo 3**. Fiquei bastante impressionada com o teor daqueles comentários e com o modo como usuários¹² se referiam à questão em si, mas

¹¹ A célebre frase de Simone de Beauvoir foi citada no enunciado de uma questão sobre as lutas feministas da metade do Século XX. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”. (BEAUVOIR, 2015)

¹² Uso a expressão usuários para me referir tanto a usuários quanto a usuárias, tendo consciência de que fiz uma escolha e que ela é passível de contestações a se levar em consideração o caráter binário da língua. Assumo o risco, uma vez que, tendo consciência desse binarismo e da ideia de subordinação do gênero feminino ao masculino na própria estrutura da língua, optei pela fluidez na leitura e entendimento do texto por mim apresentado nessa tese. Estudiosos de gênero têm defendido alternativas como o uso da letra “x” ou do símbolo “@”, como forma de indicar uma neutralidade, ou o uso de marcadores de gênero textual (o/a). Não creio, no entanto, que haja um modo neutro de resolver essa questão. No meu caso, sempre que me deparo com uma expressão do tipo “usuárix”, “tod@s” ou

principalmente, me impressionou o modo como eles associavam o texto da filósofa Simone de Beauvoir e o tema da Redação do Enem 2015 a outras questões mais amplas que integram o universo feminino, as lutas feministas e questões políticas bem atuais no Brasil.

Percebi, naquele momento, que havia potencial para considerar os comentários como material de pesquisa e não mais, apenas, as postagens que percebia como desencadeadoras de polêmicas. Os casos que sucederam o episódio do Enem 2015, ligados às questões do feminino, das identidades femininas e da mulher, me levaram a perceber que não se tratava de meras opiniões. Havia significados compartilhados pelos sujeitos imersos na cultura digital e, igualmente, representações de identidades femininas e modos de ser mulher gestados nos discursos que circulavam naqueles comentários.

Essas produções ocorrem no interior de uma lógica comunicacional e cultural peculiar da cultura ligada em rede, na qual cada vez mais as pessoas discutem, participam, espalham opiniões, querem expor suas demandas e serem ouvidas. O site de rede social Facebook é um ambiente no qual os temas e as polêmicas seguem um fluxo inapreensível e no qual se materializa um modelo participativo da cultura digital, ou cultura da conexão e participação.

Ao tecerem comentários, usuários atribuem significados aos temas sobre os quais falam e que, no caso desse estudo, se referem ao feminino. Nessa ação, são produzidas representações de identidades femininas, a partir de visões de mundo e de sentidos compartilhados que se expandem e ganham visibilidade naquele ambiente digital. Sentidos que devem ser percebidos em consonância com as peculiaridades de sua produção: são públicos, dirigidos a uma audiência anônima e mediados pela tecnologia.

Se, inicialmente, eu pensava nesses comentários como produto de um uso possível e permitido pela plataforma de rede social a usuários com perfil ativo, passei a considerá-los, ao longo do trabalho de pesquisa, como resultado de uma prática cultural, que atua na construção de sentidos sobre as identidades femininas a partir da forma como elas estão sendo representadas.

Após a realização do Enem 2015, ocorreram várias outras manifestações no Facebook, que usaram *hashtags* para indexar conteúdo e que se referiam ao feminino, e às questões relativas a mulheres e gênero e, muito especialmente, fizeram circular o tema do assédio sexual, situando-o dentro do amplo espectro da violência contra a mulher.

usuários/as, por força do hábito, faço uma leitura no masculino. Não espero compreensão irrestrita, mas aceitação de minhas escolhas, que, neste momento, pareceram mais adequadas devido à natureza do trabalho aqui apresentado.

Entre tantas possibilidades que percebi no acompanhamento que fazia das postagens, selecionei três *hashtags* para discutir as identidades femininas produzidas nos comentários no Facebook: **#EnemFeminista**; **#VaiTerShortinho**; e **#belarecatadaedolar**.

Essas três *hashtags* foram consideradas um ponto de partida para as análises que empreendi, nas quais busquei **compreender quais identidades femininas estão sendo gestadas nos comentários no Facebook, a partir de representações de mulher acionadas por eles**. Destaco que as análises não se limitaram a essas *hashtags*, uma vez que o tema – identidades femininas – se articula ao fluxo que se interconecta a temáticas diversas nas redes sociais digitais, considerando marcadores da cultura digital, tais como redes, conexão, propagabilidade e práticas culturais.

Durante todo o percurso de produção dessa tese, coloquei em questão minha própria proposta de pesquisa, ao considerar que me encontro inserida na lógica da cultura digital, participativa e conectada, e que isso interfere no modo como percebo essa mesma realidade. Num cenário em que tudo parece já ter sido dito, em que tudo está disponível, desde que sejam digitadas as palavras-chave no Google, questionei o que poderia haver de novo que merecesse um estudo como o que eu propunha? Questionei o próprio modo de pesquisar e o desafio de usar métodos, metodologias e aportes do passado, ambientados numa cultura do papel e do analógico, para pesquisar o que se apresenta como se fosse o futuro, apesar da crença de que já vivemos o futuro.

Um dos grandes desafios enfrentados nessa produção foi lidar com a velocidade e a efemeridade das informações no Facebook. Não há tempo para pausas demoradas nas redes sociais digitais, não há refúgios onde se possa parar para tomar fôlego, para refletir, para analisar. As atualizações no *feed* de notícias não permitem desligar o botão, rebobinar a fita ou deixar para depois. No Facebook, tudo se perde, envelhece muito rápido e desaparece se não for lido, curtido e compartilhado imediatamente. A dinâmica do site, que não oferece mecanismo de busca, torna o resgate de informações anteriormente postadas uma tarefa praticamente impossível. Esse foi, sem dúvida, um grande desafio.

Um dos questionamentos que me instigou durante a realização da pesquisa e, muito especialmente, após a qualificação do Projeto de Tese, diz respeito à formulação da questão de pesquisa. Se já havia concluído que as identidades femininas são produzidas por diversas narrativas e por efeito de práticas discursivas, em outros tempos e espaços distintos, o que muda, então, no modo como isso se dá no ambiente digital? Apenas o

modo de apresentar essas identidades já consolidadas e significadas? Se as paisagens culturais mudaram e continuam mudando, desestabilizando o sujeito (HALL, 2001), não estariam os sujeitos em busca de reconhecer e se reconhecer nas velhas certezas relativas, também, ao universo feminino, em suas manifestações nesse ambiente?

As questões que apresento são, em função da natureza do meio que me permite realizar a pesquisa e pelas minhas próprias identidades, em trânsito nesse ambiente caótico da internet e das redes sociais, transitórias, múltiplas, difíceis de serem apreendidas. Minha pretensão foi trazer à discussão questões que nos colocam no meio de um embate que se dá em um ambiente peculiar – o ambiente digital – e que possui características próprias e modos de operação também próprios. Ambiente esse que muda o tempo todo, e com muita rapidez, além de estar vinculado aos próprios usuários, que criam esses modos de operação, que dão usos diversos ao material que circula na rede. Trago, nesse estudo, não tenho dúvidas, mais questões do que certezas; mais possibilidades de reflexões do que respostas.

Dividi essa tese em cinco capítulos. No **Capítulo 1**, discuto os conceitos de rede, conexão, participação e interação, pois os considero importantes para compreender a cultura ligada em rede, instância onde localizo minhas análises sobre identidades femininas produzidas nos comentários postados no site Facebook. Também é nesse capítulo que apresento considerações sobre o Facebook, sobre o modo como entendo o “comentário”, como um gênero digital e uma prática cultural, e as “*hashtags*”, entendidas como palavras de ordem e não apenas como indexadoras de conteúdo.

No **Capítulo 2**, destaco serem gênero e identidades conceitos centrais que me orientaram nas análises dessa tese. Aponto para as problematizações contemporâneas em torno do gênero e da sua relação com identidades, assim como destaco alguns eventos que permitem refletir sobre alguns fluxos do tema nas redes sociais. Indico, ainda, que as problematizações em torno das questões de gênero, do feminino e das identidades têm sido ampliadas e potencializadas com o uso das redes sociais digitais, em especial o Facebook.

No **Capítulo 3**, problematizo a metodologia da pesquisa e discuto o uso da etnografia como uma inspiração para a pesquisa que realizei. É nesse capítulo que descrevo o caminho percorrido para a realização do estudo, aponto para os dilemas metodológicos e apresento as *hashtags* **#EnemFeminista** **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar** como material analisado.

O **Capítulo 4** é dedicado à análise do material. Nele, discuto as identidades femininas a partir da análise dos comentários relativos às três *hashtags* apresentadas no **Capítulo 3** e problematizo as questões do feminino e as representações de mulher a partir de três marcadores de identidades femininas que destaquei. Além dos comentários relativos às três *hashtags* selecionadas inicialmente, trago para as análises outros comentários relativos a casos mais recentes, que seguem na direção de apontar para os marcadores elegidos na tese.

No **Capítulo 5**, nomeado de considerações finais, sintetizo alguns aspectos que se destacaram nas análises feitas no **Capítulo 4** e aponto, ainda, para a possibilidade de problematizações que sugerem ser as mídias mais que simples mediadoras da realidade, uma vez que os eventos sobre os quais se fala no Facebook são eventos de mídia, tomando o termo mídia numa concepção que se distancia do binômio produtores e receptores de informações.

CAPÍTULO 1 – REDES SOCIAIS E INTERNET

Não temos nada a dizer, porque quando todos falam, ninguém fala. Para que as pessoas coabitem de forma razoável, não basta conectá-las em redes. (Wolton, 2014, p. s/n)

Tem sido muito comum, principalmente entre profissionais de marketing digital¹³, uma abordagem das redes sociais digitais como fenômeno novo a ser desbravado, sem considerar sua história, seus percursos e seus contextos. Também tem sido comum o uso de certo tom “celebratório”, como se as redes sociais e seus desdobramentos tivessem passado a existir após a internet. Em diversas áreas, a referência à “sociedade em rede” soa como algo espetacular que ainda está por vir e que pode representar um futuro totalmente diverso do que o vivenciado atualmente. Também podemos observar certo temor de que as redes e essa “nova sociedade”, que se constitui com o uso intenso das tecnologias comunicacionais, corrompa, de alguma maneira, valores consolidados em uma sociedade considerada sólida e de muitos princípios já consagrados.

Na contramão de qualquer noção determinista em relação às tecnologias, Castells (2005) propõe pensar que a “sociedade em rede é a nossa sociedade”, com todas as transformações que vem sofrendo ao longo do tempo, operando num campo local, nacional e internacional, sendo que algumas dessas sociedades já podem ser consideradas em rede enquanto outras estão, ainda, em um processo de transição. Para esse autor, não há porque falar em “rede” como algo que se concretizará no futuro, pois já vivemos sob sua lógica, apesar de haver um grande número de excluídos desse processo de participação mais imediata¹⁴. Assim, pensamos, com Castells (2005), que a simples introdução da tecnologia, por si só, “não assegura nem a produtividade, nem a inovação, nem melhor desenvolvimento humano” (p. 26).

¹³ De um modo geral, a expressão “marketing digital” se refere a ações de comunicação nas quais se utiliza a internet para divulgar e comercializar produtos. O processo engloba a prática de promover produtos ou serviços pela utilização de canais de distribuição eletrônicos. Na sua operacionalização são, normalmente, utilizados canais, meios e ferramentas digitais. Não há consenso sobre o conceito de marketing digital, sendo que alguns especialistas afirmam que o que determina o tipo de marketing – digital ou tradicional – são as estratégias e o uso das plataformas de mídia. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marketing_digital)

¹⁴ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), divulgada no dia 21 de fevereiro de 2018, mostra que 64,7% da população com idade acima de 10 anos tinha acesso à internet em 2016, o que equivale a 116 milhões de pessoas conectadas que acessaram algum site ou aplicativo. No mesmo período, 63 milhões de pessoas não tiveram acesso à internet. Desses, 37,8% alegaram não ter domínio sobre a tecnologia e 37,6% não tiveram interesse em usar. (Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>)

Pensar na nossa sociedade como “sociedade em rede” supõe admitir a existência de um novo ambiente comunicacional, no qual as mudanças percebidas são de naturezas diversas. Além disso, a emergência de um paradigma das novas tecnologias, a partir da década de 1960, foi fundamental para a constituição desse novo ambiente no qual vivemos, pensamos e produzimos (CASTELLS, 2005). As mudanças que ocorrem no modo de compreender as redes dizem respeito, muito especialmente, ao lugar ocupado por elas nas estruturas sociais, destacando-se importantes deslocamentos ocorridos ao longo do tempo. Historicamente, de acordo com Castells, as redes sempre se situaram no domínio da vida privada, estando o mundo da produção e do poder dominados por organizações grandes e verticais, com polos de decisão centralizados e bem definidos. “As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassam os seus limites históricos” (CASTELLS, 2005, p. 20).

Parente, por sua vez, destaca que as redes sempre tiveram o poder de engendrar subjetividades, mas que, atualmente, em vez de engendramentos hierarquizados, institui-se um modo de pensar e de constituir as redes mais alinhado ao pensamento rizomático¹⁵ (PARENTE, 2013). Isso significa que, tal como se constituem no ambiente digital, as redes permitem e estimulam o pensamento sem ponto de partida e sem hierarquias, de modo que o trânsito possa ser interrompido e reiniciado a qualquer tempo e em qualquer lugar. Assim, as redes são múltiplas, diversificadas e não-homogêneas. Parente destaca que elas:

(...) tornaram-se ao mesmo tempo uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e de informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial. (PARENTE, 2013, p. 92)

Castells (2005) também sugere pensar nessa direção, pois, para esse autor, a rede é a estrutura formal, um sistema de nós interligados, “estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objectivos de *performance* para a rede” (CASTELLS, 2005, p. 20). Nessa perspectiva, o funcionamento da rede pode ser definido externamente a ela, como apontado por Gutiérrez (2016), que destaca o uso que as plataformas de redes sociais – como o Facebook, por exemplo – fazem dos dados disponibilizados por seus

¹⁵ O pensamento rizomático é uma metáfora potente para compreendermos o modo como nos movimentamos em rede. Uma de suas principais características é ter múltiplas entradas, permitir sempre linhas de fuga, de rupturas e de recomeços. Qualquer ponto de um rizoma pode (e deve) se ligar a qualquer outro, sem que haja algum tipo de ordem ou hierarquia. Esse modo de pensar, distingue-se do pensamento raiz. (DELEUZE; GUATARI, 1995)

usuários. Usos esses que, tanto definem os modos como a própria plataforma se comporta – ao fazer alterações em sua interface e em suas funcionalidades com base nas experiências dos usuários – quanto interferem na prática desses usuários, ao criar e disponibilizar novos modos de participação.

Ao mesmo tempo em que tudo parece passível de ser definido em termos de rede (PARENTE, 2013), a palavra, ao cair no uso comum e ser usada para toda e qualquer situação, pode provocar dispersão em seu sentido e criar confusões quanto à adequação do seu emprego. Um exemplo disso é quando se fala em “redes sociais” como se elas tivessem sua existência condicionada ao surgimento e desenvolvimento da internet e ao uso das novas tecnologias. Ou, ainda, quando se usa a expressão “redes sociais” para se referir, de modo genérico, às plataformas ou serviços de redes sociais na internet¹⁶. Sobre esse aspecto, Musso (2013) argumenta que a polifonia do termo “explica seu sucesso, porém, lança dúvidas sobre a coerência do conceito” (p. 17).

Para esse autor, o uso indiscriminado do termo “redes” aponta tanto para a sua potência em pensar as novas ambiências comunicativas e culturais quanto para “um vazio em compreensão”. No artigo “A filosofia da rede”, ele traça uma genealogia do termo, seguindo um rastro que vai desde seu surgimento na língua francesa, no Século XII, até chegar aos nossos dias, passando por seu uso, quase que exclusivo, pela área médica até o fim do Século XVIII. A grande ruptura no conceito de rede ocorre, ainda segundo Musso (2013), na virada do Século XVIII para o Século XIX, com a “sua ‘saída’ do corpo”, momento em que se torna possível não apenas observar as redes como construí-las. Musso diz que, uma vez distinguida do corpo natural, a rede:

(...) se torna um artefato, uma técnica autônoma. A rede está fora do corpo. O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca na suas malhas, no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída. O engenheiro a concebe e a constrói, enquanto o médico se contentava em observá-la. A rede pode ser construída, porque ela se torna objeto pensado em sua relação com o espaço. (MUSSO, 2013, p. 20)

Tomando emprestadas contribuições de diversos autores, Musso propõe que “rede” pode ser definida como “uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2013, p. 31). Apesar de considerarmos seu caráter interativo, convém destacar

¹⁶ É comum o uso da expressão a “rede social Facebook”, por exemplo. Nessa tese, a referência ao Facebook será sempre entendida como uma plataforma, site ou serviço de rede social.

que nem todas as redes, sejam digitais ou não, são abertas e colaborativas ou estão implicadas em reunir, agregar ou produzir algo em comum. Gutiérrez (2016) diz que nos últimos tempos:

(...) a realidade mostra o contrário: as grandes corporações controlam o ecossistema tecnológico das redes digitais. Companhias como Facebook, que tiram benefício do capital social e dos dados dos usuários, inauguram uma era pós-colonial marcada pelo extrativismo 2.0 das grandes multinacionais. (GUTIERREZ, 2016, p. 129)

Algumas dimensões são apontadas por Castells (2005) como importantes para pensar e compreender a sociedade em rede, que, para ele, é apenas um outro nome para “sociedade globalizada”, ainda que esta última expressão seja considerada mais simplista. Uma dessas dimensões seria a “economia da rede”, uma nova forma de organização, produção e gestão – tecnoeconômica – em que as tecnologias estão fortemente associadas ao aumento da taxa de produtividade nos Estados Unidos da América e em outras partes do mundo¹⁷. Outra dimensão, apontada por Castells, na qual a sociedade em rede se manifesta, e que me interessa mais especificamente, é a “transformação da sociabilidade” ocorrida por meio de mudanças na lógica das interações que são suportadas pela lógica das redes.

O autor observa que, nesse processo, não ocorre o desaparecimento da interação face a face, com o conseqüente isolamento das pessoas em frente aos seus computadores. Ao contrário, Castells (2005) argumenta que “a sociedade em rede é uma sociedade hiperssocial, não uma sociedade de isolamento” (p. 23). Nessa perspectiva, portanto, as pessoas não se tornam seres isolados por causa das tecnologias de comunicação ou da internet; o que ocorre é uma emergência do individualismo em rede e do individualismo como “cultura dominante das nossas sociedades” (CASTELLS, 2005). Conforme pontua o mesmo autor, trata-se de um tipo de sociedade na qual o ato de conectar ou desconectar leva o indivíduo¹⁸ à máxima possibilidade de exercício de sua individualidade e ao estabelecimento de redes autosselativas, podendo ser ligadas ou desligadas de acordo com a necessidade ou a disposição de cada usuário.

¹⁷ Castells (2005) diz que a taxa de crescimento da produtividade nos Estados Unidos da América, no período compreendido entre 1996-2005, mais do que duplicou em relação ao período de 1975-1995. Segundo ele, isso pode ser observado em algumas economias europeias, como a Finlândia e a Irlanda, que adotaram uma forma similar de organização tecnoeconômica.

¹⁸ Ao longo desse trabalho, uso a expressão sujeito/s para me referir a pessoas ou grupos de pessoas inseridas na sociedade. O uso da expressão “indivíduo” foi mantido por esta ter sido usada pelo autor ao qual se reporta o parágrafo.

Bauman (2012; 2016) é um autor que vê com certo pessimismo a cultura das redes sociais digitais. Segundo ele, a facilidade de adicionar e deletar amigos faz com que as habilidades sociais não sejam mais necessárias. Isso interfere, segundo ele, na capacidade de dialogar, pois as pessoas estão interessadas em se alinhar a quem pensa igual a elas, o que acaba isolando-as em um ambiente no qual elas ouvem o eco das próprias vozes. “As redes sociais são uma armadilha”, é o que ele diz (BAUMAN, 2016). Em 2012, em uma entrevista concedida ao “Fronteiras do Pensamento”¹⁹, Bauman (2012) não falou em isolamento, mas em fragmentação, ao afirmar que, com as redes sociais digitais, a vida foi dividida em episódios e a sociedade foi individualizada.

O individualismo em rede também pode ser pensado a partir do que Lipovestky (2004) chamou de “paradigma individualista”, no qual o sujeito está preocupado em diferenciar-se na multidão, em realizar seus desejos imediatamente e viver intensamente o tempo presente. Trata-se de um momento, nomeado pelo pesquisador de hipermodernidade, que traduz um estado cultural em que a ordem social e econômica é pautada no consumo de massa. Segundo ele, todo esse modo de expressar-se e de ser na hipermodernidade consolida e legitima uma identidade pessoal na qual o que importa é que o indivíduo seja ele próprio, em um modelo de sociedade que se constitui na máxima expressão do individualismo e do hedonismo e que traduz um modo de organização em que nada permanece, tudo é fluído e passível de ser substituído, tudo é excesso.

A hipermodernidade é “a memória revisitada, a remobilização das crenças tradicionais, a hibridação individualista do passado e do presente” e o que está em jogo, nesse contexto, é tanto a desconstrução das tradições quanto o “reemprego delas sem imposição institucional, um eterno rearranjar delas conforme o princípio da soberania individual” (LIPOVETSKY, 2004 p. 98). E se o individualismo, e não o isolamento, é uma das principais características que marcam a hipermodernidade ou as sociedades em redes, podemos dizer que é, também, a comunicação um elemento central nessas transformações (LIPOVETSKY, 2004; CASTELLS, 2005; MARTIN-BARBERO, 2006).

Castells parte do princípio de que a comunicação é “vital” para que possamos nos constituir culturalmente, sendo lógico afirmar que “a internet transforma o modo como nos comunicamos” ao mesmo tempo em que nossas vidas são afetadas por essa nova tecnologia (CASTELLS, 2005). Sobre essas mudanças relacionadas à comunicação,

¹⁹ <https://www.fronteiras.com/>

Martin-Barbero (2006) diz que a tecnologia introduz na sociedade um novo modo de relação entre os processos simbólicos, no qual há, também, um novo modo de produzir associado a um novo modo de comunicar, capaz de transformar o conhecimento em uma força produtiva direta.

Interessado nas mediações, Martin-Barbero (2006) chama a atenção para o fato de que a mediação tecnológica não pode ser vista como meramente instrumental, pois “a tecnologia remete, hoje, não a alguns aparelhos, mas, sim, a novos modos de percepção e de linguagem, a novas possibilidades de escritas” (p. 54). Para esse autor, as mediações tecnológicas têm um papel importante nas mudanças culturais das sociedades contemporâneas, sendo que os processos de globalização, dos quais integram o ciberespaço e a cultura digital, têm papel fundamental na visibilidade de questões étnicas, religiosas, de gênero e raciais.

Nesse cenário, Castells (2005) percebe três tendências capazes de definir o que chama de “novo sistema de comunicação”. A primeira delas é a comunicação organizada em torno dos negócios de mídia, uma dimensão fundamental para tentarmos compreender a lógica das mídias sociais, que ultrapassa o binário autonomia-passividade que paira sobre as discussões que envolvem a mídia de massa de um modo geral. Nesse sentido, a comunicação é local e global, genérica e especializada, dependente de mercados e de produtos²⁰.

Como segunda tendência, Castells (2005) destaca que os sistemas de comunicação estão cada vez mais digitalizados e mais interativos e que as sociedades se movimentam de um sistema de *massmedia* para um sistema mais fragmentado, com audiências cada vez mais segmentadas, sendo a comunicação digital menos organizada centralmente. Assim, a “maleabilidade tecnológica dos novos *media* permite uma maior integração de todas as fontes de comunicação no mesmo hipertexto” (CASTELLS, 2005, p. 24).

Na terceira tendência, o autor aponta para uma explosão de redes horizontais de comunicação, independente dos grandes *media*, e que permite a emergência do que ele chama de “comunicação de massa autocomandada”.

²⁰ Esses negócios e mídia incluem a televisão, o rádio, a imprensa escrita, a produção audiovisual, a publicação editorial, a indústria discográfica e a distribuição, e as empresas comerciais *on-line*.

Sobre essa aparente contradição entre redes que podem se alinhar tanto a um quanto ao outro modelo de comunicação, Castells explica que é:

(...) comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de media. A explosão de blogues, vlogues (vídeo-blogues), *podding*, *streaming* e outras formas de interactividade. A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante” (CASTELLS, 2005, p. 24)

Em suma, as redes podem ser pensadas como um fenômeno que se potencializa e se amplia com as tecnologias digitais e a internet, produzindo novos modos de comunicar, interagir e participar. Mas, há trocas culturais profundas que não estão dadas pela tecnologia e que ocorrem em meio a mudanças nas próprias dinâmicas dos processos de comunicação em articulação aos modos como as plataformas de redes sociais se organizam e orientam as práticas de seus usuários. Os usos que fazemos da tecnologia introduzem novas práticas culturais por meio das redes sociais digitais, que, por sua vez, exigem o desenvolvimento de novas ferramentas para suportar a formação dessas redes.

As redes, portanto, não supõem apenas as relações que se tecem no ambiente digital, mas remetem a uma forma de organização do próprio pensamento, que de maneiras distintas sempre esteve ligada às produções tecnológicas e aos processos de comunicação. Não vivemos uma nova sociedade – a sociedade em rede –, mas estamos diante de um novo modo de organizar-se, definir-se e produzir-se. Há, portanto, uma impossibilidade (e inadequação) em olharmos as transformações nas sociedades, nos sujeitos e nas interações como meras consequências do desenvolvimento e uso das tecnologias.

Sobre isso, Lemos (2015) destaca que o surgimento da cibercultura²¹ é fruto, não apenas fruto de um projeto técnico, mas de uma relação estreita com a sociedade e a cultura contemporâneas. As tecnologias, segundo ele, são “próteses dos nossos sentidos”, extensões do nosso sistema nervoso central, e vivemos a época da “comunicação planetária fortemente marcada por uma interação com as informações, cujo ápice é a realidade virtual” (p. 113). Também é possível “dizer que existe uma relação simbiótica entre o homem, a natureza e a sociedade. A cada época da história da humanidade

²¹ Cibercultura, neste trabalho, se refere às relações estabelecidas entre a tecnologia e a vida social, sendo o ciberespaço o ambiente no qual essas relações se concretizam (LEMOS, 2015). Faço esta observação uma vez que o termo “Cibercultura” também pode se referir a um campo de estudos relacionados à internet.

corresponde uma cultura técnica particular” (LE MOS, 2015, p. 15). Ou seja, para esse autor, a cibercultura não é uma cultura que surge a partir da técnica, mas, uma cultura que tem na técnica e na tecnologia as condições de emergência das quais precisa para se consolidar.

O romance *Neuromancer*²², do escritor William Gibson (2016), foi publicado no ano de 1984 e é considerada uma obra fundamental para os amantes da ficção científica. A trama se passa num futuro fortemente marcado pelo uso da tecnologia e aborda as interações entre humanos e máquinas, tendo como principal personagem o jovem Case, um exilado digital. O livro inspirou o filme *Matrix*²³, lançado em 1999, quando os computadores pessoais estavam se popularizando e surgiam as primeiras redes de interação na internet. Plant (1999), referindo-se ao romance de Gibson, destaca que o caráter ficcional da publicação surgiu em um momento no qual os computadores pessoais começavam a se tornar parte da vida das pessoas.

Acreditava-se, naquela época, que estava em jogo um processo de desenvolvimento cultural e tecnológico que iria suceder a atual fase vivida. “Tal como todas as variedades da mudança cultural, pensava-se que o progresso tecnológico ocorresse por etapas, uma de cada vez” (PLANT, 1999, p. 19). O romance de Gibson, diz a autora, causou uma confusão entre o que era passado e presente, algo considerado comum nos casos em que a literatura se antecipa a mudanças culturais que ainda não se manifestaram.

Em sua análise sobre o modo como se pensa uma tecnologia ou modo de produção que ainda não se consolidou, Plant (1999) estabeleceu uma relação com o surgimento dos teares mecânicos no início do Século XX, na França, que foram combatidos pelos operários, preocupados com a possibilidade de que pudessem perder o controle sobre a

²² A obra é o romance de estreia do premiado autor William Gibson, o primeiro a ganhar a chamada “tríplice coroa da ficção científica”: os prêmios Hugo, Nebula e Philip K. Dick. Originalmente lançado em 1984, *Neuromancer* foi um dos grandes expoentes do movimento cyberpunk. Foi em *Neuromancer* que Gibson difundiu o termo ciberespaço, ao apresentar de forma inédita o conceito que conhecemos hoje como internet. Ele previu um futuro em que o mundo virtual se sobressai sobre a vida real. A obra tornou-se uma referência do gênero e foi eleita pela Time como um dos 100 melhores romances do século. No universo de *Neuromancer*, as pessoas se conectam a uma espécie de alucinação coletiva digital, acessada via computadores. O mundo é dominado por corporações e a tecnologia está presente em todos os lugares, até mesmo nos seres humanos, que possuem implantes para o desenvolvimento de certas habilidades. O autor criou, na ficção, um universo que se aproxima muito da realidade contemporânea.

²³ *Matrix* é uma produção cinematográfica estadunidense e australiana, lançado em 1999, dirigida por Lilly e Lana Wachowski e protagonizado por Keanu Reeves, Laurence Fishburne e Carrie-Anne Moss. O filme conta a história de um jovem programador, que é atormentado por estranhos pesadelos nos quais sempre está conectado por cabos a um imenso sistema de computadores do futuro. À medida que o sonho se repete, ele começa a levantar dúvidas sobre a realidade. E quando encontra os misteriosos Morpheus e Trinity, ele descobre que é vítima do *Matrix*, um sistema inteligente e artificial que manipula a mente das pessoas e cria a ilusão de um mundo real enquanto usa os cérebros e corpos dos indivíduos para produzir energia.

produção a partir do uso daquela tecnologia. Como a autora destaca, naquele contexto, o controle sobre a tecelagem dos fios seria transferida dos corpos dos operários para as máquinas que chegavam às fábricas.

Hoje, assiste-se, a partir de outros pressupostos e em outra dimensão, à transferência da experiência do corpo individual dos sujeitos para a experiência da conexão, da participação e da presença em múltiplos lugares simultaneamente. Essa “mudança” produz um novo modo de relação com a informação e o conhecimento, que não pode ser reduzida à simples ideia da mediação tecnológica. As experiências vividas nas redes sociais digitais expõem mais desafios e perguntas do que respostas e apontam para produções de novos modos de ser sujeitos e de produzir identidades. Lemos (2015) afirma que “a interatividade digital caminha para a superação das barreiras físicas entre os agentes (homens e máquinas) e para uma interação cada vez maior do usuário com as informações, e não com objetos” (p. 113). Segundo esse autor:

A tecnologia digital possibilita ao usuário interagir, não mais apenas com o objeto (a máquina ou a ferramenta), mas com a informação, isto é, com o conteúdo. Isso vale tanto para uma emissão da televisão interativa digital, como para os ícones das interfaces gráficas dos microcomputadores”. (LEMOS, 2015, p. 113)

Ao interagirmos com outros humanos nas redes sociais digitais, estamos interagindo, também, com máquinas, mas não apenas com o aparelho tecnológico – computador, smartphone ou tablets. Muitas de nossas interações ocorrem com robôs, programas conhecidos como *bots*, capazes de oferecer respostas rápidas a questões práticas. Isso é o que ocorre quando, por exemplo, digitamos um termo de busca no Google e obtemos uma resposta. Mas, há outras situações em que, simplesmente, não sabemos como ocorre (e com quem ocorre) a interação e as trocas na internet, principalmente, nas redes sociais digitais. Essas interações entre máquinas e pessoas – que não se resumem à mediação da tecnologia, como já mencionei – produzem efeitos, entre os quais “novos modos” de percepção das realidades.

A grande quantidade de perfis operados por robôs e notícias falsas (chamadas de *fakenews*), criados para fomentar debates em torno de temas ou pessoas, é um exemplo dessa relação nebulosa entre humanos e máquinas que ocorre no ambiente digital. O estudo “Robôs, redes sociais e política no Brasil” (RUEDIGER, 2017) mostra que contas “robotizadas” são responsáveis por motivar, no Twitter, até 20% dos debates em apoio a políticos, nos períodos pré-eleitorais. Isso vem acontecendo, de acordo com os

pesquisadores, desde 2014 e essa prática pode influenciar fortemente as eleições presidenciais deste ano no Brasil²⁴. Essas contas robotizadas permitem a massificação de postagens e se converteram em “potencial ferramenta para a manipulação de debates nas redes sociais” (RUEDIGER, 2017).

Uma reportagem publicada pelo Nexo Jornal²⁵, em agosto de 2017, se inicia com a pergunta que também é título da reportagem: “Você já brigou sobre política com um robô hoje?”. O texto jornalístico (ROCHA, 2017) afirma que muitas discussões ocorridas nas redes sociais digitais são, na verdade, discussões entre humanos e robôs. Mas, só quem sabe disso são os robôs e quem os programou. A mesma reportagem apresenta dados sobre as interações relacionadas às eleições no Brasil em 2014 e aponta para a intensa participação dos *bots* no processo. O estudo mostra que:

(...) cerca de 10% das interações no Twitter relacionadas às eleições presidenciais de 2014 foram realizadas por contas vinculadas a robôs. Na época dos protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o número chegou aos 20%. A mesma porcentagem foi observada nas interações com participação de apoiadores do senador Aécio Neves durante o segundo turno das eleições de 2014. (ROCHA, 2017)

Um exemplo bem recente de conta operada por robôs no Facebook responde pelo nome de Betânia. Ela tem um site, uma página no Facebook com 37.893 mil seguidores²⁶ e se apresenta como Beta, a robô feminista. Beta foi criada pela organização “Nossas”²⁷ com o objetivo de propagar pautas relacionadas ao feminismo e às questões de gênero, manter suas seguidoras atualizadas em relação a projetos de lei que estejam sendo apresentados ou votados em Comissões ou no Plenário do Congresso Nacional, informar sobre mobilizações nas redes sociais e fora delas e, ainda, oferecer dicas de matérias e pesquisas sobre o tema. Abaixo, transcrevo o texto em que Beta se apresenta em sua página no Facebook e, em seguida, apresento o print (**imagem 2**) de uma postagem feita por ela.

²⁴ As eleições presidenciais no Brasil ocorrem a cada quatro anos. Junto com o presidente da República, são eleitos governadores dos estados e do Distrito Federal, deputados estaduais, deputados federais e senadores. As últimas eleições ocorreram em 2014 e, neste ano de 2018, elas ocorrem no dia 7 de outubro.

²⁵ <https://www.nexojornal.com.br/>

²⁶ Esse número foi verificado no dia 29/06/2018, às 19h14

²⁷ Nossas é uma organização sem fins lucrativos (laboratório de ativismos) que atua no campo da política, tendo como proposta articular cidadãos em redes de atuação, por meio do compartilhamento de informação, metodologias e tecnologia. <https://www.nossas.org>

Oi, eu sou Beta :) Eu era apenas um código binário (ok, não tão binário) quando fui programada para ajudar a viralizar causas feministas nas redes. Clique em "começar" para iniciar uma conversa comigo e saber o que está rolando #ChamaBetanoInbox.²⁸ (*Texto de apresentação da página de Betania no Facebook*)

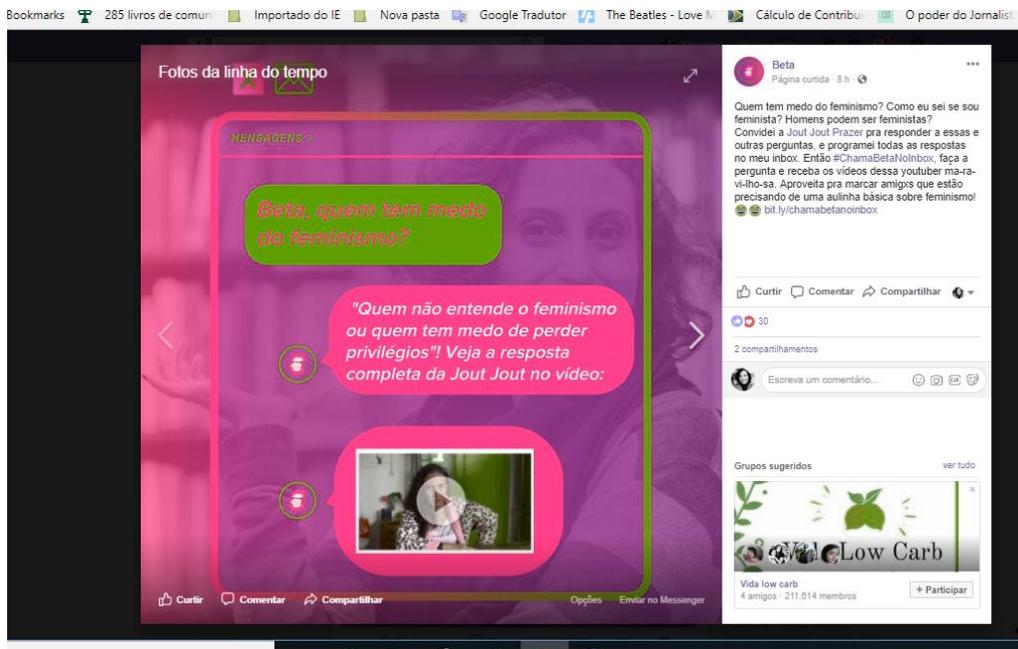


Imagem 2: Print de uma postagem feita por Beta em sua página no Facebook

Ao pensar nos muitos falsos perfis e contas operadas por robôs, que fazem circular conteúdos na internet, desde boatos e falsas informações, passando por notícias e outras produções sobre temas polêmicos que ocupam o espaço público, coloco em questão não o que estamos pensando em rede, apenas, mas o modo como estamos pensando, bem como que agenciamentos estão envolvidos naquilo que consideramos importante ou não. Questiono também que elementos estão orientando nossas percepções do que seja importante e possível de ser pensado em um determinado momento, uma vez que os *bots* não agem apenas na seleção e direcionamento de informações, sendo, também, responsáveis pela produção dos conteúdos que têm como base as próprias informações que circulam nas redes, como é o caso de Beta, a robô feminista²⁹.

²⁸ https://www.facebook.com/pg/beta.feminista/about/?ref=page_internal

²⁹ No ano de 2017, o Google desenvolveu um robô-jornalista capaz de produzir até 30 mil notícias por mês. Para operar o robô, são necessários apenas cinco jornalistas. A ideia do projeto é usar inteligência artificial para criar volume maior de histórias locais, impossíveis de serem abrangidas pelos veículos de comunicação e suas equipes de profissionais.

Saber da existência dessas operações realizadas por contas robotizadas, e compreender que elas interferem e potencializam mobilizações em torno dos temas que circulam nas redes, pode levar a uma relativização do potencial emancipatório dessas mídias, ainda que não se possa negar que este potencial exista e que produza efeitos. No caso desta tese, essa compreensão é especialmente relevante, pois coloco sob suspeição a ideia de que haja algum tipo de fluidez meramente espontânea nas redes sociais digitais. Como analiso os comentários relativos a polêmicas que circularam no Facebook, considero bastante relevante compreender que não ocorrem mudanças apenas nos modos como interagimos nas redes sociais digitais, mas naquilo que entendemos por interação, questão que discuto mais à frente, no item 1.3 desse capítulo.

Também é importante problematizar o que se convencionou chamar de “novo cenário midiático”, em que saem de cena os modelos hierarquizados de produção de informação e conhecimento – os *massmedia* – e entram em cena o que Castells (2005) nomeou de modelos de “comunicação de massa autocomandada”, em que as conexões são tecidas em fios, nós, redes e tramas. A internet como meio de comunicação permite que cada usuário estabeleça conexões jamais pensadas na cultura do papel e dos veículos de massa. Esse novo modo de comunicar sugere que haja diferentes fios de conectividade que se espalham em várias direções.

1.2 Cultura da participação, engajamento e propagabilidade

(...) a dinâmica principal de uma mídia de massa cada vez mais concentrada e uma Comunicação em rede mais participativa, uma contra a outra, permanece fundamental para a compreensão da situação atual. (JENKINS, 2016, p. 214)

O fenômeno das redes sociais na internet, e principalmente daquelas constituídas com o site Facebook, pode ser pensado a partir do que Jenkins et al (2014) chamam de “cultura da participação” ou “cultura da conexão”. Esses autores destacam, assim como outros já mencionados (CASTELLS, 2005, 2017; LEMOS, 2015), que esse movimento cultural não se dá ou ocorre com e na internet apenas, mas relaciona-se à própria movimentação do ser humano na sociedade, uma vez que redes colaborativas em torno de objetivos comuns existem há muito tempo.

Jenkins et al (2014) citam como exemplo a atuação da Associação de Imprensa Amadora (APA), na metade do Século XIX, que fazia circular seus textos escritos por

“circuitos elaborados”. Movimento semelhante é apontado por eles entre adeptos do radioamador, pela comunidade afro-americana, e suas produções alternativas, pelos vídeos amadores, todos na segunda metade do Século XX, e, mais recentemente, pela ação de consumidores nas redes sociais digitais. Isso mostra que a cultura participativa “tem uma história”, não sendo possível, portanto, pensar em seu surgimento como algo recente e ligado exclusivamente à internet (JENKINS et al, 2014).

Nesse contexto, convergência e transmídia³⁰ passaram a ser palavras usadas de modo genérico para se referir a essas mudanças e modos de interagir no mundo digital, que deve ser pensado como nosso próprio mundo. Desde o lançamento do livro “Cultura da Convergência” (JENKINS, 2009), muito se vem tratando sobre o fenômeno que dá nome à publicação, mas o próprio Henri Jenkins, em parceria com Joshua Green e Sam Ford, faz uma revisão do conceito no livro “Cultura da Conexão” (JENKINS et al, 2014), argumentando ser a ideia da conexão mais potente e mais atual para pensar as transformações da nossa sociedade.

Segundo o próprio Jenkins (2016), a ideia de que convergência, no sentido de que os produtos de mídia convergem para uma plataforma que abarcaria todos os meios – a internet –, mostrou-se um tanto estreita por limitar as análises aos aspectos técnicos, sem levar em consideração as dinâmicas sociais e culturais implicadas no uso das tecnologias e nas práticas que decorrem desse uso. Práticas que têm sido potencializadas com o uso das redes sociais digitais, a partir da segunda década do Século XXI. No livro “Cultura da Conexão”, Jenkins et al (2014) mostram que a propagabilidade é o principal elemento para pensar as transformações que ocorrem na “cultura ligada em rede”. Propagabilidade, segundo esses autores, se refere:

(...) aos recursos técnicos que tornam mais fácil a circulação de algum tipo de conteúdo em comparação ao outros, às estruturas econômicas que sustentam ou restringem a circulação, aos atributos de um texto de mídia que podem despertar a motivação de uma comunidade para compartilhar material e às redes sociais que ligam as pessoas por meio da troca de bytes significativos. (JENKINS et al, 2014, p. 27)

³⁰ Transmídia significa que diferentes mídias transmitirão variados conteúdos para o público de forma que os meios se complementem. O termo induz ao ato de contar histórias através de várias mídias, com um conteúdo específico para cada uma. Jenkins define a narrativa transmídia como “[...] uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento” (JENKINS: 2009, p.49).

Mas, isso não significa que a convergência tenha deixado de ser considerada nas análises que envolvem a cultura digital. Em sua tese de doutorado, Bittencourt (2016) reflete sobre o conceito de convergência a partir de uma “genealogia do termo” e destaca autores que considera serem precursores no estudo de convergência de mídia. Essa discussão coloca em evidência que convergência e conexão, além de rede e participação, são práticas – e não apenas conceitos – que se destacam no ambiente comunicacional das novas mídias. Bittencourt destaca uma palestra, proferida em 1978, por Nicholas Negroponte, em que ele falou sobre convergência entre computação, radiodifusão e tecnologia de impressão.

Bittencourt afirma que Negroponte teria atestado, naquele momento, o caráter multidisciplinar da convergência ao falar da mistura de bits, áudio, vídeos e dados. (BITTENCOURT, 2016). Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, Negroponte (2000)³¹ afirmou que as diferenças técnicas entre televisão e internet iriam desaparecer e que, em dez anos, as pessoas ligariam a televisão e estariam na internet. Como ele destacou: “Por acaso, usarão o mesmo canal, que será a internet”.

Outro autor pioneiro, segundo Bittencourt (2016), foi Ithiel de Sola Pool, que dizia serem o computador, o telefone, o rádio e o satélite tecnologias de liberdade, tanto quanto foi a imprensa em outros tempos. Seguindo a trilha de Pool, em 2008, Jenkins (2009) propôs que determinadas tecnologias suportam mais a participação do que outras e defendeu que as novas tecnologias midiáticas possibilitam o fluxo de um mesmo conteúdo por diferentes canais assumindo formas diferentes nos pontos de recepção. Quando fala em convergência, Jenkins se refere ao:

(...) fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercado midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformação tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. (JENKINS, 2009, p. 29)

Jenkins (2009) observa que a circulação de conteúdos por diferentes meios “depende fortemente da participação ativa dos consumidores” e que a “convergência

³¹ Esse foi o primeiro programa da televisão brasileira transmitido *online*, via internet. Nele, o pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology*-MIT) Nicholas Negroponte falou sobre as transformações comunicacionais e as novas formas de aprendizagem. A entrevista foi concedida ao jornalista Paulo Markun e contou com a participação de convidados. Negroponte é considerado um visionário da era digital, uma espécie de profeta. A entrevista foi realizada no dia 10 de janeiro de 2000.

representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (p. 29-30). A convergência, portanto, não trata apenas de um processo tecnológico que une múltiplas funções e o pesquisador acredita não ser possível separar a cultura da conexão dos processos de convergência, tampouco deve-se deixar de considerar as mediações da sociedade. Para esse pesquisador,

convergência e conexão são o que impulsionam a mídia agora e aquilo que assegura que a mídia seja importante em todos os níveis, desde o mais micro e hiperlocal, até o mais macro. Se a nossa sociedade é mediada, é POR CAUSA³² da convergência e da conexão, porque todos os aspectos das nossas vidas são tocados pela mídia e porque mais e mais de nós temos a capacidade de comunicar nossas ideias por meio de múltiplos canais de mídia. (JENKINS, 2016, p. 216)

O mais inovador, segundo Jenkins, seriam as mudanças relativas ao entendimento que passamos a ter sobre cultura de mídia, principalmente a partir da metade da primeira década do Século XX, que envolve participação mais intensa e mudanças no fluxo de produção de informação, conteúdo e conhecimento: os meios de comunicação de massa deixaram de ser entendidos como os principais agentes do processo comunicacional para se tornarem uma parte do processo.

Cultura participativa é, então, uma expressão que indica a mudança no modo como as audiências passaram a ser entendidas: na cultura de massa, elas eram vistas como passivas e a dicotomia entre produtores e consumidores de mídia encontrava-se bem presente. Não podemos afirmar, no entanto, que os papéis definidos em termos de produção de mídia tenham desaparecido, uma vez que ainda existem meios e profissionais produzindo de forma sistemática, tanto para os veículos tradicionais quanto para os mais alternativos, especialmente na internet.

Jenkins sugere, no entanto, que não se fale mais em produtores e consumidores de mídia como ocupantes de “papéis” separados. Em vez disso, ele diz, podemos considerá-los como “participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo” (JENKINS, 2009, p. 30). Em uma entrevista publicada na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, em 2016, Jenkins afirmou que:

³² Caixa alta conforme texto original.

(...) todos os eventos são eventos de mídia, na medida em que o que importa tem tanto a ver com a forma como eles são cobertos e a maneira como impactam os fluxos discursivos, quanto com o que ‘realmente acontece’ no mundo real. Cada evento tem o potencial de ser absorvido em múltiplas conversas, sendo reenquadrado e ao mesmo tempo reembalado e recirculado, redefinido conforme se transforma em um meme, por um lado, ou traduzido em conteúdo a ser difundido, por outro. (JENKINS, 2016, p. 216)

Importante também a consideração de Jenkins sobre a dificuldade, no contexto atual, em distinguir comunicações interpessoais, organizacionais e de massa. Mas, ele também afirma que a facilidade com que os conteúdos fluem do pessoal para o público, apenas com o uso do mouse, não deve ser entendida, no entanto, como uma simplificação do processo. É importante registrar que, quando me refiro a mídia, levo em consideração mudanças profundas nos cenários comunicacionais e a necessidade, tal como aponta Shirky (2011), de buscar novas formas de pensar e problematizar esse conceito.

Esse autor diz que, no sentido mais tradicional ou mais corriqueiro nos estudos de comunicação e de educação, mídia pode se referir a um processo, a um produto ou a uma produção. Ele cita como exemplo a televisão, entendida como um meio de comunicação, portanto, uma mídia, que tanto pode ser representada pelo suporte físico (o aparelho), pelo processo de produção (o ato de fazer televisão) e pelo produto final (novela, seriado, telejornal).

A sugestão de Shirky (2011) é que precisamos de uma nova conceituação para a palavra mídia que dispense conotações do tipo “algo produzido por profissionais para o consumo de amadores” (p. 52). Ele parece seguir na mesma direção que Jenkins (2016), que propõe considerar que há um novo conjunto de regras que devem ser levadas em consideração para pensar os processos comunicacionais. Assim, não cabe considerar mídia em sua estrita relação com a indústria cultural e seus produtos, mas com os eventos que dizem respeito à vida de grande número de pessoas que interagem nas redes sociais digitais e que não se enquadram, necessariamente, nas dimensões tradicionalmente consideradas como consumidores e produtores. Assumo, portanto, que mídia, atualmente, é:

(...) o modo como você fica sabendo quando e onde vai ser a festa de aniversário do seu amigo. Mídia é o modo como você fica sabendo o que está acontecendo em Teerã, quem governa Tegucigalpa ou qual é o preço do chá na China. Mídia é o modo como você fica sabendo que nome sua amiga deu ao bebê. Mídia é como você descobre por que Kierkegaard discordou de Hegel. Mídia é como você fica sabendo onde é sua próxima reunião. Mídia é como você fica sabendo de tudo que fica a mais de dez metros de distância. Todas essas coisas costumavam ser divididas em mídia pública (como comunicação visual e impressa feita por um pequeno grupo de profissionais) e mídia pessoal (como cartas e telefonemas, feitos por cidadãos comuns). Atualmente, essas duas formas estão fundidas. (SHIRKY, 2011, p. 52)

Shirky (2011) diz, ainda, que as redes sociais digitais estão aumentando a fluidez das mídias e que já não faz sentido separar mídia pública de mídia privada. A primeira, numa concepção mais tradicional, seria aquela de mão única – como a televisão, o jornal, as revistas e o cinema – e a segunda, de mão dupla – como o telefone e as cartas. O que temos agora, segundo o autor, é uma terceira opção, um tipo de mídia de mão dupla que opera numa escala do privado para o público e que não distingue tão facilmente a produção da recepção. Sobre isso, Shirky diz que:

Toda mídia pode agora deslizar de uma para outra. Um livro pode estimular uma discussão pública em mil lugares simultâneos. Uma conversa por e-mail pode ser publicada por seus participantes. Um ensaio destinado ao consumo público pode ancorar um argumento privado, cujas partes se tornarão públicas mais tarde. Nós nos movemos do público para o privado e vice-versa por caminhos que não eram possíveis numa época em que mídias públicas e privadas, como o rádio e o telefone, utilizavam diferentes dispositivos e diferentes redes. (SHIRKY, 2011, p. 54)

Essa falta de distinção entre o público e o privado e os deslizamentos possíveis entre os ambientes midiáticos – uma conversa ou interação entre ouvintes de uma rádio, por exemplo, que circulam por meio dos comentários na página da emissora na internet – têm provocado mudanças na relação com a mídia e, também, na própria dinâmica das mídias de massa. Shirky (2011) argumenta que não podemos acreditar, de forma linear e simplista, que a tecnologia por si só – seu uso – esteja mudando o modo como nos relacionamos cultural e socialmente. A tecnologia nasce com e na sociedade, é uma invenção ou criação dentro de um contexto específico e peculiar e isso significa que algo só existe porque há condições que permitem e justificam a sua existência. Só existe o que é para existir e nada é alheio à sociedade ou à cultura (SHIRKY, 2011).

Fausto Neto (2006) acredita que estamos diante de uma nova forma de organização e produção social, na qual o capital não está mais a serviço da produção e sim dos fluxos e da circulação. Segundo ele, as mídias não podem mais ser consideradas

apenas como instrumentos organizadores, pois na sociedade midiaticizada – ou em vias de midiaticização – as mídias são instituidoras de modos de organização, de participação e de interação. Para esse autor:

É na esfera da circulação, e das condições em que a mesma se realiza, que as realidades são afetadas por suas lógicas, produzindo-se a emergência de novas formas de interação até então não previstas por aqueles estudiosos clássicos que pensaram a sociedade e seus fenômenos coletivos. Ocorrem mudanças nos modos através dos quais o capitalismo organiza a vida social - suas estruturas e o modo de agir dos seus atores, dando origem às novas formas de mediação/intermediação. (FAUSTO NETO, 2006, p. 4)

Esses novos modos de significar o “real” podem ser pensados em termos de hiperinflação visual, como sugere Moraes (2006), para quem a velocidade se impõe como uma necessidade e também como uma virtude. Segundo ele, “as relações sociais e os processos de produção simbólica estão cada vez mais midiaticizados – isto é, sob a égide de mediações e interações baseadas em dispositivos teleinformacionais” (MORAES, 2006, p. 11). O autor fala, ainda, sobre o que considera ser uma “febre midiática”, que se constitui em um imperativo para a fixação de valores e crenças, e para a consolidação da lógica da lucratividade em todos os ramos culturais.

A velocidade, na visão de Moraes (2006), é uma tirania e a sociedade parece demonstrar não ser capaz de atualizar sua existência a cada segundo, ainda que essa seja uma exigência para quem vive e pensa em rede. A cultura ligada em rede assume, dessa forma, o navegar constante no ciberespaço, uma busca frenética por informação, sendo a opinião um imperativo para estar presente no ambiente digital. Podemos dizer que há mudanças na forma de conceber as interações e as relações que têm sido estabelecidas até então com a mídia. Fausto Neto entende que:

(...) ao invés do ato social, a rede. Do vínculo, ao fluxo. Do contrato social, à terceirização generalizada. Referências fundacionais são mandadas para os ares, consequências da lógica reinante da sociedade segundo a qual “vivemos no ar”, a tal da modernização líquida aludida por Bauman. Também se manifestam mudanças nos ritos das instituições, como por exemplo, o declínio das religiões instituídas nas grandes racionalidades, em favorecimento de uma emergente religiosidade flutuante, organizada em torno de novos ecletismo e sincretismo. Mudam as relações pessoais e familiares. (FAUSTO NETO, 2006, p. 4)

Braga (2002) também nos aponta que a midiaticização não ocorre em função da tecnologia, mas diz respeito aos fenômenos da interação humana e se constitui em um elemento para pensar o fenômeno da comunicação. É preciso pensar na midiaticização,

segundo ele, como um processo social e não apenas em termos de meios de comunicação, ainda que esta última abordagem seja muito difundida. Para Braga, há processos que estão além dos meios que precisam ser investigados e também problematizados em sua articulação com outros campos que dialogam e interagem com a Comunicação, entre eles a Educação e a Cultura.

No livro “Cultura da Participação”³³, Shirky (2011) aborda as mudanças ocorridas na sociedade diante dos fenômenos contemporâneos da conexão e da participação a partir da compreensão do que ocorria na cidade de Londres nos anos 1720 e do que ele chama de excedente cognitivo. Naquele período, “Londres ficava bêbada com gim”, uma bebida que tinha se transformado em um anestésico para os problemas que surgiam junto com a urbanização da vida. O crescimento do consumo da bebida aliado ao crescimento da população³⁴ fez surgir preocupações com saúde, segurança, condições de vida e, muito particularmente, com as mudanças nas normas sociais, uma vez que não apenas os homens passaram a consumir a bebida, como as mulheres começaram a se reunir em lugares públicos para beber (SHIRKY, 2011).

A industrialização, segundo Shirky, criou não apenas novas formas de trabalho, como novos modos de vida. A chegada da população rural à cidade afetou um modo de vida já consolidado e levou a novas necessidades, assim como a estranhamentos e questionamentos sobre a “validade” desse novo modo de viver que se desenhava. Num primeiro momento, na tentativa de resolver o que seria um problema, o governo atacou o gim, proibindo a sua comercialização. A proibição não levou à abstinência em relação à bebida, mas a atos de resistência: a população encontrou formas de comercializar o produto, clandestinamente, por outros meios.

O que houve, segundo o pesquisador (SHIRKY, 2011), foi que, naquela época, as mudanças sociais e culturais que ocorriam em Londres foram, pelo menos em um primeiro momento, vistas como problemas. Tanto o governo quanto os cidadãos londrinos se sentiram ameaçados por novos personagens que passaram a ocupar o espaço público. Os lugares até então ocupados por um tipo de cidadão passaram a ser questionados e confrontados com a presença de outros cidadãos, que começavam a reivindicar, com suas ações e presenças, o uso do mesmo espaço. Com a ineficácia da

³³ Na tradução para o português o livro recebeu este título. No original é “Cognitive Surplus: creativity and generosity in a connected age” (Excedente Cognitivo: criatividade e generosidade na era conectada).

³⁴ Segundo o autor, em 1650, um a cada 25 cidadãos vivia na área urbana. Em 1750, um a cada 10 cidadãos ingleses vivia em Londres.

proibição de comercializar o gim, o governo decidiu, então, incentivar a reestruturação da sociedade, investindo na reconfiguração dos espaços públicos. A partir desse momento, a densidade populacional e a chegada de novos personagens ao cenário urbano deixou de ser tratada como um problema (SHIRKY, 2011).

Shirky segue em sua análise apontando as semelhanças entre esse movimento ocorrido em Londres, nos anos 1720, e o início das transmissões de programas de televisão³⁵ que fez surgir o hábito, entre as famílias medianas nos Estados Unidos da América, de reunir-se em frente ao aparelho de TV. O hábito passou a ser uma prática cultural familiar e a TV, diz o pesquisador, passou a ser o “novo gim”. A sociedade urbana se tornava cada vez mais complexa, pois o trabalho produtivo começava a ser substituído pelo trabalho intelectual, provocando mudanças nas relações de trabalho, além de impor novas exigências a trabalhadores e suas famílias. Com o desenvolvimento de tecnologias, o tempo antes gasto na produção passou a ser tempo livre e as pessoas deixaram de usar os espaços públicos para gastar esse tempo em frente à televisão.

Após a Segunda Guerra Mundial, a TV passou a ser uma opção para consumir o tempo livre e muitos estudos tentaram dar conta dos efeitos desse consumo midiático. Shirky (2011) acredita, no entanto, ser mais produtivo entender o motivo do consumo. Pensar sobre o tempo livre e o que ele significa na sociedade contemporânea, bem como a forma como ele vem sendo ressignificado ao longo da história, é considerado por Shirky importante para compreender o que ocorre com o uso que as pessoas fazem da tecnologia e de como esse uso e essa prática têm mudado a forma como estamos nos relacionando em rede. O hábito de ver TV substituiu outros hábitos, como dormir, ler, passear nas praças com a família e os amigos.

O que ocorre hoje, com o uso da internet e principalmente das redes sociais digitais, pode ser pensado como decorrência, não de um processo evolutivo de mudança, mas como uma transformação cultural. Afinal, as pessoas continuam gastando seu tempo livre em atividades como assistir à televisão, ler e passear em locais públicos e gastar tempo ou procurar o que fazer com o que sobra dele não é um fenômeno recente, como já apontado por Shirky (2011). O que ocorre, no entanto, é que as pessoas deixaram de

³⁵ Em 1939, foi realizada, oficialmente, a primeira transmissão de TV, com imagem e som, durante a abertura da Feira Mundial de Nova York. A transmissão incluiu um discurso do presidente Franklin Delano Roosevelt, o primeiro presidente a aparecer na televisão. A invenção da televisão pode ser considerada a partir de experiências desenvolvidas por vários cientistas, de várias partes do mundo, desde 1817. A NBC estreou em 1941, nos Estados Unidos, apresentando o formato mercadológico da comunicação de massa, com anunciantes e patrocinadores para garantir a programação. No Brasil, a televisão chegou na década de 50, por iniciativa do jornalista e empresário Assis Chateaubriand. Ele fundou a TV Tupi em 1950, na cidade de São Paulo (ABREU e SILVA, 2012).

ser meros públicos receptores à frente de um aparelho de TV, sem qualquer poder de influência direta na produção dos conteúdos, e passaram a ter um outro tipo de relação com os meios, diante da possibilidade de participação, de produção e de reprodução de conteúdo.

Em 2016, um aplicativo para ser baixado no celular causou polêmicas, rendeu discussões acaloradas nas redes sociais digitais (muitas limitadas a ser contra ou a favor) e provocou educadores e pesquisadores a refletirem sobre o assunto. O aplicativo, que responde pelo nome de “Pókemon Go”, mostrou, para um grupo de entusiastas, ser capaz de tirar as pessoas da frente do computador, do isolamento de seus quartos e salas e levá-las para as ruas, praças, museus, lojas, metrô. Este jogo de realidade aumentada, que só permite ser jogado nos aparelhos de telefone celular, conquistou adeptos no mundo todo e levantou questões importantes sobre as mudanças pelas quais estamos passando.

A mesma tecnologia que nos levou para dentro de nossos lares e colocou o mundo na palma da mão é aquela que prometia levar jovens e adolescentes de volta as ruas para interagir, desta vez na caça de um bicho virtual, que pode surgir em qualquer lugar para onde você aponte a câmera do seu aparelho. Mas, a impressão que tenho é que essas análises celebratórias sobre o jogo se mostraram limitadas por pensarem na ambiência comunicacional que vivemos a partir do isolamento e não da individualidade. Mostrou-se, desse modo, uma dicotomia, entre mundo real e mundo virtual, que não se sustenta mais.

Os movimentos de resistência e de protestos nas ruas do mundo todo e do Brasil, especialmente a partir de 2013, nos leva a pensar nessa relação entre “mundo real” e “mundo virtual” para além das apocalípticas previsões de isolamento e comprometimento dos laços sociais. Enquanto muitos consideram as redes sociais como um mito da caverna revisitado, Castells (2017) as considera espaços de autonomia para troca de informações e partilha de sentimentos de indignação e esperança. As redes sociais são, nessa última perspectiva, lugares de produção de significados, operadas por meio de processos de comunicação que extrapolam o domínio da comunicação interpessoal. “A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social” (CASTELLS, 2017, p. 21).

Voltando à televisão e ao tempo livre, resalto que Shirky (2011) destaca estudos que mostram que a população americana passa 200 bilhões de horas por ano assistindo a programas de televisão. Estudos mais recentes, segundo ele, mostram que esse tempo vem caindo com as pessoas se dedicando a outras atividades, entre elas a participação na rede

digital. Sua conclusão é que as pessoas estão usando o tempo livre, antes consumido passivamente à frente da televisão, para produzir na internet. Nas mídias sociais, essa produção ocorre ainda que o usuário apenas assista a um vídeo no Youtube, o que, inicialmente, pode ser considerada uma prática igual àquela em que se assiste a programas na televisão.

A diferença, no entanto, está na participação e na produção que decorre (ou tem potencial para decorrer) dessa prática. No Youtube, o internauta pode compartilhar, comentar, incorporar novos elementos ao produto original e editá-lo, subtraindo partes, incluindo trilha sonora ou dando a ele finalidade outra que não a pensada por seu autor. Essa participação proporcionada pela cultura conectada em rede é chamada por Shirky (2011) de excedente cognitivo. Isso significa, na visão desse autor, que as pessoas estão usando o tempo livre para produzir e essa produção a que ele se refere tanto pode ser entendida no sentido mais tradicional, quando, por exemplo, usuários criam e distribuem textos elaborados e conteúdo opinativo, quanto pode ser entendida de modo menos conservador, ao incluir todas as ações desenvolvidas nas mídias sociais e nas redes sociais digitais, entre elas o ato de postar e de comentar.

Tanto Shirky (2011) quanto Jenkins et al (2014) defendem que é preciso rever o dualismo presente na ideia de participação ativa e participação passiva, uma vez que o simples fato de estar presente na rede, visualizando um conteúdo, já pode ser considerado como participação. Nesse ponto, acredito ser importante destacar algumas questões que me levam a distinguir participação de interação nas redes sociais digitais, dois conceitos tomados, muitas vezes, como sinônimos. Jenkins et al (2014) propõem que há diferenças importantes nesse dois conceitos e que essas diferenças dizem respeito tanto ao aparato tecnológico quanto às práticas dos usuários frente a esses aparatos.

Os autores dizem que a interação é proporcionada pela interface, pelo equipamento, pelos programas de internet e isso ocorre desde que as tecnologias passaram a fazer parte da vida empresarial e pessoal. Nessa perspectiva, empresas e consumidores usam máquinas e interagem muito mais com elas do que por meio delas. Exemplo disso é quando são usadas máquinas de calcular ou quando se compra café em máquinas expressas e de autoatendimento. Nesses casos, tomando as reflexões de Jenkins et al (2014) como referência, é possível dizer que há interação entre sujeitos e máquinas, mas não há algum tipo de participação que sugira ou denuncie sua presença no mundo. A resposta da máquina, nos exemplos mencionados, será sempre a esperada: o cálculo matemático exato ou o café escolhido.

Podemos pensar que há, sim, a participação relativa do sujeito no processo, uma vez que é a partir do seu desejo e de uma série de ações coordenadas por ele que a máquina oferece a resposta. No caso do café, o sujeito escolhe a bebida, deposita o valor referente a ela e aperta o botão para informar à máquina que está tudo pronto e que ela pode realizar sua tarefa. Com a tarefa sendo realizada pela máquina e oferecendo ao sujeito o produto pronto, sem possibilidade de alterações que não as previamente definidas – o tipo de café, a quantidade de açúcar, o valor –, poderíamos, sim, sugerir que ele participa passivamente do processo.

Mas, a ideia de participação, segundo Jenkins et al (2014), adquire outra conotação quando pensada em relação à cultura digital, uma vez que não faz mais sentido o binarismo participação ativa *versus* participação passiva. Os autores consideram que esse binarismo seria um problema quando se analisa um dos fenômenos considerados fundamentais na cultura da conexão, que é o da propagabilidade. Importa mais, segundo eles, o modo como um conteúdo se propaga do que a quantidade de pessoas que têm acesso ou participam dele.

Participação, então, no espaço digital, relaciona-se a fazer propagar conteúdos e não, necessariamente, a produzir conteúdos ou a provocar algum efeito além do estabelecido previamente pela interface ou tecnologia. Ao sugerirem que o “como” é mais importante que o “porquê”, Jenkins et al (2014) me levam, mais uma vez, a questionar a “autonomia” e “liberdade” implicadas no uso e nas práticas das redes sociais digitais, principalmente, se pensarmos no quanto os robôs estão influenciando o debate público e a propagação de ideias e conteúdos na internet, conforme já mencionei no início desse capítulo.

As facilidades da interface do site de rede social aliadas à posse de um dispositivo móvel permitem a publicação em qualquer horário, de qualquer lugar e sobre qualquer assunto. Não restam dúvidas de que estamos diante de mudanças culturais profundas e que estas se relacionam à “emergência de um novo conjunto de valores definidos como individuação e autonomia” (CASTELLS, 2017, p. 200). O conceito de autonomia refere-se a atores individuais e coletivos e diz respeito à capacidade “de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses”. (p. 200). Postar e comentar no Facebook são práticas culturais que revelam a transição da individuação para a autonomia do sujeito.

O caso da desembargadora que compartilhou uma postagem com falsas informações sobre a vereadora Marielle Franco³⁶ é um bom exemplo sobre o modo como a liberdade oferecida pela internet se traduz em autonomia. No dia 19 de março, a desembargadora do Rio de Janeiro Marília Castro Neves compartilhou uma postagem que acusava a vereadora de estar “engajada com bandidos” e de ter sido “eleita pelo Comando Vermelho”. As informações eram falsas (*fakenews*). Após a repercussão de seu comentário, a desembargadora publicou uma retratação em seu perfil no Facebook.

No afã de defender as instituições policiais, ao meu ver injustamente atacadas, repassei de forma precipitada, notícias que circulavam nas redes sociais. A conduta mais ponderada seria a de esperar o término das investigações para então, ainda na condição de cidadã, opinar ou não sobre o tema.³⁷

Tanto a postagem da desembargadora quanto, posteriormente, sua retratação, demonstram que o conceito de participação, conforma aponta Jenkins et al (2014), se alinha muito mais a esse momento de hiperconexão que vivemos, uma vez que a participação supõe, sim, a interação com as máquinas, mas ela extrapola a ideia original. Participar significa colocar em movimento um modo de existir, não por meio da máquina, mas com ela. A participação e a urgência nervosa de estar presente transforma as relações, na era da velocidade e da efemeridade. O tempo presente, o tempo que importa é o da exposição, da participação. Marcondes Filho (2001) destaca que digitalização, velocidade e excesso de informação – principais componentes da era tecnológica – interferem na ordenação do mundo. E esses componentes provocam não apenas mudanças nos modos de fazer, mas nos modos de conceber o que se faz.

³⁶ Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2014. Seu campo de atuação era voltado para os direitos humanos, as populações das periferias, os negros, as mulheres e outras minorias. Ela era relatora de uma comissão formada na Câmara Municipal para investigar abusos de poder cometidos durante a intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro. Marielle foi executada com cinco tiros, no dia 14 de março de 2018, após ter denunciado policiais que estariam sendo acusados de “aterrorizar” moradores na favela de Acari. Sua morte provocou protestos e manifestações em todo o Brasil e também no exterior. Até a conclusão dessa tese, no dia 30 de junho de 2018, o Estado ainda não havia solucionado o caso e acusado os responsáveis

³⁷ “Desembargadora que acusou Marielle de ser ‘engajada com bandidos’ diz que se precipitou”. Gaucha ZH, 19/03/2018. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/03/desembargadora-que-acusou-marielle-de-ser-engajada-com-bandidos-diz-que-se-precipitou-cjeyt4z7n04gw01r4ibzy5egm.html>

1.3 Redes sociais digitais

COMENTÁRIO 1 – Começo a concordar com a Anatel, é muita gente com Internet ilimitada e tempo ilimitado pra cuidar da vida alheia. (sujeito feminino, página do Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

As redes sociais digitais conquistaram bastante relevância na sociedade e para os processos de comunicação, principalmente nos últimos cinco anos³⁸. Do ponto de vista do que se pode mensurar, essa relevância pode ser medida em números que se relacionam diretamente com o crescimento do uso da internet no Brasil e no mundo. Dados da Pesquisa TIC Domicílios 2015³⁹ (BRASIL, 2016) mostram que 58% da população no Brasil usava a internet naquele ano, o que representa um crescimento de 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2014. Já em 2016, havia 116 milhões de brasileiros usando a internet, sendo que, desses, 94,2% enviaram ou receberam mensagens de texto, voz ou imagens por meio de aplicativos, o que inclui redes sociais como o Facebook (IBGE, 2016)⁴⁰.

O crescimento do uso da internet também se reflete no uso das redes sociais digitais e na maior participação do público jovem nessas redes, com 85% deles usando a internet no período compreendido pela pesquisa. A Associação Brasileira de Telecomunicações, instituição que representa as operadoras do setor, diz que o número de acessos à internet por dispositivos móveis ultrapassou os 200 milhões em 2017. O Brasil já conta, atualmente, com 5.030 municípios com acesso por telefonia móvel, o que permite dizer que o serviço cobre 98,4% da população.

O comentário feito pela usuária do Facebook e reproduzido no início desse item aponta para essa percepção do aumento de pessoas conectadas à internet e com possibilidade de se expressar, de se comunicar e de interagir. O comentário dela se refere à grande repercussão, nas redes sociais, da reportagem sobre Marcela Temer, esposa do então vice-presidente da República, Michel Temer, que originou a hahstag

³⁸ Quando falo da importância das redes sociais digitais, não o faço numa simples atribuição de valor, mas no sentido de que não é possível ignorar seus efeitos nos modos como as pessoas estão vivendo, se relacionando, atuando nos espaços públicos e privados, na educação, na comunicação, no mundo do trabalho e na política.

³⁹ A pesquisa mede acesso, uso, posse e hábitos da população brasileira nos três meses anteriores à pesquisa. Para obter os dados, foram feitas entrevistas face a face em 23.465 domicílios de todo o território nacional, no período de novembro de 2015 a junho de 2016. Um recorte por classe social aponta que o uso é maior entre os mais abastados: 95% na classe A; 82% na classe B; 57% na classe C; e 28% na classe C/D.

⁴⁰ Esse estudo foi divulgado no dia 21 de fevereiro de 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#belarecataedolar e gerou muita polêmica. A usuária aponta, em seu comentário, para a relação entre conexão e participação.

O jornalista Pedro Dória (DÓRIA, 2017), em artigo publicado no jornal Estado de São Paulo, apresenta dados sobre o uso da internet no mundo a partir de uma compilação feita pela jornalista norte-americana Gina Smith, no site NewDomain⁴¹. Ele diz que somos, hoje, 3,7 bilhões de usuários *online*, sendo que 49% vivem no continente asiático. Os europeus são a segunda maior população de usuários, representando 17% do total, e os latino-americanos contabilizam 10,7%. A velocidade do crescimento no número de usuários chega a ser assustadora. Em 1995, quando a internet comercial se popularizou, havia 1 milhão de usuários e foram necessários dez anos para que chegasse a um bilhão e mais cinco para o segundo bilhão.

Há indícios, no entanto, de que o crescimento do uso e do acesso à internet tenha se estabilizado, devido à diminuição do ritmo verificada nos últimos anos. Os motivos apontados são dois: os investimentos são altos e as empresas e governos não levam os acessos às áreas remotas ou rurais, por exemplo. O outro motivo é que 56% da população mundial têm baixa renda, o que não as exclui necessariamente, mas leva as empresas a não oferecerem condições adequadas, com conexão de baixa qualidade ou ineficiente.

Outro dado apresentado por Dória (2017) está relacionado ao número de sites, que diminuiu do ano de 2014 para 2015. Acredita-se que as pessoas frequentem menos os sites e mais as redes sociais digitais. Também podemos relacionar esse dado ao fato de que sites e blogs estão presentes, em grande escala, nas redes sociais, principalmente no Facebook. Em artigo publicado no portal “Observatório da Imprensa”, o jornalista Paulo Roberto Junior (JUNIOR, 2015) reproduz um gráfico⁴² no qual indica ser o Brasil o primeiro colocado entre países que mais consomem notícias por meio do Facebook. Os dados mostram que 67% dos usuários acessam o site de redes sociais em busca de informação⁴³.

Os elementos constitutivos das redes sociais – atores, conexões e capital social – podem ser considerados importantes para que se procedam análises nos processos de

⁴¹ <https://www.domain.com/>

⁴² Gráfico produzido pela Quartz, agência norte-americana, que divulga informações sobre economia global.

⁴³ O jornalista destaca outros estudos que mostram essa realidade de busca de informação pelas redes sociais. A pesquisa “Democratização da Mídia”, divulgada em 2013 pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública (NEOP) da Fundação Perseu Abramo, mostrou que a internet é a fonte primária na busca de informações e notícias para 68,6% da população. Já o estudo Trust Barometer 2015, elaborado pela empresa de relações públicas Edelman Significa, revela ainda que, no Brasil, as ferramentas de buscas na internet aparecem em primeiro lugar em nível de confiança. (JUNIOR, 2015)

interação mediados por computador (RECUERO, 2009). Os atores, segundo Recuero, são o primeiro elemento da rede social (*nós ou nodos*), são as pessoas envolvidas na análise, são as partes que formam e moldam as estruturas sociais por meio da interação e da constituição de laços sociais. No caso do ciberespaço, ainda segundo Recuero, trabalha-se com representações dos atores sociais ou com construções identitárias. Isso significa que os atores sociais no ciberespaço podem ser representados por seu próprio perfil, por um blog ou por uma página.

Os atores sociais são representações, lugares de fala, lugares de interação e a autora considera que “há um processo permanente de construção e expressão de identidade por parte dos atores no ciberespaço” (RECUERO, 2009, p. 26). Esse processo perpassa a apropriação dos espaços, que funcionam, segundo a pesquisadora, como uma presença do “eu” (*aspas da autora*) no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. A percepção do outro é essencial para que haja interação, mas, no ambiente digital, faltam informações, que são oferecidas apenas nas interações face a face, como gestos, expressões faciais, tom de voz. Isso faz com que seja necessária a produção de elementos que levem à identificação do outro enquanto interlocutor, de forma a provocar a interação.

A imagem de perfil é um importante e significativo elemento de identificação, pois ela não apenas representa o usuário como oferece informações que levam o outro a reconhecer, se identificar e produzir sentidos. Mas, a imagem de perfil não se presta apenas a identificar o usuário que se apresenta (e é representado) na rede social digital. O perfil pode se transformar em uma causa, em um modo de resistência ou de apoio a uma causa ou pessoa, em um instrumento de crítica e de exposição de ideias ou ainda ser um modo de marcar mudanças na própria identidade⁴⁴. Um caso recente que trago como exemplo foi o assassinato da vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro Marielle Franco⁴⁵.

Logo após sua morte, várias pessoas substituíram suas imagens de perfil no Facebook pela imagem dela, junto à *hashtag* **#MariellePresente**, como forma de manifestar a indignação diante de sua execução e para exigir empenho das autoridades na investigação do caso. Essa ação, de substituir a foto de perfil, aponta para um uso

⁴⁴ É bastante comum no Facebook o uso de perfis duplos, geralmente entre casais heterossexuais. Nesse caso, usa-se uma imagem do casal e o nome do perfil é composto pelo nome dos dois (por exemplo: MarcileneJoão). Há também casos de pessoas que mudam a foto de perfil para marcar mudanças em sua aparência (um novo corte de cabelo), para indicar mudanças familiares (o nascimento do filho, o casamento, a morte de alguém) ou ainda para destacar preferências das mais diversas, como musicais e gastronômicas.

⁴⁵ Ver nota 37.

individualizado que se faz da rede e, ao mesmo tempo, para um processo de interação social por meio da identificação com uma causa e da agregação de valor à sua presença na rede social.

Esse movimento de substituição da imagem do perfil ocorreu, também, por ocasião do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, da prisão do ex-presidente Lula e da aprovação do projeto de lei, pelo congresso norte-americano, que reconheceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo⁴⁶. Esse modo de representar-se pode ser tomado como um ato de resistência, protesto e denúncia, apontando para a individualidade exercida em rede, que segue na direção do argumento de Castells (2005) de que não há isolamento na sociedade em rede; há individualidade em rede.

As redes sociais digitais e as práticas culturais que elas ensejam por meio de suas ferramentas – produzir, comentar, curtir, compartilhar, observar – potencializam a percepção da compressão do tempo e da relativização das distâncias e barreiras geográficas. Tem-se a sensação de que “todos” estão conectados e de que nada existe que não esteja – ou tenha potencial para estar – na grande seara de conexões, relações e interações proporcionadas pela internet e pelas redes sociais digitais, especialmente, pelo Facebook⁴⁷.

Essa sensação também nos faz perceber nossa própria condição de maneira distinta, uma vez que podemos, por meio da mediação tecnológica, falar para uma audiência que se encontra muito além do nosso alcance geográfico. Podemos pensar que a sociedade em rede é a nossa sociedade, conforme já menciono no início desse capítulo, e que o ambiente digital, ao se constituir no nosso espaço de existência, de interação e de participação, é uma espécie de novo espaço público. Não um espaço à parte, para onde podemos ir e nos refugiar, mas um espaço do qual fazemos parte ainda que não estejamos conectados. Isso significa que a interação de outros com o nosso perfil nas redes sociais digitais, desde que tenhamos um perfil ativo, independe de estarmos *online*. Nosso perfil

⁴⁶ É comum que os usuários do Facebook recebam sugestões para que substituam suas fotos de perfil em diversos momentos, com temas disponibilizados pelo site ou por alguma instituição. Isso costuma ocorrer por exemplo em datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia Internacional da Mulher, Dia do Orgulho Gay e Dia das Crianças, e também em relação a movimentos políticos, como por ocasião do casamento gay nos Estados Unidos, e de eventos esportivos de grande repercussão, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

⁴⁷ O Facebook é considerado o maior serviço de rede social em operação no mundo, com mais de 1,5 bilhão de usuários ativos. O Facebook considera usuário ativo aquele que acessou o serviço pelo menos uma vez no último mês anterior ao levantamento. Os dados sobre número de usuários foram levantados pelo próprio Facebook e divulgados por meio do relatório *State of Connectivity 2015*. O estudo é realizado anualmente para analisar a conectividade global está disponível no endereço <http://newsroom.fb.com/news/2016/02/state-of-connectivity-2015-a-report-on-global-internet-access/>, acesso em 18 de fevereiro de 2016, às 17h30.

nos representa e é com ele que ocorrem as interações enquanto nos encontramos desconectados.

No mês de julho de 2017, o Jornal Hoje⁴⁸ abordou, por meio de uma série de cinco reportagens, o universo das redes sociais digitais, o comportamento dos usuários, o alcance sem fronteiras que as redes permitem e as novas tecnologias. Entre outras coisas, a série de reportagem mostrou que pessoas se tornam influentes nas redes sociais por compartilharem, principalmente, informações sobre suas vidas pessoais, suas opiniões, que envolvem falar sobre trivialidades do dia a dia, e por fazerem com que os fãs se sintam mais próximos.

A cantora Ivete Sangalo, por exemplo, que tem mais de 40 milhões de seguidores no Facebook, além de compartilhar informações sobre sua vida pessoal e suas experiências com os fãs, usa sua influência para protagonizar campanhas sociais, como a que fez para uma instituição que atende crianças com câncer ou para o Hospital de Amor, na cidade de Juazeiro, em que fala sobre a importância do exame de mamografia para a prevenção do câncer de mama. A atriz global Mariana Ruy Barbosa disse na reportagem que as redes sociais permitem que os fãs viajem junto com ela. Já o Padre Fábio de Melo, com mais de 60 milhões de seguidores, consegue falar para um público que não necessariamente o ouviria como padre, em uma igreja ou em um programa religioso.

A reportagem aborda também as polêmicas e as discussões intermináveis nas redes sociais digitais, uma vez que as opiniões, naquele ambiente, são fáceis, rápidas, sem muita reflexão, instintivas e impulsivas. Como todos querem ter razão, o ambiente digital se constitui em palco certo para as polêmicas e as “confusões”. A ideia da individualidade em rede, proposta por Castells (2005) se materializa na medida em que cada usuário se sente à vontade para se manifestar, afinal, trata-se da sua página pessoal, do seu perfil.

Mas, como disse a repórter responsável pela reportagem, a “sua página pessoal” está alojada em um espaço que é também um espaço público. Não há limites físicos, ainda que cada um esteja isolado e que sua interação seja mediada pela tecnologia. As redes sociais digitais, segundo o educador Mario Sérgio Cortella (CORTELLA, 2017), um dos

⁴⁸ Programa jornalístico produzido pela Rede Globo de Televisão e veiculado de segunda a sexta-feira, às 13 horas, em rede nacional. Na série redes sociais, apresentada por Juliana Falcoski, foram veiculadas cinco reportagens nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de julho de 2017. As reportagens estão disponíveis em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/quadros/redes-sociais/>.

entrevistados na série de reportagem, tiraram das pessoas o critério de seletividade. Segundo ele,

(...) qualquer um, mesmo que covarde ou idiota, pode se colocar numa rede ampliada e fazer com que sua perspectiva de opinião seja visibilizada por tanta gente. Nessa hora, tem muita gente que se utiliza das redes sociais para se meter na vida alheia. (CORTELLA, 2017)

Uma das reportagens da série fala sobre como as redes sociais digitais abrem caminho para a diversão, a interação, o conhecimento, as polêmicas e a proliferação das notícias falsas. A possibilidade de que todos possam, não apenas ter opiniões, mas expressá-las abre as portas para as ofensas e as expressões de ódio, que ficam documentadas num espaço que não é o “seu espaço” na rede social, mas um espaço ao qual todos têm acesso. Cortella (2017) diz que nas redes sociais é comum um tipo de conduta perigosa do tipo “nós somos nós e o resto é o resto”. Conduta essa que, segundo ele, “veda a capacidade de um diálogo ou de um debate que não seja um confronto”.

1.3.1 O Facebook

Ontem, o meio era a mensagem; hoje, o meio pode se arranjar sem a mensagem.
(BAUMAN e MAURO, 2016)

Quando foi criado, o Facebook⁴⁹ apresentou como missão “dar às pessoas o poder de compartilhar e tornar o mundo mais aberto”, mas, em 2017, a empresa assumiu uma nova missão: “dar às pessoas o poder de construir a comunidade e aproximar o mundo”. Ao falar sobre o motivo da mudança, Mark Zuckerberg afirma que ela ocorreu diante da responsabilidade em usar seus recursos para “fazer coisas positivas”⁵⁰. Algumas questões foram apontadas pelo CEO da empresa para a mudança de foco, entre elas a proliferação de perfis e notícias falsas (*fakenews*), as mensagens de ódio, as polarizações, os usos comerciais e a relação pouco transparente relativa aos dados de usuários. Zuckerberg reconheceu, durante o primeiro *Facebook Communities Summit*⁵¹, que o Facebook falhou

⁴⁹ O Facebook completou 14 anos no dia 4 de fevereiro de 2018.

⁵⁰ <https://oglobo.globo.com/sociedade/zuckerberg-facebook-assume-nova-missao-para-aproximar-mundo-21507035>

⁵¹ A manifestação de Mark Zuckerberg ocorreu durante o primeiro Facebook Communities Summit, realizado em Chicago, EUA, nos dias 22 e 23 de junho de 2017. O evento reuniu três administradores de Grupos. Entre eles estavam o “Lady Bikers of California”, iniciado por Terri Hendricks para reunir mulheres que andam de moto para se conhecer e apoiar umas às outras (LUCA, 2017).

na tentativa de ampliar a diversidade de opiniões ao acreditar que bastava, simplesmente, conectar pessoas e dar voz a elas.

Uma das “preocupações” de Zuckerberg, apresentada no evento mencionado acima, foi com a possibilidade de enfraquecimento das comunidades físicas pelo mundo. Por isso, disse que sua intenção é criar mecanismos para que as pessoas sejam estimuladas a participarem de grupos e comunidades *online* que sejam significativas para a organização de suas vidas no mundo *offline*. O desejo de Zuckerberg “é ter 1 bilhão de pessoas participando de grupos realmente “significativos” e que se tornem uma parte vital de suas vidas cotidianas e atividades comunitárias do mundo real (LUCA, 2017).

Independente do desejo de Mark Zuckerberg de mudar o mundo, ao definir metas para sua empresa ele estabelece uma hierarquia para o funcionamento das redes sociais a partir da plataforma. Ou seja, a participação, ainda que haja algum tipo de autonomia por parte dos usuários, estará sempre condicionada aos interesses maiores da empresa Facebook. Mas, não podemos ser ingênuos e acreditar que o Facebook seja uma espécie de “deus” com uma “mão invisível” capaz de manipular pessoas, redes e sociabilidades a partir, apenas, de sua arquitetura e das estratégias de seus gestores. A rede é instituída a partir de elementos externos a ela, mas esses elementos não podem ser consolidados – ou produzirem efeitos – sem que haja a intensa participação dos membros que tornam essa mesma rede possível (GUTIERREZ, 2016).

Assim, o Facebook é pensado nessa tese e nas reflexões sobre as identidades femininas produzidas nos comentários desde uma perspectiva que, não desconsiderando as questões técnicas e tecnológicas envolvidas nos processos de comunicação que por meio dele se estabelecem, foca seu interesse nas práticas culturais que se engendram a partir e com o uso da plataforma⁵². Nesse sentido é que as discussões empreendidas nesse capítulo sobre participação, interação e propagabilidade devem ser tomadas: como um percurso para a compreensão do Facebook e dos processos que se engendram e produzem, em última instância, sujeitos digitais.

Ao mudar o propósito do Facebook, de “dar o poder de compartilhar” para “dar o poder de construir”, Zuckerberg aponta para uma relação em que a participação se torna responsável por construir e mover o mundo, além de produzir relações de sentido sobre o

⁵² Apesar de ter consciência que site e plataforma são conceitos distintos e se referem a objetos igualmente distintos, uso um ou outro termo como sinônimo para me referir ao Facebook. Nos autores consultados, há referências tanto como site de redes sociais quanto como uma plataforma de redes sociais. Também me refiro ao Facebook, em vários momentos, como um serviço de redes sociais.

mundo. Aponto para essa lógica com a tese de que identidades femininas e sentidos sobre o feminino estão sendo construídos por meio dos comentários de usuários do Facebook. A possibilidade de participação, por meio da prática de comentar ou de outras ferramentas disponibilizadas pelo Facebook, não determina, por si só, o sucesso da rede ou as construções que se fazem ali.

Considero, no entanto, que se há algo capaz de determinar o sucesso do serviço, este seria o “estar na rede”, a incorporação de um modo de viver à experiência da sociabilidade. A máxima de que “aquilo que não se propaga morre” (JENKINS et al, 2014) faz todo o sentido, uma vez que a propagação depende tanto da ação dos usuários quanto da própria arquitetura e dinâmica do site de rede social Facebook. E essa dinâmica ocorre de tal maneira que se constitui uma dificuldade, para quem pesquisa no Facebook, acompanhar as mudanças e atualizações, tanto as que dizem respeito a atualização de status e compartilhamento de informações, quando as próprias mudanças promovidas na sua arquitetura e funcionalidades.

Desde que foi criado, em 4 de fevereiro de 2004, o Facebook não parou de crescer e inovar, se tornando o maior site de rede social do mundo. Em 2012, contabilizou 1 bilhão de usuários ativos em um mês; em 2017, a empresa anunciou que 1,94 bilhões de pessoas usavam seus serviços mensalmente em todo o mundo, de acordo com levantamento feito até o dia 31 de março daquele ano⁵³. Mas, quem navega todos os dias no site, nem sempre tem a dimensão do mundo de negócios que opera por trás da simplicidade da interface. O Facebook não apenas permite e potencializa negócios como é um grande negócio, capaz de produzir receita anual de US\$ 36 bilhões de dólares⁵⁴.

Apresento no quadro abaixo (Quadro 1) , uma linha do tempo do Facebook, que registra as principais transformações que ele sofreu desde sua criação.

⁵³ Houve um crescimento em número de usuários ativos de 17%, no ano de 2017, na comparação com primeiro trimestre de 2016.

⁵⁴ Entre julho e setembro de 2016, a receita do Facebook foi de mais de US\$ 7 bilhões (R\$ 22 bilhões), segundo informações da própria empresa. Nesse mesmo período, o site contou com 1,79 bilhão de usuários ativos, o equivalente a ¼ da população mundial. Em reportagem, a BBC Brasil (BBC, 2016) mostra que se o faturamento da empresa for dividido pelo número de usuários ativos no período, será possível perceber que cada usuário rende US\$ 4,01 (R\$ 12,54).

ANO	EVENTO
2003	Mark Zuckerberg criou o Facemasch, um site em que era possível escolher, entre duas fotos, a mais atraente. Para criar o site, ele invadiu o sistema de segurança de Harvard e copiou o endereço e as imagens, arquivados no anuário online.
2004	Mark Zuckerberg, junto com Andrew McCollu e Eduardo Saverin, lançou o site Thefacebook.com. Mais de 1,2 mil estudantes de Harvard se cadastraram no site nas primeiras 24 horas.
2005	O site começou a expandir para outras universidades nos Estados Unidos e em outros países, passando a se chamar Facebook, por sugestão do empreendedor Sean Parker, que assessorava informalmente o site e passou a ser o presidente do conselho da companhia. Nesse ano, foi disponibilizado o compartilhamento de fotos.
2006	O site passou a permitir que qualquer pessoa pudesse ter acesso desde que tivesse mais de 13 anos. No final do ano, havia 12 milhões de usuários.
2007	Nesse ano, o site registrou mais de 50 milhões de pessoas conectadas e disponibilizou várias novidades: a inclusão do celular como forma de acessar o site, de publicar e visualizar imagens enviadas por amigos; integração de aplicativos ao site; lançamento do serviço de páginas empresariais, do sistema de anúncios Facebook Adds e do sistema de métricas e dados sobre desempenho de páginas (Facebook analitics)
2008	O Facebook ultrapassou o MySpace e se tornou a maior rede social, com 100 milhões de usuários. Foi nesse ano que a identidade visual foi atualizada e que foi criado o chat e o primeiro aplicativo para iPhone. Nesse mesmo ano, MZ fez uma proposta de compra do Twitter, que foi recusada. O português falado no Brasil foi um dos idiomas adicionados neste ano.
2009	Oficialmente, esse foi o primeiro ano que o Facebook teve lucro. Foi criado o botão "curtir". O ano fechou com 360 milhões de usuários.
2010	Registrou 500 milhões de usuários. Foi criada a ferramenta de detecção de rostos, que permitiu a marcação de amigos, fazendo com elas aparecessem nos murais marcados. O filme a rede social foi lançado neste ano.
2011	foi permitido que pessoas do mundo inteiro conversassem ao vivo via chat e também que fizessem chamadas de vídeo via skype. Foi criada a linha do tempo. Nesse ano, o Google lançou o Google +. As publicações passaram a ser armazenadas como um feed de notícias. Nesse ano, o Facebook acumulava mais de 100 bilhões de imagens de usuários. Neste ano também a empresa abriu um escritório no Brasil, com 16 funcionários e alcançou a marca de 845 milhões de usuários.
2012	Várias mudanças ocorreram nesse ano: comprou o aplicativo de fotografias Instagram; a Linha do Tempo se tornou obrigatória, inclusive para empresas; começou a exibir anúncios entre as publicações de amigos e de páginas que o usuário seguia. A publicidade foi responsável por 85% dos US\$ 3,7 bilhões que o Facebook arrecadou. Nesse ano, o Facebook se tornou empresa pública, abrindo capital no mercado de ações; alcançou 1 bilhão de usuários ativos; o game "Candy Crush" virou febre e o aplicativo mais falado foi o "Tinder".
2013	A linha do tempo foi reformulada e passou a permitir vídeos, filmes e músicas. Os acessos por dispositivos móveis superaram os realizados por computador. Foi nesse ano que o Facebook, implantou a função de vídeo dentro do Instagram. O site também apresentou o sistema "Graph", para pesquisas, que permite encontrar conteúdo relevante usando dados de amigos e de outros usuários da rede social. O "Graph" teve que entrar em operação para todos os usuários em 2014.
2014	No ano em que completou dez anos, o Facebook comprou o WhatsApp por 16 bilhões e dólares e lançou o Pages, aplicativo de leitura e compartilhamento de notícias.
2016	Lançou os emojis, que expressam cinco emoções diferentes e podem ser usadas nas postagens de usuários.
2017	Atingiu 2 bilhões de usuários. Nesse ano, a empresa lançou uma série de medidas para garantir a qualidade do conteúdo jornalístico na rede social. Lançou o Messenger Kids, mas a novidade ainda não chegou ao Brasil, tendo sido disponibilizada apenas nos Estados Unidos.
2018	Enfrentou uma enorme polêmica nos Estados Unidos devido ao uso de dados de usuários por uma empresa inglesa de marketing, atingindo questões de privacidade na rede.

Quadro 1: Principais mudanças no Facebook de 2003 a 2018⁵⁵

⁵⁵ Dados produzido por mim a partir de informações coletadas na internet.

A plataforma de redes sociais possui ferramentas de gestão, e-commerce, publicidade e análise de resultados⁵⁶. O Facebook vende espaço publicitário para empresas e negócios e os usuários “ajudam” a empresa a faturar. Isso é possível porque o Facebook tem números de tráfego para apresentar, além de informações sobre hábitos culturais e de consumo de seus usuários. Ao abrir uma conta no Facebook, o usuário dá permissão para que a empresa use seus dados e a empresa, por sua vez, ganha dinheiro porque esses usuários produzem, compartilham e distribuem informação gratuita e voluntariamente.

Desse modo, o serviço oferecido pelo Facebook só pode ser considerado gratuito em relação ao modo convencional com que nos relacionamos com outros bens e serviços, pelos quais pagamos com dinheiro. A moeda corrente no maior site de redes sociais do mundo é a informação e o uso do serviço, nessa perspectiva, não é gratuito e, sim, pago pelo usuário com informações que ele produz e pelo tráfego que ele gera ao navegar pela rede, postar, compartilhar, curtir. “Recebemos um serviço gratuito, e o custo são informações sobre nós mesmos. E o Google e o Facebook transformam essas informações em dinheiro de forma bastante direta” (PARISER, 2012, p. 10). Por trás da nossa navegação por sites e portais encontra-se um emaranhado de cookies⁵⁷ e *beacons*⁵⁸ de rastreamento de dados.

A estratégia de faturamento do Facebook e de outros negócios digitais tem gerado discussões sobre se o Facebook deveria remunerar seus usuários⁵⁹, afinal, são eles que

⁵⁶ BBC Brasil. “Quanto dinheiro o Facebook ganha com você (e como isso acontece). Publicada em 10 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37898626>. Acesso em 20/07/2017, às 22h45.

⁵⁷ Os cookies são arquivos de internet que armazenam temporariamente o que o internauta está visitando na rede. Geralmente possuem formato de texto e não ocupam praticamente nenhum espaço no disco rígido do computador. Não há limite para quais informações os cookies podem armazenar. Eles são capazes de registrar um endereço de e-mail, as preferências de pesquisa no Google, a cidade de onde você está conectado e muito mais. Fonte: <https://seguranca.uol.com.br/antivirus/dicas/curiosidades/o-que-sao-cookies-e-como-eles-podem-me-prejudicar.html#rmcl>

⁵⁸ Os *beacons* são aparelhos de proximidade que emitem informações por meio de tecnologia bluetooth, diretamente aos smartphone cadastrados. A ideia é uma promessa de revolução no mercado, pois fortalece a chamada internet das coisas, permitindo uma interação a mais rápida entre clientes e seus interesses. Um exemplo de como isso ocorre: ao se aproximar de uma loja de roupas, a pessoa recebe em seu smartphone detalhes das peças que estão expostas na vitrine, como tipo de tecido, preço, opções de cores etc. **Fonte:** <http://www.impacta.com.br/blog/2014/12/09/o-que-sao-beacons-como-mudara-rotina/>

⁵⁹ Uma discussão que não figura junto ao grande número de usuários do Facebook gira em torno da possibilidade de que eles sejam remunerados pela empresa. No livro *Bem-vindo ao Futuro - Uma Visão Humanista Sobre o Avanço da Tecnologia (Who Owns the Future?)*, no original em inglês), o escritor e cientista da computação americano Jaron Lanier defende a ideia: Ele acredita que a informação pessoal deve ser tratada como um bem que merece ser remunerado. Ao pagar com informações pessoais, os usuários do Facebook tornam rentável o modelo de negócio de Mark Zuckerberg.

tornam rentável o modelo de negócios de Mark Zuckerberg. Também têm sido levantadas questões éticas, como a que envolveu o uso de informações de usuários do Facebook pela empresa de processamento de dados Cambridge Analytica, durante a campanha presidencial de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016⁶⁰. As informações foram coletadas pela Cambridge Analytica por meio de um aplicativo chamado *thisisyourdigitallife* (essa é sua vida digital), que pagou a centenas de milhares de usuários pequenas quantias para que eles fizessem um teste de personalidade e concordassem em ter seus dados coletados para uso acadêmico.

Para obter lucros, o Facebook usa mecanismos de personalização dos usuários, de forma a coletar dados que digam quem é, o que faz, do que gosta, quais as inclinações políticas, em que lugares transita e que tipo de informação procura. Como a quantidade de usuários e o volume de informações é muito grande, há necessidade de investimentos constantes nos algoritmos que coletam, tratam e organizam informações. No mês de janeiro de 2018, a decisão do Facebook de diminuir a visibilidade de páginas de empresas e marcas dividiu opiniões e contribuiu para problematizar ainda mais a falta de transparência no uso de dados e manipulação das informações que circulam na rede.

Em uma publicação feita em sua página, Mark Zuckerberg⁶¹ anunciou que o objetivo da mudança no algoritmo da rede foi dar prioridade às publicações de amigos e familiares em detrimento dos conteúdos produzidos por empresas jornalísticas. A decisão reforça a ideia de que usuários interagem com quem expressa opiniões como as suas, favorecendo a criação das chamadas “bolhas” de opiniões e convicções e reforçando a propagação de *fakenews*. Obviamente, que usuários do Facebook não desconhecem essa realidade, pois percebem como seus *feeds* de notícias são saturados de informações a partir de seus movimentos de navegação.

O que está em questão é o fato de não sermos, ou não sermos em boa parte, capazes de saber de onde vêm as informações que nos mobilizam para o embate e as polêmicas e

⁶⁰ O app foi desenvolvido por Aleksandr Kogan, um pesquisador da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, instituição que não tem ligações com a Cambridge Analytica. Na Europa, segundo o Guardian, a empresa foi contratada pelo grupo que promovia o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia). A Cambridge Analytica negou que tenha trabalhado para o Brexit e que tenha usado dados do Facebook nos serviços que prestou à campanha de Trump. De acordo com a imprensa americana, 270 mil pessoas fizeram o teste e não se deram conta que os termos de uso permitiram que os desenvolvedores tivessem acesso aos seus dados e de seus amigos. Isso teria feito o número de pessoas com dados coletados saltar para a casa dos 50 milhões. Os dados obtidos pela consultoria incluem detalhes da identidade de usuários do Facebook, publicações, curtidas e rede de amigos. Em abril de 2018, o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, prestou esclarecimentos ao Senado americano. (Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43466255>)

⁶¹ No dia 8 de fevereiro de 2018, o jornal Folha de São Paulo anunciou que não iria mais atualizar sua página no Facebook, que contava na ocasião com 5,9 milhões de seguidores. (Fonte: <http://reamp.com.br/blog/2018/02/mudancas-no-facebook-afetam-veiculos-de-comunicacao/>)

que nos levam a praticar ações no Facebook, como curtir, compartilhar, postar e comentar. Esse saber ou não saber sobre o que ocorre nas redes sociais digitais, para além da nossa participação voluntária, é parte do processo de nossas constituições como sujeitos hiperconectados e dos processos de interação que se estabelecem na contemporaneidade.

Apesar de não ser a intenção pensar em dualismo redes sociais *offline* e redes sociais digitais ou *online*, fazer esta distinção pode ser produtivo, uma vez que pretende-se compreender as mudanças nos modos de interação e de como esses modos têm sido afetados e transformados pelas práticas dentro e fora da rede social digital.

Recuero (2014) destacou algumas distinções importantes a serem consideradas nas constituições de redes sociais digitais. Uma delas seriam os rastros deixados no ambiente digital, pois, uma vez publicadas e arquivadas, as mensagens (textos ou imagens) são passíveis de serem rastreadas e recuperadas. Outra distinção apontada por ela diz respeito à própria representação do grupo social, que envolve a mediação do site de rede social e a apropriação das ferramentas disponibilizadas para que haja essa interação. As redes representadas nessas ferramentas “sofrem menos com a temporalidade das relações *offline*” e não têm “seus laços desgastados pela falta de contato” (RECUERO, 2014, p. 3).

Essa representação parece ter uma relação bem estreita com o modo como usuários do Facebook marcam suas presenças nos espaços de comentários, uma vez que eles têm liberdade de comentar, de opinar, de interagir. Como foi dito acima, esses usuários partem do princípio de que essas interações ocorrem com outros humanos. Mas, é comum, em assuntos polêmicos, nos quais um usuário comenta seguidamente e responde a muitos dos comentários, surgir o questionamento se não seria um perfil-robô aquele sujeito responsável pelas provocações.

Cáceres (2013) aponta que o Facebook está centrado na subjetividade de usuários, articulando interesses e conhecimentos, e seu sucesso está baseado na simplicidade com que é possível mover-se pela plataforma. Para esse autor, a rede social se constitui na interação de diversos grupos, que fazem uso do serviço ou do suporte, construindo possibilidades de interação e proporcionando formas diversas de apropriação dos conteúdos e das próprias interações. Para Cáceres,

Facebook é massivo, democrático e simples. Os usuários do Facebook têm uma forma de interação basicamente lúdica, de prazer. Mundo superficial, de passeio, de gozo. O voyeurista que olha os outros em silêncio e com o mouse ou o tablet como cúmplice, e o exibicionista que satura seu feed com informações quase sempre inúteis, superficiais, às vezes divertida. (CÁCERES, 2013, p. 96)⁶²

O Facebook, por meio das interações de seus usuários e, também, por meio de provocações que faz a eles, estimula mais ações no plano individual. Essas provocações se materializam na medida em que o site se atualiza constantemente tendo como base o movimento dos usuários na plataforma. Isso ocorreu, por exemplo, quando o Facebook lançou, em fevereiro de 2016, novos *emojis* que se somaram ao ícone curtir. Com as carinhas amarelas, usuários passaram a contar com mais recursos para expressar seus sentimentos: amor, raiva, surpresa, tristeza e alegria⁶³.



Imagem 3: Emojis disponibilizados pelo Facebook

A realidade tem nos mostrado que o Facebook é um fenômeno de popularidade e de alcance e tem sido alvo de estudos acadêmicos em diversas áreas, entre elas a Educação. Em um levantamento no banco de teses da Capes⁶⁴, usando a palavra-chave “Facebook”⁶⁵, identifiquei 1.187 trabalhos, sendo 804 dissertações de mestrado e 203 teses, todas defendidas a partir de 2012. Desses, 106 foram produzidos em programas de pós-graduação em Educação de 44 instituições, sendo 79 no mestrado e 27 no doutorado.

⁶² Texto original: Facebook es masiva, democrática y simple. Los usuarios de Facebook tienen una forma de interacción básicamente lúdica, de placer. Mundo superficial, de paseo, de gozo. El voyeurista que mira a los demás en silencio y con el Mouse o la tableta por cómplices, y el exhibicionista que satura su muro con información casi siempre inútil, superficial, a veces entretenida (CÁCERES, 2013, p. 96). Tradução livre.

⁶³ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/facebook-libera-cinco-novos-botoes-alternativos-ao-curtir.html>

⁶⁴ Pesquisa feita no segundo semestre de 2017, em vários momentos, sendo que a última revisão, no dia 20 de novembro, apontou para os números que apresento na tese. Fonte: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁶⁵ Fiz uma busca combinando as palavras “Facebook + redes sociais” e obtive um número grande menções: 245.392 resultados. Refinando a busca para “Educação”, fiquei com 4.076 resultados: 2.776 no mestrado e 1308 no doutorado. Usei os termos “Facebook + redes sociais”, “área de concentração educação” e programas de pós-graduação em educação: 663 apenas no doutorado. Considerando o número muito grande de trabalhos, pesquisei aqueles desenvolvidos na UFRGS: 119 trabalhos. Percebi que com essas palavras chave a relação é muito extensa e foge do tema, pois há menções a qualquer grupamento ou redes educativas e que não tem necessariamente relação com a cultura digital, redes sociais digitais ou Facebook.

A abordagem da maioria dos trabalhos apresenta uma perspectiva instrumental, que aborda o Facebook como instrumento pedagógico no processo de ensino/aprendizagem, nas dinâmicas relacionadas à atividade docente ou à análise de algum projeto ou comunidade dentro do Facebook ou fora dele e que se relacione com a escola.

A partir da leitura dos resumos desses trabalhos, identifiquei apenas 20 que se dedicam à produção de sujeitos, às dinâmicas relacionais e aos aspectos culturais do Facebook, tomando-o como um artefato cultural e não um instrumento simplesmente. Desses, destaco quatro que me ajudaram a pensar na minha própria pesquisa, uma vez que entre as problematizações que apresento encontram-se os processos de produção de significados e sentidos nos comentários postados no Facebook.

Além disso, considero como bastante produtivas e necessárias as reflexões propostas pelos autores mencionados no item 1 desse capítulo de compreender o Facebook na perspectiva não instrumental, tomando a cultura digital como parte integrante de nossas vidas, um lugar em que os usos da tecnologia não podem ser pensados de forma apartada das práticas culturais que engendram. Ao fazer uma revisão bibliográfica dessa natureza não estou preocupada em sistematizar de forma linear os trabalhos já realizados, mas conhecer algumas perspectivas de abordagem sobre o Facebook têm sido usadas no campo da educação.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Facebook, eu curto: uma análise mimética das redes sociais digitais”, Ammann (2011) se interessa pela produção de sentidos no Facebook e questiona o modo como é significado o momento de curtir. Para realizar sua pesquisa, Ammann utilizou um questionário eletrônico em que analisa, a partir de respostas às perguntas, desde a motivação para curtir determinada postagem até o próprio sentido atribuído pelos usuários a essa prática. Ao final, e isso foi o que achei de mais interessante, o pesquisador organiza um quadro sobre as definições de curtir elencadas por seus entrevistados. Ele conseguiu essas respostas a partir de uma questão aberta e direta: “o que é curtir?”.

Uma das referências ao ato de curtir o associa à identificação com o teor da postagem ou com a pessoa que fez a postagem ou comentário. Há, segundo Ammann (2011), uma dimensão social no ato de curtir que não se encontra presente na interação face a face. Isso porque quando estamos diante de uma pessoa e demonstramos gostar (curtir) de algo, esse é um ato privado e apenas aquela pessoa e o grupo próximo fisicamente terá conhecimento. Mas, o “curtir” no Facebook é visibilizado para toda a

rede de amigos e aquela prática não diz respeito apenas à pessoa envolvida, responsável pela postagem.

Na dissertação de mestrado intitulada “No que você está pensando?: o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e a fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade”, Caetano (2017) analisa as narrativas docentes a partir de três páginas no Facebook: “Professores Sofredores”, “Professora Indelicada” e “Pedagogia da Depressão”. A autora tem por objetivo discutir o que chama de mal-estar na docência, a partir dos relatos de professores, e de como esse mal-estar tem se refletido em modos de exercer a docência e de ser docente. Caetano analisa o momento presente voltando-se para o passado a fim de compreender os percursos da atividade docente até a contemporaneidade.

Um dos pontos destacados por ela é que a constituição docente é fortemente marcada por acontecimentos religiosos, principalmente cristãos. Ela identificou cinco categorias de análise, entre elas uma que examina relatos de professores em forma de confissão ou desabafo. Para Caetano (2017), algumas práticas de confissão do cristianismo são reconfiguradas por uma lógica da exposição no ambiente digital, que mistura o público e o privado. Uma lógica em que tudo pode ser dito e compartilhado, não havendo mais limites entre o que é íntimo e o que é e deve ser confessado nas redes sociais.

A emergência de subjetivações confessionais no Facebook foi o interesse de Kardozo (2013) em sua dissertação de mestrado, na qual ele busca compreender os modos como as práticas da confissão, autoexposição e voyeurismo participam dos processos de construção e modificação de subjetividades em ambientes digitais. Ele analisa como a lógica do Facebook – arquitetura, design, políticas e relações sociais em rede – educam seus usuários para práticas confessionais que alimentam o mercado e expõem informações sobre seus cotidianos.

As questões que Kardozo (2013) apresenta se aproximam um tanto das minhas próprias questões, principalmente quando ele fala sobre quando e como seu interesse pelo Facebook e pelas subjetividades nas redes sociais digitais começaram a emergir. Kardoso (2013) estava interessado em saber sobre as conexões entre educação e internet e nos modos como elas produzem subjetividades. Para ele, seguir o rastro dos sujeitos no Facebook foi como seguir seu próprio rastro. Ele chama de práticas confessionais o conjunto de hábitos e ações relacionadas a uma massificada exposição do cotidiano e da vida íntima.

Já Guimarães (2017) investigou as condições de existência dos migrantes haitianos no Brasil, entre os anos de 2010 e 2016, a partir de manifestações de brasileiros nos portais de notícias G1, Folha de S.Paulo e UOL e nas redes sociais Facebook e Twitter. Ela realizou uma etnografia digital, tendo o racismo como recorte e compreendendo o ciberespaço como o local em que as relações se estabelecem como uma teia “que não se rompe, mas sim se torna elástica, ecoa e reverbera opiniões”. Em comum com a minha pesquisa, está o fato de que ela se detém nas manifestações, nos comentários e postagens que se referem aos haitianos. Guimarães parte da ideia de que no Brasil vigora um “pensamento sociorracializado que seleciona e restringe os migrantes modelando-os a partir de perfis desejados e indesejados” (p. 20).

1.3.2 – Os Comentários: do gênero textual à prática cultural

“Postar virou sinônimo de escrever. Mas, escrever em rede”. (MALINI, 2010)⁶⁶

Após apresentar reflexões sobre o site de rede social Facebook, trato nesse item do “comentário” de modo a destacar sua importância para a reflexão sobre as interações, a participação e as produções de identidades nas redes sociais digitais. Entendo interações no ambiente digital como um modo de conversação e conexão que permite o engajamento a partir de um terreno comum, a interface entre a máquina e os usuários (LEMOS, 2015b). O comentário se constitui em um modo de escrita na tela e, atualmente, parece dominar não apenas nossas práticas diárias como nosso imaginário, ao configurar um novo modo de interação com a produção do conhecimento e a participação no espaço público das mídias sociais.

Comentários postados no Facebook se constituem, na minha visão, material rico em informações que permite estudar, analisar e descrever comportamentos e condutas. Para encará-los com seriedade, no entanto, foi preciso vencer a visão simplificadora de tomá-los como material de menor valor se comparado às postagens feitas nas mídias sociais e páginas de veículos de comunicação, que costumam merecer mais atenção em trabalhos acadêmicos e pesquisas. Além disso, foi necessário ignorar a orientação corrente e frequente de “não ler os comentários”, recomendação que circula de tempos

⁶⁶ Ver nota 73

em tempos pela rede social, em razão da grande quantidade de manifestações de ódio, racismo e homofobia. No Facebook, há, inclusive uma página em que são postados quadrinhos irônicos e críticos sobre a prática do comentário⁶⁷



Imagem 4: Página “Nunca leia os comentários”, no Facebook

Compartilho com Reagle Jr. (2016) o argumento de que os comentários são uma parte pouco compreendida, mas importante e significativa da nossa vida digital e que, em vez de evitarmos ler os comentários, deveríamos encará-los como um gênero ou um tipo de comunicação. A afirmação de Jenkins (2016), de que “os comentários poderiam estar caminhando tranquila e anonimamente pelas ruas de qualquer cidade nesse país”, é igualmente um estímulo para percebê-los como dignos de atenção. Ao me deparar com a afirmação desse pesquisador e confrontá-la com o material que analisei nessa tese, tenho exatamente a sensação de que me encontro em uma rua movimentada em que posso ouvir cada uma daquelas pessoas, na multidão, emitir suas opiniões sobre um assunto indexado por uma *hashtag* e que se tornou polêmico entre elas.

Penso que comentários podem ser considerados termômetros, uma vez que eles se multiplicam quando o assunto se torna uma polêmica na internet. Quanto mais comentários, maior é a crença (muitas vezes, a constatação) de que um assunto despertou interesse. Comentários tanto podem ser produzidos nas páginas de veículos de comunicação e em blogs, quanto em sites de naturezas diversas – pessoais ou corporativos – ou em perfis pessoais nas redes sociais digitais.

⁶⁷ A última atualização dessa página ocorreu no dia 8 de dezembro de 2015. (<https://www.facebook.com/naoleiaoscomentarios/>).

Já existem estudos que tentam compreender o que move as pessoas a destilarem discursos de ódio nos comentários e não deixa de chamar a atenção o modo como usuários se manifestam naqueles espaços, nos quais estão em jogo um modo de comunicar em que as dimensões da oralidade e da escrita se encontram presentes. Poderíamos sugerir que o comentário é um gênero híbrido entre essas duas formas de comunicação, em que o ambiente digital e o uso das *hashtags*, como marcadores digitais, atuam como amálgamas de um novo modo de comunicar, de expressar-se, de participar e de interagir.

Em um artigo intitulado “Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia”, Santaella (2014), a partir dos estudos de Bahktin no campo dos gêneros discursivos, propõe que os conceitos de heteroglossia, dialogismo e polifonia podem ser usados para as análises das interações nas redes sociais digitais. A autora explica como opera cada um dos conceitos no Facebook, informação que me foi útil para o desenvolvimento das análises nessa tese.

A heteroglossia é definida por Bahktin (1982) como a coexistência, o confronto e mesmo o conflito entre diferentes vozes. No caso do *Facebook*, a heteroglossia se faz sentir com mais ênfase quando concordâncias e discordâncias são justapostas sem que umas preponderem sobre as outras. O dialogismo é comunicação interativa em que cada um se vê e se reconhece através do outro. A dialogia é o ato do diálogo, modo como os sujeitos se relacionam, movimento entre o eu e o outro. No *Facebook*, a dialogia fica clara quando o usuário publica uma mensagem e esta desencadeia reações discursivas nos participantes. A polifonia é a forma suprema do dialogismo, pois se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço, de uma multiplicidade de vozes. Isso se manifesta no *Facebook* quando a publicação recebe comentários dos usuários e diversas vozes confluem na construção do diálogo. Quando o assunto fica sujeito a controvérsias, não é raro a polifonia se transformar em cacofonia. (SANTAELLA, 2014)⁶⁸

Pereira (2016) analisou, em sua dissertação de Mestrado, a ocorrência de leituras não convencionais na internet a partir de materiais de duas naturezas: textos jornalísticos e comentários publicados por leitores a respeito daqueles textos. Especificamente em relação aos comentários, Pereira percebeu algumas lacunas a partir dos componentes linguísticos presentes no texto e a partir de elementos extratextuais. No primeiro caso, ela destacou incompreensão de temporalidade e conjugação verbal, dificuldade de partilhar ironia, atribuição inexata de sentido a palavras polissêmicas e desconhecimento de efeitos de sentido gerados por conjunções e locuções conjuntivas.

⁶⁸ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732014000200013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22/10/2017.

Entre os elementos extratextuais, Pereira destacou três lacunas: 1) alheamento ao conteúdo do texto; 2) busca de confirmação; 3) e interferência de crenças consolidadas. Na primeira lacuna, o leitor⁶⁹ comenta após ler apenas o título ou a manchete; na segunda, ele comenta para receber curtidas e confirmações que mostrem o quanto está certo em suas opiniões; e a terceira lacuna é aquela em que pouco importa o texto, uma vez que o leitor já tem bem delineadas suas crenças e comenta a partir delas e não do conteúdo ou do contexto. Nas análises que fiz nesta tese, pude observar a presença tanto de elementos textuais quanto de elementos extratextuais, tais como os destacados por Pereira (2016), sendo que os últimos são os que observei mais intensamente nos comentários que selecionei como material de pesquisa.

Abaixo, reproduzo dois comentários, relacionados às *hashtags* **#VaiTerShortinho** (*comentário 2*) e **#belarecatadaedolar** (*comentário 3*), nos quais podem ser observados, na fala dos usuários, elementos extratextuais, conforme mencionados por Pereira (2016).

COMENTÁRIO 2 – É impressionante como a maioria dos comentários parece ter vindo de pessoas que leram apenas o anúncio da notícia mas não abriram o link, POR FAVOR, parem e leiam a matéria toda e entendam que essas meninas não querem mostrar a bunda. Deixem o preconceito e a preguiça de lado e LEIAM!

(sujeito masculino, página do Portal G1. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 3 – Lendo os comentários percebe-se que as pessoas não sabem interpretar textos. Não se trata da esposa do Temer, que aliás pode ser o que ela quiser, mas de uma abordagem pobre sobre os rótulos femininos e a figura estereotipada de 1800 da mulher perfeita. Éssa é a critica.

(sujeito feminino, página do jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

A Revista SuperInteressante publicou uma reportagem com o título “O terrível mundo dos comentários na internet” (PRADO, 2015), em que tentou responder aos motivos que levam os comentários na internet a serem infestados de ódio, rancor e extremismos. Além disso, a mesma reportagem indicou, por meio de referência a pesquisas realizadas por cientistas norte-americanos, a diferença entre *haters* e *trolls*, figuras fundamentais para que se compreenda a dinâmica dos comentários na internet e nas redes sociais digitais. A ideia de ignorar os *haters* e não alimentar os *trolls* nas mídias

⁶⁹ Uso a expressão leitor por ter sido essa a expressão usada pela autora no texto ao qual faço referência. Mas, em outras partes dessa tese prefiro o uso do termo usuário ou sujeito, uma vez que os comentários estão sendo analisados em espaços digitais, pois acredito que essa palavra reflete melhor esse sujeito que circula pelo ambiente digital.

sociais é uma medida recomendada e que tem por objetivo evitar que os ataques de ódio, rancor e raiva, muito comuns em assuntos considerados polêmicos, sejam propagados e, com isso, ganhem muita visibilidade.

Estudar os comentários na perspectiva adotada nessa tese me levou à necessidade de compreender como cada uma das duas figuras – *haters* e *trolls* – se caracterizam, uma vez que ao tomar os conteúdos de comentários como expressões de modos de comunicar e de interagir, devo levar em consideração o quanto eles se distanciam ou se aproximam de uma conversa face a face. *Haters* e *trolls*, de acordo com a lógica das polêmicas que eles despertam e dos discursos de ódio que fomentam, agem de formas semelhantes, mas suas intenções são diferentes, conforme passo a descrever.

Trolls não têm por objetivo criar polêmica ou assumir um lado caso a polêmica já tenha sido criada. Eles têm por objetivo o deboche, a publicação de comentários sem conexão com o tema e deixar irritadas as pessoas que usam o espaço como lugar onde podem se expressar e opinar sobre o que lhes interessa. Já os *haters* são aqueles que fazem postagens polêmicas em seus próprios perfis ou em espaços de comentários, em resposta a outras postagens ou a material publicado em sites ou blogs. Não há que se qualificá-los como bons ou maus, apenas destacar que são personagens presentes em espaços de comentários e que eles tanto podem tornar mais qualificado o nível de uma discussão ou embate quanto podem contribuir para que o tema ou pessoa que discute seja desqualificada e até tirada de circulação.

Os *haters* não agem, necessariamente, por meio de um perfil individual. Eles podem ser um grupo de pessoas unidas em torno de um objetivo comum e até organizadas em um movimento político, como o Movimento Brasil Livre (MBL), ou ainda representar perfis falsos, operados por *bots*. Os objetivos comuns dos *haters* podem ser tanto a defesa de uma área verde numa grande cidade quanto o ataque a pessoas e ideias e eles não se limitam a produzir material e usar de suas influências para propagá-los em rede. Eles se utilizam dos espaços de comentários no Facebook para iniciar e alimentar polêmicas.

Dois casos bastante conhecidos da ação de *haters*, e que se relacionam com as abordagens assumidas nessa tese, foram as derrubadas das páginas “Jout Jout Prazer” e “Feminismo sem Demagogia”, pela administração do Facebook, após uma enxurrada de denúncias de violação dos padrões de conduta da comunidade. O movimento que culminou na derrubada das páginas foi articulado por grupos conservadores, populares por disseminarem, por meio de páginas no Facebook, discursos de ódio contra minorias. A ideia de ignorar os *haters* e não alimentar os *trolls* nas mídias sociais é uma medida

recomendada e que tem por objetivo evitar que os ataques de ódio, rancor e raiva, muito comuns em assuntos considerados polêmicos, sejam propagados e, com isso, ganhem muita visibilidade.

Estudar os comentários na perspectiva adotada nessa tese me levou a buscar compreender como cada uma das duas figuras – *haters* e *trolls* – se caracterizam, uma vez que ao tomar os conteúdos de comentários como expressões de modos de comunicar e de interagir, faz-se necessário levar em consideração o quanto eles se distanciam ou se aproximam de uma conversa face a face. *Haters* e *trolls*, de acordo com a lógica das polêmicas que eles despertam e dos discursos de ódio que fomentam, agem de formas semelhantes, mas suas intenções são diferentes.

Desde que surgiram, no início da década de 2000, os espaços de comentários foram vistos como espaços democráticos e de horizontalização da relação entre usuários e produtores de mídia. Nos veículos de comunicação impressos tradicionais, como jornais e revistas, caso eu pretendesse ter minha opinião sobre uma reportagem, publicada pelo veículo, era preciso enviar uma mensagem (ou uma carta, no período anterior à internet) e “torcer” para que ela fosse lida e publicada. Ainda assim, a carta não podia ser publicada na íntegra, devido aos limites físicos do meio impresso.

O espaço de comentários que os veículos passaram a disponibilizar em suas páginas e portais na internet tornou possível colocar no mesmo patamar o produtor e o usuário. Mas, não levou muito tempo para que, tanto empresas de mídia quanto blogueiros percebessem que era preciso tempo e pessoas disponíveis para moderar os comentários. Muitos, simplesmente, acabaram com os espaços de comentários ou os limitaram, fechando a possibilidade tão logo houvesse informações ou notícias novas⁷⁰.

No Facebook, no entanto, não há moderação, tampouco limite de espaço ou de tempo para que se possa comentar. Há, obviamente, a possibilidade de que se apague os comentários, mas não há garantias de que eles não continuarão a circular entre os que tiveram acesso à página onde foram postados. Como já dito no item anterior, as formas de comunicar no Facebook estão inseridas em uma arquitetura do site que possibilita determinadas práticas ao mesmo tempo em que restringem outras. Essa é uma peculiaridade importante, pois ela nos dá a dimensão dos mecanismos de poder, de

⁷⁰ Essa prática é bastante comum em portais de notícias, em que o espaço de comentários, após um certo tempo que pode durar um dia ou dois, inclui a mensagem: essa notícia não recebe mais comentários. Isso não ocorre no Facebook, pois é possível comentar em uma postagem a qualquer tempo desde que ela continue disponível. Geralmente, postagens antigas recebem novos comentários quando, por algum motivo reaparecem no feed de notícias.

vigilância e de controle que operam por trás da simplicidade da interface do maior site de redes sociais do mundo. Além disso, é preciso considerar que postagens e comentários movimentam a rede social no Facebook, determinando, por meio do “trabalho” de algoritmos, o que deve ou não deve ser visto, por quem deve ser visto e com que frequência.

Quando comecei a me interessar pelos comentários, não havia pensado nesses termos, mas, em muitos momentos tive uma “intuição” da lógica de retroalimentação nos comentários no Facebook. Percebi que o teor dos comentários muda radicalmente dependendo da página em que é publicado e, no caso específico das identidades femininas, assuntos que envolvem o tema são mais bem recebidos em páginas de coletivos feministas, blogs e ONGs, do que em sites de notícias ou páginas desses sites na internet.

Percebi diferenças de abordagens, por exemplo, entre comentários selecionados nas páginas do Portal G1 e do jornal Zero Hora e os postados em páginas de coletivos feministas e revistas especializadas. Nos comentários relativos às páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora, pude perceber mais intensamente a presença dos elementos extratextuais tais como os citados por Pereira (2016), principalmente no que diz respeito a alheamento do conteúdo e à limitação da leitura ao título da postagem. Também nesses espaços, pude perceber ser maior a presença de *trolls*. Nas páginas feministas, havia mais disponibilidade dos usuários para a leitura do material que originou os comentários, bem como para proceder ao entendimento do tema em questão. Mas, mesmo nesses espaços foi possível perceber a presença de *trolls*.

No livro “O filtro invisível. O que a internet está escondendo de você”, Pariser (2012) fala que vivemos, nas redes sociais, em “bolhas de filtros”, que alteram o modo como nos relacionamos com aquilo que consideramos importante, colocando em risco a criatividade e os “encontros fortuitos, que nos trazem novas percepções e aprendizados” (PARISER, 2012, p. 15). O menu que acreditamos escolher nas redes sociais e na internet de um modo geral nos é oferecido já com uma seleção prévia, o que nos leva a escolhas determinadas dentro de um espectro de opções baseadas no nosso histórico de navegação na rede e de interações já realizadas nas redes sociais digitais.

No artigo “Gênero e ativismo online: um estudo de caso da campanha ‘Não Mereço Ser Estuprada’ no Facebook” (BORTOLON, et al, 2014)⁷¹, os autores analisam o conteúdo textual e as interações entre postagens e comentários na página que leva o mesmo nome da campanha no Facebook. O estudo aponta para o protagonismo dos movimentos feministas e de temas relacionados às mulheres na internet, afirmando que são esses movimentos, em escala mundial, que mais e melhor se aproveitam da lógica de produção simbólica e de organização das redes sociais.

Os autores destacam a “Marcha das Vadias” como um exemplo de uso das redes sociais para difusão da ideia e de organização do movimento, que teve a rua como palco de manifestação. E apontam o movimento “Não mereço ser estuprada” como “singular”, na medida em que, “diferentemente de outros protestos, tem a internet, em especial o Facebook, como palco de performances políticas, sem a intenção de levá-lo às ruas, caracterizando-se como um movimento exclusivamente *online*” (BORTOLON et al, 2014).

Ao analisar os comentários de seguidores e as postagens da página, os autores destacam que as últimas buscam se aproximar do modo de produção dos veículos informativos tradicionais, em uma aparente tentativa de afastamento da subjetividade⁷². Já os comentários são “reações dos leitores na multidão” e se destacam por seu caráter sentimental em relação ao tema abordado. Para os autores (BORTOLON et al, 2014), os relatos e postagens na página se configuraram em possibilidade de manifestações e de compartilhamento de experiências, de identificação. A horizontalidade presente no ambiente digital permite, como já apontam os autores, que as mulheres se apropriem do discurso e sejam elas mesmas suas protagonistas.

Comentários podem ser considerados, também, um tipo de postagem, que carrega especificidades que em nada se assemelham ao comentário como gênero literário. O comentário, como o considero nesta pesquisa, é uma prática cultural e uma narrativa que permite falar sobre o momento presente, sem preocupações com estilo, forma ou adequações a padrões ortográficos e gramaticais. Como prática cultural ele se aproxima do que poderíamos chamar de narrativa colaborativa ou narrativa do presente, prestando-

⁷¹ Este trabalho é um recorte de um projeto em andamento sobre análise de discursos opressivos e de movimentos sociais nas redes.

⁷² Do ponto de vista da construção social das notícias, subjetividade não se separa de objetividade, apesar de ainda haver, nas redações jornalísticas, a crença na objetividade como um dos pilares do jornalismo, capaz de lhe conferir credibilidade junto à opinião pública. Traquina (2005) diz que não faz sentido a dicotomia simplificadora que situa objetividade e subjetividade como contrários. O conceito de objetividade, segundo ele, não surgiu como negação da subjetividade, mas reconhecimento de sua inevitabilidade.

se a ser constantemente modificado pela interferência do outro. Compartilho com Malini (2010) a compreensão de que narrativa colaborativa na internet é:

(...) o relato feito por uma multiplicidade de perfis na internet que portam o tempo da linha do tempo (o agora), assumem o franco falar como regra para se alcançar a verdade, identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, têm a republicação como estratégia de alargamento de audiência, o rumor como grande antagonista e a dissidência como elemento principal da formação do enredo geral da História. (MALINI, 2010)⁷³

O comentário se distingue da postagem, sendo esta última um tipo de texto que surge junto com as redes sociais. Enquanto o comentário é pessoal e autoral, a postagem pode ser um texto autoral ou o simples compartilhamento do texto de outra pessoa, do link de uma página, site ou blog ou de uma imagem ou vídeo. Malini diz que comentário e link são “o dna de qualquer texto na blogosfera até hoje” (MALINI, 2010), sendo que o blog é o primeiro gênero “puro-sangue” da internet.

Os blogs, segundo esse autor nasceram “como uma prática cultural de seleção e filtragem do que havia de melhor no mar infinito e excessivo de informação da internet”. O blog, como um gênero da internet, se transformou e se popularizou graças a tecnologias cada vez mais acessíveis e a programas que permitiram a qualquer um publicar sem ter conhecimentos de linguagem html⁷⁴. Malini diz que:

(...) o blog passou a cruzar-se com todo tipo de linguagem, na dura tarefa de, como Perseu, se manter humano mesmo que os eufóricos queiram torná-lo divino. E o post se disseminou como a forma mais bem (in)acabada da hibridização da linguagem online. Postar virou sinônimo de escrever. Mas escrever em rede. (MALINI, 2010)⁷⁵

Primo e Smaniotto (2006) discutem especificidades das conversações desenvolvidas em ambientes mediados por computador, a partir das análises de conversações na comunidade do blog Insanus⁷⁶. Foram destacadas, no estudo desses autores, algumas peculiaridades relativas aos blogs, comparáveis, de modo genérico, aos

⁷³ Fonte: <http://www.labic.net/blog/pesquisa/a-historia-nas-hashtag-a-colaboracao-na-producao-de-narrativas/>. Acesso em 08/12/2017, às 14h32

⁷⁴ A sigla **html**, da expressão *HyperText Markup Language* (*Linguagem de Marcação de Hipertexto*), é o formato padrão para criação de páginas online e aplicações de web. Em conjunto com o CSS e Javascript formam as pedras principais para a World Wide Web (www).

⁷⁵ Ver nota 73.

⁷⁶ O Insanus é um coletivo de blogs que reúne um grupo de blogueiros e onde cada um deles tem liberdade para escrever sobre seus assuntos prediletos.

diários íntimos, ainda que Primo e Smaniotto reconheçam que essa analogia apresenta problemas.

Um desses problemas diz respeito à possibilidade de interação feita por meio do botão de “comentários”, que permite o estabelecimento de conversações, o que, nos casos dos diários tradicionais, não seria possível. O botão de “comentários”, presente nos blogs, segundo os autores, é um dos recursos mais importantes para o desenvolvimento de conversações naqueles espaços. A dinâmica e organização do botão “comentários” nos blogs, explicitada por Primo e Smaniotto (2006), é semelhante à que se observa no Facebook. Eles explicam que:

Normalmente, abaixo de cada post, é exibido um link que abre a janela de comentários. Esse link apresenta o número de comentários já publicados até o momento, o que facilita o acompanhamento da conversação. Na janela que se abre, os comentários são apresentados em ordem cronológica, acompanhados da hora de publicação e de seu autor. Na janela de comentários, o debate prossegue como em um fórum, conforme aponta Marlow (2004), oferecendo também ao blogueiro a percepção sobre o impacto de seus posts. (PRIMO e SMANIOTTO, 2006, p. 5)

Os autores chamam a atenção para o modo como diversos pesquisadores vêm tratando as conversações, seja de forma mais restrita ou mais ampla, sendo que na tradição dos estudos de conversação, as análises recaem sobre as interações orais em encontros presenciais ou por telefone. Ainda assim, Primo e Smaniotto (2006) defendem que as conversações ocorrem, mesmo que não haja o compartilhamento do contexto temporal e que o recurso usado seja a escrita, como é o caso dos comentários em blogs. Para os autores, “não se pode supor que nos blogs os interagentes não conversem pelo fato de não haver interações síncronas e através da voz e pela quantidade bastante inferior de pistas não-verbais (o que não quer dizer, claro, que elas não existam)” (p. 3).

A partir de Herring (1999 *apud* PRIMO E SMANIOTTO, 2006), os autores consideram que, mesmo que algumas características da comunicação mediada por computador possam ser vistas como obstáculos à organização das interações, como por exemplo, a falta de *feedback* não-verbal, ou o fato de as mensagens não poderem se sobrepor, ou ainda a adjacência de turnos interrompida, isso não se constitui em ausência de comunicação. Primo e Smaniotto (2006) explicam que:

As primeiras características citadas pela autora (Herring, 1999) referem-se àqueles intercâmbios através de recursos que exigem que se envie as mensagens “por completo”, como no ICQ⁷⁷, e-mail, fórum, etc. Ou seja, é diferente do encontro face-a-face ou da interação através de serviços como o Talk⁷⁸ ou Skype⁷⁹, em que se pode responder enquanto o outro está falando. No que toca ao rompimento da adjacência dos turnos, em fóruns e salas de bate-papo, por exemplo, as mensagens são publicadas no sistema na ordem em que chegam, ou seja, não necessariamente abaixo da mensagem que estão respondendo. No caso da interação assíncrona, isso é ainda mais freqüente, já que os participantes do debate acessam o recurso em momentos diferentes. E devido a certos atrasos de transmissão (o chamado “lag”), uma pergunta pode até mesmo aparecer depois de uma resposta a ela, tanto em processos síncronos (IRC)⁸⁰ como assíncronos (lista de discussão). (PRIMO E SMANIOTTO, 2006, p. 4, aspas dos autores)

É preciso considerar, no entanto, que há algumas especificidades importantes relativas a cada um desses espaços de comentários quando situados em blogs ou no site de redes sociais Facebook. No Facebook, é preciso ter um perfil ativo e estar logado no momento em que se deseja fazer o comentário. Nos portais de notícias e nos blogs, há mais possibilidade de fazer comentários anônimos, uma vez que nem todos exigem login para a participação. De qualquer forma, nos portais de notícias, como o Portal G1, por exemplo, em que é preciso estar logado para comentar, é possível que o usuário, para manter o anonimato, faça uma conta específica para aquela ação. Já no Facebook, o usuário comenta com o seu perfil no site e, a menos que ele tenha um perfil *fake*⁸¹, estará sendo identificado por outros usuários que interagirem com ele e pelos contatos da sua rede de amigos.

No espaço de comentários do Facebook, tanto postagens como comentários são disponibilizados apenas para quem tem um perfil no site, não sendo visíveis para o público de forma irrestrita. Isso pode mudar, de acordo com as configurações de privacidade do usuário na hora em que faz a postagem. Mas, os comentários que um

⁷⁷ Criado em 1996, o ICQ foi um dos primeiros aplicativos de bate-papo do mundo. A sigla "ICQ" é um acrônimo com base na pronúncia das letras em inglês “*I Seek You*” (eu procuro você, em livre tradução). Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ICQ>

⁷⁸ Comunicador instantâneo do Google, cuja versão *beta* foi lançada no dia 24 de agosto de 2005. Em 2013, foi substituído pelo Google Hangouts. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Talk

⁷⁹ Skype é um software que permite comunicação pela internet através de conexões de voz e vídeo. Foi criado por Janus Friis e Niklas Zennstrom e lançado no ano de 2003. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Skype>

⁸⁰ IRC (Internet Relay Chat) permite a comunicação síncrona em modo texto entre vários participantes através de uma janela comum onde tudo o que é escrito por cada participante pode ser lido imediatamente por todos os outros.

⁸¹ O perfil *fake* tem sido uma estratégia usada pelos usuários de redes sociais digitais, como forma de participar de algumas discussões ou espaços sem que sejam identificados. Isso é possível a partir da vinculação do perfil fake a outro CPF e a uma conta de e-mail criada especificamente para este fim. Tem sido muito comum a criação de páginas com objetivos de propagar discursos racistas, homofóbicos e misóginos, entre outros.

usuário do Facebook em outros perfis ou páginas estarão disponíveis ou não dependendo das configurações de privacidade daquele local. Já nos blogs, um visitante pode comentar de forma anônima ou mediante um cadastramento prévio, sendo a decisão por um ou outro modelo uma prerrogativa do autor/produtor (proprietário) do espaço.

Na perspectiva de Primo e Smaniotto (2006), comentários seriam espaços de conversações, que se desenvolvem a partir de um post principal e que podem se desdobrar em postagens relacionadas a outros comentários já feitos. Mas, acredito que os comentários devem ser pensados a partir, também, de seu potencial para produzir significados sobre temas que circulam no espaço público e que são objeto de polêmicas e tensões. Pensados simplesmente como espaços de conversação, os comentários oferecem limitações já expostas, entre elas a impossibilidade de que se estabeleça um diálogo mais aprofundado entre os participantes. Nesse estudo, considero mais produtivo pensar nos comentários como práticas culturais e como um gênero narrativo e uma possibilidade de comunicação.

Considero que nos comentários não há apenas embates, controvérsias, opiniões ou compartilhamento de experiências. Há tensões em torno de temas variados, que não se limitam àqueles da postagem que os motivou. Esses embates também se apresentam, muitas vezes, de forma difusa, sem que haja uma sequência de argumentação, na forma de um diálogo, como ocorre nas interações face a face, por exemplo. Nesse sentido, posso dizer que há embates em torno de posicionamentos divergentes, mas que eles estão longe de se resumirem apenas ao que é dito sobre os temas postados. As tensões são mais ampliadas e envolvem temas que dizem respeito à própria organização da sociedade, ao funcionamento do site e a questões individuais de cada usuário que participa com comentários.

Os sentidos instituídos nos comentários podem ser percebidos em relação com as peculiaridades de sua produção: são públicos, dirigidos a uma audiência anônima e mediados pela tecnologia. Não podemos esquecer, ainda, que o Facebook é um artefato cultural, uma ferramenta que oferece algumas possibilidades de operar em seu interior ao mesmo tempo em que limita outras. Os comentários são tratados nessa tese como práticas culturais que assumem formas, coerências e ordem por meio de uma linguagem comum. As narrativas produzidas nesses comentários decorrem de múltiplas combinações, atravessamentos e agenciamentos de ordens variadas que tangenciam o tema aqui pesquisado.

1.3.3 As *hashtags*: fogueiras digitais

Hashtags são como uma fogueira. As pessoas se reúnem digitalmente a sua volta. (Adam Baim, 2013)⁸²

As *hashtags* surgiram no Twitter, com o objetivo de conectar assuntos de várias postagens e, posteriormente, passaram a ser essenciais para a indexação de assuntos por temas ou palavras. Após seu nascimento no Twitter⁸³, as *hashtags* se popularizaram e, atualmente, estão presentes, em praticamente todas as redes sociais e serviços *online*. Mas, não apenas nos espaços digitais: elas estão na tela da TV, na publicidade, em panfletos, cartazes, capas de livros e no repertório diário de boa porte dos cidadãos. A ideia da *hashtag* é que, a partir de um artefato físico, as pessoas possam se unir a uma conversa já iniciada ou possam, facilmente, encontrar o serviço ou produto pesquisando na internet. Nas palavras de Costa-Moura, uma *hashtag* é:

(...) uma palavra ou uma frase prefixada, precedida pelo símbolo # (*hash*, em inglês). Na verdade, e mais radicalmente, qualquer combinação - mesmo aleatória - de letras ou caracteres liderados pelo símbolo # é uma *hashtag*, porque se trata justamente de uma formalização da linguagem de tal ordem que nenhuma semântica vem caracterizá-la como linguagem. Um *'post'*⁸⁴ qualquer, em mensagens curtas de *microblogging* e serviços de redes sociais como o Twitter, Tumblr, *Instagram*, Flickr, Google + ou *Facebook* pode ser marcado com um ou inúmeros - o número é ilimitado - "#" antes de palavras⁵ que passam a fornecer um meio de agrupamento instantâneo de mensagens e metadados - os quais, a partir daí podem ser acessados, ao alcance de um clique, de qualquer lugar do planeta, juntamente com o conjunto todo (*streamming*) de mensagens que circulam na rede com a mesma #. (COSTA-MOURA, 2014)⁸⁵

Hashtags podem ser usadas para marcar a importância de um tópico, para agrupar um assunto, para fazer com que as pessoas encontrem facilmente vários tópicos sobre o tema ao qual se referem, para não deixar dúvidas sobre o “tom” de uma mensagem, para ancorar imagens com mais informações, em campanhas publicitárias. Elas podem aparecer, também, sem a intenção de promover algum tipo de marcação, convocação ou

⁸² Presidente de Receitas Globais do Twitter, em entrevista concedida a Rafael Sbarai, publicada no dia 10/05/2013, na Revista Veja. Disponível em <https://veja.abril.com.br/tecnologia/hashtag-e-a-fogueira-da-era-digital-diz-executivo-do-twitter/>.

⁸³ No dia 23 de agosto de 2007, às 16h25, nasciam as *hashtags*, com uma postagem feita no Twitter pelo designer americano especialista em redes sociais Chris Messina. Ele queria agrupar mensagens sobre oficinas participativas dedicadas à inovação na web, utilizando a *Hashtag* #barcamp. Foi ele que, na data, sugeriu o uso do símbolo # à frente de uma palavra, como forma de indicar que aquela seria uma conversa em grupo. Fonte: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/hashtags-completam-dez-anos-de-criacao-99384/>. Acesso em 16/04/2018, às 17h07

⁸⁴ Grifo no original

⁸⁵ Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000300012>. Acesso em 19/03/2018, às 22h28.

categorização, apenas para chamar a atenção ou dar uma mensagem. Isso ocorre, por exemplo, quando alguém posta uma imagem qualquer – de um bebê ou de um gatinho – e usa uma hashtag que pode ser **#BebeABordo**, **#PrincesaMariaChegou** ou **#CoisasDeGatinhoFofo**.

Costa-Moura (2014) destaca que as *hashtags* se tornaram um instrumento político durante os protestos relacionados às eleições iranianas de 2009-2010, como meio de identificar e classificar os assuntos dos posts. O site de monitoramento de redes sociais *Social Figure* publicou uma tabela na qual destaca as finalidades do uso das *hashtags*. Alguns tipos principais de uso são⁸⁶:

Marcadores: a utilização de uma hashtag pode ter como objetivo marcar um assunto que está sendo falado ou feito, como #política, #cotidiano, #partiubalada #saúde e assim por diante. Aqui o diferencial é que utilizar as *hashtags* como marcadores ajuda na navegação e encontrabilidade do conteúdo. No Twitter basta clicar em uma hashtag para descobrir outras pessoas falando sobre o mesmo tema.

Desambiguação: em outros casos, as *hashtags* são usadas também para desambiguação da mensagem. O uso de *hashtags* como #ironia, #SQN e #deusmelivre deixam a mensagem mais clara e analistas de monitoramento bastante agradecidos.

Ancoragem da Imagem: quando o conteúdo é uma imagem, as *hashtags* são usadas para “ancorar” a imagem, trazendo mais informações. No Instagram, são usadas, por exemplo, *hashtags* pra demonstrar afeto, localização, atividade social etc, tais como #riodejaneiro, #avenidapaulista, #amo, #adoro etc. Em boa parte das fotos, o texto é constituído apenas de *hashtags*.

Expressão de Opinião: para expressar opinião, os usuários, especialmente ativistas e militantes políticos, utilizam *hashtags* para fazer volume sobre algum tipo de opinião ou polêmica, como #foraFeliciano, #Aecio45, #Dilma13 etc.

Campanhas Publicitárias: por fim, muitas campanhas publicitárias nas mídias sociais tem como objetivo circular determinadas *hashtags* relacionadas a marcas ou conceitos de branding. Um uso recente e famoso foi o #jogapramim durante a Copa do Mundo. (SOCIAL FIGURE, 2014)

Mas, ainda que seja bem recente, a tabela não abarca a dimensão que as *hashtags* adquiriram nos últimos anos, como potentes ferramentas capazes de arremessar apoios, indicar tendências e propagar conteúdos, angariando mais comentários, curtidas e compartilhamentos. A metáfora da *hashtag* como fogueira em torno da qual as pessoas se reúnem, proposta pelo presidente do Twitter Adam Baim, em destaque no início desse

⁸⁶ Disponível em: <https://socialfigures.com.br/blog/2014/10/01/como-descobrir-hashtags-mais-usadas-pelo-publico-nas-midias-sociais/>. Acesso em 3 de maio de 2017, às 11h.

item, nos coloca diante do desafio de compreender suas implicações e não apenas seus usos nas redes sociais. A marca antecedida pelo símbolo # (sustenido) não pode ser pensada apenas a partir de seu uso, uma vez que trata-se de um marcador digital, que nasce com a cultura digital, mas que, ao alcançar as ruas se torna muito mais do que isso.

A *hashtag* pode ser considerada o novo cartaz, o novo grito, o megafone. Seu uso não se refere mais apenas à indexação de conteúdo para que haja mais engajamento e interação. As *hashtags* são consideradas espaços de luta, tal como ocorreu nos três casos analisados nessa tese: **#EnemFeminista**, **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar**. Nos três casos, foi possível observar que os marcadores se prestaram a marcar posicionamentos, reivindicar e resistir. No caso desta tese, as *hashtags* são entendidas como instrumentos de convocação para alguma ação, como bandeiras e como palavra de ordem.

CAPÍTULO 2 – Gênero e Identidades

Nós agimos e andamos e falamos de formas que consolidam uma impressão de ser um homem ou de ser uma mulher.
(Judith Butler, 2013)

Nesse capítulo, discuto gênero e identidades como conceitos potentes para o desenvolvimento dessa pesquisa. Tomo como pressuposto o fato de que nossas vidas são pautadas por relações de poder e que estas relações se manifestam em diversos espaços, incluindo os ambientes digitais. Considero gênero como um organizador social das diferenças sexuais (SCOTT, 1995; MEYER, 2004) e como um “saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (VÁSQUEZ, 2017). Já as identidades estão sendo pensadas na perspectiva pós-estruturalista dos Estudos Culturais como móveis, transitórias, heterogêneas e múltiplas (HALL, 1997, 2001; CASTELLS, 1999).

Destaco no estudo, algumas representações de identidades femininas a partir de comentários coletados no Facebook e considero que elas atuam na produção de sentidos sobre o universo tido como feminino. Considero também que tais sentidos são produzidos coletivamente, tanto nessas manifestações/participações postadas no ambiente digital por usuários do Facebook, quanto em outras produções culturais que circulam/circularam, especialmente, nas sociedades ocidentais.

Importante ressaltar que representação está sendo entendida nessa tese na perspectiva adotada pelos Estudos Culturais. Segundo Wortmann (2001), a “representação é uma das práticas centrais na produção da cultura e um “momento-chave” no chamado “circuito da cultura”, no qual os significados são produzidos através de diversos processos e práticas” (p. 156). A pesquisadora lança mão dos estudos de Hall (1997 *apud* Wortmann, 2001) para quem a representação participa da construção das “coisas”. Isso significa dizer que os “objetos” adquirem significados no interior da cultura. Representação, portanto, tem a ver com produção e intercâmbio de significados. Wortmann (2001) destaca, ainda, que frequentemente:

(...) o significado é contestado e, às vezes, até severamente disputado, pois em qualquer cultura, em um mesma época, há sempre diferentes circuitos de significação circulando. Isso me remete a ressaltar que a produção dos significados está sempre associada a lutas de poder - essa produção se inscreve em relações de poder - e é nesse processo que, se define, por exemplo, o que é "normal" (ou não) em uma cultura, ou quem pertence a um determinado grupo, ou é dele excluído. (WORTMANN, 2001, p. 157)

2.1 Identidades: uma celebração móvel

O conceito de identidade é usado nessa tese no plural, por reconhecer que as identidades contemporâneas são produzidas em meio a mudanças profundas na sociedade. Mudanças percebidas, principalmente, a partir da segunda metade do Século XX e que perduram até os dias atuais. Nelas, as “paisagens culturais” – que garantem os lugares de cada um nas sociedades – têm sido profundamente transformadas e fragmentadas por marcadores como raça, gênero e classe. Essas transformações alcançam, também, a constituição de nossas identidades pessoais, pois, como destaca Hall (2001), há “um tipo diferente de mudança estrutural” que está levando a “mudanças nas nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (p. 9).

Apesar das muitas discussões sobre identidades e do reconhecimento dos modos como elas se transformam ao longo da história, notadamente as discussões instauradas pelo pensamento pós-estruturalista, ainda parece prevalecer, pelo menos no senso comum, a ideia de que o sujeito possui uma identidade fixa, que o acompanha desde o nascimento ao longo da vida. Essa ideia é frequente e estrategicamente usada para dar conta de problemas complexos da sociedade e, principalmente, daqueles relacionados às chamadas minorias políticas – negros, índios e mulheres, por exemplo. Mas, também é uma ideia que orienta condutas, que molda comportamentos e que legitima preconceitos e exclusões, negligenciando a percepção de que não existe identificação que possa ser conferida automaticamente. Há mecanismos de controle, sutis ou abertamente declarados, que contribuem para que haja identificações com modelos de ser e estar e, portanto, de definir-se socialmente (HALL, 2001). E, como nos diz Hall, a crença em uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, pois:

(...) à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2001, p. 13)

Hall (2001) propõe que esse caráter de mudança nas definições de identidade seja entendido a partir da compreensão de três concepções de sujeito presentes em diferentes momentos da história: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-

moderno⁸⁷. Este último tem sua identidade formada e transformada continuamente, tornando-se “uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p. 13). Essa identidade é “definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos e elas “não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (p. 13).

A fragmentação das identidades, característica da modernidade tardia, ou da pós-modernidade se assim quisermos nomear o tempo em que vivemos, produz consequências políticas, uma vez que, sendo provisórias e múltiplas, essas identidades se cruzam e tornam difícil a identificação de interesses sociais exclusivamente em termos de classe, direção que orientou discussões ocorridas a partir das filosofias críticas. Assim, ainda segundo Hall (2001), o descentramento do sujeito moderno permitiu a sua libertação das certezas e tradições que o estabilizaram no passado e que deram a ele apoios estáveis para circular pelo mundo.

Entende-se, então, que os sujeitos mudam para se adequar às paisagens culturais e sociais que, igualmente, se transformam a partir de produções nas quais eles se inscrevem. Atualmente, a velocidade das mudanças chega a ser assustadora, tendo-se, por vezes, a sensação de que os sujeitos não são capazes de acompanhá-las, apesar de empreenderem uma busca frenética pelo novo, como se participassem de uma corrida em que não se vislumbra pódio de chegada. O sujeito pós-moderno ao qual Hall se refere, transita entre as tradições e certezas que conferem certa estabilidade e as indefinições e possibilidades múltiplas de identificar-se no mundo. Devemos pensar, então, em identidades sempre em transformação e que nunca se completam ou se dão por acabadas.

É preciso destacar, no entanto, a compreensão já corrente de que mudanças e desestabilizações no “estatuto do sujeito” não são prerrogativas dos nossos tempos, ainda que, muitas vezes, as transformações que percebemos hoje, e que nos inquietam, sejam atribuídas à internet e, especialmente, ao uso massificado dos dispositivos móveis e das redes sociais digitais. Hall (2001) nos diz que a “crise de identidade” deve ser pensada como parte de um processo mais amplo de mudanças. Mudanças que sempre ocorreram

⁸⁷ O sujeito do Iluminismo baseia-se na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência, de ação. Nessa concepção, havia um núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da existência. O sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo modernos e a consciência de que não há autonomia nesse “núcleo” interior do sujeito, mas ele seria formado nas relações mediadas pela cultura. Nessa concepção, a identidade é o que “costura” o sujeito às instituições. No sujeito pós-moderno, os próprios processos de identificação estão tornam-se provisórios, variáveis e problemáticos. (HALL, 2001)

ao longo da história e que desestabilizaram as relações sociais e culturais em tempos distintos.

A partir das considerações tecidas até aqui, ressalto que as identidades nessa tese são pensadas como decorrentes de processos de significação que se instauram baseados em um atributo cultural ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados, conforme aponta Castells (1999). Esse autor diz que, para um ator individual ou um ator coletivo, essa identidade pode ser múltipla, disso decorrendo a impossibilidade de alguém definir-se a partir de um único atributo ou aspecto. E essa pluralidade de identidades é, para ele, fonte de tensão e contradição tanto, na autodefinição quanto na ação social. Castells (1999) chama a atenção para a necessidade de se estabelecer distinção entre as noções de identidade e de papel (tomada em uma visão sociológica), uma vez que as identidades organizam significados e os “papéis” organizam funções.

As considerações de Castells (1999), aliadas à ideia de identidades que assumo nesse trabalho, me levam a pensar em como a noção de papéis e de identidades se misturam nos comentários analisados, nos quais as identidades femininas são pensadas e produzidas a partir dos papéis sociais atribuídos ao feminino. Essa distinção entre papéis e identidades orientou meu modo de olhar para os comentários e me permitiu perceber que tanto mulheres quanto homens assumem com frequência, e de forma um tanto “natural”, certos papéis que lhes são atribuídos socialmente.

Assim, as lutas por empoderamento feminino, por exemplo, embaralham-se frente a outras reivindicações, tais como a de que as mulheres exerçam papéis sociais tradicionalmente atribuídos a elas, como os de donas de casa, mães e esposas.

Os dois comentários que transcrevo a seguir, o primeiro relativo à *hashtag* **#EnemFeminista** e o segundo, à **#belarecatadaedolar**, colocam em evidência modos de pensar a identidade feminina a partir da referência a comportamentos e características que distinguiriam homens e mulheres.

COMENTÁRIO 4 – A grande maioria das mulheres ainda acham que dependem de homens. Talvez a dificuldade das suas colegas sejam mais fatores culturais que realmente uma dificuldade intelectual. Mulheres independentes criaram e criam coisas brilhantes no mundo das exatas, humanas e biológicas.
(sujeito feminino, página do Portal G1, no Facebook. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 5 – Estou chocada com a opinião das mulheres, na minha opinião estão sendo muito preconceituosas, as mulheres pregam a liberdade hoje, e acham que a moça não tem a liberdade de viver a vida como ela queira, alguém já pensou ou se perguntou se ela não escolheu assim...alguém quer dizer que ser recatada e bonita é errado? Ser dona de casa também?
(sujeito feminino, página do ZH no Facebook. #belarecatadaedolar)

No *comentário 4*, feito por uma mulher em resposta ao comentário de um homem, ela destaca a importância de que se compreenda que não há uma subordinação ou inferioridade intelectual de um sexo em relação ao outro, mas questões culturais que moldam o comportamento de mulheres diante de situações que elas próprias consideram como sendo tipicamente masculinas. Ou seja, a dependência do feminino em relação ao masculino é gestada culturalmente. Já no *comentário 5*, o que está em questão é um entendimento limitado do que seja liberdade de escolha da mulher. A autora do comentário parece considerar que a opção de assumir o “papel de dona de casa”, assunto central na discussão que estava sendo travada, decorre de uma escolha alinhada a uma inata e individual identificação com esse papel.

A compreensão de que as identidades são construídas em meio a relações de poder e a partir de significados que perpassam as produções culturais com as quais sujeitos se relacionam está longe de ser cogitada em um tal comentário, bem como a ideia de que os conteúdos simbólicos são os responsáveis pela (e os motivos da) construção das identidades coletivas⁸⁸. Mesmo que haja uma determinada condição que marca a identidade mais significativa de uma pessoa num determinado momento – como no caso de uma doença ou da maternidade, por exemplo – cabe ressaltar que outros marcadores identitários continuam a disputar o lugar de destaque no cenário.

A forma como Castells (1999) configura o processo de construção das identidades por tipo e modo como ocorrem mostrou-se útil para que eu pudesse pensar nas identidades femininas produzidas nos embates travados no ambiente digital, mais especialmente nos comentários postados no Facebook. Deixo claro, e o próprio Castells diz isso, que não se trata de uma separação definitiva e radical, uma vez que os três tipos de processos de construção de identidades que ele apresenta podem se transformar, incorporar novos elementos e “tornar-se outra coisa”, e não devem ser pensados isoladamente em relação uns aos outros.

⁸⁸ No livro “O poder da identidade” (CASTELLS, 1999), a palavra identidade é grafada no singular. Eu optei por usar o termo sempre no plural para reforçar um posicionamento de que não há uma única identidade, ainda que ela seja provisória e marcada por um momento, uma função ou uma condição.

O primeiro processo é a construção da “identidade legitimadora”, introduzida pelas instituições dominantes com a intenção de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Esse primeiro processo é o que dá origem à sociedade civil⁸⁹. O segundo processo de construção de identidade opera na produção da chamada “identidade de resistência”, em que os atores sociais, desvalorizados ou estigmatizados pela lógica da dominação, constroem trincheiras de resistência baseadas em princípios diferentes. Esse caso, segundo Castells (1999), dá origem às comunas ou comunidades, que instituem formas de resistência coletiva contra uma opressão. Já o terceiro processo, “identidade de projeto”, é aquele que, efetivamente, produz sujeitos, sendo esse o que mais especialmente me interessa nesse trabalho. É esse processo de identidade que permite aos atores sociais construir uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando, em última instância, a promoção de mudanças nas estruturas da sociedade. Castells diz que:

Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p. 24)

Se, como lembra Castells, em determinado momento da história o feminismo abandonou “as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher” para incorporar outras abordagens, hoje, penso ser possível dizer que o ambiente digital permite não apenas que se incorpore outros temas e demandas dos sujeitos femininos como permite que se institua novos modos de manifestação e resistência. Assim, podemos problematizar a produção de identidades dos sujeitos na cultura digital e a impossibilidade de separar o mundo em: “mundo real” e “mundo virtual”. Tais processos de produção de sujeitos que ocorrem no ambiente digital, nas mídias sociais e nas redes sociais digitais se utilizam de uma lógica própria – a lógica da internet e das redes – para se sustentarem e se constituírem.

⁸⁹ Castells entende como sociedade civil “o conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (CASTELLS, 1999, p. 24).

2.1.1 Gênero e identidade de gênero

Para além das questões acadêmicas, a referência a gênero leva, quase de forma instantânea, à sua associação com o movimento feminista, com direitos de mulheres e com questões relativas a elas. Ou, como tem sido recorrente nos comentários alvo de minhas análises, a um “mimimi” de mulheres que “deveriam estar lavando a louça”. Essa observação, feita quando realizava as primeiras incursões pelo material de pesquisa, já evidenciava a importância de investir nas problematizações que envolvam questões de gênero, tais como: quais os significados de gênero e como o gênero aparece em meio às discussões que abordam as desigualdades entre os sexos na nossa sociedade e, muito especialmente, como o gênero se tornou um tema recorrente (e polêmico) nas mídias sociais digitais.

Não é o objetivo desta tese preencher essa lacuna (se é que podemos chamar assim essa aparente desinformação sobre o assunto), mas é parte do trabalho que se desenvolveu até aqui – e que continuou a me ocupar após a defesa do projeto – colocar em evidência a complexidade do gênero como uma categoria carregada de contradições e objeções (MEYER, 2004). Contradições essas que podem ser percebidas tanto no uso da expressão quanto nos modos como percepções sobre gênero transitam pela história. Scott (1995), no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” – considerado um texto seminal para os estudos que se seguiram – faz um resgate do uso desse termo e dos modos como ele tem sido compreendido.

Academicamente, o gênero tem sido compreendido de várias maneiras, sendo que os primeiros estudos o tomavam como sinônimo de “estudo de mulheres” (SCOTT, 1995). Essa perspectiva levou historiadoras e historiadores, em determinado momento, a substituírem, em suas publicações e pesquisas, a expressão “mulheres” por “gênero”, como forma de conquistar reconhecimento público. Mas, apesar das mudanças nos títulos dos trabalhos, Scott alerta que não havia, naqueles estudos sobre mulheres, tensionamentos que levassem em consideração as relações de poder ali presentes. Segundo ela, o termo era usado como forma de:

(...) sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. (SCOTT, 1995, p. 75, aspas da autora).

Outra abordagem apontada por Scott (1995) é a que toma o gênero em seu aspecto relacional, indicando que qualquer assunto envolvendo mulheres implica informações sobre homens. Esse uso “ênfatisa o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (SCOTT, 1995, p. 75). Trata-se de uma perspectiva bastante adotada, mas que é alvo de críticas por apresentar a limitação de situar o feminino na forma de uma oposição binária ao masculino, sugerindo uma dependência e subordinação em relação a este.

Também há outra perspectiva que aponta para ser o gênero uma forma de discutir os modos como homens e mulheres se movimentam na história e, ainda, o modo como as distinções baseadas no sexo biológico se tornaram normativas para as práticas sociais. Dessa forma, o uso do conceito de gênero enfatiza um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, tendo se tornado um conceito útil, “pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nicholson (2000) lembra que o conceito de “gênero”, assim como o de “mulher”, é central na crítica feminista e aponta que ele tem sido usado de duas maneiras contraditórias: em oposição a sexo e como construção social que remete a distinções entre masculino e feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos a partir de suas biologias (NICHOLSON, 2000). No primeiro uso, gênero situa-se no campo da cultura enquanto sexo é posicionado como parte do domínio da biologia. Na segunda abordagem, tanto sexo quanto gênero são considerados domínios da cultura, ou seja, construções culturais. Isso significa pensar que tanto os comportamentos quanto os modos como o sexo é significado são construções sociais e culturais.

O uso do gênero como forma de destacar as relações sociais entre os sexos, conforme já apontava Scott (1995), tem contribuído para a desconstrução de explicações biológicas e sexistas que justifiquem as desigualdades e as condições de subordinação a que estão submetidas as mulheres. Nessa perspectiva, gênero, então, seria uma forma de se referir ao modo social e cultural de estabelecer distinções baseadas no sexo biológico e de se referir ao modo como papéis são atribuídos a homens e mulheres em função dessas distinções. Mas, esse entendimento não é tão simples, pois não se trata apenas da produção de diferença entre os sexos, mas da produção de conhecimento sobre essas diferenças, que, por sua vez, ocorre em diversos contextos. Scott nos esclarece que gênero é:

(...) a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre as mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais (...) Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos. (SCOTT, 1995, p. 2)

Butler (2003) também promove uma historização e uma crítica radical à oposição binária entre sexo e gênero ao propor uma desconstrução da “ordem compulsória” que exige total coerência entre sexo, gênero e desejo/prática. Ela contesta o caráter imutável do sexo, uma que vez que “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (Butler, 2003). Ao colocar em questão se não seria o sexo também uma produção discursiva – e não um domínio exclusivo da biologia – gestada por “vários discursos científicos a serviço de outros interesses sociais e políticos”, ela sugere não haver diferença alguma entre sexo e gênero. Para a autora, se o sexo é uma categoria tomada em seu gênero,

Não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, como anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura”. (BUTLER, 2003, p. 25, grifos no original)

O gênero para essa pesquisadora é performativo, ou seja, ele produz efeitos e ninguém pode dizer que “pertence a determinado gênero desde sempre”. Butler (2013) diz que falar em performatividade de gênero é admitir que agimos como homens ou como mulheres como se houvesse “uma realidade interna” determinante para tal e não como algo que se produz e se reproduz o tempo todo. Uma vez que não há sujeito estável (tampouco identidade estável e imutável), a própria representação de mulher é motivo de contestação. A pesquisadora questiona “em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual” (BUTLER, 2003, p. 23).

Butler (2013) destaca que “performatividade” de gênero não é a mesma coisa que “performance” de gênero, sendo que esta última supõe que haja uma escolha deliberada

por uma determinada atuação. Para explicar a noção de performatividade de gênero, Butler expõe o fato de que ao agirmos como um homem ou como uma mulher o fazemos como se isso fosse algo natural, que existisse desde sempre no interior de cada sujeito. Cabe registrar, ainda, que a ideia de performatividade de gênero parece estar sendo apropriada por grupos conservadores como um tipo de comportamento que se escolhe voluntariamente, desconsiderando que falar em gênero envolve reconhecer a existência de normas e padrões interiorizados e que se mostram como naturalmente participantes de cada sujeito.

A expressão “ideologia de gênero”, bastante utilizada na história recente do país, relaciona-se, muito especialmente, ao momento político vivido no Brasil, no qual têm sido colocadas em disputa conquistas sociais e retrocessos em relação a questões de gênero e sexualidade. Os grupos conservadores que se opõem a essas discussões e à introdução do tema nos currículos escolares se posicionam como se o gênero fosse uma possibilidade de escolha voluntária, situada meramente no plano sexual, ignorando as implicações relativas às relações de poder que instituem e reproduzem práticas usualmente dirigidas aos corpos femininos e masculinos. Esses grupos que se posicionam contrários ao que chamam de “ideologia de gênero” parecem se alinhar às dicotomias que envolvem, por exemplo, oposição ao sexo biológico, visto como capaz de garantir o estabelecimento de uma ordem heteronormativa na sociedade.

Em seu livro “Deslocamentos do feminino”, Kehl (2016) questiona as relações que se estabelecem entre a mulher, a posição feminina e a feminilidade, apontando para o modo como esses marcadores se articulam “formando um desenho diferente para cada sujeito” (p. 11). Para a autora, feminilidade “é uma construção discursiva produzida a partir da posição masculina, a qual se espera que as mulheres correspondam na posição que a psicanálise lacaniana designa como sendo a do ‘Outro do discurso’” (Kehl, 2016, p. 56). Tomando feminilidade como “uma construção discursiva”, Kehl destaca o modo como a imposição de modelos de feminilidades e de maternidade às mulheres implicou também na constituição do estereótipo da mulher como um ser frágil que precisa ser cuidado e que não é capaz de dar conta da própria vida.

Ao traçar um percurso das mudanças ocorridas nos modos como a feminilidade se institui colada a adjetivos como frágil, dócil e maternal, Kehl (2016) nos mostra que há um desajuste entre “as mulheres e a feminilidade imposta a elas por um modelo de educação baseado na submissão” e, também, que esse “ajuste das mulheres à feminilidade nunca é perfeito, muito menos se dá sem conflito”, pois “a posição de ‘Outro do discurso’

parece impossível de se sustentar ao longo da vida” (p. 56). A autora afirma ter sido o campo cultural da constituição burguesa europeia do Século XIX o responsável pela produção de uma “quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade” (p. 40). Como ela ressalta,

A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia, bastante corrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas. (KEHL, 2016, p. 40)

A ideia da mulher educada para a domesticação de sua “natureza feminina” é um tema recorrente nos episódios⁹⁰ analisados nessa tese, em especial no que se refere às *hashtags* **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar**. Tal ideal de mulher e de feminilidades está representado nos comentários incluindo-se os que reivindicam uma educação que dê conta de controlar os ímpetos das mulheres, ainda que, no caso do episódio do shortinho, as mulheres em questão sejam apenas adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos. Há uma recorrência de comentários que sugerem haver uma preferência das meninas por determinado tipo de roupa, sendo que essa “preferência”, e a proibição de seu uso, seria o motivo do protesto. Em alguns comentários, essa “preferência” é entendida como um capricho ou como “coisa de meninas mimadas”, e não como um possível marcador de um tipo de identidade que não se institui, unicamente, a partir de escolhas individualizadas.

A produção de identidades femininas se dá a partir do que é possível ser pensado dentro dos limites da racionalidade vigente em determinada época. No fluxo das redes sociais digitais, essas racionalidades estão em rota de colisão, estão em suspensão, estão abertas às intervenções múltiplas e que são, por isso, mesmo colocadas em xeque a todo momento. A resistência a modelos pré-estabelecidos ocorre tanto na reivindicação de que se possa viver a feminilidade de outro modo quanto na afirmação de que há um modo tradicional de vivê-la e que garante, por sua vez, a preservação desses mesmos modos. Daí as críticas às feministas, tomadas, por muitas, como aquelas que desejam desalojar “A Mulher” de seu papel privilegiado na sociedade, que tem na maternidade sua mais

⁹⁰ Em vários momentos nessa tese, refiro-me às *hashtags* como episódios, nomeando-os como “episódio do Enem”, “episódio do shortinho” e “episódio da bela e recatada”. As referências ocorrem para que haja mais fluidez no texto e para que ele se torne menos repetitivo.

nobre missão, e jogá-la no lugar daquela que, sem os atributos da feminilidade, só tem o desejo de “ser como os homens”.

Para Judith Butler (2003), há um problema político na suposição do feminismo de que haja uma identidade comum da mulher, pois o termo “mulher” – e mesmo que ele esteja no plural – torna-se, segundo ela, um ponto de contestação e de ansiedade. Há uma multiplicidade de possibilidades de interpretação para o termo que se torna difícil fixá-lo de forma tão radical, uma vez que ser mulher não é tudo o que uma pessoa é. Segundo Butler, o termo

(...) não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da ‘pessoa’ transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003)

Uma questão pertinente a ser pensada é sobre as racionalidades que estão pautando a conduta dos sujeitos que se produzem e produzem identidades outras no ambiente digital. Estamos diante de deslocamentos nas relações de poder que podem ser evidenciadas a partir das diferenciadas possibilidades de participação feminina que o ambiente digital permite e possibilita. A cultura da participação parece sugerir que as relações de poder se enfraqueceram, mas ousou dizer que elas estão se estabelecendo sobre outros paradigmas ainda em construção e não compreendidos. “A rápida expansão da cultura participativa e um desafio contínuo”, já salientaram Jenkins et al (2014, p. 238).

O entendimento do que seja feminilidade é possível de ser modificado de uma cultura a outra, de uma época a outra, uma vez que tal entendimento é efeito de discursos, práticas e saberes partilhados em um tempo e espaço. Assim, é possível perceber que há atribuições de valor ao feminino e às feminilidades que são variáveis, transitórias e móveis a depender dos saberes em circulação num dado momento. Friederichs (2015) se interessa, em sua tese, por corpos legíveis e inteligíveis como femininos e discute a feminilidade como ficção biopolítica, que se altera no tempo e na cultura e que pode ser vivida de diversas formas e por corpos diversos. Por meio da análise de quatro filmes, ela problematiza o modo como esses corpos transitam pelas telas do cinema e são construídos

por meio de estratégias que envolvem os discursos e as relações de poder⁹¹ que perpassam a produção de corpos femininos.

A ideia com a qual Friederichs (2015) trabalha é de que as feminilidades são “ficções provisórias”, tornadas permanentes por meio dos personagens produzidos nos filmes e analisados por ela. Em sua abordagem, a pesquisadora chama a atenção para as mudanças que ocorreram nos modos de dar centralidade aos personagens femininos no cinema, desde o filme “Quanto mais quente melhor”, produzido na década de 1950, até as produções mais recentes, em que há tensionamentos em torno de padrões morais de cada época destacados. Segundo ela, ao trazer para a tela personagens que escapam aos estereótipos de feminilidades e masculinidades, o cinema se torna potente para problematizar as “instabilidades das identidades heteronormativas, apresentadas, até então, de modo ‘coerente’ nas suas posições de gênero, corpo biológico – determinado ao nascer – e sexualidade” (p. 89). Aliás, é a reafirmação de uma pretensa coerência, em diferentes produções e instâncias da cultura, que legitima e naturaliza certos tipos de padrões para o feminino e as feminilidades.

Penso que a dicotomia masculino-feminino, bem como a associação entre feminismo como algo que é contrário ao machismo e, ao mesmo tempo, preocupações enunciadas em torno de uma possível perda da feminilidade, entendida como um atributo inerente às mulheres e pessoas do sexo feminino, nos coloca diante da necessidade de discutir as masculinidades. Holanda (2018) aponta para essa necessidade quando diz que combater o machismo exige que se compreenda o comportamento masculino, que envolve a constituição do sujeito como dotado de atributos de acordo com o seu sexo. Os estudos sobre masculinidades encontram ressonância na medida em que se começa a pensar as questões das mulheres e das desigualdades desde a perspectiva relacional entre os gêneros. Ou seja, pensar na desigualdade das relações entre gêneros supõe colocar nessa balança pensar, também a constituição do masculino.

Adrião (2005) revisita o campo dos estudos sobre masculinidades apontando para um *boom* de trabalhos feitos a partir da década de 1980, nos quais o uso do gênero – como uma categoria de análise e por seu caráter relacional – permite “visibilizar mais este outro, a saber, o homem, na discussão sobre a condição da mulher na sociedade, em suas

⁹¹ O corpo feminino é tensionado pela pesquisadora a partir de cenas recortadas de quatro filmes do cinema: **Quanto mais quente melhor** (EUA, 1959), dirigido por Billy Wilder; **Transamérica** (EUA, 2005), dirigido por Duncan Tucker; **Elvis & Madona** (Brasil, 2010), dirigido por Marcelo Laffitti; e **A pele que habito** (Espanha, 2011), dirigido por Pedro Almodóvar.

micro e macrorrelações” (2005, p. 9). O objetivo desses estudos não era apontar para uma “vitimização” dos homens mas produzir conhecimentos sobre as produções de masculinidades. A instituição desse campo de estudos não se dá de forma consensual, como aponta Adrião (2005), pois, muitos questionam a validade da ênfase em um dos lados do gênero, ao mesmo tempo em que se considera a importância de manter a análise relacional.

Uma das críticas aos estudos de masculinidades, bastante contestada, segundo Adrião (2005), é de que esses estudos poderiam enfraquecer a força política dos estudos que têm como foco o gênero feminino. Para Adrião, esse debate entre teoria e prática nos coloca diante de uma tensão “em que o lugar dos homens nas ações do movimento feministas se coloca entre momentos de parceria e de divisão de espaços” (p. 12).

Martins (2014) destaca que, mesmo diante de todas as conquistas femininas⁹², não podemos afirmar que as desigualdades relativas ao gênero estejam superadas, ainda que a subserviência feminina ao mundo masculino seja um padrão de comportamento “desatualizado e inaceitável”. Ainda assim, falar que há liberdade para todos, independentemente de suas identidades sexuais, é algo problemático e de difícil mensuração.

Martins (2014) propõe que esse tipo de análise seja feita a partir de três abordagens: 1) relações na vida pública; 2) relações na vida privada e afetiva; 3) e relações público-privadas. As relações na vida pública dizem respeito à inserção da mulher em todos os campos da sociedade e os avanços seja nos aspectos legais ou sociais, verificados desde o início do Século XX. No caso do Brasil, a autora destaca, como exemplo desses avanços legais, o direito ao voto, em 1946, e a licença-maternidade, em 1943 (MARTINS, 2014).

Já as relações na vida privada e afetiva dizem respeito ao ambiente doméstico e familiar, que se constitui em local privilegiado para violência contra a mulher, que pode ser física, psicológica ou moral. É nesse espaço, segundo Martins, que as desigualdades entre gêneros aparecem com mais intensidade e onde se localiza o que ela considera um dos grandes desafios para o Poder Público. A última abordagem, relações na vida público-

⁹² O Código Civil, que vigorou de 1916 a 2003, considerava as mulheres relativamente incapazes, de modo que para vender, comprar, trabalhar ou estudar, elas dependiam da autorização de seus maridos. A mulher passou a gozar de plenos direitos civis a partir de 1962, com o Estatuto da Mulher Casada. Mas, o direito ao divórcio só ocorreu em 1977. Também os filhos concebidos fora do casamento eram considerados ilegítimos, o que desonerava a responsabilidade dos homens e atribuía à mulher toda a responsabilidade como um forma de punição simbólica pelo desrespeito à família. Somente com a Constituição de 1988, houve a igualdade jurídica entre homens e mulheres. (MARTINS, 2014)

privada, se refere às relações que não são dimensionadas tão facilmente e que têm um caráter mais contemporâneo, além de encontrarem-se diluídas no tecido social, tanto nas instituições como nas práticas.

Essa abordagem considera as relações tecidas de modo mais geral na sociedade e que não envolvem pessoas com vínculos familiares e de afeto, mas que comportam preconceitos e discriminação de gêneros. Sobre essa abordagem, Martins diz que essas relações são as causam de “violências dos mais diversos tipos e, especialmente, sexuais” (MARTINS, 2014). A autora acredita que várias violências dirigidas às mulheres, entre elas o estupro, os assédios e a privação de liberdade, são “tentativas de apropriação do corpo da mulher” e não atos cometidos apenas por homens, mas por ampla parcela da sociedade que busca um redisciplinamento da mulher” MARTINS, 2014).

2.2 Visibilidade dos feminismos em rede

A internet como possível palco privilegiado para as expressões feministas foi a tônica de um movimento conhecido como CiberFeminismo, termo cunhado simultaneamente pela teórica cultural britânica Sadie Plant e pelo coletivo artístico australiano VNS Matrix, em 1991 (EVANS, 2014). O movimento surgiu no momento em que a internet, como tecnologia de conexão, adentrava a esfera pública e se mostrava como potencialmente libertadora. Evans descreve as CiberFeministas como pensadoras “teco-utópicas que viam a tecnologia como uma forma de desestruturar as divisões de sexo e gênero”.

Segundo essa autora, elas sabiam que:

(...) o mundo digital, e as culturas que emergiam dele, sendo elas especulativas ou não, continham as mesmas dinâmicas de poder ligadas a gênero existentes no mundo real; o próprio termo "CiberFeminista" é, em parte, uma crítica ao tom misógino da literatura cyberpunk dos anos 80. Ainda assim, as CiberFeministas acreditavam que a internet era uma ferramenta para a liberação feminista. (EVANS, 2014)

As CiberFeministas recusaram definições e produziram, durante a Primeira Conferência oficial do movimento, uma série de assertivas sobre o que não era o CiberFeminismo: “não está à venda, não é pós-moderno, não é uma moda, não é um piquenique, não é um golpe da mídia, não é ficção científica e (...) não tem a ver com brinquedos chatos para garotos chatos" (EVANS, 2014). Segundo Evans, entre as muitas

manifestações de empolgação com o movimento, a escritora Beryl Fletcher⁹³ afirmou que o ciberespaço era o lugar ideal para as feministas e Donna Haraway disse, em um importante ensaio, que preferia ser um “ciborgue do que uma deusa⁹⁴”.

Evans, em um artigo publicado em 2014, diz que as CiberFeministas estavam erradas ao imaginar a internet como um quintal para as expressões feministas onde elas poderiam se livrar das opressões de gênero. Ao contrário, ela diz que “ser uma mulher na internet em 2014 traz à tona as mesmas reservas e ansiedades que sempre acompanharam a vivência feminina no mundo carnal” (EVANS, 2014).

Do ano em que as CiberFeministas publicaram o “Manifesto CiberFeminista da VNS Matrix”⁹⁵ até os nossos dias, houve mudanças significativas no modo como nos relacionamos com a internet. Se naquela época, as CiberFeministas acreditaram que a dicotomia “mundo real” *versus* “mundo digital” seria a porta para a emancipação e visibilidade do feminismo, hoje sabemos não ser possível separar a cultura digital da própria cultura. A internet, hoje, se constitui no meio por excelência para a visibilidade dos movimentos feministas, mas os movimentos são mais difusos e diversificados.

A “Marcha das Vadias” pode ser tomada como um exemplo mais recente de como o potencial das redes sociais digitais começou a ser apropriado por mulheres e pelos movimentos feministas como forma de dar visibilidade e trazer à luz o modo como a sociedade culpa as mulheres pela violência sofrida por elas e lhes impõe um controle sobre seus corpos e sua sexualidade. O movimento surgiu em 2011, na cidade de Toronto, no Canadá, com o nome de *Slut Walk*⁹⁶, e foi uma resposta à naturalização da violência contra as mulheres, após um policial que palestrava sobre o assunto, em uma universidade, afirmar que as mulheres deveriam evitar se vestir como “vagabundas” (*sluts*).

⁹³ *CyberFeminism: Connectivity, Critique + Creativity*, livro publicado em 1999.

⁹⁴ *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century*, ensaio publicado em 1991.

⁹⁵ Texto do manifesto: "Nós somos a buceta moderna; positivo anti-razão; sem amarras desenfreadas sem perdão; vemos arte com nossa buceta fazemos arte com nossa buceta; acreditamos no gozo loucura o sagrado e poesia; somos o vírus da nova desordem mundial; desmembrando o simbólico de dentro para fora; sabotadoras do sistema do big daddy; o clítoris é uma linha direta para a matriz; a VNS MATRIX; terminadoras do código moral; caímos ao altar da abjeção; cutucando o templo visceral nós falamos em línguas; infiltrando interrompendo disseminando; corrompendo o discurso; somos a buceta do futuro."(Manifesto CiberFeminista, Austrália, 1991. Disponível em <http://www.sterneck.net/cyber/vns-matrix/index.php>)

⁹⁶ *Slut* é uma expressão que foi traduzida de diferentes formas nos países por onde passou. No Brasil, os nomes variaram em função dos regionalismos. No Ceará, houve Marcha das Vagabundas, em Portugal, encontramos Marcha das Ordinárias. Nos países latinos de língua espanhola, o mais comum foi Marcha de las Putas.



Imagem 5: Marcha das Vadias na cidade de São Paulo, no dia 4 de junho de 2011

A marcha começou com as estudantes daquele campus e se espalhou pelo mundo. No Brasil, a primeira Marcha das Vadias ocorreu na cidade de São Paulo, em 4 de junho de 2011. O uso da palavra “vadia”, que carrega forte conotação negativa na linguagem corriqueira, foi uma forma de dizer que em sociedades machistas, as mulheres sempre são e serão consideradas vadias. O movimento foi considerado um marco na militância feminina na internet, devido às possibilidades de intercâmbio dinâmico e ampliado entre ideias e perspectivas feministas. De acordo com Ferreira (2013), a internet se constituiu em importante ferramenta de divulgação, crítica, debate, reação e diálogo com os mais diferentes setores da sociedade, incluindo a mídia tradicional, com uma espécie de enfrentamento sobre os temas feminismo, gênero e violência. Ferreira salientou que:

A possibilidade de autonomia para a produção e para a divulgação de ideias feministas na rede incitou uma grande quantidade de debates - em jornais, rádios, televisão, mas principalmente, em blogs, páginas de diversos movimentos sociais, de grupos ou pessoais, na internet – que discutiram sobre as principais pautas e táticas reivindicadas e realizadas pelas diversas marchas. (FERREIRA, 2013, p. 35)

Nos anos 1970 e 1980, foi observado um esvaziamento dos movimentos contestatórios de mulheres, conforme aponta Pinto (2003), em seu livro “Uma história do feminismo no Brasil”. O final dos anos 1990 e os primeiros anos do Século XXI trouxeram uma nova perspectiva para os feminismos em meio a mudanças profundas que ocorreram nas sociedades em nível planetário, como a popularização da internet e a

guinada neoliberal, que afetaram os modos de consumir e de ser cidadão, muito especialmente em países como o Brasil, recém-saído de uma ditadura militar e ainda às voltas com a recessão econômica e problemas graves a enfrentar nos campos da saúde, da educação e da segurança pública.

Pinto (2003) diz que o feminismo do início do século XXI é difuso e que não existe nesse movimento um rol articulado de demandas e posturas para a vida pública e privada. Podemos considerar que os estudos de diferença constituíram-se em uma espécie de impulso que levou à chamada “terceira onda” do feminismo, colocando em evidência a questão das identidades e dos estudos de gênero, que se configuram como um campo para se discutir as opressões que atingem mulheres de diferentes formas e que organizam socialmente as diferenças baseadas no sexo biológico.

A questão do empoderamento feminino, no entanto, não surgiu com os feminismos em rede, mas pode ser localizado já na segunda onda do feminismo, com o livro “A irmandade de mulheres é poderosa”⁹⁷, de Robin Morgan. A frase que dá título ao livro foi considerada um dos slogans da segunda onda e trazia a ideia explorada por feministas da época de que era preciso conscientizar coletivamente as mulheres que se apoiariam mutuamente nas demandas e não se perderiam em disputas isoladas como vinha ocorrendo historicamente. As feministas da segunda onda buscaram respostas para a condição feminina e questionaram o motivo pelo qual mulheres do mundo todo, ainda que em situações diferentes, viviam situações tão semelhantes de opressão pelo sexo masculino. Na segunda onda fica claro que o elo a unir as mulheres era a opressão pelo sexo, que as torna mães e reprodutoras, perpetuando suas submissões ao poder patriarcal.

Naquele contexto, eram discutidas questões relativas a violência doméstica, ao estupro e ao direito reprodutivo, mas, apesar de bastante abrangentes, as problematizações ainda não contemplavam outras identidades que se sentiam alijadas, como as identidades de mulheres lésbicas, trans, negras e pobres. A ideia de irmandade e de união para o empoderamento perde força na terceira onda do feminismo, pelo menos, no sentido de que não parecia mais fazer sentido usar esse slogan diante da multiplicidade de vozes e demandas que passaram a ocupar a cena pública. A pluralidade de demandas se confunde com a multiplicidade de identidades possíveis⁹⁸.

⁹⁷ *Sisterhood is powerful* lançado na década de 1970.

⁹⁸ <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>

Os “estudos de diferença” constituíram-se, então, em uma espécie de impulso que conduziu a uma chamada “terceira onda” do feminismo, a partir da qual foi colocada em evidência a questão das identidades e dos estudos de gênero, que se configuram como um campo para a discussão das opressões que atingem as mulheres de diferentes formas e que organizam socialmente as diferenças baseadas no sexo biológico. A terceira onda, portanto, assume posições pós-estruturalistas e não se limita e lutar por equidade, mas a promover uma crítica e uma desnaturalização dos padrões binários que estabelecem a desigualdade entre gêneros, além de questionar o próprio lugar do gênero para o estabelecimento das relações de poder na sociedade.

As eleições de 2010, no Brasil, já sinalizavam para uma maior visibilidade das pautas feministas no cenário nacional, uma vez que, pela primeira vez na história do país, duas mulheres disputavam a Presidência da República⁹⁹. Havia, também, disseminada pela sociedade em diversas esferas, uma grande tensão diante da possibilidade de legalização do aborto, além do peso de terem se envolvido mais de 200 mil mulheres na preparação da "I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de 2011"¹⁰⁰. Brito (2017) identifica dois importantes movimentos naquele período que sinalizam para as mudanças nas manifestações que se seguiram: a criação do blog “Blogueiras Feministas” e o movimento “Marcha das Vadias”, descrito acima.

Brito (2017) considera que esses movimentos começaram a dar destaque ao modo como a sociedade criminaliza as vítimas de violência de gênero e de como o assédio é uma prática tão comum quanto invisível e condenada ao silêncio. Se, em 1980, as feministas usavam como slogan “quem ama não mata”, em 2011, a palavra de ordem foi “meu corpo, minhas regras”. Houve um deslocamento do entendimento da mulher que deve ser protegida da violência – em certa medida ainda tida como naturalmente identificada como a parte frágil do binário feminino-masculino e submetida a ele – para a ideia de que a mulher tem o direito de ter seu corpo preservado e que não cabe ao sexo masculino decidir ou não sobre ele (BRITO, 2017).

⁹⁹ Naquele ano, Dilma Rousseff e Marina Silva encabeçavam duas chapas nas eleições para a presidência.

¹⁰⁰ A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho de 2004. O documento oficial, elaborado a partir da Plenária Final, com a participação de 1,8 mil delegadas, foi elaborado a partir de cinco eixos temáticos: 1) enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; 2) superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; 3) Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; 4) efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; 5) desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

As mulheres, nessa terceira onda, não exigem mais apenas não serem violentadas, espancadas, abusadas ou estupradas. Elas exigem o direito de ir e vir, de vestir-se do modo como entenderem e de disporem de seus corpos, o que inclui ser donas de suas sexualidades, de sua capacidade reprodutiva e do modo como se inserem no mundo do trabalho e de suas atividades sociais. O Facebook, nesse contexto, torna-se um espaço de autonomia (CASTELLS, 2017), um ambiente adequado para a proliferação de pautas feministas, para denúncias das mais variadas ordens e para a mobilização em torno de demandas diversas, permitindo que pessoas comuns agreguem valor umas às outras, por meio da possibilidade de participação, criação e compartilhamento (SHIRKY, 2011).

Castells (2017), ao analisar movimentos sociais que ocorreram pelo mundo e que se utilizaram da lógica das redes sociais para suas organizações¹⁰¹, destaca que uma das peculiaridades desses movimentos é que eles ocorreram sem que houvesse o controle de empresas que, historicamente “havia mobilizado os canais de comunicação como alicerces de poder” (p. 17). A internet como um espaço livre de hierarquias permite a formação de redes e a superação do medo, este, considerado “uma emoção paralisante”(CASTELLS, 2017, p. 18).

A internet, como um espaço de luta, de reivindicação, de visibilidade, de empoderamento, permite que todos sejam atores principais e partilhem informação e sentimentos. As campanhas **#NãoMereceSerEstuprada**, **#MeuPrimeiroAssédio** e **#MeuAmigoSecreto**, realizadas nos anos de 2014 e 2015 nas redes sociais digitais, podem ser consideradas marcadores de um novo momento, que tem sido chamado de “quarta onda do feminismo”, caracterizada, principalmente, pelo ativismo em rede, pelo uso do corpo como plataforma e pelas *hashtags* como “palavras de ordem” (HOLLANDA, 2018-a)¹⁰². O caso da jornalista Nana Queiroz, que tornou popular uma campanha contra a cultura do estupro, em 2014, usando a *hashtag* **#NãoMereceSerEstuprada**, é um desses exemplos em que o corpo se transformou em

¹⁰¹ No livro “Redes de indignação e esperança” Manuel Castells (2017) examina diversos movimentos, ocorridos no mundo a partir da segunda década do Século XX, entre eles a Primavera Árabe, as revoluções na Tunísia e Egito, revoltas na Islândia, o movimento dos Indignados, na Espanha, e Occupy, nos Estados Unidos da América. Suas análises se baseiam no fato de que as manifestações se sustentam em redes dinâmicas autônomas, tendo a internet como um espaço de autonomia do qual lançam mão. Esse espaço de autonomia é, na visão do autor, espaço para troca de informações e partilha de sentimentos de indignação e esperança. Na segunda edição da publicação, lançada em 2017, Castells incluiu o caso das manifestações no Brasil, ocorridas em 2013.

¹⁰² A expressão **quarta onda do feminismo** refere-se ao ressurgimento do interesse no feminismo iniciado por volta de 2012 e associado ao uso das redes sociais. O foco dessa quarta onda é a busca de justiça para as mulheres e a oposição ao assédio sexual e à violência contra a mulher. Os temas enfocados pelas feministas da quarta onda incluem o assédio nas vias públicas e no ambiente de trabalho, a violência sexual nos campi universitários e a cultura do estupro. Escândalos envolvendo o assédio, o abuso e o assassinato de mulheres e meninas estimulam o movimento, que é marcado pelo uso intenso da tecnologia.

plataforma e que o movimento foi viabilizado totalmente por meio das redes sociais digitais.

A expressão “quarta onda do feminismo” refere-se, segundo Holanda (2018-a), ao ressurgimento do interesse no movimento por volta de 2012, que está associado ao uso das redes sociais digitais. O foco dessa quarta onda é a busca de justiça para as mulheres e a oposição ao assédio sexual e à violência contra a mulher. Os temas enfocados pelas feministas incluem o assédio nas vias públicas e no ambiente de trabalho, a violência sexual nos *campi* universitários e a cultura do estupro. Escândalos propagados pelas redes sociais, envolvendo o assédio, o abuso e o assassinato de mulheres e meninas estimulam o movimento, que é marcado pelo uso intenso da tecnologia.

Segundo Hollanda (2018-a), diferentemente de outras épocas, o corpo, hoje, se constitui na própria mensagem e se remete aos novos objetos do feminismo, mais plurais, mais dispersos e mais imediatos. Temas como aborto, sexualidade, transexualidade e assédio sempre foram tratados dentro de um contexto mais amplo. O que se vê agora, no entanto, é o uso de um corpo e de um desejo individualizados, que reivindicam serem percebidos como políticos e dentro de um contexto que incluam as especificidades identitárias de quem pratica e de quem sofre as ações.

As causas pessoais tornam-se públicas, têm nome, rosto e perfil nas redes sociais digitais. O slogan da segunda onda do feminismo, na década de 1970 – “o pessoal é político” – sofre, nessa quarta onda, um deslocamento e passa a abarcar a ideia de que o “político é pessoal”. Se naquela época, mulheres passaram a operar com a ideia de que aspectos de suas vidas pessoais eram profundamente politizados e frutos de relações de poder sexistas, nessa quarta onda, segundo Holanda (2018), mudanças no panorama político, social e cultural provocam uma subversão daquele slogan, ao trazer variadas demandas para o espaço público a partir da experiência pessoal e única e com a qual muitas pessoas se identificam e se sentem afetadas. Não se trata mais de lutas e demandas a partir de perspectivas abstratas e genéricas, pois já não há mais porque ter vergonha de contar ao mundo ter sido vítima de assédio ou ter feito um aborto.

2.3 Juvenilização dos feminismos

O início do Século XXI marca, também, um grande interesse de jovens mulheres pelo feminismo, contrariando a ideia de que, ao crescerem em meio a conquistas já consolidadas, as jovens dos anos 2000 não teriam mais motivos para lutar. Essa nova

geração de feministas tem na tecnologia e nos dispositivos móveis, redes sociais e internet seus principais aliados e faz do próprio corpo sua principal bandeira. Tiburi (2015), em artigo publicado no jornal Zero Hora¹⁰³, destacou que uma peculiaridade do momento vivido pelos ativismos feministas na internet é a de figurarem mulheres muito jovens como protagonistas, seja na criação de blogs e páginas veiculadas, seja em sua participação em manifestações e eventos ocorridos dentro e fora do ambiente digital.

Essa presença jovem pode ser percebida em uma circulada pelos blogs e páginas que se intitulam feministas na internet ou que atuam em manifestações *offline*. O caso das meninas do Colégio Anchieta, que se manifestaram usando a *hashtag* **#VaiTerShortinho**, é bem ilustrativo da presença de mulheres jovens se envolvendo com questões da mulher, de gênero e do feminino. Também a Marcha das Vadias e as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra então presidente da Câmara, Eduardo Cunha¹⁰⁴. Como Tiburi salientou:

Quem vê o feminismo pelas redes esquece do feminismo que surge em escolas e universidades, que surge no trabalho, que aparece na família, nas ruas, nos mais diversos lugares da cidade, no centro e na periferia. Esquece do feminismo na história. O feminismo surge como crítica a um estado de violência contra pessoas concretas marcadas como mulheres ou portadoras de características ditas femininas. O feminismo não é um fenômeno de internet, mas uma luta contra a violência dirigida a essas pessoas. (TIBURI, 2015)¹⁰⁵

Burman (2007), por outro lado, chama a atenção não apenas para o envolvimento de mulheres jovens nos movimentos feministas como para o tipo de envolvimento. Para essa autora, as mulheres muito jovens não têm mostrado grande interesse por um feminismo que, na avaliação delas, “fala de lutas que foram concluídas com êxito e que caíram no esquecimento há anos” (BURMAN, 2007, p. 112), como é o caso de lutas envolvendo trabalho, direitos e liberdade sexual. Outra questão apontada por Burman diz respeito ao fato de que, cada vez mais intensamente, as características consideradas femininas têm sido capturadas pelo capital. Sobre isso, Burman afirma que:

¹⁰³ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/campanhas-feministas-nas-redes-sociais-evidenciam-a-face-jovem-do-movimento-4923721.html>

¹⁰⁴ Mulheres fizeram manifestações, em 2017, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo pedindo a saída do então presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha. A mobilização feminina contra Cunha foi motivada, principalmente, pelo Projeto de Lei 5069/13, de autoria dele, que modifica a lei de atendimento às vítimas de violência sexual em hospitais. A proposta criminaliza a propaganda, o fornecimento e a indução ao aborto e a métodos abortivos.

¹⁰⁵ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/campanhas-feministas-nas-redes-sociais-evidenciam-a-face-jovem-do-movimento-4923721.html>. Acesso em: 14/04/2016

Assistimos a un proyecto de desradicalización: la cooptación del discurso feminista por parte del capital. Em los llamados países em vías de desarrollo se ha reclutado a las mujeres en nombre de la emancipación para que colaboren en el proyecto nacionalista y pongan su capacidad de gestión de las economías domésticas al servicio del Estado. En cambio, en los países superdesarrollados se há ofrecido a las mujeres la posibilidad de participar en las prácticas del poder y la explotación. (BURMAN, 2007, p. 112)

A mesma autora sugere um novo paradigma a ser explorado: a “feminização”, entendida por ela como “um processo contemporâneo, em virtude do qual certas condições e características tradicionalmente vinculadas às mulheres estão se associando aos homens, que, inclusive, chegam a reivindicá-las como próprias” (BURMAN, 2007, p. 113). Burman esclarece que esse termo surgiu originariamente nos debates sobre a feminização da pobreza¹⁰⁶ e tem sido apropriado pelos mercados, a fim de agregar certas habilidades pessoais desejáveis na organização do trabalho, que, nas economias baseadas no conhecimento privilegiam certas habilidades pessoais, atribuídas às mulheres.

2.4 Backlash: a cada conquista, um passo atrás

O ambiente digital se tornou propício à circulação/propagação das vozes de mulheres e de grupos organizados em torno de seus direitos como também um ambiente com potencial para silenciar essas vozes e até ser palco privilegiado para novos tipos de agressão e violência. Os ataques às páginas Feminismo sem Demagogia¹⁰⁷ e Jou Jou Prazer¹⁰⁸, no Facebook, ilustram bem esse movimento de reação e agressividade a quem se identifica com o feminismo e questões de gênero na internet. Ambas as páginas foram “derrubadas”¹⁰⁹ no dia 3 de novembro de 2015, logo após a derrubada, também no

¹⁰⁶ Segundo Medeiros e Costa (2008), a “feminização da pobreza” é uma idéia que remonta à década de 1970 e foi popularizada no início da década de 1990. A expressão, segundo os autores, refere-se a uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres. Isso significa dizer que se trata de um aumento na diferença de níveis de pobreza entre as mulheres e os homens, ou por um lado, entre os domicílios chefiados por mulheres, e, por outro lado, aqueles chefiados por homens ou casais.

¹⁰⁷ A página Feminismo sem Demagogia possui 1.082.489 milhão de seguidores no Facebook (<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>). Verificação em: 30/06/2018.

¹⁰⁸ A página Jou Jou Prazer possui 963.163 seguidores no Facebook (<https://www.facebook.com/prazerjoutjout/>) e 1.8 milhões de inscritos no canal de mesmo nome no Youtube (<https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>). Verificação em: 30/06/2018.

¹⁰⁹ Derrubar é uma expressão usada para indicar que a página deixou de ser visível para o público por ter sido bloqueada pelo Facebook. Em cada postagem é possível a qualquer um que tenha acesso indicar para o Facebook se aquele conteúdo é impróprio ou ofensivo, marcando algumas das opções oferecidas pelo site. Quando uma postagem ou página recebe muitas indicações dessa natureza e o Facebook entende que o conteúdo fere sua política e a página é retirada do

Facebook, da página Orgulho de ser hétero¹¹⁰, que possui mais de 2 milhões de seguidores e é conhecida por compartilhar mensagens homofóbicas, misóginas e machistas. Administradores e seguidores da Orgulho de ser hétero foram apontados como os responsáveis pelas denúncias que provocaram a retirada do ar das páginas Feminismo sem Demagogia e Jou Jou Prazer. Esse episódio ocorreu no mesmo mês em a que redação do Enem trouxe como tema “A persistência da violência contra a mulher” e que foi criada a *hashtag* **#EnemFeminista**, pelo coletivo Think Olga.

Esses exemplos poderiam ser considerados como uma espécie de contra-ataque à visibilidade que o feminismo e as problematizações sobre a mulher e as desigualdades de gênero têm alcançado na internet. Mas, não se trata apenas disso, uma vez que há, como sugere Pinto (2003) uma generalização do feminismo, um modo como o tema passa a ser discutido mais abertamente e, ao mesmo tempo, enfrenta certa perda de credibilidade, ao integrar pautas políticas bastante relacionadas aos direitos das mulheres. Cabe assinalar que a palavra “feminismo” foi bastante usada de modo genérico nos comentários analisados nessa tese. “Feminismo” foi uma expressão invocada nesses comentários que analisei tanto para tratar tanto de questões de gênero quanto de questões relativas especificamente às mulheres, como a violência doméstica ou o feminicídio. Posso dizer, inclusive, que as palavras feminismo, machismo e violência foram as mais usadas nos comentários analisados.

As reações conservadoras relativas a conquistas sociais, principalmente quando envolvem direitos de grupos até então desconsiderados pelas políticas públicas, não é algo novo, mas ganha contornos distintos a cada época e a depender da natureza das mudanças que estão sendo gestadas. Em seu livro “Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada às mulheres”¹¹¹, a jornalista e estudiosa do feminismo Susan Faludi (2001) aborda como houve, nos anos 1980, nos Estados Unidos da América, uma onda conservadora disposta a minar os direitos conquistados pelas mulheres em décadas anteriores.

Ela chama de *backlash* (reação negativa) o fenômeno recorrente – no jornalismo, na literatura, na televisão e na moda, entre outras instâncias – de atribuir às conquistas

ar. Como não há qualquer tipo de checagem sobre o conteúdo ser, de fato, ofensivo ou não, basta que muitas pessoas denunciem, por exemplo, indicando que tratar-se de conteúdo de ódio ou de cunho sexual.

¹¹⁰ A Orgulho de ser Hétero possui 1.574.94 seguidores em sua página no Facebook Fonte: <https://www.facebook.com/OrgulhodeserHetero/>. Verificação em: 30/06/2018.

¹¹¹ O livro de Susan Faludi foi lançado em 1991 nos Estados Unidos da América e só chegou ao Brasil em 2001, pela Editora Roco.

femininas, por meio de um movimento formado por uma série de enunciados, a responsabilidade pelos conflitos emocionais e afetivos que as mulheres enfrentavam. Faludi (2001) diz que, nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos da América, foi travada uma “insidiosa guerra contra os direitos da mulher”, na qual foi difundida a ideia de que o feminismo trouxe para elas mais prejuízos do que vantagens. Naquele momento e contexto, passou a circular na mídia um discurso, validado por especialistas, principalmente das áreas médicas, apregoando que as mulheres conquistaram independência, mas nunca foram tão infelizes.

Na visão de Faludi (2001), esse conjunto de interpretações negativas envolvendo as conquistas feministas se transformou em fenômeno cultural muito difundido e que encontrou modos diversos de se manifestar em contextos distintos, tais como na América Latina e os países asiáticos. Em seu livro, Faludi examinou uma série de reportagens e peças publicitárias nas quais as mensagens eram sempre as mesmas e amparadas por discursos médicos: mulheres estão sofrendo mais com ataque cardíaco, estresse e depressão; a maternidade adiada provoca frustrações, queda de cabelo, distúrbios do sono. No compasso da apresentação dos problemas, as respostas para o sofrimento das mulheres, por sua vez, vinham de todos os lados: da mídia, do jornalismo, da publicidade, da psicologia, da academia, da indústria farmacêutica. A mensagem, segundo Faludi, era que as mulheres estavam sendo escravizadas pela sua própria liberação.

A jornalista destaca que os ataques ao feminismo e às conquistas das mulheres não são prerrogativa de ambientes, pessoas, instituições ou mídias conservadoras. Ela apresenta no livro, uma síntese do que seria o fenômeno backlash a partir de dois estudos divulgados nos Estados Unidos. Ambos tiveram como foco as mulheres e suas vivências, mas apresentaram resultados opostos e mereceram abordagens bem distintas por parte da imprensa. Um deles, o “Relatório Hite sobre Sexualidade Feminina”¹¹², apresentava a visão das mulheres sobre a sua luta diária por igualdade e já apontava para certo ressentimento dos homens frente à “independência” de suas companheiras. Share Hite fez uma longa pesquisa, na qual ouviu mais de 3 mil mulheres e seu livro pode ser considerado uma coletânea de citações e não apenas um quadro estatístico. Segundo

¹¹² Share Hite organizou as respostas de mulheres com idade entre 14 e 78 anos para lançar o *The Hite Report of female sexuality* (Relatório Hite sobre Sexualidade Feminina, em livre tradução), em 1976, nos Estados Unidos da América. O relatório foi traduzido e lançado em 17 países, tendo sido censurado em alguns, inclusive proibido no Brasil até 1978. Dos cerca de 100 mil formulários distribuídos entre mulheres, 3.019 foram devolvidos. O relatório Hite sobre a sexualidade feminina obteve repercussão ao divulgar, através de relatos das próprias mulheres, a extraordinária capacidade orgástica clitoriana e a ênfase na masturbação como fonte de satisfação sexual.

Faludi (2001), Hite sugeriu que a “resistência masculina poderia ser parcialmente responsável pela infelicidade das mulheres” (p. 28) e não as liberdades conquistadas ao longo dos anos.

O segundo estudo, produzido pelo psicólogo Srully Blotnick¹¹³, argumentava que a “atual aflição feminina se devia justamente à igualdade das mulheres”. Faludi (2001) diz que, em seu livro, Blotnick concluiu que “o sucesso no trabalho envenena tanto a vida profissional quanto a vida pessoal das mulheres” (p.28) e afirmou que mulheres executivas eram mais propensas a uma vida sem amor. Faludi (2001) analisou o modo como a mídia tratou os dois relatórios. No caso de Hite, houve ataques sistemáticos da mídia, tendo tanto seu nome pessoal quanto seu trabalho sido ridicularizados. Já o relatório de Blotnick foi amplamente aclamado e seu autor virou personalidade cativa em programas de TV, além de se tornar o “especialista da vez” para falar sobre mulheres na vida diária. A esse respeito Faludi diz que:

(...) o comportamento da imprensa em relação as descobertas de Hite e de Blotnick sugere que os dados estatísticos que mais caem no agrado da opinião pública são justamente aqueles que deveriam despertar em nós as maiores dúvidas. Eles podem perfeitamente ter ampla aceitação, não por serem verdadeiros, mas por defenderem preconceitos maciçamente sustentados pela mídia. Com o backlash, as estatísticas tornaram-se receitas para o comportamento feminino esperado, palavras de ordem culturais para as mulheres, descrevendo como elas deveriam portar-se – e como deveriam ser punidas caso se recusassem a atender ao chamado. Estes “dados” foram apresentados como sendo algo que refletira como “como eram as coisas” para as mulheres, um substrato da realidade demográfica impossível de se alterar. A única escolha das mulheres era aceitar os números e baixar a cabeça conformadas. (FALUDI, 2001, p. 29-30)

Faludi (2001) fala, também, das rupturas na luta das mulheres por igualdade e de como elas são “convocadas” a esperar, a acreditar que ainda não é a sua hora. Há, segundo ela, uma linha de desenvolvimento que tende ao infinito, com as mulheres nunca chegando lá e sempre tendo que voltar atrás a fim de manter-se no jogo. Após cada conquista é como se o movimento sofresse um revés do tipo: “mas o que essas mulheres querem agora?”. Ela sintetiza essa situação, registrando que:

¹¹³ Srully Blotnick era colaborador da Revista Forbes e uma das figuras mais requisitadas pela mídia, na época para falar sobre temas relacionados às mulheres. Ele afirmava que seu livro *Otherwise Engaged: The Private Lives of Successful Women*, lançado em 1985, foi resultado de uma pesquisa feita durante 25 anos, com 3.466 mulheres.

A mulher está presa nesta espiral assintótica, rodando sem fim de geração em geração, aproximando-se cada vez mais de sua meta sem nunca chegar. Cada revolução promete ser “a revolução” que a livrará da órbita, que finalmente garantirá para ela justiça e dignidade plenas. A cada vez, porém, a curva volta atrás pouco antes da linha de chegada. A cada vez, a mulher ouve dizer que precisa esperar mais um pouco, que deve ter mais um pouco de paciência – ainda não está na hora de dizer a sua fala. E, pior, ela pode aprender a aceitar este forçado adiamento como se fosse escolha própria e até orgulhar-se dele”. (FALUDI, 2001, p. 65-66)

Ao falar sobre esse movimento de silenciamento e opressão das mulheres, como resposta a algum tipo de relevância que ela possa ter nas sociedades, Faludi (2001) destaca que isso pode ser observado ao longo da história, como por exemplo, quando se instituíram leis de regulamentação de propriedade na antiga Roma e de aplicação de penalidades a mulheres que não se casassem e não tivessem filhos. As lutas do final do século XVIII – pelo direito ao voto, a educação, ao trabalho – foram seguidas de movimentos que alertavam as mulheres sobre os riscos que corriam, como por exemplo, as dificuldades que as mulheres cultas teriam para se casar, além da ameaça de que as mulheres se tornariam inférteis numa luta entre o cérebro e o útero, ou, ainda, que poderiam sofrer com distúrbios nervosos. Como Faludi registrou:

Se formos investigar o curso dos direitos da mulher desde a época vitoriana, acabamos encontrando uma espiral que provocou quatro revoluções. A luta pelos direitos da mulher ganhou força na metade do século XIX, no início do século XX, no começo dos anos 40 e no começo dos anos 70. A cada vez, a luta provocou um backlash. (FALUDI, 2001, p. 66)

Ainda que diga respeito a situações e movimentos bem específicos, a definição de backlash proposta por Faludi é útil para pensar nas configurações que as lutas das mulheres e os estudos de gênero adquiriram nos últimos tempos, principalmente na América Latina. No caso do Brasil, penso ser possível valer-me do conceito de backlash para pensar nos movimentos conservadores que têm ganhado destaque, especialmente nos últimos cinco anos, e que se traduzem, por exemplo, em projetos como o Estatuto da Família e o movimento Escola sem Partido.

O Estatuto da Família é um Projeto de Lei (PL 6583/2013) que define família como sendo aquela formada pela união de duas pessoas de sexos diferentes e seus filhos, excluindo, portanto, outras possibilidades de constituição familiar, como a de casais homossexuais, por exemplo. Já o Escola sem Partido é um movimento político criado em 2004, no Brasil, e que afirma representar pais e estudantes contra o que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Em 2015, o movimento ganhou mais visibilidade

na mídia ao se manifestar, entre outras coisas, contra a inclusão nos currículos escolares de temáticas que envolvam diferença, direitos humanos, gênero e sexualidade¹¹⁴.

Ressalto que os argumentos de Faludi (2001) não estão sendo tomados de forma literal nessa tese, uma vez que não foi feito algum estudo de igual natureza que aponte para a ocorrência do fenômeno backlash no contexto brasileiro. É possível dizer, no entanto, que circulam nos comentários que analisei ataques, desqualificações e deboches acerca de lutas e reivindicações relacionadas aos direitos das mulheres, bem como de outros grupos sociais marginalizados. Os comentários pinçados do Facebook, por vezes, desqualificam os movimentos feministas, sugerindo que eles não são mais necessários e que mais atrapalham do que contribuem na vida das mulheres.

Também são observados argumentos que invocam a maternidade, uma marcador identitário potente e historicamente destacado para definir o papel social das mulheres – a geração e os cuidados com os filhos – para se referir à mulher moderna, capaz de se lançar no “mundo masculino” e assumir múltiplas tarefas e papéis. Na esteira desse argumento, estabelecem-se tensas e controversas discussões sobre aborto, que colocam em jogo a maternidade não mais como uma possibilidade ou uma fatalidade, mas como um direito.

Os comentários decorrentes da prova do Enem 2015 tornaram essa tensão bem evidente, quando se associou a escolha do tema da redação – “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” – a uma suposta ideologia de esquerda presente nas ações e políticas públicas do Governo Federal. O Enem 2015 provocou reações acaloradas, tanto de protesto quanto de celebração do tema, e deixou bem claras as oposições e enfrentamentos que alguma posições feministas sofrem na sociedade. Importante destacar que o tema da redação foi proposto em um contexto de muita visibilidade dos movimentos feministas nas redes sociais, além de ter sido nas redes sociais, também, que surgiram os contra-ataques a esses movimentos, por meio, por exemplo, da criação de páginas como: “Mulheres contra o feminismo”; “Mulheres de verdade contra o feminismo”; “Machistinhas do Enem”, entre outras.

Na época em que Faludi (2001) publicou suas análises, eram frequentes na publicidade norte-americana o uso de imagens de mulheres dedicando-se aos cuidados da

¹¹⁴ No dia 8 de maio de 2018, o Projeto de Lei que institui em todo o país o Programa Escola Sem Partido foi lido na Comissão Especial do Escola sem Partido, na Câmara dos Deputados. Entre outras coisas, o projeto propõe que os termos “gênero” e “orientação sexual” sejam proibidos dentro das salas de aula. Em sua página oficial o movimento Escola sem Partido se apresenta como uma “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.

família, o que, segundo a autora, deu origem à crença, mencionada anteriormente, de que as mulheres que não se enquadrassem naquele padrão seriam condenadas aos males da depressão, nervosismos, esterilidade e solidão. Criou-se, segundo Faludi, a crença de que as mulheres que não se enquadrassem naquele padrão seriam condenadas aos males da depressão, nervosismos, esterilidade, solidão. Não se dizia diretamente às mulheres que elas deveriam voltar para o lar, mas elas eram levadas a pensar que teriam que se contentar com salários mais baixos e condições piores de trabalho se insistissem em levar adiante suas decisões de manter-se ou ingressar no mercado de trabalho. Ao deixar a decisão nas mãos das mulheres – e, portanto, conferir a elas poder de decidir – o movimento backlash, segundo Faludi,

(...) mesmo sem empurrar forçosamente as mulheres para a cozinha, procura tornar as horas passadas longe do fogão o mais injustas e intoleráveis possível: relegando as mulheres para os piores empregos, pagando-as com os salários mais baixos, despedindo-as primeiro e promovendo-as por último, recusando qualquer tipo de assistência aos filhos e à família, e hostilizando-as”. (FALUDI, 2001, p. 72)

Faludi destaca que, apesar de todo o movimento para o “retorno” da mulher ao lar, o número delas no mercado de trabalho tem crescido e mostrado que a autonomia financeira, como uma medida de poder e autoridade, é um modo de diminuir a desigualdade entre gêneros. Mas, outro movimento que se observa, em tempos de backlash, segundo Faludi (2001) é aquele que busca interferir na capacidade reprodutiva das mulheres, com endurecimento de leis que restrinjam sua possibilidade (e direito) de decidir) sobre a maternidade. Ao mesmo tempo em que há diversos movimentos para que as mulheres adiem a maternidade ou decidam que não querem ter filhos, o poder público e movimentos conservadores caminham na direção de restringir esses direitos, tornando o aborto criminoso e limitando, por exemplo a realização de procedimentos de esterilização em hospitais públicos.

CAPÍTULO 3 – PERCURSOS E PROBLEMATIZAÇÕES DA PESQUISA

(...) há uma vida corporal que não pode estar ausente da teorização (Judith Butler, 2003)

Logo após a defesa do Projeto de Tese, parti em busca de caminhos que me permitissem levar adiante minha intenção de pesquisar a produção de identidades femininas nos comentários no Facebook. Tomo tais comentários como produções culturais, nas quais sentidos sobre o universo tido como feminino são construídos coletivamente nas manifestações/participações que circulam no ambiente digital. Em relação à proposta inicial apresentada à banca, resalto ter feito deslocamentos importantes que me levaram, inclusive, a reformular a questão de pesquisa, por perceber que havia pontos ainda não resolvidos, tanto ligados à metodologia quanto às referências teóricas invocadas.

Comecei esse movimento de mudança pensando no projeto em si, especialmente no objeto que seria analisado e, finalmente, no produto que apresentaria como uma tese ao final. Voltei-me para as perguntas iniciais, o que permitiu reformulá-las, adaptá-las ou, simplesmente, descartá-las. Em relação ao modo de olhar, percebi que, na ocasião da defesa do projeto, ele se encontrava demasiadamente fixado no aparato tecnológico e um tanto descolado do que seria o meu interesse de pesquisa: as práticas culturais envolvidas na cultura ligada em rede e sua potência na produção de identidades. Foi a partir dessa reorientação do olhar, que cheguei à reformulação da minha questão de pesquisa, que passou a se dirigir, mais especificamente, às identidades femininas, consideradas centrais e inseridas no contexto de um interesse mais ampliado, que seria a produção de sujeitos nas interações mediadas pelas plataformas de redes sociais na internet.

Esses movimentos de mudança reforçam a ideia de que o objeto de pesquisa foi se desenhando na medida em que avançava na produção da tese e me permitiram, também, vislumbrar mais alguns conceitos centrais a serem considerados nessa tese, com o objetivo de explicar, analisar, formular, articular e produzir conhecimentos que possam ser relevantes em relação aos dados produzidos e às questões propostas. Também foi fortalecida minha percepção de que não realizava um estudo apoiado especificamente em algum paradigma da comunicação, que envolvesse, por exemplo, estudos de recepção, ou análise de conteúdo, ou análise de mídias, ainda que, em vários momentos, esses estudos tenham sido invocados e atravessem a tese.

Esta pesquisa também não trata da cultura digital como um subproduto de uma suposta cultura até então dominante, tampouco poderia ser tomada como um estudo de internet. Assim como não se trata de um estudo que tenha sido gestado, unicamente, a partir de teorizações feministas ou focadas nas relações de gênero. Busquei problematizar, a partir de um recorte específico, como são representadas identidades femininas na cultura ligada em rede, apontando para a produção dessas identidades em comentários que foram selecionados para o estudo, a partir da seguinte questão: quais identidades femininas são produzidas nos embates e tensões presentes nos comentários postados nas páginas do Portal G1¹¹⁵ e do Jornal Zero Hora¹¹⁶ no Facebook, relativos às *hashtags* **#EnemFeminista; #VaiTerShortinho; #belarecatadaedolar.**

Outro movimento realizado após a defesa do Projeto de Tese foi problematizar a proposta da metodologia, classificada, inicialmente, como uma etnografia digital¹¹⁷. Considero essa problematização necessária, tanto como uma tentativa de explicitar os modos que assumi para fazer a pesquisa, quanto de deixar mais clara a minha relação, enquanto pesquisadora, com os objetos pesquisados e o ambiente de pesquisa. Ressalto que essas considerações acerca da metodologia, neste momento, decorrem, sobretudo, da percepção de que minha presença no ambiente pesquisado – anônima, interessada e assíncrona – se constituiu em elemento a ser considerado nas análises, uma vez que circulei pelo Facebook como pesquisadora e como usuária.

Com perfil ativo no Facebook, interferei, de certa maneira, na dinâmica do site, por meio das práticas de curtir, compartilhar e postar desenvolvidas nesse período. Aliás, fazer pesquisa tendo o Facebook como local de coleta e produção de dados tem se mostrado extremamente desafiador e complexo, uma vez que a rapidez com que as informações circulam, o modo como elas ganham e perdem importância, bem como os apelos para estar conectada o tempo todo interferem na produtividade. Em muitos momentos, me senti presa a uma armadilha da qual não poderia me desvencilhar. Sentia necessidade de estar presente na rede social o tempo, acompanhando as atualizações, salvando materiais para serem lidos posteriormente, sempre em busca de algo novo.

¹¹⁵ O G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano que a Rede Globo completou 41 anos.

¹¹⁶ Zero Hora é um dos maiores jornais de circulação diária do Brasil. É editado na cidade de Porto Alegre e controlado pelo Grupo RBS.

¹¹⁷ Uso o termo “etnografia digital” como sinônimo de “etnografia virtual”, no sentido que propõe Hine (2004).

Essa necessidade tem relação com a própria dinâmica do site. No Facebook, o tempo que alguém passa navegando e a intensidade e frequência das interações a partir das ferramentas comentar, curtir e compartilhar definem o ritmo das atualizações no feed de notícias. A lógica é simples: quanto mais interação e participação, mais informação chega ao seu feed de notícias e mais estímulos você tem para continuar navegando e participando.

A fim de problematizar essa questão metodológica, várias perguntas foram feitas e elas me acompanharam do início ao fim da produção dessa tese, entre elas: Quais questões de identidade de gênero circulam com maior frequência no ambiente digital examinado? Que articulações podem ser estabelecidas entre os conceitos de rede, cultura ligada em rede, identidades femininas e os processos de midiatização em curso na sociedade? Que marcadores identitários femininos são mais frequentemente mobilizados nos comentários que circulam no Facebook e a que modos de ser mulher na sociedade eles se remetem? Que peculiaridades esses comentários oferecem e de que estratégias, marcações, representações esses se valem na produção de identidades femininas? Que articulações é possível estabelecer entre os comentários e as práticas que caracterizam as ações em rede operadas no Facebook?

Minhas problematizações foram, também, direcionadas à busca de compreensão das muitas possibilidades de abordagem do feminino – enquanto tema gerador de embates nas mídias sociais e que proliferam nas manifestações de usuários do Facebook. Além dos comentários relativos às *hashtags* já mencionadas, incluí nas análises outros casos, que fui destacando ao longo do percurso de elaboração da tese. Esses casos se relacionam ao tema central, identidades femininas e constituição do feminino, e repercutiram amplamente nas redes sociais digitais e nos meios de comunicação, tanto os digitais quanto os considerados tradicionais. Isso me ofereceu possibilidades de ampliar a discussão apresentada inicialmente e de apontar para os fluxos e desdobramentos dos temas ao longo do tempo e no ciberespaço.

3.1 Caminhos teórico-metodológicos

Esse estudo se inscreve na perspectiva pós-estruturalista dos Estudos Culturais em Educação, em sua intersecção com os estudos de Gênero, Educação e Comunicação, conforme já mencionado no capítulo anterior. Sendo assim, admite-se as provisoriiedades e as contingências inerentes à perspectiva adotada, pois esta toma como um de seus

pressupostos a impossibilidade de aprisionamento a parâmetros mais tradicionais de pensamento, por serem múltiplas as direções possíveis de serem seguidas. Além disso, desde as primeiras incursões realizadas no material, já me deparei com as muitas possibilidades de rupturas, transgressões, colagens, associações, hibridismos e contradições presentes nele.

Valendo-me de considerações feitas por Costa (2014)¹¹⁸, assumo que a pesquisa pós-estruturalista “é do tipo que produz mudanças na interioridade, que desinstala certa racionalidade e suas formas de falar e pensar sobre as coisas” (COSTA, 2014, p.165). Em um artigo no qual aproxima o trabalho criativo e a pesquisa pós-estruturalista, a partir do documentário “Esboços de Frank Gehry”, Costa diz que movimentar-se no terreno da pesquisa pós-estruturalista é uma aventura, é como soltar o pensamento, ir até o limite da tensão entre o medo, o risco e a diversão. É preciso, segundo ela, “inventar-se, reinventando-se”. Sobre o ato de pesquisa como criação, Costa argumenta:

A pesquisa também não é isso? Antes de tudo, uma peculiar criação, que não se dá no vazio, mas é gestada em um universo de processos, práticas estabelecidas, discursos e lutas por sentido e significado. Criar é, entre infinitas possibilidades, invenção de combinações antes impensadas, outros modos de ver e compor, rearranjos que desintegram ordens e instauram novos espaços e patamares. (COSTA, 2014, p. 171)

Ciente de que o trabalho na perspectiva escolhida é um desafio entre limites, inventividades, dispersões, tensões e agrupamentos, destaco as muitas possibilidades oferecidas a pesquisadores e pesquisadoras que assumem os aportes dos Estudos Culturais para estudar eventos sociais e culturais, muito frequentemente relacionados à Comunicação, à Internet e à Educação, entre outros campos. Penso que são essas múltiplas e variadas possibilidades que tornam esse campo adequado para pensar os sujeitos que compõem e produzem o ciberespaço e para as análises que me proponho fazer. Essas possibilidades são apontadas por Wortmann (2011), que sugere haver, na prática dos Estudos Culturais, uma vasta gama de possibilidades teóricas e metodológicas. Em semelhante direção, apontam Kirchof et al (2015), que argumentam ser esse campo um:

¹¹⁸ O documentário Esboços de Frank Gehry está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=83oonypLyZQ>.

(...) território tão fecundo quanto instável de investigação e produção de saberes acerca dos modos como processos socioculturais estão implicados na construção de nossas concepções sobre o mundo, na fabricação de sujeitos, identidades e formas de ser, viver e pensar na contemporaneidade (KIRCHOF et al, 2015, p.7-8)

Grossberg (2012) diz que trabalhar na perspectiva dos Estudos Culturais supõe negar verdades absolutas, completas e perfeitas e significa, ainda, reconhecer que o conhecimento, assim como as ferramentas de sua produção, está inevitavelmente ligado ao contexto. Para esse autor, o que diferencia os Estudos Culturais de outras vertentes de estudos diz respeito à necessidade de buscar uma contextualização radical, prática que ele considera “o coração dos Estudos Culturais”. O contexto não é tomado por Grossberg como um simples pano de fundo do processo cultural e, sim como parte das forças constitutivas do fenômeno ou processo a ser estudado e, ainda, resultado das relações de poder que nele se produzem.

Conforme argumenta Costa et al (2003), os Estudos Culturais não são um campo “articulado de ideias e pensamentos” e sim, um “conjunto de formações instáveis e descentradas”, que, diante de tantos itinerários possíveis, poderiam ser descritos como um “tumulto teórico” (p. 39). Cabe ressaltar que, nessa perspectiva teórico-metodológica, a prática do pesquisador é vista como integrante do processo de pesquisa, uma vez que as lentes que ele escolhe usar, o lugar de onde parte – em última instância, o lugar de onde o pesquisador vem – interferem em suas escolhas.

Assim, amparada pelo horizonte de possibilidades que os Estudos Culturais e o pós-estruturalismo me oferecem, invoquei para a realização deste estudo elementos da etnografia. Ou seja, busquei realizar um estudo de inspiração etnográfica, o que supõe que houve uma vivência estabelecida no ambiente digital de maneira assíncrona junto aos sujeitos pesquisados. Nessa vivência, observei peculiaridades das interações procedidas nos espaços de comentários no Facebook, especificamente nas páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora, e fiz anotações compondo uma espécie de “diário de campo”, uma referência à atuação dos etnógrafos em seus trabalhos de campo.

Tratando-se de uma pesquisa que se interessa pelas práticas de usuários do site Facebook, especificamente a prática de comentar e as produções representacionais de feminino que dela decorrem, para desenvolver esse estudo de inspiração etnográfica e delinear metodologias e ferramentas, recorri a diversos autores, entre eles Hine (2004), Frago et al (2013) e Kozinets (2014), além de incursionar pelos estudos de Geertz (1989; 2008). Embora tenha concentrado as análises que realizei em um capítulo com

“ênfase analítica” – o **Capítulo 4** –, vali-me de aspectos e considerações levantadas nas análises para esclarecer discussões que realizo em outras seções da tese.

Inspiro-me em Braga, que chama a atenção para o equívoco de se produzir um capítulo metodológico como se ele pudesse ser apartado da pesquisa. Considero, assim como ele e outros autores que se dedicam ao tema, que as questões metodológicas atravessam todo o trabalho, da primeira ideia até depois da obra publicada, e “estão presentes em todos os passos da pesquisa e não ao que é circunscrito ao capítulo metodológico” (BRAGA, 2017). Assim, esse capítulo metodológico só faz sentido pra mim na medida em que problematiza o modo como tomei certas decisões em detrimento de outras e porque nele esclareço quais foram as direções que segui para realizar esse estudo.

Destaco, ainda, que modos de pesquisar na e com a internet têm sido motivo de reflexões e questionamentos entre pesquisadores que tentam mapear conceitos e práticas que possam ser usadas nas pesquisas ou adaptadas a elas. Por se tratar de um campo novo e ainda em construção, os estudos de internet e cultura digital lançam mão de aportes teóricos diversos e se propõem a responder questões igualmente diversas. A produção de dados ocorreu, exclusivamente, a partir do ambiente digital e penso ter feito um tipo particular de observação que não se encaixaria em alguma classificação mais usual para a observação como procedimento de pesquisa ¹¹⁹.

Minha participação na rede social Facebook não ocorreu motivada exclusivamente pela realização desta pesquisa, uma vez que eu já fazia parte dela há mais tempo. Também considero não estar interessada especificamente no comportamento dos sujeitos no ambiente digital e, sim, na prática de comentar e nas narrativas que eles produzem nesses comentários, que, em última instância, apontam para os modos de participação no ambiente digital. Considerei, ainda, que os comentários, apesar de estarem agrupados em torno de um tema indexado por uma *hashtag*, não apontavam para a ação de um grupo ou uma comunidade específica na internet. Isso teria ocorrido caso tivesse elegido, *a priori*, um grupo para pesquisar, como uma comunidade de fãs ou de apoiadores de alguma causa.

¹¹⁹ A observação participante é um método qualitativo de pesquisa etnográfica, sendo que o termo foi usado pela primeira vez, na década de 1920, pelo antropólogo social Bronislaw Malinowski. Trata-se de um método de coleta de dados em que o pesquisador participa das atividades cotidianas e faz seus estudos com base na observação de eventos em seus contextos nativos.

3.1.1 Da etnografia e da inspiração etnográfica

A expressão “etnografia digital” tem sido bastante explorada tanto no que diz respeito à apropriação do termo quanto pelos questionamentos sobre as adaptações que a etnografia, como método ou como ferramenta, sofre ao ser usada para pesquisa em e com ambientes digitais. Uma das reflexões propostas por Fragoso et al (2013) sobre os estudos de inspiração etnográfica diz respeito a ser o momento em que vivemos distinto daquele em que Hine (2004) produziu “Virtual Ethnography”¹²⁰. Naquele livro, além de descrever e problematizar o uso da etnografia em pesquisas com e na internet, Hine sugeriu o uso da expressão “etnografia virtual”.

Fragoso et al (2013) propõem, a partir das reflexões de Hine, que o termo “etnografia” possa ser retomado, desde que as “diferenças em termos de coleta de dados e de observação sejam descritas e problematizadas em suas distintas fases, com indicações das variações de níveis entre *online* e *offline*” (Fragoso et al, 2013, p. 178). Essas indicações das autoras dizem respeito tanto ao campo como ao modo de interação entre pesquisadores e sujeitos. As autoras destacam que a prática de pesquisas em internet tem sido nomeada de formas diversas: etnografia virtual, netnografia, etnografia digital, webnografia e ciberantropologia¹²¹. Esses termos ora são tomados como sinônimos, ora como indicadores das características que os diferenciam (Fragoso et al, 2013; Kozinets, 2014).

Fragoso et al (2013) apresentam um quadro bem elucidativo sobre as fases da pesquisa em internet, bem como sobre as discussões, feitas por pesquisadores, relacionadas ao uso, apropriação e transposição do termo “etnografia” para o ambiente digital. Essas discussões têm me orientado no sentido de também questionar o modo como pesquiso e o uso da expressão “etnografia” para os estudos em internet e cultura ligada em rede.

¹²⁰ *Virtual Ethnography* é uma obra considerada seminal para os estudos de internet e suas problematizações. Naquele livro, Hine (2004) apresentou problematizações, possibilidades e limites da etnografia digital, a partir de duas perspectivas de compreensão da internet: como artefato e como cultura.

¹²¹ Não constitui objetivo desse trabalho fazer uma discussão sobre o que distingue cada uma das terminologias, sendo estas referências feitas de forma a situar o leitor e também a indicar que estamos cientes das discussões e problematizações que giram em torno da etnografia em pesquisas relacionadas à internet.

Sobre as diversas terminologias acima mencionadas, as autoras destacam que elas:

(...) parecem não propor mudanças substanciais à etnografia em si, mas em relação à maneira de lidar com os diferentes procedimentos de coleta e análise de dados e mesmo aos tipos de suporte, não incorporando uma reflexão mais profunda sobre a materialidade dos mesmos. (FRAGOSO et al, 2013, p. 177)

Nas reflexões das autoras, há uma indicação para que não se confunda as práticas de coleta de dados em pesquisas de mercado com as realizadas no âmbito acadêmico, por estas últimas exigirem mais do que a mera observação e coleta de dados em ambientes digitais. Essa preocupação deve ser considerada, principalmente, quando se trata de usar o neologismo “netnografia”, expressão que busca, segundo Kozintez (2014), abarcar um leque bastante amplo de possibilidades de pesquisas na internet. Para esse autor, a netnografia é uma “forma especializada de etnografia adaptada às contingências dos mundos sociais de hoje mediados por computadores” (p. 10). Fragoso et al (2013) destacam que a simples observação de hábitos de consumo ou de estratégias de participação não se constituem em um estudo etnográfico, necessariamente, podendo ser considerados estudos que visam compreender os interesses imediatos com o propósito de estimular o consumo ou consolidar marcas.

As autoras reforçam a ideia de que não se deve pensar na etnografia digital como uma transposição, pois há diferenças tanto no modo como os atores se comportam nos ambientes *online* e *offline* quanto nos processos comunicacionais em curso nos ambientes pesquisados. Enquanto uma etnografia lida com sujeitos em suas interações diretas¹²², a etnografia digital se ocupa de observar e interagir com perfis. Também os modos como sujeitos, em interação direta, exercem influência uns sobre os outros é distinto dos modos como os perfis exercem influência e são influenciados no ambiente digital.

Sobre essas diferenças, Kozintez (2014) diz que o ingresso na cultura digital é diferente do ingresso face a face em termos de acessibilidade, abordagem e extensão. Além disso, há que se considerar que o sentido de “participação” também muda em abordagens netnográficas. Para esse autor, a produção de dados apresenta desafios e oportunidades distintas nos ambientes *online* e no *offline*. Um dos aspectos que me chama

¹²² Uso a expressão “interações diretas” ciente da complexidade que a afirmação carrega, uma vez que não se pode dizer que as relações face a face não sejam mediadas e que as relações ocorridas no ambiente digital sejam mediadas. O uso da expressão aqui refere-se ao modo clássico de fazer etnografia, ou seja, aquele em que o pesquisador encontra-se presencialmente com seus pesquisados e observa seu comportamento sem a mediação da tecnologia.

a atenção nesse processo de produção de dados em uma etnografia digital é o fato de que eles (*os dados*), por estarem em formato digital, encontram-se inscritos na tela. Os dados são imagens e textos e o que muda, de certa maneira, é o modo de tratá-los, de analisá-los e de descrevê-los.

Um conceito importante na produção de Kozinets (2014) sobre netnografia é o de comunidades *online*, pois, para ele, os usuários pertencem ou se fazem pertencer a uma comunidade, como uma comunidade de fãs, por exemplo, em que o senso subjetivo de pertencimento se mantêm. No caso desta pesquisa, esse sentido de pertencimento parece se desvanecer no espaço de comentários – lugar onde produzo os dados que analiso –, pois o que une usuários que fazem comentários são os pontos de identificação apresentados em seus posicionamentos sobre os temas a que se referem.

Cabe destacar que o termo netnografia, apesar de muito usado para se referir a um método de coleta de dados no ambiente digital, não se configura em consenso, principalmente por ter caído nas graças de marqueteiros e estudiosos do mercado. Ao contrário do que propõe Kozinets (2014), Fragoso et al (2013) qualificam a netnografia como uma “ferramenta metodológica” e não como uma metodologia. Apesar de aceitarem o termo netnografia, as autoras acreditam que, nas Ciências Sociais, seja mais adequado o uso do termo “etnografia virtual”.

Uma reportagem publicada pela Revista Exame (ALASSE, 2012), em fevereiro de 2012, apontava para o tom instrumental que o método descrito por Kozinets (2014) sugere já a partir do título: “Netnografia se consolida como ferramenta estratégica”. A reportagem informa que a netnografia tem sido usada por grandes empresas, entre elas a Coca-Cola, para conhecer o perfil dos consumidores e os hábitos de consumo nas redes sociais digitais. O método é descrito na reportagem como um modo de colher, entre os usuários das marcas, ideias para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e estratégias de relacionamento com os clientes. “A pesquisa é menos intrusiva e mais rápida de chegar ao objetivo, além disso, conseguimos atingir uma grande quantidade de pessoas de forma mais profunda”, é o que disse à reportagem Débora Ferreira Figueiredo, Sócia Fundadora da Folks Netnográfica no Brasil (ALASSE, 2012).

O método netnográfico, ainda de acordo com a reportagem, também foi usado pela Fleischmann para conhecer seu público e tentar compreender como a marca é consumida por ele. Como estratégia, a empresa criou uma comunidade no Orkut para conhecer melhor os consumidores e entender como interagir com eles. A partir da observação no meio digital, os pesquisadores decidiram somar outro tipo de abordagem e convidaram

12 pessoas para conversar e utilizar os produtos de sobremesas líquidas da marca (ALASSE, 2012). A estratégia da empresa alinha-se com o que diz Kozinets (2014) sobre a necessidade de, antes de desenvolver uma netnografia, identificar um grupo na internet e pensar em uma estratégia de abordagem e de entrada no universo do grupo.

Nesse ponto, acredito que me afaste da perspectiva netnográfica já que não identifiquei um grupo para pesquisar e, sim, busquei um tema sobre o qual pesquisar a partir da observação aleatória de comentários no Facebook. Além disso, Kozinets (2014) faz uma distinção entre o que chama de “comunidades *online*” e “cultura *online*”, considerando os conceitos de “comunidade e cultura” como centrais. Ele destaca que a netnografia foi desenvolvida para nos ajudar a entender o mundo das pessoas que estão agrupadas em comunidades *online*. Ao separar comunidades *online* de cultura *online*¹²³, Kozinets parece enfatizar a existência de uma cultura que seja própria da internet e que possa ser estudada no ambiente digital. Mas, no mesmo livro em que trata do tema, ele destaca, também, a necessidade de compreender os movimentos feitos por usuários no ambiente digital para compreender os modos de vida no ambiente *offline*.

Kozinets (2014) oferece possibilidades de utilização do método ao elencar os tipos de captura possíveis utilizando-se do método netnográfico. Para ele, é possível capturar três tipos de dados durante o trabalho de campo: dados arquivais, dados extraídos e dados de notas de campo. O primeiro tipo trata de reunir o material que se deseja pesquisar e sobre o qual o pesquisador não está diretamente envolvido, como é o caso dos *prints* feitos por mim dos comentários nas páginas do Facebook. O segundo modo de coleta se refere aos dados produzidos pelo pesquisador¹²⁴ durante o seu contato com o grupo investigado. Esses dados podem ser produzidos usando-se correio eletrônico, fóruns de bate-papo e mensagens instantâneas. Já o terceiro tipo são as anotações no diário de campo que o pesquisador faz durante o seu trabalho. Kozinets (2014) destaca, ainda, procedimentos éticos que devem ser adotados pelo pesquisador, como autorizações, informação sobre o trabalho e consentimento, entre outros.

Kozinets me pareceu, ao tratar do método netnográfico, um tanto preocupado com a descrição de procedimentos, colocando em evidência seu caráter instrumental e

¹²³ Kozinets usa o termo “cultura” no singular, o que para a perspectiva dos Estudos Culturais é problemático, uma vez que é mais produtivo usar o termo “culturas” para designar redes de significações e sistemas de significados que dão sentido à vida e que são produzidos coletivamente.

¹²⁴ Kozinets (2014) fala em dados extraídos, mas vou usar a expressão “produzidos” por considerá-la mais adequada à perspectiva teórica adotada nesse trabalho e também por entender que, ao escolher os dados, eu não opero com uma simples recolha, extração ou coleta. Ao produzir dados, eu envolvo um processo de significação sobre eles.

sugerindo que se trata de um método que pode ser usado de forma sistemática a partir de regras e critérios previamente definidos. Inclusive, ele elenca dez critérios para avaliar e inspirar o que chama de “qualidade netnográfica”: coerência, rigor, conhecimento, ancoramento, inovação, ressonância, verossimilhança, reflexividade, práxis e mistura. A esse conjunto de critérios, o pesquisador dá o nome de “kit de ferramentas”, instrumental que auxilia nas discussões acadêmicas e na construção de ideias, além de propor a validação dos resultados junto ao grupo pesquisado.

Kozinets (2014) enfatiza as vantagens de se adotar o termo netnografia como referência à “forma especializada de etnografia adaptada às contingências dos mundos sociais de hoje mediados por computadores” (p. 10). Para esse autor, o uso de muitos termos não destaca procedimentos e métodos que seriam próprios dos estudos de comunidades *online* e de internet. Suas considerações ajudam a pensar sobre as diferenças de abordagem entre a etnografia e a netnografia. Mas, o uso o alinhamento à netnografia como metodologia torna-se problemático na medida em que ele sugere que este seria um “método por excelência”, que, apesar de sofrer variações em função dos objetos e modos de pesquisa específicos poderia ser considerada “a metodologia” mais adequada e que todas as outras possibilidades estariam, de certa forma, subordinadas a ela.

Assim, a etnografia serviu a este estudo como uma inspiração, não sendo, portanto, a metodologia assumida para o desenvolvimento desta tese. Assumo, com Fragoso et al (2013), que os estudos de inspiração etnográfica são:

(...) aqueles que não utilizam a etnografia como metodologia, mas apenas como narrativa ou que se utilizam de partes dos procedimentos etnográficos de pesquisa, mas não chegam a ir a campo, embora possam incorporar protocolos metodológicos e práticas de narrativa como histórias de vida, biografias ou documentos para compor a análise de dados. (FRAGOSO et al, 2013, p. 168)

Ao me voltar para os embates produzidos nos comentários no Facebook, acredito que me ocupo da vida corriqueira (ANGROSINO, 2009), que me apresenta peculiaridades das interações procedidas naquele ambiente. Considerando a etnografia como “a ciência da descrição cultural” (GEERTZ, 1989), penso que, no caso da cultura ligada em rede, o que importa é compreender os códigos culturais que alimentam os processos interativos entre os seres que circulam e interagem em ambientes específicos. Por isso, é necessário no trabalho etnográfico fazer análises profundas sobre o que está sendo visto e isso vale tanto para o ambiente digital quanto para o ambiente considerado

“real”. Tentei observar o que Geertz (2008) salienta ser importante em uma prática etnográfica:

(...) estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa", tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. (GEERTZ, 2008, p. 4)

Há ainda outras questões que devem ser levadas em consideração ao adotar a etnografia como inspiração metodológica de pesquisa. Uma delas se refere à expressão “ir a campo”, uma vez que, nas etnografias *online*, o “campo” é alcançado sem que o pesquisador precise sair do lugar onde se encontra. Sobre essa peculiaridade, Frago e all (2013) registram, a partir de Kendall, que a construção do campo, nas pesquisas com e na internet, requer a consideração de três fronteiras – espacial, temporal e relacional – e ainda de três esferas de influência – analítica, ética e pessoal. No caso desta pesquisa que realizo, o ato de “ir ao campo” significa seguir determinada polêmica e os comentários que se produziram em torno da *hashtag* escolhida, sem que eu seja uma participante¹²⁵ direta dela.

As fronteiras espaciais se referem a questões que envolvem pensar: *de onde, a quem e o que estudar*; já as fronteiras temporais fazem referência a questões relacionadas ao tempo gasto na pesquisa, bem como a limitações entre o seu início e o fim; por último, as fronteiras relacionais dizem respeito às relações entre pesquisador e os sujeitos alvo das observações. Nas três esferas de influência, as analíticas dizem respeito às escolhas teóricas; as de caráter ético estão relacionadas à proteção dos sujeitos pesquisados e ao uso que se faz dos dados; no caso da esfera pessoal, devem ser considerados aspectos relacionados à formação do profissional que faz a pesquisa e que influenciam suas escolhas.

Na situação que apresento nessa tese, foi preciso definir antecipadamente os sujeitos do meu estudo, no sentido de que eles seriam usuários do Facebook, genericamente falando, bem como decidir os lugares onde iria encontrá-los e como faria minhas observações no ambiente digital. Nesse sentido, considero como meu primeiro

¹²⁵ Essa participação a que me refiro aqui se difere daquela que me refiro no Capítulo 1, quando trato das interações e das participações em rede. Nesse caso, quando digo que não participei diretamente, me refiro ao fato de não interagir com os atores que fazem os comentários, tampouco ter participado das discussões no momento em que elas ocorriam. Minha coleta ocorreu após eles terem sido feitos e de forma a não haver qualquer interferência na atuação dos atores.

movimento nessa pesquisa de inspiração etnográfica a identificação dos sujeitos da pesquisa como usuários da internet e do Facebook. Em um segundo movimento, esses usuários e usuárias foram selecionados em função da definição de um tema a ser alvo da pesquisa: as identidades femininas e o feminino produzidos no ambiente digital. Um terceiro movimento descritivo foi selecionar os produtos das interações desses usuários, que se direcionaram para os comentários produzidos por eles relativos às três *hashtags* – **#EnemFeminista**; **#VaiTerShortinho**; **#belarecatadaedolar** – nas páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora no Facebook.

Uma vez definidos os sujeitos e onde eles seriam observados – e ainda o que eu observaria a partir deles – defini o modo como faria minha inserção no campo: ela seria anônima e assíncrona. Sobre esse tipo de participação, há que se considerar que ela poderia ser classificada, em sentido mais estrito e dependendo do grau de imersão, como não-participante. Polivanov (2013), ao tratar dos graus de imersão do pesquisador na rede aponta que há dois tipos “extremos”: o *insider* e o silencioso (*lurker*)¹²⁶. O primeiro tipo de pesquisador está envolvido com os sujeitos e o ambiente pesquisado ou possui ligações próximas. Seu comportamento, portanto, não é o de alguém que apenas observa. Frago et al (2013) propõem que se pense nesse tipo de abordagem como uma autonetnografia¹²⁷, uma ferramenta reflexiva que permite pensar e discutir os múltiplos papéis do pesquisador, uma vez que ele se constitui em fator de interferência tanto na produção do material quanto nas descrições e análises empreendidas.

Já o segundo tipo de pesquisador (no qual acredito que me identifique nessa pesquisa) “fica à espreita” e apenas observa os sujeitos e o ambiente pesquisado, sem interferências diretas e sem manifestações que denunciem sua presença. Como entre as premissas do método etnográfico estão a observação, a participação e a descrição, Polivanov (2013) questiona se a prática desenvolvida pelo pesquisador *lurker* no ciberespaço seria participativa e quais seriam suas implicações, uma vez que para a etnografia toda observação é participante. Em suma, o *lurker* seria o pesquisador que “participa” do ambiente produzindo dados, textos e imagens sem interferências diretas, ainda que, dependendo da situação, ele possa informar ao grupo de sua presença.

A fronteira temporal foi outra preocupação antes e durante a coleta de dados. Essa preocupação me ocorreu ainda na fase inicial de produção do projeto de pesquisa, quando

¹²⁶ Para essa abordagem, Polivanov recorre a Frago et al (2013) e Kozinets (2007)

¹²⁷ Essa é uma expressão tomada de Kozinets (2014)

percebi que seria impossível acompanhar períodos muito longos de postagens, de forma sistemática e contínua, devido à grande quantidade e constante renovação. Assim, se inicialmente pensava em coletar informações todos os dias, durante determinado período do dia, de forma aleatória, voltei-me para coletar dados referentes a determinada hashtag específica e num dia específico. Assim, o tempo de observação nesta pesquisa não diz respeito a uma ordem cronológica, mas a um fragmento temporal, datado e contextualizado dentro das páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora no Facebook.¹²⁸

No caso da fronteira relacional, considero que minha relação com os sujeitos pesquisados ocorreu de maneira assíncrona (como em uma observação não-participante), uma vez que não interagi com eles em tempo real, eles não souberam da minha pesquisa, além de não serem pessoas da minha rede de contatos no Facebook, ainda que, ocasionalmente, possa encontrar comentários de conhecidos. Em relação às esferas de influência, considero que as analíticas estão colocadas a partir do alinhamento a um posicionamento pós-estruturalista dos Estudos Culturais em Educação, conforme já dito anteriormente.

Em relação à esfera ética, apesar do caráter público das postagens feitas pelos internautas, optei por preservar as identificações dos sujeitos, uma vez que seus posicionamentos não necessariamente dizem sobre suas condutas fora do momento em que se manifestaram no ambiente digital. Essa escolha se ocupa da necessidade de proteção aos sujeitos, ainda que, no ciberespaço, os limites entre o público e o privado sejam, ainda, alvo de muitas discussões e de poucas definições. Na esfera pessoal, levo em consideração minha trajetória de vida, minha formação e atuação profissional como jornalista e minha atuação como professora universitária. A esfera pessoal é o que me permite articular áreas que são especialmente de meu interesse: comunicação e educação.

¹²⁸ No Portal G1, o espaço para comentários fica disponível durante certo período de tempo. Quando esse tempo acaba, o Portal informa que a página não recebe mais comentários, sendo que as postagens feitas ficam disponíveis sempre que o link para a reportagem for acessado por qualquer usuário. Já no Facebook, não há limite temporal para que sejam feitos comentários, uma vez que eles ainda podem ser feitos mesmo passado muito tempo depois da postagem original ou do último comentário. Diferentemente do Portal G1, que pode ser acessado por qualquer pessoa, independente de cadastro, a página do Portal G1 no Facebook só pode ser acessada por um usuário que tenha um perfil ativo no site de rede social. No Portal G1, a visualização de todo o conteúdo é permitida para qualquer usuário, ainda que não esteja logado, mas para comentar é preciso estar conectado.

3.1.2 Da produção dos dados

Como já destaquei no início desse capítulo, foi a partir de um amplo universo de temas e possibilidades para proceder a esta investigação no ambiente digital que selecionei um deles: as identidades femininas produzidas nos embates e tensões presentes em comentários no Facebook. As análises foram feitas a partir de recortes selecionados, dentre comentários em torno desse tema, nas páginas do Portal G1 e do Jornal Zero Hora no Facebook. Destaco que a perspectiva teórico-metodológica adotada me permitiu pensar de forma não-linear e me ofereceu espaço para formular novas questões ao longo do trabalho. Os limites impostos no desenvolvimento da pesquisa devem ser pensados em sua provisoriedade, uma vez que foram adotados para que fosse possível cumprir as exigências em termos de formatos, afiliações teóricas, prazos e motivações.

Os comentários relacionados às questões do Enem 2015 chamaram minha atenção para um movimento que estava ocorrendo, relativamente aos movimentos feministas, ao mesmo tempo e que permitiram maior visibilidade para questões referentes à mulher, às identidades de gênero, às feminilidades e às masculinidades. Uma vez desperto o interesse pelo tema, a partir do Enem 2015, fiz a primeira seleção de comentários, inicialmente, no Portal G1, a partir da reportagem “Enem 2015 traz violência contra a mulher no Brasil no tema da redação”. Um pouco antes, o MEC/Inep havia feito postagem no Twitter anunciando o tema da redação. Posteriormente, selecionei os comentários postados também na página do Portal G1 no Facebook e decidi, em função da proliferação e da natureza dos comentários postados no site de rede social, que esses seriam meu material de análise e não aqueles feitos no portal de notícias.

Também os comentários propagados sob a *hashtag* **#VaiTerShortinho**, em fevereiro de 2016, tiveram destaque em reportagens em diversos veículos de comunicação tradicionais. Sobre esse episódio, observei grande quantidade de comentários postados tanto na página do Portal G1 quanto do Jornal Zero Hora, no Facebook. Optei por analisar os comentários na página do Jornal Zero Hora. Nessa decisão considerei o quantidade de comentários postados na página desse jornal e a repercussão que teve por se tratar de um episódio ocorrido na capital gaúcha. No terceiro episódio, envolvendo a *hashtag* **#belerecatadaedolar**, os comentários foram selecionados também na página do Jornal Zero Hora no Facebook.

Na página do Portal G1, a reportagem referente ao assunto não foi postada e atribuo isso ao fato de a matéria original ter sido veiculada na revista Veja, da editora

Abril, publicação que concorre com a Revista Época, veiculada semanalmente pela Editora Globo. Tanto a matéria relativa ao episódio do shortinho quanto a denominada “Bela, Recatada e do Lar” me levaram a considerar outro ambiente que não o do Portal G1 para recolher os comentários. Isso porque após a realização do Enem 2015, passei a concentrar minha atenção no site Facebook e não mais na publicação jornalística.

As três *hashtags* foram consideradas como guias para a coleta dos comentários a partir de algumas motivações. A primeira delas foi a percepção que as três me davam um ponto de contato, algo comum que eu poderia usar como critério de semelhança, e que dizia respeito à questão das identidades femininas e as problematizações de gênero. Esse ponto de contato me permitiu, ainda, perceber e operar com uma dimensão educativa, implicada nessas mídias digitais. Ou seja, independentemente de haver nelas qualquer intenção explícita de ensinar, a partir do conceito de pedagogias culturais, argumento que há em operação, naqueles espaços de comentários, aprendizagens múltiplas que os sujeitos/usuários podem alcançar ao se identificarem com os enunciados neles presentes.

As próprias temáticas focalizadas nessas *hashtags* trazem à cena questões associadas à educação mais formal, como ocorre, por exemplo, nos comentários tecidos acerca da prova do Enem 2015 (**#EnemFeminista**), em que se faz referências à situação na qual se encontra o processo educacional no país, e à **#belarecatadaedolar**, diretamente referindo-se ao conturbado processo político que culminou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Já a *hashtag* **#VaiTerShortinho** foi desencadeada a partir de uma situação envolvendo um episódio escolar. A dimensão educativa também se expressa nas representações de mulheres que cada uma das situações evoca e os efeitos que produz nos comentários.

No Enem 2015, há questões de currículo muito destacadas, envolvendo o questionamento sobre o papel formador da escola e a pertinência de abordar e de valorizar conteúdos implicados com a adoção de determinadas condutas e comportamentos. O que parecia estar em jogo, nos embates sobre o tema da redação e de uma das questões da prova, era a própria natureza do Enem, que, de certa forma, imprime direções a serem seguidas pelas escolas de nível médio. A crítica ao conteúdo se dá a partir tanto do tema da redação quanto de uma questão do exame, que evocava uma frase da filósofa Simone de Beauvoir.

No caso do movimento **#VaiTerShortinho**, a questão central relaciona-se a controle e disciplina no ambiente escolar, envolvendo a atitude de uma escola particular em Porto Alegre de proibir o uso de shorts pelas meninas, alegando que a vestimenta

poderia “distrair os meninos”. A reação das meninas, que ganhou visibilidade nas redes sociais em todo o país, foi entendida tanto como uma reação ao machismo presente na decisão da escola, quanto como um ato de indisciplina que deveria ser controlado pelos pais e pela escola. Essas duas situações decorreram de decisões pedagógicas de diferentes graus e abrangências, mas ambas desencadearam intensas reações, mobilizando diferentes sujeitos e não apenas os envolvidos com as situações.

Já o episódio marcado pela *hashtag* **#belarecatadaedolar** abriu caminho para a discussão de um modelo de mulher idealizado e colocado em destaque por uma revista semanal de jornalismo, o que apontou para uma visão bastante tradicional acerca do papel das mulheres na sociedade. Esse episódio apontou para a naturalização com que se percebe os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres e também para novos modos de significar esses papéis. Isso pode ser percebido, por exemplo, ao constatar a grande quantidade de comentários que saiu em defesa da mulher que faz a “opção” de ficar em casa para cuidar do marido e dos filhos.

Após a coleta dos comentários a partir das três *hashtags* destacadas entre os meses de outubro de 2015 e abril de 2016, percebi que não poderia deixar de incluir nas análises postagens mais recentes, pois, continuei a acompanhar o fluxo e os deslocamentos de problemáticas semelhantes no Facebook. Continuei, portanto, acompanhando e arquivando discussões no próprio site de rede social, usando a opção “salvar” que a plataforma disponibiliza. Assim, a rede social me ofereceu a oportunidade de usá-la, também, como um importante instrumento para a seleção e o arquivamento do material estudado. Paralelo a isso, conforme ressaltai anteriormente, fiz anotações durante todo o trabalho de pesquisa em um arquivo que denominei “diário de campo”. As anotações nesse diário foram fundamentais para os registros de impressões, dúvidas, insights e lembranças ao longo da pesquisa e na fase final de escrita da tese.

Esse movimento de continuar navegando no Facebook, mesmo após a coleta dos comentários que se constituem em meu material principal de pesquisa, me posiciona em um lugar que mistura o papel de pesquisadora com o de usuária das redes, pois não há como separá-los. Lidar com o ambiente digital e, mais especificamente, com o Facebook colocou-me diante de um desafio que é o apelo para continuar ali, mesmo quando sabia que não poderia ou deveria estar, uma vez que o tempo naquele ambiente não comporta linearidade de pensamento e, de certa maneira, opera como um elemento de fuga e de dispersão.

Se pensar no material que produzi para minha pesquisa como documentos dos quais extraio considerações e análises, não posso deixar de considerar que se trata de um material peculiar em relação a outros documentos de pesquisa. Trata-se de um material que se movimenta, que não está fixado em um suporte material e que permite serem feitas atualizações a qualquer momento. Ou seja, tanto usuários podem inserir novos comentários, continuar compartilhando ou curtindo, quando a própria administração da rede social pode fazer alterações em seus algoritmos produzindo mudanças no que poderá ou não ser visualizado no futuro.

Importante destacar que, a cada vez que alguém curte ou compartilha um material disponível no Facebook, ele volta para o *feed* de notícias e poderá sofrer modificações como se fosse uma nova postagem. No Carnaval de 2017, por exemplo, circulou uma postagem sobre violência contra a mulher, com um vídeo e dados de uma pesquisa, publicada no ano anterior. Houve muitos comentários novos, alguns, inclusive, alertando que o material havia sido produzido no ano anterior, ou seja, no Carnaval de 2016. Episódios como esse podem ser observados com frequência nas redes sociais, apontando para um outro desafio que diz respeito à localização temporal de um acontecimento e a imprevisibilidade de seus desdobramentos. No caso relatado, um episódio ocorrido em 2016, retornou à cena midiática como se fosse algo novo, quando poderia ser tomado como algo apenas atual¹²⁹.

Nesse movimento de seguir fluxos, fiz também buscas no Google, usando como palavra-chave as *hashtags* selecionadas inicialmente, como forma de perceber a dimensão da sua visibilidade na internet. Como já disse anteriormente, o ambiente digital é caótico, o que torna quase impossível seguir um tema sem se enveredar por outros caminhos não previstos. Não há rota segura e previsível nas redes sociais digitais. No entanto, essa busca me foi útil para compor cenários mais amplos e para me permitir compreender melhor como as feminilidades e o feminino se tornam motivo de polêmica.

Outra questão importante do ponto de vista da metodologia é que não estive preocupada, apenas, com as postagens individuais. Ou seja, me interessou menos atentar para **quem** disse algo, e muito mais para **o que foi dito**, além de perceber **como** o ato de dizer atua na produções de representações de certas identidades femininas, inseridas em

¹²⁹ Pena (2006) defende que é possível separar atualidade de novidade e que tanto um quanto outro relacionam-se com a temporalidade. “A temporalidade não se refere ao fato, mas à forma como é transmitido, ou melhor, mediado. É o instante da mediação que realmente conta” (p. 39). Um fato ocorrido há muitos anos pode ser atualizado na medida em que volta à cena midiática e provocação reações e ressignificações no tempo presente. Para Pena, novidade e atualidade são conceitos distintos que só podem ser compreendidos por meio de contextualizações e gradações.

processo de midiaticização dessas identidades. Como já mencionado anteriormente, minhas análises estão centradas tanto em apontar quais identidades femininas estão representadas e são produzidas nos comentários, quanto em destacar diferentes modos como tais representações identitárias são invocadas nos comentários na rede social Facebook.

Reuni, inicialmente, um total de 3.592 comentários relativos às três *hashtags*, em momentos distintos. Os comentários relativos à *hashtag* **#ENEMFeminista**, a primeira a ser considerada para a pesquisa, foram coletados na página do Portal G1 no Facebook, no mês de outubro de 2015. Em relação às *hashtags* **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar**, as coletas foram feitas na página do Zero Hora no Facebook, nos meses de fevereiro e abril de 2016, respectivamente. Cada uma das coletas resultou em mais de 600 comentários, relativos a uma reportagem publicada no Facebook, sendo que meu registro foi limitado ao atingir esse número.

Poderia ter feito essa seleção a partir de outras páginas, tanto de veículos tradicionais, quanto de blogs ou veículos alternativos de mídia, devido à ampla disponibilidade de material no Facebook. Por isso, penso ser importante apontar para os motivos dessas escolhas: no caso da *hashtag* **#VaiTerShortinho**, considerei a localização física da manifestação, que, apesar de ter repercutido em todo o Brasil, reuniu grande número de menções na imprensa portoalegrense (local) e entre pessoas do Rio Grande do Sul. Em relação à *hashtag* **#belarecatadaedolar**, houve grande quantidade de comentários na página do Jornal Zero Hora, mas não houve repercussão na página do Portal G1 no Facebook. Quanto à *hashtag* **#ENEMFeminista**, admito que a escolha foi um tanto aleatória e ocorreu muito em função da visibilidade que o tema alcançou no Portal G1 e por ter sido interpelada pelo tema pela primeira vez por meio da aparição de uma postagem no meu feed de notícias.

Para definir o número de comentários que usária nas análises, usei os seguintes critérios: 1) desconsiderei aqueles comentários que contivessem apenas frases soltas e desconexas, ou zombarias e xingamentos; 2) desconsiderei, ainda, os comentários que expressassem concordância ou discordância, apenas, sem emitir alguma opinião ou juízo, pois observei que eles se repetiam com muita frequência, com expressões do tipo “muito bom”, “tema nada a ver”, “quero ver protestos por coisa séria”, “falta do que fazer”, entre outras; 3) desconsiderei comentários que se dirigiam diretamente a outro usuário, de forma a estabelecer um diálogo de caráter mais pessoal, especialmente os que

contivessem ofensas e desagравos; 4) desconsidere comentários que fugissem totalmente ao tema abordado¹³⁰

É possível dizer que essas decisões também integram o processo de análise realizado nesse estudo, que ocorreram desde as primeiras leituras do material selecionado, ainda que, inicialmente, eu possa dizer que essas leituras tenham sido mais descritivas e orientadas para a busca de recorrências e rupturas frente ao contexto mais amplo no qual localizei o tema pesquisado. Houve, ainda, a tentativa de marcar endereçamentos e sentimentos, tais como raiva, indignação, aprovação e celebração, expressos e colocados em operação nos comentários analisados. Nesse processo, já buscava perceber quais identidades femininas eram destacadas naqueles comentários, bem como os de significar as a mulher e as interações peculiares ao ambiente digital, às redes sociais digitais e, muito especificamente, ao Facebook.

Ao longo de todo o trabalho, observei recorrências e procurei tensioná-las, colocando em relação tanto as identidades como as peculiaridades relativas ao meio em que elas foram e continuam a ser produzidas, com todas as suas complexidades e possibilidades de interpretação e organização das informações que vinha levantando. Não tive a preocupação, ao longo desse processo, em identificar os lugares de fala nos comentários como masculinos ou femininos. Ou seja, faço referência a comentários de usuários, que tanto podem ser femininos ou masculinos, mas não me ocupei em problematizá-los a partir dessa distinção. Ou seja, o que me interessou foi perceber as manifestações dos sujeitos no ambiente digital, conectados, imersos na cultura ligada em rede e que se valem da prática do comentário para marcar suas presenças. As falas analisadas não remetem a indivíduos, mas foram tomadas como inscritas em discursos mais ampliados que circulam na sociedade sobre as identidades femininas e o feminino.

3.2 As *hashtags* consideradas na pesquisa

Nesse item apresento cada uma das *hashtags* selecionadas na pesquisa. No próximo capítulo discuto marcadores culturais identitários a partir de três temas – violência, maternidade e empoderamento feminino – que circularam muito intensamente nos comentários relativos a elas.

¹³⁰ Não foi possível, no entanto, estabelecer um momento exato para que isso ocorresse, de modo a dar conta de todo o material analisado. Em alguns casos, a partir do 200º comentário, o assunto parecia se esgotar, em outros momentos, ainda era possível verificar comentários mais densos e relativos ao tema após o 600º.

3.2.1 #belarecatadaedolar

COMENTÁRIO 6 – Que mal tem uma moça linda de 20 aninhos casar com um senhor de 63 anos, que foi seu primeiro namorado (condição de ambos na época do casório)? Que mal tem em largar tudo e viver recatadamente ao lado deste ancião, este amor tão verdadeiro? Esta mulher é uma primeira dama padrão que o Brasil precisa, não trabalha, vive se embonecando, as custas do marido, usa roupas dignas de uma princesa, né? Que mal tem? Que povo implicante... Parece até conto da Disney... uma Princesa... quem sabe voltamos a Monarquia para combinar? Ah... não dá... o príncipe dela é muito feio... (sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

No mês de abril de 2016, a *hashtag* #belarecatadaedolar invadiu o Facebook e o Twitter, numa uma alusão à reportagem publicada no Portal Veja.com, com o título “Marcela Temer: bela, recatada e do ‘lar’”¹³¹, assinada por Juliana Linhares. No “olho”¹³² da reportagem, o texto dizia o seguinte: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. A publicação da matéria¹³³ coincidiu com a aceitação, pela Câmara dos Deputados, do pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. A reportagem do Portal Veja.com falava sobre os hábitos de Marcela Temer, que seria a “primeira-dama” do Brasil, caso o vice Michel Temer assumisse a presidência¹³⁴.

¹³¹ O título apresenta a palavra “lar” entre aspas. A reportagem foi publicada no dia 18/04/2016 no Portal Veja.com. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>.

¹³² **Olho** é o nome usado no Jornalismo para definir um pequeno texto publicado logo abaixo do título de uma reportagem, contendo informações que o complementam ou descrevem o que será encontrado no texto completo. Também pode ser chamado de linha fina.

¹³³ Apesar de não figurar nas bibliografias como um gênero jornalístico, a expressão “matéria” é de uso corriqueiro entre profissionais para se referir aos textos produzidos em veículos jornalísticos. A “reportagem” se distingue da “notícia”, por terem características e propósitos distintos, sendo a notícia um texto que se baseia, necessariamente, em algum fato novo, enquanto a reportagem pode apresentar um aprofundamento, análises e não precisa de fatos novos para ser produzida ainda que possa ser motivada por eles (MELLO, 2010). Lage (2002) prefere usar a expressão “informação jornalística” para se referir tanto à reportagem quanto à notícia. Nesse trabalho, uso a expressão reportagem para me referir a textos de informação jornalística, podendo esses textos serem qualificados do ponto de vista do gênero como reportagens ou como notícias.

¹³⁴ O processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff começou no dia 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, acatou o pedido feito por Helio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Junior. O processo durou 273 dias e foi encerrado no dia 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato de Rousseff sem que fossem cassados seus direitos políticos. Fonte: (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>)

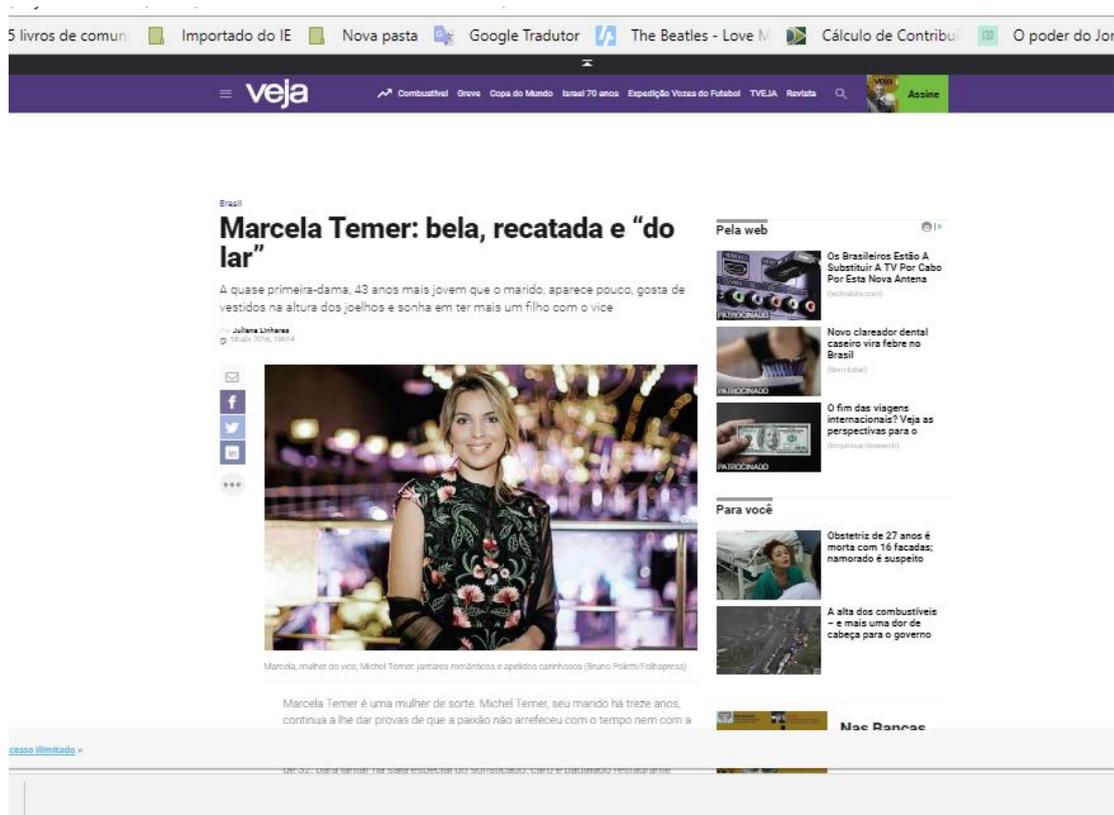


Imagem 6: Reportagem sobre Marcela Temer, na página de Veja.com

A hashtag **#belarecatadaedolar** operou como uma convocação às mulheres no sentido de questionar o estereótipo de mulher adotado pela publicação. A ideia de um modelo de mulher ancorado num processo binário de produção de identidades femininas despertou tanto ódio, quanto celebração. Houve, nos comentários, tanto quem defendesse o “jeito de ser” e de “viver” de Marcela Temer, quanto quem considerasse a reportagem uma afronta à maioria das mulheres “batalhadoras” que não gozam dos privilégios dela. Desconstruir o estereótipo apresentado por Veja.com, no sentido de colocar em dúvida os alicerces que sustentam a ideia de um modelo de mulher recatada, foi a tônica da *hashtag* que surgiu quase imediatamente após a publicação da reportagem.

O texto usado em epígrafe nesse item aponta para a adesão de uma usuária do Facebook a essa proposta de desconstrução (*comentário 6*), que se utiliza do deboche e do cinismo para se manifestar. Após a publicação da revista Veja, houve reações indignadas e, também, de apoio, tanto ao conteúdo da reportagem quanto à figura de Marcela Temer, enquanto representação de um certo modelo de mulher. Diversos

*memes*¹³⁵ foram postados por mulheres, que se retratavam a partir de atitudes consideradas opostas aos estereótipos da mulher recatada e do lar, presente na publicação¹³⁶. Esses memes incluíram autorretratos de mulheres – nuas, seminuas, em bares, fazendo gestos obscenos ou exibindo atitudes provocativas e sensuais –, além de outras imagens e postagens que faziam alusão ao título e teor da reportagem.

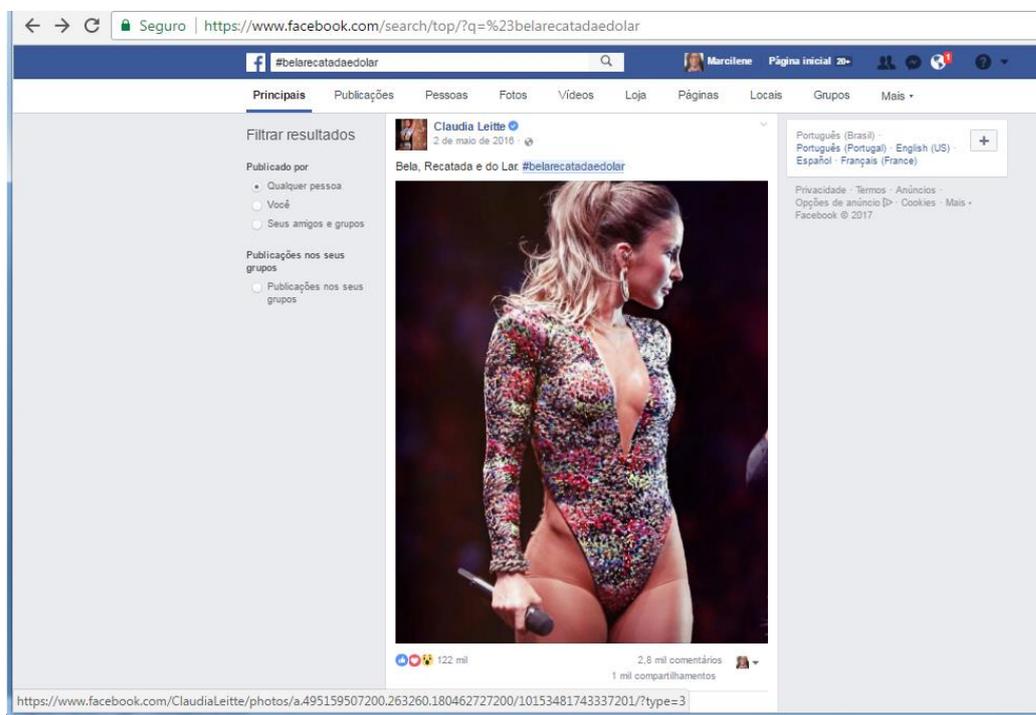


Imagem 7: Postagem da cantora Claudia Leite usando a **fi**

¹³⁵ Meme é um termo que deriva da palavra grega “mimese”, que significa imitação. O conceito foi cunhado por Richard Dawkins, no livro “O gene egoísta”, e se refere a uma unidade de evolução cultural (replicação de ideias) que se propaga de indivíduo para indivíduo. Segundo Frago et al (2013), na visão de Dawkins, é o “gene da cultura que se perpetua através de seus replicadores, as pessoas” (p. 123). De modo mais comum, o termo é bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc, que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

¹³⁶ Optei por não inserir essas imagens por elas exporem suas autorias, apesar de serem públicas e de terem circulado pelas redes sociais, em portais de notícias e outras mídias sociais.



Imagem 8: Postagem do Jornal Zero Hora, usando a ##belarecatadaedolar

Pode-se dizer que houve, nesse movimento, uma ressignificação da mensagem presente na reportagem de *Veja.com*, a partir do momento em que usuárias das redes sociais tomaram de empréstimo a frase-título e a associaram a atitudes que contrariam as características atribuídas a Marcela Temer na reportagem. A própria Revista *Veja*, na semana seguinte, produziu uma reportagem com o título “#belarecatadaedolar: os Memes sobre a reportagem de VEJA”¹³⁷, destacando as reações diante da reportagem e deixando para leitores e leitoras a interpretação de suas intenções – ironia, endosso ao modo de vida de Marcela ou machismo? – e, ainda, reproduzindo os *memes* considerados mais engraçados que circularam nas redes sociais. Reproduzo abaixo, a chamada para publicação da *Veja*.

¹³⁷ Reportagem publicada no dia 20 de abril de 2016, na editoria de Tecnologia. Disponível em <http://veja.abril.com.br/tecnologia/belarecatadaedolar-os-memes-sobre-a-reportagem-de-veja/>. Acesso em 22 de novembro de 2017, às 11h09. Nessa data, os memes reunidos pela publicação podiam ser vistos no endereço: <https://storify.com/vejanoticias/belarecatadaedolar-os-memes-da-internet/embed?border=false>. No dia 27/06/2018, ao revisar essa tese, não foi mais possível acessar o conteúdo por meio desse link.

A reportagem “Bela, Recatada e do Lar”, publicada na edição extra de VEJA sobre a votação do impeachment na Câmara, e que traça um perfil de Marcela Temer, mulher do vice-presidente Michel Temer, viralizou na internet. O título se tornou hashtag no Twitter, rendeu página no Instagram e foi incorporado desde terça-feira a incontáveis memes. Há quem considere que a reportagem endossa o modo de vida de Marcela Temer, e é machista. Outros leram a ironia. E outros ainda simplesmente aproveitaram o título para fazer humor. A interpretação é livre. Esta página reproduz os memes mais engraçados¹³⁸.

A polêmica em torno do modelo de mulher representado por Marcela Temer pode ser considerada bem peculiar, pois emergiu em meio a graves questões políticas que assolaram o país e em um período no qual as redes sociais na internet – o Facebook, principalmente – tiveram seu espaço ocupado por assuntos que diziam respeito aos rumos políticos do país, a questões partidárias e denúncias de corrupção. Em meio a esse conturbado cenário político, temas como racismo, preconceito, violência contra a mulher, aborto, direitos das pessoas LGBT, entre outros, também passaram a ser pautados no espaço público, estando igualmente presentes em diversas outras instâncias da vida cotidiana.

Nos dias 26 e 27 de abril, o Portal G1 publicou notícias sobre manifestações contra o machismo e contra o então Deputado Eduardo Cunha, ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A matéria do Portal Veja.com sobre Marcela Temer foi citada como referência ao nome do protesto, que fez alusão ao título da reportagem. No dia 26 de abril, a reportagem com o título “Mulheres fazem ato contra machismo e o impeachment no Centro de SP”¹³⁹, motivou comentários na página do Portal G1 (**imagem 1**). No dia seguinte (27/04), a matéria intitulada “Ato no Centro do Rio reúne mulheres contra Cunha e Bolsonaro”¹⁴⁰ teve 23 comentários. Não houve postagens na página do G1 no Facebook.

Cabe um parênteses para explicar o contexto em que os protestos contra os deputados Jair Bolsonaro e Eduardo Cunha ocorreram. Os dois deputados se manifestaram, por diversas vezes, contrários a projetos de lei de caráter progressista e de interesse das mulheres. Eduardo Cunha, dias antes, tinha sido responsável pela colocação em votação da lei que torna crime o aborto sem que haja expressa autorização da

¹³⁸ Grifos no original. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/belarecatadaedolar-os-memes-sobre-a-reportagem-de-veja/>.

¹³⁹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/mulheres-fazem-ato-contra-machismo-e-o-impeachment-no-centro-de-sp.html>

¹⁴⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/ato-no-centro-do-rio-reune-mulheres-contra-cunha-e-bolsonaro.html>

Justiça¹⁴¹. Já Bolsonaro fez fama entre conservadores ao adotar um discurso contra homossexuais, mulheres e outras minorias, além de defender a concepção de família nuclear e a lei que libera o porte de arma como medida para conter a violência.¹⁴²

Duas semanas antes da publicação do Portal Veja.com, a Revista IstoÉ, em sua edição impressa do dia 6 de abril de 2016, havia publicado, na capa, uma imagem de Dilma Rousseff com o título: “As explosões nervosas da presidente”¹⁴³. A reportagem fazia alusão ao “temperamento agressivo” da presidente, sugerido como “não-feminino”, o que também provocou reações nas redes sociais digitais. Mas, não foram as manifestações de usuários do Facebook, em suas linhas do tempo, que mereceram minha atenção, apesar de não poder escapar a elas, conforme já expliquei no Capítulo 1.

Os comentários analisados nessa tese para essa *hashtag* foram extraídos a partir da publicação da reportagem “Entenda a polêmica após matéria com perfil de Marcela Temer”¹⁴⁴, publicada pelo jornal Zero Hora e compartilhada na página deste jornal no Facebook, no dia 20 de abril de 2016. A chamada diz: “Reportagem que descreve mulher de Temer como “bela, recatada e do lar” provocou reações de grupos feministas e mobilizou redes sociais”. O texto afirma que as reações foram provocadas pela compreensão de que a reportagem de Veja fazia uma espécie de apologia ao papel submisso da mulher na sociedade. A postagem recebeu 3,4 mil curtidas e 911 comentários.

¹⁴¹ Após esses episódios, o tema do aborto continuou a figurar entre os assuntos causadores de polêmicas no cenários social e político do Brasil. No dia 8 de novembro de 2017, havia sido aprovado, por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o projeto de lei que torna crime o aborto em qualquer circunstância, inclusive quando decorrente de estupro. Já havia entendimentos anteriores do STF de que esse seria um caso em que o aborto poderia ser realizado legalmente, inclusive, em hospitais públicos.

¹⁴² Além de ter agredido a Deputada Maria do Rosário, afirmando, no Plenário da Câmara, que ela não merecia ser estuprada por ser feia, recentemente ele elegeu como prioritário o discurso que associa o porte de arma e a defesa da família como algo que se coloca a favor dos direitos das mulheres.

¹⁴³ Disponível em: http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

¹⁴⁴ Reportagem publicada no dia 20 de abril de 2015, assinada por Itamar Melo. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/entenda-a-polemica-apos-materia-com-perfil-de-marcela-temer-5783059.html>. Link para página no face <https://www.facebook.com/zerohora/?fref=ts>



Imagem 9 – Postagem na página do jornal Zero Hora no Facebook. **#belarecatadaedolar**

3.2.2 #VaiTerShortinho

COMENTÁRIO 7 – Querem o shortinho pra que, pra dançar a “Metralhadora ou o quadradinho”. Ora para de hipocrisia, querem essa roupa apenas para se mostrar e sensualizar. Escola é um ambiente de estudo e não de galinhagem. (sujeito masculino, página do Portal G1. **#VaiTerShortinho**)

Na tarde de terça-feira do dia 23 de fevereiro de 2016, começou a circular no Facebook um abaixo-assinado digital produzido por alunas do Ensino Fundamental e Médio de uma escola particular em Porto Alegre, intitulado “Vai ter shortinho, sim”. O manifesto foi produzido por meninas com idades entre 13 e 17 anos e se posicionava contra a decisão da direção da escola que proibiu as alunas de assistirem às aulas usando shorts curtos. No manifesto, endereçado aos coordenadores da escola, elas pediam que as regras de vestuário fossem flexibilizadas e que a instituição deixasse no passado “a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros”. No dia 24, as meninas fizeram uma manifestação no pátio da escola. O abaixo-assinado alcançou mais de 6 mil apoios logo após ser postado na plataforma Change.org¹⁴⁵ e encerrou o espaço para participação com 27.250 assinaturas *online*.

¹⁴⁵ O Change.org é uma plataforma para que pessoas de qualquer lugar do mundo possam fazer abaixo-assinados e petições on line. O serviço se apresenta como o lugar no qual “as pessoas se conectam além das barreiras culturais e geográficas para apoiar as causas com que se importam”.

As meninas exigiam da instituição de ensino que cobrasse respeito por parte dos meninos e não que ditasse regras sobre o que elas deveriam vestir. O motivo da “revolta” delas foi o fato de a direção ter apresentado como justificativa para a restrição do uso do short o argumento de que “isso distraía os meninos”. No manifesto, de acordo com a publicação do Portal G1, as meninas afirmam não se tratar apenas do uso de um certo tipo de roupa, mas um modo de dizer não às práticas machistas que impõem padrões de comportamento às mulheres e as submetem a regras que privilegiam os homens. O texto aborda temas bem contemporâneos como aborto e violência contra a mulher. Elas encerram com a seguinte mensagem:

Nós, alunas do ensino fundamental e médio do Colégio Anchieta, nos recusamos a obedecer a regras que reforçam e perpetuam o machismo, a cultura do estupro e slut shaming¹⁴⁶

O Portal G1 publicou duas matérias sobre o assunto: a primeira no dia 24, com o título “Alunas fazem mobilização pelo uso de shorts em Porto Alegre”, e a segunda, no dia 25 de fevereiro, com o título: “Um dia após protesto, alunas ignoram proibição e vão de shorts à escola”. Nenhuma das duas reportagens recebeu comentários na página do Portal G1, pois o espaço destinado à participação dos leitores não foi aberto para essa matéria. Na página do G1 no Facebook, apenas a segunda matéria foi postada e recebeu 10 mil curtidas, 1.451 compartilhamentos e 2.449 comentários.

O Jornal Zero Hora publicou, no dia 24 de abril, matéria com o título “Alunas protestam contra a proibição do uso de shorts em escola de Porto Alegre”. A reportagem foi compartilhada na página do jornal Zero Hora no Facebook¹⁴⁷, e teve 1.306 comentários, 1.199 compartilhamentos e 8,2 mil curtidas.

¹⁴⁶ O texto completo pode ser lido no link <https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-anchieta-vai-ter-shortinho-sim>

¹⁴⁷ Na página do Facebook, a chamada foi para o número de apoiadores do manifesto: “Abaixo assinado #vaitershortinho já conta com mais de 6 mil apoiadores”.



Imagem 10: Postagem na Página do Jornal Zero Hora no Facebook. **#VaiTerShortinho**

O manifesto das meninas do Anchieta foi pauta em diversos veículos de comunicação e colocou em evidência o modo como as redes sociais digitais têm sido usadas, cada vez mais, por mulheres jovens para protestar contra o machismo, a cultura do estupro e o assédio. Chamou a atenção no manifesto e abaixo-assinado online o modo como elas articulam o machismo a questões mais amplas envolvendo educação, políticas afirmativas, como as cotas em universidades públicas e o assédio. O texto deixa claro que não se trata de um ato de indisciplina, mas de um ato de resistência contra a objetificação e sexualização dos corpos femininos. Em outro trecho do manifesto, elas argumentam:

Quando você interrompe a aula de uma menina para forçá-la a mudar de roupa ou mandá-la pra casa por que o short dela é “muito curto”, você está dizendo que garantir que os meninos tenham um ambiente de aprendizagem livre de “distrações” é mais importante do que garantir a educação dela. Ao invés de humilhar meninas pelos seus corpos, ensinem os meninos que elas não são objetos sexuais.

3.2.3 #EnemFeminista

COMENTÁRIO 8 – De acordo com o Enem, esse tema é sobre quem nasceu mulher ou se tornou mulher? (sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

No dia 25 de outubro de 2015, logo após a realização da prova, no primeiro dia do Enem 2015, o MEC/Inep fez uma postagem no Twitter, em que anunciou o tema da

Redação. A postagem foi compartilhada por uma usuária no Facebook com a *hashtag* #ENEMfeminista e o seguinte comentário: “O machismo vai tirar zero hahaha arrasou”. Ela não foi a única a compartilhar. A publicação do MEC/Inep, que teve 200 retweets e 103 curtidas no Twitter, trazia como link a matéria sobre o assunto publicada no Portal G1 e compartilhada na página do Portal no Facebook (**imagem 11**)¹⁴⁸. Na página do Portal G1 no Facebook, a postagem recebeu 28 mil curtidas, incluindo reações com os ícones recentemente incluídos no site; 10.936 compartilhamentos; e 1.278 comentários.



Imagem 11: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. #EnemFeminista

Ainda no dia 25 foi publicada mais uma reportagem no Portal G1: “Redação sobre violência contra a mulher gera polêmica no Twitter” e, nesse post específico, não houve comentários, pois o espaço não foi disponibilizado. Na Página do Portal G1 no Facebook, essa reportagem rendeu 646 compartilhamentos, 5,5 mil curtidas, 467 comentários (figura 3). No dia anterior, 24 de outubro de 2016, já havia sido feita uma reportagem a partir da polêmica que se instaurou com a questão que envolvia uma frase da filósofa Simone de Beauvoir. A postagem com a questão da prova e o comentário alusivo à inclusão do tema no Enem foi feita no Twitter e compartilhada na página “Empodere duas mulheres”. No final do dia, segundo a reportagem do G1, o post já tinha recebido 12 mil curtidas e 3,5 mil compartilhamentos. No dia 6 de abril de 2016, às 10h31, momento em que fiz a

¹⁴⁸ A coleta dos comentários ocorreu no dia 6 de abril de 2016, às 10h52.

atualização da coleta de dados, a postagem contava com 26 mil curtidas, 980 comentários e 9.591 compartilhamentos.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 como forma de avaliar o desempenho dos estudantes brasileiros ao final da educação básica. Inicialmente, a realização do exame era voluntária por parte dos estudantes que concluíam o ensino médio. A partir de 2009, no entanto, o MEC instituiu várias mudanças e o Enem passou a avaliar o desempenho escolar no final do Ensino Médio para selecionar candidatos aptos ao ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas, e do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudos em instituições privadas. A nota da prova também pode ser usada para receber benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para ingresso em cursos técnicos oferecidos pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec)¹⁴⁹.

Também em 2009, o Ministério da Educação divulgou as matrizes de habilidades que definem as competências que devem ser avaliadas e os conteúdos que permitem essa avaliação. O documento do MEC instituiu cinco eixos¹⁵⁰ cognitivos comuns a todas as áreas de conhecimento. Um dos destaques dos exames tem sido a prova de Redação, o que não chega a ser novidade uma vez que nos sistemas de vestibulares sempre houve movimentação em torno dos temas, das abordagens e dos objetivos dessa prova, assim como os aspectos que seriam levados em consideração na avaliação. No quadro 2, encontram-se relacionados os temas do Enem desde a sua primeira edição.

¹⁴⁹ Até 2016, a nota obtida no Enem podia ser usada por estudantes com mais de 18 anos como certificado de conclusão do Ensino Médio. Em 2017, uma nova mudança acabou com essa prerrogativa

¹⁵⁰ O primeiro eixo é Linguagens e envolve tanto o domínio da norma culta da Língua Portuguesa além das linguagens artística, matemática, científica, espanhola e inglesa. O segundo eixo analisa a compreensão do candidato em relação a fenômenos da natureza, processo histórico-geográfico, produção tecnológica e manifestações artísticas. O terceiro eixo se concentra na resolução de chamadas situações-problema, enquanto o quarto trata da capacidade de produzir análises e argumentações consistentes. O quinto e último eixo espera que o candidato elabore propostas com o que lhe foi ensinado na escola.

QUADRO 1 – Temas da redação do Enem	
1998	Viver e Aprender
1999	Cidadania e participação social.
2000	Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?
2001	Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?
2002	O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?
2003	A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?
2004	Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?
2005	O trabalho infantil na realidade brasileira
2006	O poder de transformação da leitura.
2007	O desafio de conviver com a diferença.
2008	O futuro da Amazônia. (este tema não veio de forma explícita como os outros)
2009	O indivíduo frente à ética nacional.
2010	O Trabalho na Construção da Dignidade Humana
2011	Viver em rede no século xxi: os limites entre o público e o privado
2012	O movimento imigratório para o Brasil no Século XXI
2013	Efeitos da implantação da lei seca no Brasil
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira
2016	"Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil "
2017	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil

Quadro 2: temas da redação do Enem de 2008 a 2017¹⁵¹

No primeiro Enem, realizado em 1998, o tema da redação foi “Viver e aprender” e soava um tanto genérico. A partir dos próximos exames, no entanto, houve certo investimento em questões ligadas à cidadania, direitos humanos, meio ambiente, polêmicas e atualidades. Nas mudanças promovidas em 2009, o Enem passou a ser realizado em dois dias, sendo que a prova de Redação passou a fazer parte do segundo dia. As provas ficaram maiores também e, foi a partir daquele ano, que a capa dos cadernos de provas passaram a ostentar o slogan do Enem: “Exame Nacional do Ensino Médio: ensaio para a vida”. No Enem 2015, mais de 7 milhões de pessoas fizeram a prova.

¹⁵¹ Quadro elaborado por mim.

CAPÍTULO 4 – MARCADORES DE IDENTIDADES FEMININAS

Nesse capítulo, discuto o que elegi como três grandes temas colocados em circulação nos comentários analisados e que invocam discursos e representações de identidades femininas, sem ter a pretensão, no entanto, de esgotar outras possibilidades que possam ser focalizadas em outras leituras e modos de olhar para este material. Esses temas são: 1) Violência; 2) Maternidade; 3) e Empoderamento. Optei por apresentá-los em categorias distintas, mesmo que, por vezes, nos comentários e nas análises, eles se cruzem e se alinhem tão intimamente, que se torna quase impossível separá-los. Por isso, foi um expediente comum à análise relativa a cada categoria serem retomados comentários e temas que se relacionam com o que foi focalizado nas demais. Destaco, também, que esses temas circulam, muito intensa e repetidamente, nos comentários examinados e em outros materiais disponíveis no Facebook, entre esses, reportagens de jornais, textos e artigos de blogs, resultados de pesquisas e postagens individuais, entre outros.

Associei a cada um dos temas selecionados, o que considerei ser um **marcador cultural** de identidade feminina, que resumi em expressões frequentemente usadas no senso comum para definir e referenciar identidades femininas. Assim, o tema “Violência” é discutido na categoria analítica intitulada **Mulher-Objeto**; à dimensão “Maternidade”, discuto questões relativas à categoria **Mulher-Mãe**; e as questões que dizem respeito à valorização e liberdade das mulheres são discutidas na categoria **Mulher-Empoderada**. Construí cada uma dessas categorias a partir da recorrência de abordagens presentes nos comentários das três *hashtags* selecionadas para análise – **#EnemFeminista**, **#VaiTerShortiho** e **#belarecatadaedolar**. Ressalto ainda que considero essas categorias como pontos de ancoragem nos quais concentrei a discussão sobre os temas que me pareceram alcançar maior destaque nos comentários examinados.

Além dos comentários relativos às *hashtags* acima mencionadas, fui, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, incorporando outros comentários que circularam no Facebook, de forma a atualizar os temas abordados na tese e a permitir a ampliação da discussão. Esses comentários envolveram questões relacionadas à violência, assédio, cultura do estupro, aborto, trabalho, maternidade, sexualidade, desigualdade/diferença, liberdade, submissão, feminismo e machismo.

Também é importante considerar, introdutoriamente, que a dimensão “Violência” foi invocada com muita frequência, destacando-se entre as três categorias analisadas. Isso me levou a pensar em como essa dimensão poderia ser tomada como uma espécie de referência para focalizar as questões que envolvem o feminino, as identidades femininas e as representações de mulher na sociedade. Nessa direção, Bandeira (2014) diz, em um artigo no qual discute a construção de um campo teórico da violência de gênero, que a questão da violência contra a mulher tornou-se a principal identidade do movimento feminista e que isso permitiu ampliar o diálogo com a instituição acadêmica, os núcleos de pesquisa e instituições da sociedade civil.

Já o tema “Maternidade” me pareceu bastante implicado com a educação feminina e com representações conservadoras alusivas aos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres, tal como a maternidade. Quanto ao “Empoderamento”, é possível considerar ter ocorrido uma ampliação do campo discursivo que dá destaque às atuações femininas, possibilitada e potencializada pelas mídias digitais, e pelos usos que as mulheres passaram a fazer desses espaços, o que tem permitido a realização de discussões que integram a quarta onda do feminismo, como por exemplo o assédio e a cultura do estupro. Pude observar, ainda, a frequente menção a regras morais e padrões de conduta, que reafirmam interdições de várias ordens para as mulheres e reforçam antigos estereótipos.

No próximo item, apresento e discuto questões contempladas por cada uma dessas categorias. Na primeira, **Mulher-Objeto**, discuto a violência contra mulheres como aspecto que marca muito fortemente algumas representações identitárias femininas, uma vez que as violências não mensuráveis são responsáveis pela manutenção da ideia de submissão e dependência entre gêneros; na categoria denominada **Mulher-Mãe**, analiso o modo como a maternidade se constitui em um elemento identitário quase unânime nas discussões sobre feminilidades nos comentários examinados e como esse marcador identitário posiciona as mulheres relativamente a aspectos tais como o trabalho doméstico, a sexualidade e a educação dirigida ao sexo feminino; e na terceira categoria, intitulada **Mulher-Empoderada**, discuto como o atributo “empoderamento feminino” passou a abarcar uma série de práticas que enquadram a mulher no mundo contemporâneo, ora se constituindo em um mecanismo de resistência e promoção da liberdade feminina, ora ressignificando representações de subalternidade associadas ao feminino na sociedade.

4.1 Mulher-Objeto – Identidade entrelaçada à violência

COMENTÁRIO 9 – Na mesma semana que proíbem a pílula colocam esse tema na redação?
(sujeito feminino, página do G1. #EnemFeminista)

Um entendimento comum sobre violência tem sido historicamente apoiado no conceito de “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Mas, como bem lembra Saffioti, a integridade psíquica e a moral encontram-se fora do mensurável, sendo, portanto, historicamente mais difíceis de serem identificadas, admitidas e combatidas. É, portanto, no interior das práticas culturais e das relações de poder que iremos construir entendimentos sobre violência a partir do que seja possível dizer e admitir sobre o fenômeno num dado momento. No caso da violência de gênero, um aspecto importante levantado por Saffioti é que essa “não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (p. 81).

No **comentário 9**, em destaque no início desse item, a referência à proibição da pílula do dia seguinte pode ser tomada como exemplo de um tipo de violência de gênero que não pode ser mensurada a não ser em relação ao contexto em que há sua concretização¹⁵². A partir do entendimento desses aspectos relacionais é importante destacar que a violência de gênero também se constrói com e a partir de relações de poder¹⁵³ que promovem e perpetuam modos de ser e viver masculinidades e feminilidades. Há, em atitudes agressivas dirigidas ao sexo feminino, representações de uma masculinidade que se posiciona um degrau acima (SAFFIOTI, 2004) e que se permite não apenas olhar para o corpo feminino, como tocá-lo, violá-lo, assediá-lo, dispensá-lo e impor regras e leis sobre ele¹⁵⁴.

¹⁵² No dia 21 de outubro de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o texto do Projeto de Lei 5.069/13, que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, de autoria do então presidente da Casa, Eduardo Cunha. Com as mudanças passa a ser crime qualquer tipo de informação que alguém faça circular sobre métodos abortivos, assim como torna criminoso a pessoa que induzir ou auxiliar uma gestante a abortar. Isso inviabiliza, por exemplo, o uso da pílula do dia seguinte. No caso do estupro, caso em que a legislação permite o aborto legal, o médico só poderá realizar o procedimento caso a mulher procure, antes de atendimento médico, uma delegacia para registrar a ocorrência e realizar exame de corpo de delito.

¹⁵³ Apesar de tratar especificamente da violência de gênero, destaco que também outros tipos de violência ocorrem de modo relacional e em meio a relações de poder, como as violências contra negros, indígenas, homossexuais, travestis, trans. Também destaco que, quando me refiro à “violência de gênero”, admito que se trata de uma generalização, uma vez as violências atingem de formas distintas homens e mulheres, sendo que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica, por exemplo.

¹⁵⁴ Considerada uma grave violação aos direitos humanos, o conceito de violência contra a mulher foi consolidado na Convenção de Belém do Pará, em 1994. A violência de gênero, apesar de dirigir-se em grande parte contra a mulher, afeta pessoas trans, bissexuais, travestis e homossexuais.

Lembro-me de quando era adolescente e, junto com as amigas ao voltar da escola, ouvir gracejos de trabalhadores de obras nas imediações. Lembro-me, também, que muitas de nós já passaram pelo constrangimento de ter seu corpo tocado contra a sua vontade ou de ter que mudar de calçada para evitar ser agarrada por um menino ou homem adulto ao cruzar com eles pela rua. Não me dava conta naquela época – e acredito que minhas colegas tampouco – de que aqueles assovios, as piadas grosseiras e as palavras “chulas” que nos eram dirigidas se constituíam em atos de violência. Havia um incômodo, um desconforto de nossa parte, mas não tínhamos consciência de que sofríamos um tipo de violência, que nos era endereçada pelo simples fato de sermos do sexo feminino, de sermos mulheres. Aquelas atitudes eram configuradas, usualmente, como próprias e “naturais” ao sexo masculino. Aliás, cabe ressaltar que esse assunto, tampouco, era comentado ou discutido abertamente, em casa ou na escola.

A violência dirigida à mulher sobre a qual tínhamos conhecimento, naquela época, era aquela extrema, em que as marcas ficavam no corpo e cuja gravidade podia ser mensurada pela quantidade de lesões. Eram casos de violência doméstica, em que o marido (ou namorado/companheiro) espancava ou matava a mulher, ou de estupro, este, muito mais temido do que a própria violência física, por representar uma grande “vergonha” para a vítima e se constituir em uma desonra para a família¹⁵⁵. A violência de gênero encontrava-se diluída na violência do dia a dia e não haviam sido incorporadas ao nosso repertório comum, palavras como “misoginia”¹⁵⁶ ou “feminicídio”¹⁵⁷. Também não se falava em assédio no trabalho, em insultos, em opressões psicológicas, em controle, em ações violentas que não pudessem ser mensuradas ou comprovadas por exames no corpo da mulher. Em uma época na qual as informações nos chegavam por meio do veículos de comunicação de massa – a televisão, muito especialmente – discussões sobre questões de gênero simplesmente não nos eram endereçados.

¹⁵⁵ Estupro é definido no Código Penal Brasileiro como um crime de ação pública, que consiste no ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (CP, art. 213). Tal tipificação passou a vigorar no Título VI, que trata de crimes contra a dignidade sexual, conforme disposto na Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterando a redação anterior que previa os crimes contra os costumes, cuja ação penal era privada. Durante muito tempo o estupro foi entendido como uma agressão à sociedade e à honra da família por meio do corpo da mulher.

¹⁵⁶ Misoginia caracteriza um sentimento de ódio pelas mulheres que pode ser entendido também como repulsa, desprezo ou aversão. A misoginia está relacionada com tudo o que diz respeito ao feminino e à própria violência que têm no gênero sua motivação. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>

¹⁵⁷ É a designação legal para o assassinato de mulheres em função do gênero e possui uma significação política. No Brasil, é definido como crime hediondo. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminic%C3%ADdio>

Muitos anos se passaram desde a minha adolescência, mas muitos dos comportamentos e das percepções sobre a violência contra a mulher se mantêm inalterados, apesar de haver todo um movimento de ampliação desse entendimento, como já foi dito. E esse movimento de ampliação tem uma relação muito estreita com a possibilidade de haver espaços que permitam “falar” sobre o assunto abertamente e para um público bastante ampliado e heterogêneo. As redes sociais digitais potencializam a capacidade de construir redes de indignação, de esperança e solidariedade, além de possibilitarem que casos de violência, antes ignorados ou sequer compreendidos como tal – como o assédio que relato ter sofrido na adolescência, por exemplo – sejam problematizados, politizados e transformados em eventos midiáticos.

Herança de uma sociedade patriarcal acostumada à máxima de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”¹⁵⁸, a violência de gênero vai se consolidando como inaceitável, ainda que seja sutil e sorratamente tolerada. Essa tolerância pode ser compreendida dentro de uma organização de pensamento binário que atribui especificidades ao masculino e ao feminino a partir do sexo biológico. Bandeira (2014) destaca a importância de desconstruir esses padrões binários para que se possa entender a violência de gênero contra a mulher a partir da questão da alteridade. Aliás, essa autora destaca que é a alteridade o fundamento que distingue a violência de gênero de outros tipos de violência. Segundo ela,

(...) esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. (BANDEIRA, 2014, s.n.)

¹⁵⁸ Esse é um ditado popular muito antigo e que tem sido questionado na atualidade, quando a violência doméstica deixa de ser um assunto do campo conjugal para se tornar em uma questão legal e de política pública. Sua validade encontra-se amparada no Código Civil de 1916, que estabelecia ser o homem o chefe da família e a mulher, “relativamente incapaz”. Até os anos 1970, a tese de “legítima defesa da honra” era admitida para inocentar quem assassinava seu cônjuge. Juridicamente, também se debatia se o marido poderia ser sujeito ativo do crime de estupro contra sua esposa, uma vez que era dever dos cônjuges manter relações sexuais. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que um agressor pode ser denunciado por violência doméstica mesmo que a vítima não preste queixa à autoridade policial. Ainda assim, muitas autoridades entendem que se a mulher não denunciar, não vale a denúncia de outra pessoa alheia ao relacionamento do casal.

Nos últimos anos, principalmente a partir da edição da Lei Maria da Penha¹⁵⁹, da Lei do Feminicídio¹⁶⁰ e da inclusão de atitudes relacionadas ao uso das tecnologias, no repertório comum, como práticas violentas¹⁶¹, têm sido produzidos muitos dados que registram a dimensão da violência de gênero no Brasil. Destaco alguns desses estudos, produzidos mais recentemente, que apresentam números e percepções sobre as violências de gênero e apontam para desafios ainda a serem enfrentados. Em março de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) apresentou o resultado de vários estudos sobre violência contra o sexo feminino, dentre eles a Nota Técnica “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” (CERQUEIRA; COELHO, 2014). O estudo traçou um perfil dos casos de estupro com base em informações de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificações do Ministério da Saúde¹⁶².

A pesquisa mostrou que 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que, destes casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Os dados mostram, ainda, que 89% das vítimas são do sexo feminino, possuem, em geral, baixa escolaridade e, do total, 70% são crianças e adolescentes. Daniel Cerqueira, que é diretor do Ipea, diz que “o estudo reflete uma ideologia patriarcal e machista que coloca a mulher como objeto de desejo e propriedade” (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Também é importante registrar que, em 24,1% dos casos de estupro, os agressores das crianças são os próprios pais e padrastos. O estupro por indivíduos desconhecidos – que pode incluir pessoas próximas

¹⁵⁹ A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, tornou mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer atentado com arma de fogo, em 1983. Por entender que a violência atinge outros sujeitos que se identificam com o gênero feminino, estão contempladas, na lei, mulheres trans e travestis. A lei foi considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>. Acesso em 02/03/2018, às 15h35.

¹⁶⁰ A Lei 13.104/2015, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, no dia 9 de março de 2015, altera o Código Penal para prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e inclui-lo no rol dos crimes hediondos. Na prática, isso quer dizer que casos de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher passam a ser vistos como qualificadores do crime, tendo as penas aumentadas. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em 02/03/2018.

¹⁶¹ Têm sido consideradas atitudes violências relacionadas ao uso das tecnologias: procurar mensagens e/ou ligações no celular; tentativa de controle, com ligações que buscam saber todos os passos, onde está, com quem está, o que está fazendo; exigir senha pessoal de contas de e-mail e redes sociais na internet (DATA POPULAR/ INSTITUTO AVON, 2014). Eu acrescentaria a exigência de perfil compartilhado em redes sociais. Nos comentários que analisei, percebi que há grande quantidade de perfis compartilhados entre casais heterossexuais.

¹⁶² O resultado da pesquisa foi apresentado durante seminário no dia 27 de março de 2014, em Brasília.

mas, sem laços familiares – passa a ser mais comum na medida em que a idade das vítimas aumenta, chegando a 60,5% o percentual de vítimas na fase adulta¹⁶³.

Já a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (FBSP/INSTITUTO AVON, 2017)¹⁶⁴ levantou informações sobre a “percepção da violência contra a mulher e sobre a vitimização sofrida segundo os tipos de agressão, o perfil da vítima e as atitudes tomadas frente à violência” (p. 6). O estudo mostra que uma em cada três mulheres entrevistadas (29%) afirma ter sido vítima de violência ou agressão no ano anterior ao levantamento e que 61% das vítimas declararam terem sido agredidas por algum conhecido, com destaque para marido, companheiro ou namorado, sendo que muitos dos casos ocorreram após o fim do relacionamento.

A pesquisa também mostra que o percentual de agressões aumenta na proporção inversa à idade das vítimas: entre as mulheres mais jovens, com menos de 25 anos, o percentual de agressões sobe para 45%. Outro importante dado é que, entre as entrevistadas que já sofreram agressão, mais da metade (52%) declarou não ter tomado qualquer atitude a respeito, como registrar um boletim de ocorrência ou pedir ajuda a algum amigo ou familiar (FBSP/INSTITUTO AVON, 2017).

A visibilidade para a violência de gênero nas mídias sociais coloca em evidência, também, os muitos casos de assédio que passam a ser percebidos como atos de violência e não mais como condutas inadequadas ou inapropriadas a determinado momento e contexto ou, ainda, como práticas típicas do comportamento masculino. A pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”¹⁶⁵ (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2014) mostrou que nem todos os tipos de violência – o assédio, por exemplo – são percebidos espontaneamente pelas mulheres ou pelos homens que foram entrevistados¹⁶⁶. Tanto homens quanto mulheres mostraram que há uma tendência a

¹⁶³ O termo “desconhecidos” na pesquisa indica qualquer pessoa que não tenha laços familiares com a vítima. Portanto, desconhecido pode significar alguém próximo da vítima, inclusive do círculo de amigos mais imediatos.

¹⁶⁴ A pesquisa foi desenvolvida entre os dias 9 e 11 de fevereiro de 2017 em 130 municípios brasileiros. Foram entrevistadas 2.073 pessoas, com 16 anos ou mais, sendo 1.051 mulheres que responderam a um questionário estruturado. Dessas, 833 aceitaram responder a um questionário de autopreenchimento sobre vitimização, aplicado apenas às mulheres.

¹⁶⁵ O levantamento foi realizado por meio de plataforma online de autopreenchimento, entre os dias 8 e 13 de novembro de 2014, com questionário respondido por 2.046 jovens, de 16 a 24 anos. A amostra é nacional, contemplando as cinco regiões do país, e a margem de erro é de dois pontos percentuais.

¹⁶⁶ A pesquisa ouviu 2.046 jovens com idades variando de 16 a 24 anos, identificados como masculino e feminino, em todos os municípios do Brasil, sendo que algumas perguntas foram direcionadas a homens e mulheres sem distinção e outras foram segmentadas pelo sexo.

naturalizar atitudes que se configuram em violência quando estas não envolvem agressão física.

Entre as mulheres entrevistadas, apenas 8% admitiram, espontaneamente, terem sido vítimas de violência por parte do parceiro e 4% dos entrevistados do sexo masculino reconheceram já terem sido violentos com suas parceiras. Mas, quando esses mesmos entrevistados são estimulados a falar sobre atitudes específicas – como xingar, proibir de usar certo tipo de roupa e controlar – 55% dos integrantes do sexo masculino admitem já ter sido violentos e 66% das mulheres afirmam terem sofrido violência de seus parceiros. Os dados confirmam uma percepção de que atos de violência que não podem ser mensurados estão naturalizados e não são percebidos como tal. E me fazem lembrar a minha adolescência e meu desconhecimento sobre o que seria ou não um ato de assédio dirigido a mim e ao meu corpo. Hoje, apesar da ampliação do debate, permanece certa dificuldade em identificar o assédio¹⁶⁷.

Essa realidade sobre a percepção do modo como a violência se manifesta produz efeitos nas percepções que são gestadas sobre o próprio corpo feminino e sobre como certas condutas são naturalizadas na sociedade. Condutas essas que integram a ampla teia discursiva que subjetiva meninos e meninas, educando-os para a tolerância da violência, de modo que eles a percebam como uma condição natural e não como uma prática moldada em relações desiguais de poder entre gêneros. Na mesma pesquisa, em uma pergunta direta sobre “machismo”, 91% do entrevistados disseram perceber a existência de machismo no Brasil. Mas, 51% concordam que a afirmação de que “a mulher deve ter sua primeira relação sexual com um namorado sério”; 41% acreditam que “a mulher deve ficar com poucos homens”; 38% dizem que “a mulher que tem relações sexuais com muitos homens não é para namorar”; e 25% afirmam que “se uma mulher usa decote e saia curta é porque está se oferecendo para os homens” (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2014). Os dados seguem na direção de apontar para o reconhecimento de que vivemos numa sociedade machista na qual não se reconhecem como machistas alguns comportamentos e atitudes que se dirigem ao sexo feminino.

¹⁶⁷ Em relação a comportamentos qualificados como violentos, a pesquisa mostra que 68% das mulheres entrevistadas recebeu uma cantada ofensiva, violenta ou desrespeitosa; 48% delas já teve o corpo tocado na balada ou em festas; 31% foi assediada no transporte público; e 38% relataram já ter sido beijada à força.

Em 2015, o Instituto Patrícia Galvão¹⁶⁸ publicou o “Dossiê Violência contra a Mulher”, um portal que tem por objetivo “contribuir para a ampliação e o aprofundamento do debate sobre o tema nos meios de comunicação tradicionais e nas mídias sociais”. Todo o conteúdo é disponibilizado na plataforma, que tem uma interface amigável, com mecanismo de busca eficiente e um vasto conteúdo que abrange pesquisas, fontes para entrevistas, *link* de busca por assuntos, imagens e depoimentos, entre outros. Na sessão “Sobre as violências contra as mulheres”, são listados os tipos de violência: doméstica, feminicídio, sexual, de gênero, na internet, contra mulheres lésbicas, bis e trans e racismo. A iniciativa aponta para o potencial da internet e o seu uso dentro da perspectiva da colaboração e disponibilização de dados (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015) e, também, permite perceber como esses assuntos são tratados pela mídia, possibilitando mudanças de abordagens, inclusive, na interpretação e divulgação de dados de pesquisas.

Apesar de todos os avanços ocorridos relativamente à ampliação do conceito de violência e na visibilidade que os problemas relativos à violência de gênero¹⁶⁹ alcançaram, percebo que há poucas mudanças quando se toma por parâmetro os números relativos à violência ao longo dos anos. Giffin (1994) fala de um estudo¹⁷⁰ realizado em 1987, na cidade de São Paulo, que analisou 2 mil casos de violência registrados num período de cinco meses em uma delegacia de mulheres. De acordo com aquele estudo citado pela autora, 70% das agressões ocorreram no lar e, em quase que sua totalidade, o agressor era o parceiro da mulher (HEISE, 1994 *apud* GIFFIN, 1994). As conclusões de Heise (1994) são importantes, apesar do distanciamento temporal com a realidade atual e o contexto dessa pesquisa, para pensar sobre a violência contra a mulher, principalmente por serem as suas conclusões passíveis de serem observadas ainda hoje. Heise resumiu suas análises em alguns pontos que reproduzo a seguir:

¹⁶⁸ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista, fundado em 2001, que atua de forma estratégica na articulação entre as demandas pelos direitos das mulheres e a visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia, considerada espaço um espaço estratégico. Entre as atividades que o Instituto desenvolve estão pesquisas de opinião pública e produção de conteúdos.

¹⁶⁹ Segundo Bandeira (2014), violência contra a mulher abarca outros usos semânticos, com sentidos equivalentes nas distintas nomenclaturas: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero. Até o início do Século XXI não havia tipificação de muitos dos crimes que, hoje, são conhecidos e problematizados, como o feminicídio e o assédio, por exemplo.

¹⁷⁰ O estudo foi publicado posteriormente em: HEISE, L., 1994. Violence Against Women: The Hidden Health Burden. Relatório Preparado para o Banco Mundial. (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994).

1) As mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas; 2) A violência de gênero ocorre em todos os grupos sócio-econômicos; 3) A violência doméstica é tão ou mais séria que a agressão de desconhecidos; 4) Embora as mulheres também sejam violentas, a maioria das violências que resultam em lesões físicas é de homens contra mulheres, isto é, a violência sexual é exercida contra o gênero feminino; 5) Dentro de relações estabelecidas, a violência muitas vezes é multifacetada e tende a piorar com o tempo; 6) Em sua maioria, os homens violentos não são doentes mentais; 7) O abuso emocional e psicológico pode ser tão danificante quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres; 8) O uso de álcool exacerba a violência, mas não é causa da mesma; 9) Existem sociedades onde a violência contra a mulher não existe. (HEISE, 1994 *apud* GIFFIN, 1994, p. 147)

No ano de 2017, foram registrados, no Brasil, 4.473 homicídios de mulheres, sendo que 946 casos foram classificados como feminicídio, segundo dados de um levantamento feito pelo Portal G1 em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade São Paulo (USP) e divulgados pelo Portal G1 (VELASCO et al, 2018). Alguns problemas verificados, em relação aos registros de violência contra a mulher, referem-se à subnotificação e ao despreparo das autoridades que, comumente, registram como homicídio comum os casos tipificados pela lei como feminicídio. Além disso, em 2017, três estados brasileiros ainda não faziam registros de casos de feminicídio.



Imagem 12: Infográfico produzido por Betta Jaworski, e publicado no Portal G1

Os dados sobre violência contra a mulher apontam para a importância da discussão sobre relações de gênero nos espaços educativos, ultrapassando os tradicionalmente conhecidos espaços jurídico-legais e aqueles proporcionados pelos meios de comunicação, seja por meio do jornalismo, da indústria do entretenimento ou pela produção e divulgação de estudos e pesquisas. Pode-se dizer que muito se tem avançado nos últimos anos, tanto em relação à legislação quanto à ampliação dos espaços por onde esse assunto pode circular mais livremente, incluindo os meios de comunicação tradicionais e, muito especialmente, as mídias sociais digitais – que incluem o Facebook –, onde o processo de comunicação se estabelece em redes horizontais e se estende em múltiplas direções, num modelo de comunicação que Castells denomina de “autocomunicação de massa” (CASTELLS, 2017).

Mas, ainda que muitos dos movimentos de visibilidade e problematização relativos à violência ocorram nos espaços físicos, como a Marcha das Vadias, por exemplo, é importante destacar que as redes sociais digitais tem sido fundamentais para a visibilidade e organização desses movimentos, sendo que alguns deles ocorrem exclusivamente no ambiente digital, como foi o caso das campanhas **#NãoMereceçoSerEstuprada**, **#PrimeiroAssédio** e **#MeuAmigoSecreto**.

Diante dessa ambiência de ampliação do entendimento sobre a violência e dos espaços de discussão, é possível compreender a forte tensão provocada pelas questões do Enem 2015 e os embates que se seguiram. Ainda que haja o reconhecimento da importância de se usar um instrumento educativo dessa magnitude para discutir o assunto, houve quem associasse esse uso a uma tentativa do governo, na época identificado como “de esquerda”, de impor certa “ideologia de gênero”, numa aparente desconsideração ou desqualificação pelo fenômeno da violência que atinge as mulheres no país, conforme aponto nos **comentários 10, 11, 12 e 13**, relativos à *hashtag* **#EnemFeminista**.

COMENTÁRIO 10 – Enquanto uns ficam dizendo que o tema foi bom ou excelente e vcs mulheres se alto proclamando aí. Eu me sinto envergonhado em pleno século XXI ainda ter q falar de uma coisa tão absurda e desleal chamada violência seja ela física, moral e até profissional.
(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 11 – Esta tarde milhões de jovens em todo o país refletem sobre a violência contra a mulher. Imagina o quão pedagógico é isto. O Ministério da Educação está de parabéns pela escolha do tema da redação do ENEM 2015.
(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 12 – Enem é uma piada. Dá pra entender porque estamos em queda livre em educação na comparação com o resto do mundo. 13 anos de adedeutismo, é tudo o que fizeram com a nossa educação.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 13 – Esse governo é perverso msm... matou dois coelhos com uma paulada só. Fez doutrinação feminista e ao mesmo tempo tirou por um momento o foco nas corrupções do governo.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

Muitos comentários relativos à *hashtag* #EnemFeminista se referem à questão escolar, pois este é o exame destinado a aferir os conhecimentos adquiridos por estudantes durante o ensino médio. Os comentários relativos a essa *hashtag* foram polarizados em torno de uma valorização das questões e de críticas contundentes a uma suposta inadequação delas. Essas críticas tinham por justificativa o que foi considerada uma ausência de neutralidade na elaboração das questões que deveriam pautar os currículos escolares, principalmente naquelas que envolve as chamadas minorias e cuja defesa estava sendo atribuída a demandas dos grupos de “esquerda” que governaram o país nos últimos 12 anos.

Muitos comentários trouxeram à cena a responsabilidade do PT¹⁷¹ pelo que chamam de disseminação de uma ideologia de gênero nas escolas e na educação, de um modo geral. Muitas críticas ao tema da redação do Enem 2015, bem como às questões da prova, se dirigiram ao processo educativo de forma mais ampla e institucional, englobando o questionamento a uma suposta ideologia que estaria orientando as questões que colocavam em cena, na prova, a violência contra a mulher e a questão da desigualdade de gênero. O que percebi nos comentários é que muitos não se referiam ao fenômeno da violência contra a mulher, como foi a proposta da redação, mas atribuíam significado a esse tipo de violência a partir de seu envolvimento com a situação política vivida pelo país no período. Outros, desconsideravam especificidades da violência contra a mulher, situando-a no bojo da violência urbana no país.

Quando o assunto é violência contra a mulher, também não faltam argumentos que levem à defesa do agressor e à culpabilização da vítima. Essa atribuição de culpa à mulher pela violência que ela sofre é um dos mecanismos que permitem a

¹⁷¹ O Partido dos Trabalhadores (PT) é o segundo maior partido com representação no Congresso Nacional. Foi um partido que ocupou a presidência da república por três mandatos consecutivos, sendo que o quarto, que era exercido pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, foi interrompido por meio de um golpe constitucional, numa ação que resultou no impeachment dela, concretizado em agosto de 2016.

perpetuação e legitimação do machismo nas sociedades, e que contribui para alimentar a prática de diversos tipos de crimes, como o assédio, os estupros e os assassinatos. Não se trata de um mecanismo novo, mas que tem sido ressignificado no ambiente digital, uma vez que as mídias sociais digitais possibilitam que esse mecanismo seja colocado à luz e seja problematizado mais amplamente. A culpa, para a qual as mulheres são treinadas para sentir, como destaca Saffioti (2004), pode ser problematizada a partir da convocação de novos modos de perceber a violência e da denúncia de como essa culpa é ensinada às mulheres, por meio de discursos que colocam em destaque representações de mulheres, ao longo da história. Saffioti lembra que “ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, (*as mulheres*) culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa” (p. 23).

Dados como os apresentados na pesquisa mencionada anteriormente¹⁷² (FBSP/INSTITUTO AVON, 2017), sobre a parcela de mulheres que não denunciam seus agressores, comumente são usados para justificar as reincidências de agressões, como se o fato de não denunciar eximisse o agressor da culpa. É possível compreender esse mecanismo de culpabilização da mulher, a partir da análise sobre como se instituíram as relações entre gêneros ao longo da história. Em um estudo sobre a violência contra a mulher, Blay (2003) destacou que, no Brasil, “sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República”, uma vez que o Código Criminal de 1830 atenuava o crime cometido pelo marido caso esse fosse o motivo. O mesmo Código não considerava adultério, no entanto, a relação sexual mantida pelo marido fora do casamento.

Blay destaca que movimentos feministas, desde o início do Século XX, pressionaram o poder público a mudar as leis que admitiam crimes contra mulheres – os chamados crimes em defesa da honra – atribuindo a elas, e não aos assassinos, a culpa¹⁷³. Atualmente, mesmo diante de mudanças na legislação, a prática de matar a esposa ou companheira não desapareceu, assim como os motivos alegados pelos homens, ainda que não se fale mais em “defesa da honra”. Bandeira (2014) diz que há uma constante

¹⁷² Página 140.

¹⁷³ Blay destaca o forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos ocorrido na década de 1970, quando, em 30 de dezembro de 1976, Angela Diniz foi assassinada por Doca Street, de quem queria se separar. Na época, a defesa de Doca se mostrou surpresa diante da repercussão do caso. Segundo Blay, jornalistas como Paulo Francis e o escritor Carlos Heitor Cony se manifestaram contrários aos movimentos feministas, alegando que eles pré-condenavam o réu. Em um artigo publicado na Revista Fatos e Fotos, Cony afirmava que a “privação de sentidos provocada pela paixão pode fazer do mais cordial dos homens um assassino (BLAY, 2003).

ressignificação dos motivos que levam homens a matarem, assediarem e estuprarem mulheres. Ocorre, segundo ela, uma remodelação dos padrões sexistas, mas não sua eliminação.

Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (BANDEIRA, 2014)

Mesmo diante da permanência dos padrões sexistas e machistas, que continuam a vitimar mulheres, é possível perceber que a visibilidade para os casos de violência e a ampliação de seu entendimento, possibilitadas pelas redes sociais e os ativismos digitais, faz com que a atitude das mulheres esteja mudando. Quem sofre violência não tem mais como única opção se alinhar ao sentimento de culpa e se calar, uma vez que, na internet, e nas redes sociais digitais, muito especialmente, o silêncio não é mais uma regra absoluta como já foi em outros tempos. E são muitos os casos de violência contra a mulher e de feminicídio que repercutem e provocam polêmicas no Facebook, assim como são muitos os comentários e postagens que tentam entender, muitas vezes, os motivos dos agressores e, desse modo, transferir a responsabilidade para suas vítimas.

Relato um caso que teve bastante repercussão, tanto na imprensa tradicional quanto na internet, e que vou chamar de “chacina do réveillon”. Era noite de Ano Novo e uma família festejava, na cidade de Campinas (SP), quando um homem invadiu a casa e disparou vários tiros de pistola, matando 12 pessoas, entre elas a ex-mulher e o filho de nove anos do casal. O caso ocupou as manchetes dos principais veículos de comunicação de massa em todo o país, no dia 2 de janeiro de 2016 e pelos dias que se seguiram, acarretando uma enxurrada de postagens e comentários nas redes sociais digitais.

As reportagens informavam que o autor dos disparos explicava em uma carta seus motivos para matar a ex-mulher e o filho do casal, além de mais 10 familiares dela, todas mulheres. Na carta, divulgada pela imprensa, o autor do crime demonstra extrema revolta com a separação do casal e o afastamento da convivência com o filho¹⁷⁴, provocado pelas

¹⁷⁴ Na carta divulgada pela imprensa e nas redes sociais, o assassino afirma estar sendo impedido de ver o filho porque a mulher “inventou mentiras a seu respeito”. Também foi divulgado, em uma das reportagens, que ele estava impedido de se aproximar da mulher e que tivera as visitas ao filho reduzidas e limitadas, devido a uma decisão judicial. A carta deixada por ele pode ser lida na íntegra nesse link <https://veja.abril.com.br/brasil/leia-carta-deixada-por-autor-de-chacina-em-campinas/>

denúncias feitas pela ex-mulher de que ele teria abusado do garoto. O episódio foi desmembrado, rendeu publicações por vários dias e, nas redes sociais digitais, as opiniões manifestadas nos comentários variavam entre expressões de horror e especulações sobre uma possível responsabilidade da mulher pela atitude do ex-marido.

Separei alguns comentários relativos a duas reportagens, publicadas no Portal G1 e postadas na página do Portal G1 no Facebook, nos dias 2 e 3 de janeiro de 2017: a primeira, com o título “Vítimas de chacina são enterradas duas a duas”, e a segunda matéria com o título “Autor de chacina de Campinas já tinha feito duas ameaças de morte contra a ex, dizem BOs”. A primeira matéria foi postada na página do Facebook com a seguinte chamada: “Comoção marca enterro de filho, ex-mulher e mais 10 familiares mortos por homem na noite de réveillon, em Campinas” (**imagem 13**). A segunda matéria, também postada na página do portal G1 no Facebook, teve a seguinte chamada: “Em outra das 5 queixas ao longo de 10 anos, assassino chegou a dar empurrão em Ismara” (**imagem 14**).

Destaco que não é minha intenção analisar o material que originou os comentários sob uma perspectiva do conteúdo, mas chamo a atenção para o modo como o caso foi apresentado, colocando o assassinato na voz passiva e não dando destaque ao fato de que se tratou de um feminicídio – conforme preconizado em lei específica – e não um crime comum.



Imagem 13: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. **Chacina do Réveillon**



Imagem 14: Postagem na página do Portal G1 no Facebook. **Chacina do Réveillon**

Em alguns comentários, foi possível perceber a associação do crime ao feminicídio e ao machismo, como um modo de estruturar e organizar a sociedade (*comentário 14*). Junto a um tom de lamento pelas mortes, percebi tentativas de aceitar as justificativas de que o “agressor” havia “perdido a cabeça” por ter sido impedido de ver o filho pela ex-mulher ou por ela ter ignorado as ameaças feitas por ele (*comentário*

15). De assassino, ele passou a ser visto como vítima e a mulher assassinada, como responsável pela própria morte por ter promovido o que a Justiça denomina de “alienação parental” (*comentário 16*).

COMENTÁRIO 14 – penso q nós mulheres temos um papel importante na formação do caráter dos homens, e qndo vejo mulheres culpando a outra por ter conhecido uma pessoa desprezível como essa(como se caráter está estampado), ou pela mãe proibir o pai de ver o filho, como se justificasse a atitude, começo a entender a quantidade de machões, e homens sem caráter na sociedade. Mães, mulheres, tias, irmãs, q tipos de homens estamos colocando em nossa sociedade, estamos contribuindo de alguma forma p q nossas filhas, tias, irmãs sejam bem tratadas. Ao tentar compreender o incompreensível, q é a atitude desse homem, estamos apoiando o machismo, e dificultando a vida de outras mulheres, q pode ser sua filha, sua tia, irmã, sobrinha
(sujeito feminino, página do G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 15 – o homem, de 44 anos, a ameaçou dizendo que era melhor ela ir conversar com o diabo, pois nem Deus a ajudaria, porque ela e sua mãe iriam pagar. O caso foi registrado no 1º DP de Campinas como ameaça. A vítima foi informada das medidas protetivas mas não as solicitou e nem desejou ser abrigada", diz o BO!! OU SEJA, ELA NAO BOTOU FE NAS AMEAÇAS, NÃO LEVOU A SERIO.... DEU NO Q DEU!!!
(sujeito masculino, página do G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 16 – Não querendo ser o advogado do diabo mas, se tudo o que foi noticiado referente ao processo de separação for verdade, acho muito importante as pessoas perceberem o quão danoso é, inventar mentiras, e o tal do Vale Tudo pra acabar com o/a Ex-Conjuje. SE esse cara foi um bom pai, e estava sendo acusado injustamente de abuso do filho, tá aí fagulha que desencadeou a explosão de loucura... Sei também que consta uma citação que o menino disse que mataria o pai, mas crianças são guiadas pela cabeça dos adultos... Sabem aquela famosa coisa de "fazer a caveira" de alguém? Pois é... A tal ALIENAÇÃO PARENTAL... Quantos casos assim hoje não estão em andamento? Cabeça fraca, oficina do mal: Pessoas preferem brigas a acordos e estão pouco se lixando pras consequências. Muito triste tudo isso. O mundo está doente. Muito doente meeesmo. NADA JUSTIFICA o ocorrido, mas talvez EXPLIQUE a loucura extrema do assassino... Só estou aqui tentando entender essa barbaridade...
(sujeito masculino, página do G1. **Chacina do réveillon**)

Ao lado das justificativas acima, observa-se que, nos *comentários 17 e 18*, perpassam discursos nos quais a atitude do sujeito é atribuída a um ato de loucura desencadeado por uma situação específica, de revolta pessoal contra a ex-mulher. O machismo passa, então, a ser qualificado como uma patologia, como o que está fora da norma, o que não é aceitável, mas que pode, ao mesmo tempo, ser compreendido a partir de uma perspectiva de análise que privilegia o individual. O assassino foi qualificado

como louco, psicopata, desequilibrado e não como alguém alinhado a um modo de ser e de viver sua masculinidade na sociedade. Importante destacar que, mesmo quando não se atribui a culpa à vítima, ainda assim, a atitude do agressor aparece como ato de loucura e de monstrosidade, provocado pelo sentimento que dizia nutrir pela ex-mulher e pelo filho.

COMENTÁRIO 17 – Esse era psicopata mesmo, tramou tudo, planejou as mortes, uma pessoa que surta, fica louca na hora faz as coisas sem pensar e depois se arrepende, esse daí planejou tudo antes, um doente mesmo, psicopata.
(sujeito feminino, página do G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 18 – Ele não amava o filho, ele o matou, e surreal tentar amenizar as coisas tão superficialmente dessa forma, ele era LOUCO! se houvesse alienação parental q brigasse em juízo, ele PROVOU q era louco e as pessoas tentam de todas as formas amenizar a culpa.
(sujeito feminino, página do G1. **Chacina do réveillon**)

Os comentários se alinham à ideia de que ser impedido de ver o filho teria sido o “motivo”, ainda que “o crime não se justifique”, e que ele teria “enlouquecido” com a situação”. Patologizar a atitude do agressor, por ser um expediente comum em casos como esse, torna invisível o componente machista que atravessa uma ação dessa natureza. Apesar de atitudes machistas terem sido identificadas por 91% dos entrevistados na pesquisa desenvolvida pelo Instituto Avon (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2014), percebo, a partir das análises que faço, que ainda é tímida a compreensão de que essas atitudes digam respeito a um modo de organização da sociedade, no interior de uma “lógica” que atribui à mulher a responsabilidade pelas atitudes de violência por parte do sexo masculino.

O episódio marcado pela *hashtag* **#VaiTerShortinho** é especialmente relevante para pensar essa questão, pois nele também não se coloca em evidência a atitude machista embutida na proibição do uso do short na escola. No manifesto, publicado na internet, as meninas qualificam como machista a atitude da escola de proibir o uso do short sob a alegação de que aquele tipo de roupa seria uma “distração para os meninos”. Os comentários, feitos tanto por sujeitos femininos, quanto masculinos, fazem referência ao corpo da mulher como capaz de provocar, desvirtuar e de ser usado para fins que não os moralmente aceitos (*comentários 19, 20, 21 e 22*). A ideia corrente é de que o respeito às mulheres está condicionado às suas atitudes e a seus modos de vestir; cabendo aos homens, portanto, respeitá-las desde que elas façam por merecer esse respeito. Outro comentário frequente é aquele que atribui ao uso de certo tipo de roupa – shorts curtos,

por exemplo – a uma atitude de oferta do corpo feminino ao homem, oferta essa que acaba por legitimar atitudes violentas dirigidas sobre esse corpo.

COMENTÁRIO 19 – Para ser respeitada tem que se dar o respeito, vestida que nem uma vagabunda que respeito?
(sujeito masculino, página Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 20 – Reprovo veementemente qualquer tipo de violência, principalmente contra as mulheres, mas tem muitas que provocam a situação, e nesse caso, a corda quebra sempre no lado mais fraco.
(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 21 – Peladas não merecem o meu respeito! Pois uma mulher que anda pelada com partes íntimas a mostra estão desrespeitando as pessoas. Respeitem para serem respeitadas. Isso é falta de limites.
(sujeito feminino, página Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 22 – Os meninos devem respeitar mesmo, mas muitas dessas meninas andam com umas roupas como se fossem mulheres da vida. (...) se nem elas se dão o respeito, como esperam que os menino façam isso?
(sujeito masculino, página Zero Hora. #VaiTerShortinho)

Ao lado dos comentários que condenam as roupas usadas pelas meninas, associando-as a vestimentas inadequadas, aparecem outros que fazem alusão à necessidade de que esses corpos devem ser educados, regrados e disciplinados para uma vida adequada aos padrões da sociedade. Muitos comentários remetem a padrões de conduta, que deveriam ser observados na sociedade e que incluem o comportamento adequado das mulheres, por meio de enunciados diversos, entre eles: 1) meninas que frequentam escolas particulares e de alto padrão não devem se vestir como “mulheres da vida”; 2) o corpo à mostra está se “oferecendo para os homens”; 3) mulheres que mostram o corpo e usam roupas “provocantes” não merecem respeito; 3) o corpo da mulher exposto constitui desrespeito às pessoas ao redor; 4) mulheres que expõem o corpo devem arcar com as consequências (estupro, assédio).

Ou seja, mesmo que nenhum dos comentários contenha manifestações explicitamente a favor de atitudes de violência para quem expõe o corpo, novamente neles “paira” uma certa compreensão relativamente a ocorrências de assédio ou até mesmo de agressões sexuais. Também percebo, no episódio #VaiTerShortinho, como o componente violência se constitui em uma marca que contribui para moldar identidades femininas, tanto por estarem sujeitas a ela quanto por serem consideradas as responsáveis por ela. O alinhamento de muitas mulheres a um discurso que as culpabiliza pela violência que sofrem é gestado em meio a racionalidades vigentes que produzem, reproduzem e

validam esses mesmos discursos ao mesmo tempo em que asseguram a manutenção de determinados marcadores culturais identitários estabelecidos como femininos.

Santos (1997), ao discutir como corpos negros produzem suas identidades ao se dobrarem à branquidade, constituída como um discurso hegemônico, argumenta que “as marcas da cultura se tornam marcas nos corpos – superfícies de inscrição” (1997, p. s.n). Atos que envolvem atitudes machistas impregnam as práticas sociais são, muitas vezes, percebidos como integrados a um processo que legitima atos de violência simbólica e até mesmo física.

Na edição de maio de 2018, a Revista Galileu estampou na capa a chamada “Ser mulher não é crime”. No interior da publicação, a reportagem, que leva o título “Justiça machista: brasileiras são condenadas pelo crime e pelo gênero”, apresenta a história de três mulheres e destaca o modo como a Justiça atuou em seus casos e as condenou por serem mulheres. Um desses casos registrados é o de Tatiane da Silva Santos, de 29 anos, que está presa desde 13 de novembro de 2013, cumprindo pena pela morte do filho, de 1 ano e 2 meses, ocorrida em setembro daquele ano.

O inusitado da situação é que o menino foi morto pelo companheiro dela, e pai do menino, enquanto Tatiane estava trabalhando. A promotoria alegou, entre outras coisas, que Tatiane era culpada, pois conhecia o risco de deixar o filho aos cuidados do pai, usuário de drogas e com um histórico de violência. A Justiça entendeu, como tem sido recorrente no entendimento de outros casos semelhantes, que a mulher é a responsável pelo bem-estar dos filhos e Tatiane era culpada pela morte do filho por ter, deliberadamente, o exposto ao risco de ficar com o pai violento. Enquanto Tatiane continua presa e teve a pena aumentada no julgamento do recurso, num júri formado por sete mulheres, o julgamento do companheiro e pai da criança ainda não foi realizado.

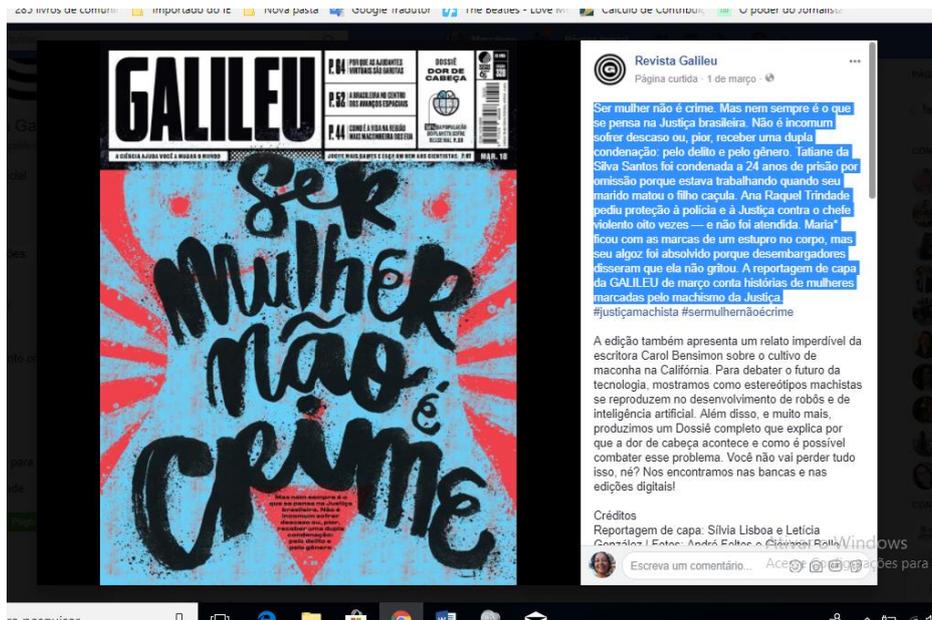


Imagem 15: Publicação na Página da Revista Galileu no Facebook

Em 2017, um grupo de mulheres criou a *hashtag* **#LiberdadeParaTatiane**¹⁷⁵ e trouxe a discussão do caso para as redes sociais, apresentando-o como mais um em que a violência contra a mulher é minimizada, atribuindo a violência praticada por homens a atitudes das mulheres. A postagem sobre a reportagem na página da revista no Facebook recebeu 941 reações, foi compartilhada por 372 perfis e contou com 51 comentários. Junto às postagens sobre a publicação, circularam as *hashtags* **#JustiçaMachista** e **#SerMulherNãoéCrime**. Uma das acusações que foram dirigidas a Tatiane era de que ela sabia que ele era violento e, ao permanecer com e deixar os filhos aos seus cuidados, se expôs, deliberadamente, ao risco.

Essa não foi uma reportagem que chegou a provocar muita polêmica, mas a considero importante para pensarmos na dinâmica da comunicação nas redes sociais digitais e no modo como os assuntos deslizam para outras abordagens nos diversos veículos de comunicação e nas redes sociais digitais. Destaco o comentário transcrito abaixo (*comentário 23*) em que o discurso da culpa da mulher pela violência encontra-se associado ao discurso que desqualifica a própria violência de gênero, qualificando-a como uma questão de “vitimismo” de mulheres que estariam “reivindicando tratamento

¹⁷⁵ Até o dia 1º de junho de 2018, Tatiane continuava presa. As informações sobre sua prisão e sobre os desdobramentos do caso continuavam a ser atualizados na página **#LiberdadeParaTatiane**, no Facebook (<https://www.facebook.com/LiberdadeParaTatiane/>), que conta com 14.752 seguidores. Os filhos dela continuam em um abrigo e podem ser encaminhados para a adoção.

diferenciado”, enquanto boa parte da população, que depende da Justiça, também sofre condenações por outros motivos, como por ser pobre ou preto¹⁷⁶.

COMENTÁRIO 23 – Pegam um caso isolado desse para reforçar que a mulher é vítima da sociedade. Ok pq vcs não falam do PAI DE FAMÍLIA que foi preso INJUSTAMENTE por abuso sexual, baseado apenas no que as supostas vítimas falaram? E adivinha que induziu essas vítimas a mentir? Sim, uma mulher!! Entendam uma coisa: aqui é Brasil, então em um país com 70 milhões de assassinos e 12 milhões de desempregados, não é fácil para o homem, não é fácil para a mulher, não é fácil para a criança, aqui não é fácil pra ninguém! Parem desse vitimismo barato e tomem vergonha na cara de vcs!

(sujeito masculino, página da Revista Galileu. #SerMulherNãoéCrime)

A lógica que orientou a Justiça no caso de Tatiane parece ser a mesma que orienta a percepção de alguns usuários do Facebook que comentaram no caso da chacina do réveillon, ao afirmarem que a mulher foi culpada por “não perceber que ele era um psicopata” ou por não ter medido as “consequências quando o denunciou sem provas”, ou ainda por não ter levado a sério as ameaças (*comentários 24 e 25*). Esses comentários colocam luz sobre outros aspectos para além da violência doméstica e contra a mulher que dizem respeito à falta de confiança na Justiça e nas instituições policiais. Outros comentários apontam para a ineficiência das leis, como a Maria da Penha, uma vez que a palavra da mulher sempre valerá menos do que a palavra do homem, conforme exemplifico nos *comentários 26, 27, 28 e 29*.

COMENTÁRIO 24 – O primeiro BO foi feito em 2005, o menino nem tinha nascido, ela tinha q ter desistido dede qdo ela viu q ele era um perturbado, mais quem sou eu pra julgar, a gente sempre em esperança q a pessoa mude... Mais infelizmente o pior aconteceu. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 25 – Essa foi uma tragédia anunciada. O problema é que a própria vítima não viu isso e não foi até o fim com os processos. Mas não sei se ela tivesse ido até o fim, o cara iria recuar e deixar ela em paz. Acho que ele era uma bomba armada, só que nunca se tem certeza até acontecer. Ao meu ver, a única forma de evitar isso seria se ela e o filho tivessem mudado de nome, cidade, estado... tudo. Desaparecer total. Decisão difícil. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

¹⁷⁶ Convém destacar que Tatiane, além de ser mulher é negra e pobre.

COMENTÁRIO 26 – E por que a esposa nunca aceitou as medidas protetivas oferecidas e ela...e nunca representou nenhum dos boletins de ocorrência para que o processo contra ele seguisse adiante??? Vocês não entendem e não se interessam em saber como as leis funcionam...e ficam falando asneira achando que o estado é o pai de todo mundo!!! O culpado pelas mortes é o imbecil assassino...mas a burra em preservá-lo e não representar os boletins de ocorrência foi ela. E olha onde ela está agora.

(sujeito masculino, página da Revista Galileu. **#SerMulherNãoéCrime**)

COMENTÁRIO 27 – Vamos lá e pedimos proteção, o juiz acha que é exagero. Chama a pessoa lá pra dizer que não foi aceito, temos que aceitar. Só que nós sabemos que a pessoa é violenta capaz de matar sim.

(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 28 – Só quem passa por situações como essa sabe como é difícil...e sabe como a (in)justiça protege "os homens de bem das tradicionais hipocritas famílias brasileiras que tem status"... a sociopatia dos agressores deveria ser observada independente da classe social... mas a omissão coletiva é cúmplice da violência. **#naoqueremosmorrer**

(sujeito feminino, página do Portal G1 no Facebook. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 29 – A gte vive num país onde vitimas vivem tendo que provar que foram vitimadas ! A policia redige boletins de ocorrência só p "constar"... só p dizer " vejam como somos bonzinhos, fazemos algo, até acatamos a denuncia". **D U V I D O** que alguma vez ao longo de todos esses anos e tantos boletins, alguma autoridade tenha feito diligência p averiguar a denuncia.

(sujeito feminino, página do Portal G1 no Facebook. **Chacina do réveillon**)

É importante registrar que esses discursos desqualificadores da mulher estão disseminados entre sujeitos masculinos e femininos. Neles, percebo referências a uma representação de mulher mentirosa, artilosa, interesseira e que encontra no sexo masculino a medida para suas ações. Duvidar sobre a verdade dita por uma mulher, no que diz respeito à violência sofrida por ela, é bastante corriqueiro, assim como também é comum a alegação de que as mulheres querem “privilégios”, quando reivindicam a aplicação de leis que distinguem violência contra a mulher de outros tipos de violência.

Transcrevo abaixo outros excertos que se remetem ao que estou destacando (*comentários 30, 31 e 32*).

COMENTÁRIO 30 E as mulheres que se utilizam de falsas denúncias de violência doméstica, para obter amparo da Lei Maria da Penha, que representam 10 x a quantidade de denúncias verdadeiras e ninguém faz nada. Isso também é crime.

(sujeito masculino, página do Portal G1, **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 31 – Bom pelo que entendi ela fez registro em 2005 neste ano o filho ainda não tinha nascido? Ela denunciou por ele estar assistindo o jogo com o filho? Alguma vez ele agrediu o filho? Pq o laudo dos psicólogos dizem que ele não abusou do filho? Esse homem cometeu a maior loucura da vida foi horrível o que fez mas até onde todas as acusações são verdadeiras? Muito difícil saber o que realmente acontecia, uma alienação parental? (sujeito feminino, página do Portal G1, **chacina réveillon**)

COMENTÁRIO 32 – Infelizmente muitas mulheres se beneficiam da maria da penha para fazer o pai sofrer ...com isso quando provado em justiça está abrindo margem para não acreditar mais em qualquer ocorrência policial...quase todos processos de separação advogados induzem a mulher fazer isso...com certeza quem sabe não seja esse caso,mas a lei está cada vez mais cautelosa sobre isso e quem precisa não é atendido...pagam pelas mulheres que querem apenas se vingar... (sujeito feminino, página do Portal G1, **chacina do réveillon**)

Já nos *comentários 33, 34 e 35* há o reconhecimento do machismo na atitude do homem, autor da chacina do réveillon, bem como uma aceitação (um tanto resignada, talvez) do modo como a Justiça se comporta diante de ameaças e denúncias de violência feitas por mulheres. Novamente, há menções à Lei Maria da Penha, tanto no que diz respeito à sua importância, quanto no que diz respeito à sua ineficácia diante de uma sociedade considerada “doente” e “machista”.

COMENTÁRIO 33 – Infelizmente para o assassino de Campinas nada iria impedir. Na carta ele ironiza a Lei Maria da Penha chamando de Vadia da Penha. Então por mais que a Justiça se metesse e fizesse sua parte, esse monstro faria a mesma coisa. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do Réveillon**)

COMENTÁRIO 34 – O assassino avisou 6 vezes da sua capacidade e 6 vezes essa mulher não obteve proteção. Quantas são necessárias? O que há de inconsistente numa ameaça de morte para que ela não seja levada ao alarmante? São tempos de surdos. (sujeito masculino, página do Portal G1. **Chacina do Réveillon**)

COMENTÁRIO 35 – Muito bom esse tema! Mesmo com a Lei Maria da Penha, os covardes continuam agredindo... (sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

Cabe ainda registrar que o tema “violência contra a mulher” não desperta polêmica apenas quando se refere a casos concretos, noticiados pelos veículos de comunicação ou em postagens nas redes sociais digitais. Situações em que não há referência explícita a essa questão, como a que envolveu a *hashtag* **#VaiTerShortinho**, por exemplo, também provocam uma enxurrada de comentários que associam, muito diretamente, o estupro a uma atitude de certa forma compreensível – ainda que veementemente condenável –,

diante de mulheres que “não se dão ao respeito”, que usam “roupas curtas e provocantes” ou que se “oferecem” aos homens.

Nos vários comentários transcritos – tanto nos que se referem aos três primeiros episódios selecionados, quanto nos que fui introduzindo ao longo do desenvolvimento da pesquisa –, o tema “violência” suscita questionamentos intimamente ligados a representações instituídas em discursos bem consolidados, que são, em certa medida, culturalmente aceitos em relação ao assédio, ao estupro, às agressões físicas, aos insultos e até aos homicídios de mulheres. Se crimes cometidos “em nome da honra” não são mais justificados de um ponto de vista jurídico-legal, afirmações de que o sujeito matou porque a mulher “inventou mentiras” ou porque ela “não agiu corretamente com ele” ou por ela foi considerada “vagabunda” e “mentirosa”, oferecem uma dimensão do machismo que ainda encontra-se inscrito nas relações de gênero e que impregnam culturalmente o tecido social.

As redes sociais funcionam como amplificadoras de discussões tais como as que apresento, constituindo-se, também, em lugares privilegiados para dar visibilidade e voz a quem se sente afetado por elas. Inegavelmente, as redes sociais digitais possibilitam a circulação de uma gama diversificada de abordagens relativas ao tema violência, envolvendo, inclusive o mundo das artes, da música e do entretenimento. São discursos que organizam, classificam, promovem ordenamentos e dão destaque a certos modos de pensar os sujeitos e as relações sociais. Apresento mais uma situação que envolveu, recentemente, uma música, um cantor de ritmo funk e várias postagens no Facebook, conforme descrevo em seguida.

No dia 17 de janeiro de 2018, o áudio com a música “Só surubinha de leve”¹⁷⁷, de MC Diguinho, foi retirado do site Youtube, após viralizar no Spotify¹⁷⁸ e receber uma enxurrada de denúncias e críticas nas redes sociais digitais, por ter sido considerado uma “apologia ao estupro”. No dia seguinte, 18 de janeiro de 2018, MC Diguinho lançou o videoclipe da música em seu canal oficial, também no Youtube¹⁷⁹, com algumas

¹⁷⁷ A letra da música está nos anexos dessa tese. Disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=RFkYzUy-8-Q>

¹⁷⁸ O *Spotify* é um serviço de streaming digital que dá acesso instantâneo a milhões de músicas, podcasts, vídeos e outros conteúdos de artistas de todo o mundo. Foi lançado no dia 7 de outubro de 2008 e pode ser baixado gratuitamente. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Spotify>). O funk estava em primeiro na "Brazil Viral 50", com as músicas com maior crescimento de audições, e em 27º no top 50 Brazil, o principal ranking brasileiro. (<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/so-surubinha-de-leve-de-mc-diguinho-sera-excluida-do-spotify-apos-ser-acusada-de-fazer-apologia-do-estupro.ghtml>)

¹⁷⁹ https://www.youtube.com/watch?v=_brDu9ycur4

alterações na letra, chamada por ele de uma “versão *light*”. O clip alcançou 14,3 milhões de visualizações e recebeu 76.949 comentários¹⁸⁰.

O vídeo que havia sido retirado do ar consistia em uma imagem estática com o áudio da música ao fundo, tendo sido postado no canal Fvideo¹⁸¹, no Youtube, no dia 6 de setembro de 2017. Entre as muitas manifestações, contrárias à letra da música, postadas no Facebook, uma me chamou a atenção, feita pela artista plástica pernambucana Yasmim Formiga, em seu perfil pessoal. Ela destacou o quanto a letra da música sugeria uma banalização do estupro e da violência contra a mulher¹⁸², numa postagem que teve 38 mil reações, 138 mil compartilhamentos e 1,3 mil comentários, muitos deles atacando a artista, sugerindo que ela estaria querendo se “autopromover” na carona da “onda “denuncista” e “vitimista” das mulheres”.

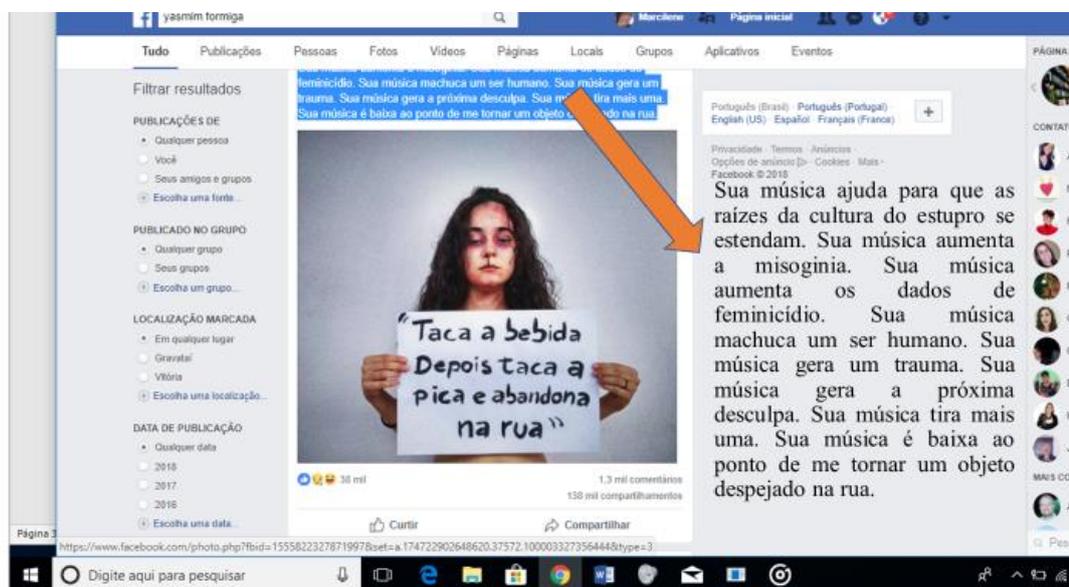


Imagem 16: Postagem de Yasmim Formiga em perfil no Facebook

Enquanto alguns comentários feitos na postagem de Yasmim denunciavam o conteúdo da música, outros o qualificavam como “natural”. Nesse caso, é possível dizer houve ampla visibilidade a uma situação que naturaliza o estupro e, também, ao modo como essa questão está sendo amplificada e propagada graças às mídias sociais e à participação nas redes sociais digitais. A possibilidade de mais visibilidade por meio das

¹⁸⁰ Dados apurados no dia 4 de abril de 2018, às 16h35.

¹⁸¹ Canal que disponibiliza lançamentos da música funk no Youtube. https://www.youtube.com/channel/UCLSuu_Lhizyko0j-Aw7fFw

¹⁸² A letra da música pode ser conferida em <https://genius.com/Mc-diguinho-so-surubinha-de-leve-lyrics>.

mídias sociais, e do alcance não-hierarquizado, não-horizontalizado e passível de expandir-se por múltiplas direções, confere também mais possibilidade de mudança na percepção do que seja violência e, ainda, nos modos como ela pode ser expressa, conforme já apontei. Perceptível, qualquer que seja a abordagem nos comentários, são as referências que articulam, na letra dessa música, identidades femininas com a violência e o estupro, assim como o reconhecimento de que esse tipo de manifestação artística é bastante comum, conforme se vê, por exemplo, no excerto abaixo (*comentário 36*).

COMENTÁRIO 36 – Mais princesa à anos existem musicas assim e até muito piores mesmo que eu nunca vi ninguém denunciando, essa é a primeira vez que vejo alguém denunciando um artista de estupro pela musica e o primeiro que eu vejo ser prejudicado... Agora sobre apoiar eu não apoio ninguém apenas escuto funk por que gosto e não são todos os artistas do ramo que canta funk putaria.

(sujeito masculino, perfil Yasmim Formiga no Facebook)

Esse comentário é útil, entre outras coisas, para exemplificar como o embate sobre um tema extrapola os limites da abordagem que o originou e segue um fluxo incontrolável e imprevisível. A intenção da artista plástica, ao fazer a postagem em sua página, foi problematizar a banalização do estupro que aquela música específica promovia. O que se seguiu, no entanto, foi uma ampliação da discussão na direção de uma revisão da memória musical, que incluiu a identificação de representações machistas e sexistas em letras de músicas dos mais variados estilos. Assim, aludiu-se à existência de preconceito relativo a certos gêneros musicais, considerados de menor valor, e que seriam apreciados por grupos sociais periféricos e que estariam excluídos de um contexto cultural considerado “de bom gosto”.

No *comentário 37*, que transcrevo abaixo, uma usuária apresenta trechos de várias músicas, que vão do rock à MPB, em que destaca a forma pejorativa, sexista e machista com que se faz referência às mulheres. O destaque é para o quanto o reconhecimento e combate ao machismo são seletivos na sociedade.

COMENTÁRIO 37 – Vocês estão problematizando com a “surubinha de leve” porque é funk, mas vamos falar sobre “grandes artistas Brasileiros” que foram machistas, incentivaram violência à mulher e racismo em suas letras????

Bezerra da Silva – Piranha: Eu só sei que a mulher que engana o homem / Merece ser presa na colônia / Orelha cortada, cabeça raspada / Carregando pedra pra tomar vergonha / Tá ouvindo, piranha?

Racionais – Mulheres vulgares: Pra ela, dinheiro é o mais importante / Seu jeito vulgar, suas ideias são repugnantes / É uma cretina que se mostra nua como objeto / É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo / No quarto, motel, ou tela de cinema / Ela é mais uma figura vil, obscena / Luta por um lugar ao sol / Fama e dinheiro com rei do futebol! (ah, ah!) / no qual quer se encontrar em um magnata / Que comande seus passos de terno e gravata.

Gabriel O Pensador – Loira Burra: À procura de carro, a procura de dinheiro / O luar dessas cadelas era mesmo num puteiro (...) Não eu não sou machista, exigente talvez / Mas eu quero mulheres inteligentes, não vocês (...) E pra você me entender, vou ser até mais direto / Loira burra, você não passa de mulher objeto / Existem mulheres que são uma beleza / mas quando abrem a boca, hum, que tristeza / (...) bundinha empinada pra mostrar que é bonita / e a cabeça parafinada pra ficar igual paqueta / Loira burra, loira burra, loira burra, loira burra / À procura de carro, à procura de dinheiro /

Péricles – Se eu largar o freio: a pia tá cheia de louça / O banheiro parece que é de botequim / A roupa toda amarrotada / E você nem parece que gosta de mim / A casa tá desarrumada / E nem uma vassoura tu passa no chão / Meus dedos estão se colando / De tanta gordura que tem no fogão / Se eu largar o freio ? Você não vai me ver mais / Se eu largar o freio / Vai ver do que sou capaz / Se eu largar o freio / Vai dizer que sou ruim

Germano Mathias/Doca - Minha nega na janela: Eta nega, tu é feia / Que parece macaquinha / Olhei pra ela e disse / Vai já pra cozinha / Dei um murro nela / E joguei ela dentro da pia / Quem foi que disse que essa nega não cabia...

Marcelo Nova – Silvia: Todo homem que sabe o que quer / Pega o pau pra bater na mulher / Ô Silvia...”

Pesadas letras, não? Então... A letra do funk é certa? COM CERTEZA NÃO ASSIM COMO TODAS ESSAS MUSICAS É VERGONHOSO UM LIXO QUE DETONA MULHERES MAIS VI MUITOS POST DE: FUNK ISSO E AKILO, AKI ESTA A PROVA DE ASSIMO COMO ELE TEM ARTISTAS QUE SÃO ICONES BRASILEIROS QUE FAZ A MESMA BOSTA Mas vamos deixar de sermos hipócritas né?

(sujeito feminino, página da **Yasmim Formiga**, no Facebook)

Ao realizar uma busca no Google, usando a expressão “música e machismo”, obtive 23,8 mil resultados, sendo que nas cinco primeiras páginas visualizadas esses resultados se referiam à criação do projeto MMPB (Música Machista Popular Brasileira), um site desenvolvido logo após a polêmica envolvendo o funk “Só surubinha de leve”, que tem por objetivo denunciar e provocar a reflexão sobre as canções que desvalorizam

a mulher e fazem referência à violência de gênero¹⁸³ (**imagem 17**). Só a partir da quinta página de resultados, começam a aparecer menções a outras referências que tratam do assunto e que não sejam a criação do site¹⁸⁴.



Imagem 17: Site Música Machista Popular Brasileira (MMPB)

Entre as pesquisas que problematizam o machismo em músicas, está o trabalho de Pires (2015), que analisa aspectos de violência contra a mulher em algumas canções consagradas da Música Popular Brasileira. Ele afirma que a cultura popular, e muito particularmente a música, são uma fonte importante de disseminação de práticas culturais na sociedade, entre elas o machismo. O pesquisador destaca que é impossível negar a estreita relação entre o machismo e a violência contra a mulher. Ele lança mão dos estudos de Minayo (2005), que, ao analisar o impacto da violência sobre a saúde, levantou uma questão que diz respeito ao pouco interesse em discutir a educação dos meninos para o machismo.

Minayo destaca que os meninos são educados, desde muito cedo, para exercerem suas masculinidades por meio da força e do uso da violência, mostrando serem fortes e autossuficientes. Essa educação para o machismo, destacada por Minayo (2005),

¹⁸³ O site apresenta uma variedade de letras de músicas que fizeram e fazem muito sucesso, apontando para os modos como o sexismo e o machismo encontram-se representados.

¹⁸⁴ Encontrei poucas referências a trabalhos acadêmicos que problematizam a relação entre música, machismo e violência. As respostas à letra da música “Só surubinha de leve”, entre elas a manifestação de Yasmim Formiga e a criação do site MMPB me parecem apontar, ainda que não tenha me debruçado sobre esse tema específico, para um horizonte de problematizações que ainda é pouco explorado, que é o da música e das produções artísticas.

encontra-se impregnada na sociedade, tendo reflexos na educação das meninas e no comportamento de ambos os sexos. A pesquisadora considera que os meninos são, em número absolutos, as maiores vítimas de assassinatos e de acidentes de trânsito. E que tanto essas mortes quanto às que se qualificam como feminicídio se relacionam ao modo como o sexo masculino é educado na sociedade.

A música que faz apologia ao estupro insere-se em um contexto no qual se apresenta como natural que as meninas sejam assediadas ou estupradas, pois é considerado ser “da natureza dos homens” tomar as mulheres como seus objetos. Em um artigo publicado no blog Justificando, as procuradoras do Estado de São Paulo Aragão e Souza (2018) apontam para uma problematização que não diz respeito apenas ao machismo presente na música “Só surubinha de leve”. Elas destacam que o que se percebe, na música, é mais do que machismo. Trata-se de misoginia, entendida como ódio, repulsa e desprezo pelas mulheres. Segundo elas,

É mais grave, não é simples reprodução de costumes que limitam os direitos da mulher. É repulsa, ódio que motiva maus tratos e ridicularização; é o ato de ter prazer com o sofrimento e a humilhação da mulher, seja produzindo-o ou o presenciando. (ARAGÃO E SOUZA, 2018, p. s/n)

A polêmica sobre a música “Só surubinha de leve” rendeu ações materializadas fora do ambiente das redes sociais, ainda que o evento tenha se utilizado, também, do Facebook para ser divulgado. A Prefeitura da cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres (Sepom), publicou em sua página no Facebook fotos da campanha “Música: Uma Construção de Gênero”, no qual denuncia o machismo, o feminicídio, a cultura do estupro e a violência contra mulher presentes em letras de músicas famosas. As fotos da campanha foram expostas no saguão da Prefeitura daquele município e destacam algumas canções famosas que circulam naturalmente, inclusive sendo reproduzidas nas escolas e sendo cantadas por crianças, apesar do forte conteúdo machista, podendo ser consideradas como estímulo ou apologia à violência¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Mais fotos da campanha podem ser vistas no site do Sul21 (<https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2018/03/prefeitura-de-sao-leopoldo-faz-campanha-denunciando-machismo-em-letras-de-musicas/>)



Imagem 18: Exposição “Música: Uma Construção de Gênero, no saguão da Prefeitura Municipal de São Leopoldo

No próximo item, discuto a categoria **Mulher-Mãe**, sendo que, também nessa categoria, a violência aparece com um componente que opera, muito diretamente, sobre os corpos das mulheres, tomados como definidores de seus destinos na sociedade.

4.2 Mulher-Mãe – “cadê a mãe dessas gurias?”

Paulinho me perguntou que é que eu faria se Deus tivesse me dado, em vez de boys, uma árvore... Achei que seria provavelmente mais fácil.
(Clarice Lispector, 2014, p. 19)

O “desafio da maternidade” poderia ter sido apenas mais uma das tantas provocações ou brincadeiras que ocorrem rotineiramente no Facebook¹⁸⁶. A ideia era que mulheres deveriam postar pelo menos três fotos com seus filhos, mostrando o quanto são felizes como mães. As mães deveriam aceitar o desafio, publicar as fotos usando a *hashtag* **#DesafioDaMaternidade** e, na sequência, desafiar três amigas a fazerem o mesmo. Isso ocorreu em fevereiro de 2016 e o Facebook foi inundado com fotos de mães sorridentes, narrando as alegrias e as bênçãos da maternidade. Tudo parecia correr bem até que a dona de casa Juliana Reis¹⁸⁷ resolveu fazer uma postagem, no dia 15 de fevereiro, informando que não aceitaria o desafio porque a maternidade, para ela, não era

¹⁸⁶ O “desafio da maternidade” não surgiu no Brasil. Na Inglaterra, ele circulou no início de fevereiro de 2016 (*The Motherhood Challenge*) e causou bastante polêmica, por excluir pessoas que não têm filhos (homens e mulheres), tendo sido considerada uma brincadeira insensível. De tempos em tempos, surgem desafios no Facebook, que têm por objetivo levar as pessoas a interagirem, provocando polêmicas e gerando engajamento.

¹⁸⁷ O nome da usuária está sendo mencionado aqui, pois a postagem foi pública, tendo, inclusive, sido destaque em reportagens publicadas em veículos de comunicação. Também uso a expressão “dona de casa” por ter sido essa a forma como os textos jornalísticos que se seguiram fizeram referência a ela.

um “mar de rosas”: “era cansativa e dolorida”. “Quero deixar bem claro que amo meu filho, mas odeio ser mãe”, afirmou a jovem no texto que viralizou e alcançou, no Facebook, 119 mil reações, 2,7 mil comentários e 27.743 compartilhamentos. Abaixo, destaco a postagem de Juliana Reis, em seu perfil pessoal no Facebook, e transcrevo o texto.

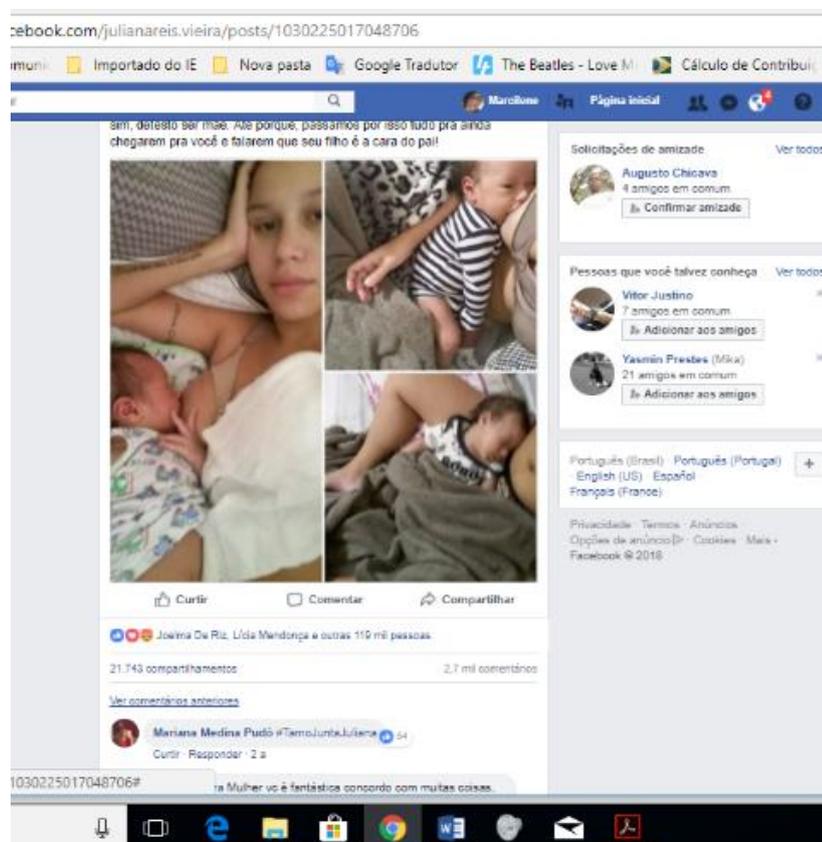


Imagem 19: Postagem de Juliana Reis em seu perfil no Facebook, no dia 15/02/2016

Desafio NÃO aceito! Me recuso a ser mais uma ferramenta pra iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel. Eu vou lançar outro desafio, o desafio da MATERNIDADE REAL. De tudo o que as mães passam e as pessoas não dão valor, como se toda mulher já tivesse sido programada pra viver isso. Postem fotos de desconforto com a maternidade e relatem seus maiores medos ou suas piores experiências pra que mais mulheres saibam da realidade que passamos. Dizem que no final sempre acaba tudo bem, mas o meio do processo por muitas vezes é lento e doloroso.

Primeiramente eu quero deixar bem claro que eu amo meu filho mas to detestando ser mãe. E acho que isso não vai melhorar nem quando ele tiver a minha idade atual. Primeiro a gravidez. "Nossa que barriga enorme pra 7 meses", "esse bebê não vem não?", "Vicente! Mas pq você escolheu esse nome coitado!". Pessoas, entendam que grávidas não são patrimônio público! Se o que vcs pensam não vai acrescentar positivamente na vida dela façam o favor de não falarem NADA!!! Até se acrescentar positivamente

você deve pensar mil vezes antes de falar. ELA está grávida então ela já se informou sobre o que pode ou não comer e se ela está comendo problema é dela! Não se metam! Mas aí, a pobre da mulher pensa que quando nascer vai melhorar, conta os dias até o parto chegar, esses dias que demoram mais do que toda a gestação junta. E quando a hora chega, nada sai como esperado. No meu caso, que sempre defendi com todas as forças o parto normal, afinal, meu corpo foi projetado pra isso, não tive um corpo tão bem projetado assim. Os médicos falavam que o colo do útero estava fechado e o bebê muito alto e que a cesárea seria a opção mais segura. Tudo o que eu precisava pra me sentir um lixo de mulher que não conseguiu fazer o tão raçudo parto normal. Mas quando o parto chega ao fim eu percebi que não é um mar de rosas ter a cesárea(Sinto algumas dores até hoje com 40 dias da cirurgia.)

Mas nada disso importa mais, tô de frente pro amor da minha vida! (oi?) Tudo que eu senti foi uma tremedeira descontrolada que eu não sabia se era medo ou frio. E quando a médica perguntou o que eu achei do bebê, eu não tive coragem de dizer que tinha sido o bebê mais feio que eu já tinha visto e só perguntei se ele era perfeito. Quando ela disse que sim eu apaguei e quando despertei aquela criança cinza não estava mais perto de mim. Meu filho só voltou pra mim depois de algumas horas e com ele vieram mil regras e informações que eu tinha que absorver em minutos (tudo isso partida ao meio e sem poder me mexer).

Mas agora estamos em casa. Aqui eu vou poder curtir meu filho. Errado de novo! Mais gente querendo se meter de como você deve fazer as coisas. E você, recém operada e cheia de dores, onde encontra as forças pra debater? E nos dias que ele simplesmente grita aos prantos, a mãe tem meio que uma obrigação de saber o que ele tem. "É cólica? É refluxo? É manha? Mas como assim?! vc que é mãe tem que saber!"

E por último, mas não menos importante: a amamentação! "Mãe que é mãe tem que amamentar! Tem que sentir a maravilha que é ser o alimento do seu filho". Hoje eu consigo amamentar com um pouco menos de dor, mas não torna as coisas mais fáceis. Meu filho mama TODA hora. E às vezes por uma hora inteira. "Mas seu leite não deve estar sustentando!" Nas horas que eu ouço isso eu sinto um anjo me segurar pra não voar em quem falou! Meu leite sustenta sim, obrigada! E quem não amamenta, ou pq não quer ou pq não conseguiu não é mais ou menos mãe do que eu ou do que vc que amamentou seu filho até os 30 anos de idade.

Eu admito que reclamo disso tudo de barriga cheia. Tenho muita ajuda, não preciso fazer comida, cuidar da casa, lavar e nem passar roupa. Mas mesmo assim passo mts dias sem nem pentear o cabelo, substituindo biscoitos por refeição e agora cada segundo de sono é o que me faz ter um mínimo de sanidade mental. Eu aplaudo de pé todas as mães, sem exceção, mas acho irracional e sadoquista gostar dessas coisas. Então, sim, detesto ser mãe. Até porque, passamos por isso tudo pra ainda chegarem pra você e falarem que seu filho é a cara do pai!

(Juliana Reis, em postagem no seu perfil no Facebook. 15/02/2016)

A mensagem de Juliana provocou polêmica e seu perfil foi bloqueado no Facebook, no dia 17 de fevereiro, devido à enxurrada de denúncias feitas à administração

do site de que a postagem dela continha conteúdo impróprio¹⁸⁸. No dia 19 de fevereiro, Juliana publicou uma carta aberta, divulgada no perfil de uma amiga, também no Facebook, em que falou sobre sua decepção em perceber a forma cruel como as pessoas que discordaram dela a trataram e com a rapidez com que seu perfil foi bloqueado pelo site de rede social. Nas palavras dela: “Já denunciei muitas páginas que incitam o ódio e nunca vi um bloqueio como o que sofri e, mesmo assim, aconteceu comigo em apenas um dia. Estou chateada por ter sido forçada a me calar”¹⁸⁹.

Considero esse um caso exemplar para ilustrar a maternidade como uma marca cultural identitária feminina, supostamente inquestionável, hipervisibilizada e hipervalorizada no espaço digital. O Facebook se constituiu, nesse caso e em muitos outros, em uma ferramenta para a expressão do livre pensamento e, também, em um modo de participação, de denúncia e de autoexposição. Além disso, configurou-se, nesse caso, o modo como a dinâmica das redes não permite a quem faz uma postagem ter qualquer controle sobre os rumos que as argumentações relativas a ela irão tomar.

A mãe que tornou pública a sua insatisfação e frustração com a maternidade tinha a intenção de compartilhar sua experiência e acabou sendo vítima de agressões de outras mulheres (nem todas, mães), que a viram como uma “criatura desnaturada”, “animalesca”, sem capacidade de compreender o “amor maior de ser mãe”. Mas, houve também quem se identificasse com Juliana e admitisse a “hipocrisia” de se tratar a maternidade como se fosse uma “fantasia” em que até as dores provocadas pelo parto e a amamentação pudessem ser consideradas como momentos de plena felicidade e realização. Destaco abaixo os *comentários 38 e 39*, postados no perfil de Juliana Reis no Facebook.

COMENTÁRIO 38 – Ela faz parte de uma minoria q usa o face p dizer a verdade, ser mãe é uma das melhores coisas realmente não é fácil, é que a hipocrisia das pessoas não deixa q elas digam a verdade, ficam postando fotos felizes o tempo todo com se fosse comercial de margarina, e todo mundo sabe q a vida não é assim. (sujeito feminino, perfil de Juliana Reis. **Desafio da Maternidade**)

¹⁸⁸ O motivo mais comum pelo qual uma conta é bloqueada no Facebook é o desrespeito aos termos da rede social. Algumas dessas ações são: comportamento inadequado após receber um aviso; receber muitos avisos em pouco tempo; contatos com outros usuários para assediá-los; usar um nome falso; se passar por uma celebridade ou representante de uma; postar qualquer conteúdo que não esteja de acordo com os termos de uso do Facebook, que incluem sexo e pornografia, entre outros. Mas, há casos, como o de Juliana Reis, em que muitas pessoas enviam denúncias ao Facebook e a conta é bloqueada sem que haja qualquer verificação sobre a inadequação do conteúdo.

¹⁸⁹ A carta aberta publicada por Juliana, após o bloqueio do Facebook, pode ser conferida no link: <https://extra.globo.com/mulher/mulher-que-rejeitou-desafio-da-maternidade-tem-perfil-no-facebook-bloqueado-defende-nao-depressao-18692046.html>

COMENTÁRIO 39 – Ela é louca!!!! Não perco meu tempo discutindo sobre isso... ser mãe é uma dádiva vinda de Deus! ❤️
(sujeito feminino, perfil de Juliana Reis. **Desafio da Maternidade**)

A repercussão desse episódio foi tanta que, ao digitar no Google a expressão “desafio da maternidade Facebook”, obtive mais de 3 milhões de resultados, inclusive referentes a reportagens publicadas em vários veículos de comunicação, entre eles as revistas Marie Claire e Carta Capital. Nesta última, o jornalista e cientista social Matheus Pichonelli apresentou sua impressão sobre o desafio da maternidade, em uma crônica publicada quatro dias depois da postagem de Juliana no Facebook, em que diz: “O que mais me incomoda é o consolo de ser 'apenas' pai. Não é a tarefa mais simples que já assumi, mas nada se compara à pressão enfrentada pela mãe” (PICHONELLI, 2016, grifo no original).

Ao valorizar e apoiar o desabafo de Juliana, ele expõe um aspecto da maternidade pouco explorado e ainda considerado um tabu: a participação do pai no processo de educação e cuidados com os filhos. E, ainda, o fato de que a maternidade não diz respeito apenas a uma questão biológica, mas a uma construção cultural e social. Em um artigo no qual busca mostrar a relação entre a mídia brasileira e a construção de ideais de maternidade, Tomaz (2015) fala de como o conceito sofreu transformações ao longo dos anos, passando de uma abordagem que a via (*a maternidade*) como meramente biológica, na década de 1960, para ser entendida como um diferencial na década de 1970, principalmente sob influência da psicanálise, até chegar ao questionamento das instâncias tradicionais de poder, na década de 1990. O olhar, nessa última perspectiva, foi deslocado para as “microrrelações e, particularmente, para o corpo da mulher”, segundo Tomaz (p. 157). A autora destaca que, desses três momentos, pode-se depreender que:

(...) embora a diferença biológica tenha sido, de certa forma, um ponto de partida para os estudos feministas analisarem a maternidade, houve uma compreensão de que as disputas de poder não podem ser pensadas apenas desse ponto de vista, mas de uma perspectiva social. Afinal, o problema não está no corpo da mulher ou do homem, mas nos sentidos socialmente construídos e atribuídos a tais diferenças e a suas possibilidades e potencialidades. Sendo assim, a maternidade, com tais contribuições, foi desnaturalizada e passou a ser compreendida como um papel social atribuído à mulher dentro de uma organização sexual do trabalho. (TOMAZ, 2015, p. 157)

Voltando ao **#DesafioDaMaternidade**, é importante destacar que ele circulou no mesmo mês em que a *hashtag* **#VaiTerShortinho** ocupou as mídias sociais e os veículos de comunicação de massa. A maternidade, como assunto corriqueiro e que desperta

emoções, afetos e sentimentos, remete não apenas a um papel exercido pela mulher mas a questões que envolvem a educação das meninas para a maternidade. Uma educação que pode ser observada em uma espécie de arranjo formado pelo tripé “mãe, mídia e especialistas” e que tem sido reconfigurada com as novas mídias.

Isso significa, segundo Tomaz (2015), que, se num determinado momento houve uma proliferação de publicações e programas televisivos voltados para ensinar a ser mãe, amparado pela “fala” de especialistas médicos, atualmente, nas redes sociais, prolifera a presença de “mães especialistas”, que assumem a maternidade como uma tarefa e se encarregam de compartilhar suas experiências com outras mulheres. O desafio da maternidade nos mostra, no entanto, que nem todas as experiências são bem recebidas ao serem compartilhadas. Apesar da “vocaçãõ” das redes sociais para a pluralidade de pensamento e a multiplicidade de abordagem de temas diversos, há modos de ser mãe que podem sofrer interdições ao não se alinharem aos discursos correntes sobre maternidade, principalmente aqueles que invocam o “mito do amor materno”.

Apesar de observar que a maternidade foi uma dimensão que apareceu nos comentários relativos às três *hashtags* alvo dessa pesquisa, foi naqueles que dizem respeito ao movimento **#VaiTerShortinho** que o tema me pareceu mais marcadamente evidente. Ainda que, em muitos momentos, os pais também tenham sido chamados à responsabilidade pelas atitudes das filhas, foi recorrente a associação entre educação e a responsabilidade materna nesse processo. Parece haver um pressuposto de que as mães sabem “como uma mulher deve se comportar e se vestir” e que, por isso, são elas que devem “ensinar às filhas” e se comportar e a se vestir, afinal, as mães devem ser um “modelo para elas”, conforme aponto nos comentários a seguir (*comentários 40, 41, 42 e 43*).

COMENTÁRIO 40 – Eu odeio ver homens andando sem camisa ou com aquelas camisas abertas dentro do ônibus, acho antiético, imagina se VC vai em uma instituição tipo em um advogado e ele ta de bermuda e com a camisa aberta, VC levaria a sério esse profissional? Ah por favor como diz a minha mãe: cada coisa na sua coisa! A ocasião faz a vestimenta.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 41 – (...) Mas aprendi uma coisa bem básica com a minha mãe, temos roupas e roupas, por exemplo, eu não posso ir trabalhar com a saia que eu vou para a balada, ou com decote até o umbigo. Imagina tu encontrar o teu chefe no meio do corredor com um decote até o umbigo? Bom senso às vezes é necessário.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 42 – Palhaçada!!! Vão estudar..., ajudar nas tarefas de casa... Onde estão as mães dessas meninas, hein??? Não se põe mais limites nos filhos, éh?!?! Aff!!! Não sabem nem redigir uma redação, mas sabem fazer o tal "quadrado de oito". (sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 43 – Tanta gente morrendo por violência, saúde, um caos total. E as riquinhas tendo chique! Cadê a Mãe? Deve tá na Lipo, ou no shopping, trabalhando muito.. (sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

Os comentários reproduzidos acima são de filhas que mencionam o modo como as mães as educaram para serem mulheres que se comportam de acordo com as regras (*comentários 40 e 41*), mas há também comentários de mulheres que chamam mães à responsabilidade pelo (mau) comportamento de suas filhas (*comentários 42 e 43*). Em ambos, elas criticam atitudes que, no seu entendimento, deveriam ser coibidas pelas mães das meninas que protagonizaram a manifestação em favor do uso do shortinho. Destaco, ainda, no *comentário 44*, relacionado ao episódio da **chacina do réveillon** (*descrito no item 4.1*), que o papel da “mãe educadora” é invocado, atribuindo-se às mulheres-mães a responsabilidade pelas atitudes de suas filhas e filhos e, principalmente, no que diz respeito à manutenção da cultura machista na sociedade.

COMENTÁRIO 44 – Penso q nós mulheres temos um papel importante na formação do caráter dos homens, e qndo vemos mulheres culpando a outra por ter conhecido uma pessoa desprezível como essa, ou pela mãe proibir o pai de ver o filho, como se justificasse a atitude, começo a entender a quantidade de machos e homens sem caráter na sociedade. Mães, mulheres, tias, irmãs, q tipo de homens estamos colocando em nossa sociedade.. ao tentar compreender o incompreensível, q é a atitude desse homem, estamos apoiando o machismo e dificultando a vida de outras mulheres, q pode ser sua filha, irmã, sobrinha. (sujeito feminino, página do G1 no Facebook. **Chacina do Réveillon**)

No comentário acima transcrito (*comentário 44*), encontra-se bem presente a ideia da mãe educadora como aquela que carrega os códigos de conduta e da moral para transmiti-los às filhas e filhos. Também está presente a ideia de que a maternidade é uma condição sublime e que se relaciona a um corpo naturalmente pronto para essa função. Essa ideia, inclusive, é adotada como premissa em políticas públicas e em projetos de distribuição de renda, como é o caso do Bolsa Família, que posiciona a figura da mãe como aquela que será responsável pelo sucesso dos projetos e dos membros da família, no caso, os filhos menores. É da mãe, portanto, a tarefa de encaminhar os filhos à escola, manter em dia seu calendário de vacina, acompanhá-los em sua jornada e garantir que

eles se mantenham no sistema escolar (NASCIMENTO, 2016). Dessa “ajuda” das mulheres depende o sucesso ou o fracasso familiar. Aos pais não é delegada qualquer função nesse sentido.

Resende (2017), em um artigo no qual recupera o percurso da maternidade como construção histórica e social, apresenta, a partir de Poster (1979), quatro modelos de estrutura familiar existentes entre os Séculos XIX e XX, deixando claro que se trata de construções passíveis de sofrerem mudanças. Nas famílias aristocráticas – Séculos XVI e XVII –, as mulheres não se encarregavam dos cuidados e educação dos filhos, sendo que as crianças eram consideradas “seres indesejados”, que, tão logo perdessem a “fragilidade dos primeiros anos de vida”, se misturariam aos adultos. A educação das crianças, portanto, era feita no convívio com os adultos e no desenvolvimento das atividades diárias. Apesar de ser função das esposas dos aristocratas ter filhos, elas não exerciam a maternidade do modo como ocorre nos dias de hoje e, tampouco, nutriam relações de afeto parentais com eles (RESENDE, 2017).

Após a Revolução Industrial, ainda segundo Resende, a sociabilidade das famílias passou a operar no plano privado e um reflexo disso foi a retirada das crianças do convívio com os adultos. Foi a partir desse período que começou a se consolidar a ideia de que as crianças deveriam ser protegidas e que elas eram como um “tesouro” nas famílias, sendo capazes de proporcionar seu fortalecimento. Instaura-se, então, um novo padrão de vida familiar burguesa, organizada em núcleos, com a divisão de papéis parentais. Pode-se dizer que o mito do amor materno surge com a família burguesa, passando a ser considerado natural que as mães tivessem a responsabilidade em zelar pela sobrevivência dos filhos e pelo lugar que eles ocupariam na sociedade (RESENDE, 2017).

O surgimento da infância como preocupação social, portanto, “é concomitante à reorganização da família moderna”, que passa a ser “constituída a partir da centralidade da criança” (RESENDE, 2017, p. 177). Esse é o modelo que sobrevive na contemporaneidade. O mito do amor materno, surgido no fim do Século XVIII, torna a maternidade uma profissão de fé, algo que se constitui com base em um tipo específico de amor, que só a mulher é capaz de ter. Esse sentimento de amor pelos filhos até poderia existir antes, mas não se constituía em um valor da família nuclear. Os anos de 1770 inauguram a imposição à mulher da “obrigação de ser mãe antes de tudo” e o mito, que continua bem vivo até a atualidade, do “amor natural e espontâneo de toda mãe pelo filho” (RESENDE, 2017).

Houve, naquele período, investimento do Estado nesse conceito de amor materno, pois sua intenção era diminuir a taxa de mortalidade entre as crianças e garantir a consolidação do novo modelo de família que se desenhava. Para consolidar o conceito, Resende destaca que foram dirigidos três discursos à mulher para que ela mudasse sua relação com os filhos. O primeiro foi o discurso econômico, que destacava a importância de uma população saudável para um país produtivo e rico. Nesse contexto, a criança passou a ser vista por seu potencial produtivo e como uma riqueza que deveria ser preservada. O discurso filosófico, advindo da filosofia de Rousseau¹⁹⁰, foi o segundo dirigido às mulheres. Ele ressaltava o direito à vida e à humanidade, chamando a mãe à responsabilidade em assegurar esse direito para os filhos pequenos. O terceiro discurso do Estado exaltava a importância da mulher como aquela capaz de garantir o equilíbrio familiar e o cuidado das crianças como condição que garantisse um futuro promissor da nação (RESENDE, 2017).

A representação de uma mãe salvadora, responsável pelo equilíbrio familiar, pelo cuidado, educação e vigilância das crianças, e que seja também capaz de garantir o direito primordial à vida, está, atualmente, bem consolidada na nossa sociedade. Nessa representação, a mãe passou a ser uma figura idealizada de mulher – perfeita, virtuosa, dedicada e feliz – e os bebês passaram a ser compreendidos como seres fofos e desejáveis na vida de “toda” mulher. Meyer (2005) usa a expressão “politização do feminino e da maternidade” para descrever a emergência de um processo que “incorporou e posicionou a mulher, como mãe, no centro das políticas de gestão da vida nas sociedades ocidentais modernas” (p. 82)¹⁹¹. A autora destaca que esse processo ocorreu na confluência de três movimentos sociais distintos: “a urbanização, a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção e a formação e consolidação dos estados nacionais que perpassam a Europa dos Séculos XVII, XVIII e XIX” (MEYER, 2005, p. 82-83).

Meyer afirma que, ao longo dos Séculos XVIII e XIX, foi possível perceber a multiplicação de discursos sobre cuidados que deveriam ser dispensados aos corpos

¹⁹⁰ O tratado de Pierre Rousseau, *Du Système physique et moral de la femme* [Do sistema físico e moral da mulher em tradução livre] (1775), tornou-se uma referência para fundamentar todos os discursos que se produziram, nos anos seguintes, sobre a natureza das mulheres. Rousseau representava a mulher como o oposto complementar do homem, tendo seu comportamento emocional e moral determinado pela presença deste órgão misterioso, o útero, a partir do qual se definia também o lugar social da mulher: o lar e a maternidade. (KEHL, 2016, p. 45-46)

¹⁹¹ Meyer (2005) destaca que esse processo de gestão da vida pode ser nomeado, a partir do entendimento de Michel Foucault (1993), como biopolítica. Com esse termo, o autor se refere a um conjunto de tecnologias de poder-saber investem sobre o corpo, a saúde, as maneiras de alimentar e morar, as condições de vida e todos os espaços de existência.

femininos, sobretudo aos corpos das mulheres-mães. Essa politização da maternidade, segundo Meyer,

(...) é incorporada e difundida pelas políticas de Estado, pelos manuais, revistas, jornais, televisão, cinema e publicidade. E o modelo de mãe cuidadosa – que cuida e se cuida – triunfa, e ao mesmo tempo, se democratiza. (MEYER, 2005, p. 82)

Nessa perspectiva, penso ser possível compreender a polêmica em torno do “desabafo” de Juliana Reis, sobre odiar a maternidade. O posicionamento dela entra em conflito com todo um discurso secularmente construído em torno da condição de ser mãe como um atributo inerente e desejado por todas as mulheres. Ou seja, o *post* de Juliana se contrapõe ao mito do amor materno e à ideia de que haja um instinto materno comum a todas as mulheres. E, também, contraria uma série de enunciados – médicos, psicológicos e tecnológicos – que atribuem o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo do bebê aos modos como a mãe cuida e se relaciona com ele desde a gravidez (MEYER, 2005). A recusa de Juliana em participar do desafio, além disso, levanta a possibilidade de que algumas mulheres não deveriam ser mães, seja pelas suas convicções, seja por seus posicionamentos políticos ou por algum tipo de escolha pessoal ou profissional. Nessa última possibilidade, seria preciso admitir que nem todas as mulheres desejam assumir a maternidade como realização necessária à condição feminina.

A postagem de Juliana Reis mobiliza, ainda, conflitos identitários que têm sido muito intensamente colocados em questão, tal como a necessária vinculação da mulher à maternidade ou ao papel de “cuidadora” dos filhos. Ao admitir que ser mãe é cansativo e doloroso, ela toca em um marcador cultural bem consolidado culturalmente e que, em tese, não pode ser mexido. O discurso de exaltação da maternidade – com seus desdobramentos em torno do amor materno, da atenção e dedicação aos filhos e à família – ainda se expressa, muitas vezes, nos dias atuais, como uma conquista que não pode ser negociada. Esses conflitos identitários em torno da maternidade ressignificam e reposicionam, ou pelo menos situam, as mulheres em outras posições de sujeito, que não aquelas exclusivamente alinhadas ao lar e à família. Cabe, porém, considerar que essas disputas colocam em destaque a multiplicidade de identidades femininas e expõem a complexidade das ações que problematizam a essencialidade atribuída culturalmente a cada gênero, a partir do seu sexo biológico.

O espaço de comentários do Facebook assume, nessa paisagem que se desenha na cultural digital, um importante papel de alimentador para essas disputas identitárias ao facilitar a exposição e a participação e, também, por se constituir em um lugar de produção de ideias e pontos de vista em que usuários reforçam ou negam sua própria relação com o feminino e o masculino. O conflito identitário pode ser percebido, por exemplo, no embate entre duas mulheres que comentam (*comentários 45 e 46*) na página do Jornal Zero Hora a respeito da *hashtag* **#VaiTerShortinho**.

COMENTÁRIO 45 – O q elas querem [REDACTED] e mostra o rabinho, desculpe a palavra mais é bem isso mesmo, e depois q São violentadas aí querer exigir justiça, mas e aí há alguma justiça no q elas estão pedindo? eu digo q não é sim falta de vergonha na cara.

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 46 – Nossa... Eu não li isso!!!! Aposto que ainda diz acreditar em Deus, aposto. Tu está falando de jovens menores de idade! Violência sexual é CRIME! A senhora está defendendo esturpadores, isso mesmo??? Tomara que tu não tenha filhos ou filhas!

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

A mulher que faz o primeiro comentário segue na direção de responsabilizar a vítima em caso de violência. Mas, em vez de fazer isso diretamente, ela argumenta que ao andar com roupas provocantes as meninas estariam se expondo deliberadamente ao assédio e ao risco de serem estupradas. Ao fazer isso, ela banaliza a violência contra a mulher, posicionando-a como decorrente de uma atitude feminina e, ao mesmo tempo, demonstra um pessoal alinhamento ao que Saffioti (2004) diz sobre a mulher ser “treinada” para sentir culpa. No segundo comentário, a usuária destaca a condição adolescente das meninas que protagonizaram o episódio do shortinho e alerta para a inadequação de posicionar o estupro como consequência de uma atitude da mulher, no caso, o uso da roupa.

Chamou atenção, no episódio da *hashtag* **#VaiTerShortinho**, o grande volume de comentários feitos por mulheres, muitas delas mães, em que, sem serem convocadas formalmente a falarem sobre o assunto, se colocaram no lugar de “mães” que têm um modo “correto de educar os filhos” e, principalmente, as filhas. Nesse aspecto, considero que podemos pensar no espaço de comentários do Facebook como um enorme banco de dados que reúne impressões e opiniões que representam modos de ser, de conduzir-se e de conduzir a educação dos sujeitos – nesse caso específico, de meninas – bem como de invocar certos padrões éticos e morais. Ou seja, trata-se de um espaço, como já abordado

no **Capítulo 1**, de circulação de discursos e de produções de sentidos sobre questões e problemas que afetam a vida cotidiana dos sujeitos, tais como as que estou comentando, e que dizem respeito a modos de construção de identidades femininas.

Dando continuidade às análises, destaco que a representação da maternidade como se fosse um caminho ou uma escolha natural e inerente a toda mulher é recorrente, tanto nos comentários referentes ao episódio da *hashtag* **#VaiTerShortinho**, quanto nos que decorreram das outras duas *hashtags*: **#EnemFeminista** e **#belarecatadaedolar**. O discurso do instinto materno como natural à mulher circula abundantemente nos comentários relativos às *hashtags* mencionadas, até quando se defende o direito de escolha pela maternidade ou sua negação.

Convém destacar, no entanto, que não houve menções recorrentes à discussão sobre o aborto, um assunto muito destacado nas mídias sociais e no Facebook, por meio de várias abordagens. A maternidade é invocada a partir de um dado indiscutível que associa a categoria mulher ao papel de mãe. A escolha por ser mãe, defendida em diversos comentários, parece não contemplar as escolhas que podem ser feitas após uma gravidez indesejada, por exemplo. Do conjunto de comentários analisados, houve raras menções ao aborto e eu destaco dois que considerei significativos (*comentários 47 e 48*). O primeiro comentário faz uma referência indireta ao aborto e o segundo se refere à gravidez como fruto de irresponsabilidade e má conduta sexual e moral.

COMENTÁRIO 47 – Na mesma semana que proíbem a pílula colocam esse tema na redação?
(sujeito masculino, página do G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 48 – Feminazis mirins... que beleza! Se achando as gostosonas porque não querem respeitar as regras. Simples, queridinhas... Não vao pra escola, fiquem na rua bebendo, fumando e transando nos becos, engravidem de um vagabundo e depois abortem, afinal o corpo é de vocês.
(sujeito masculino, página do G1. **#VaiTerShortinho**)¹⁹²

Importante destacar que, quando falamos em escolha pela maternidade, estamos nos referindo a uma condição de possibilidade que não se oferece da mesma maneira para todas as mulheres. Ou seja, ao tratarmos a maternidade de um ponto de vista que destaca o aprisionamento que ela acarreta – não apenas em relação ao filho, mas a toda uma estrutura doméstica e familiar – estamos contrapondo essa situação a uma outra que

¹⁹² Esse comentário está referenciado também na página (comentário 81)

envolve o privilégio que algumas mulheres têm de gozarem uma liberdade obtida após anos de estudos e de imersão no mundo do trabalho. Também devemos atentar para as várias possibilidades de constituição familiar que não se ancoram, exclusivamente, em relações heteronormativas.

O entendimento da maternidade como prisão está, por vezes, vinculado a representações que definem o espaço privado como o lugar privilegiado da mulher, em que a vida se limita aos afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, e a situações nas quais as mulheres precisam prover o sustento dos filhos e da família, sendo esta última uma situação que as aprisiona quase duplamente, na chamada dupla jornada. As lutas por ocupar posições em outros espaços que não os domésticos, trouxe consigo a necessidade de problematizar as representações vigentes sobre a maternidade, expondo toda a sua complexidade na contemporaneidade.

Hoje, observa-se que, ao mesmo tempo em que não se questiona a presença da mulher em cargos e posições fora do espaço do lar – ainda que haja interdições de várias ordens – a ideia da mulher maternal tem conquistado adeptas. Há, por parte das mulheres, uma demanda por liberdade e mais equidade no cuidado e responsabilidade com os filhos e, ao mesmo tempo, uma reivindicação de que é preciso ser mãe de tempo integral, de que à maternidade é preciso associar outros papéis sociais.

Trata-se de uma discussão política que, nas redes sociais digitais, passa a ser abordada numa perspectiva das experiências individualizadas de exercício da maternidade. Meyer (2005) diz que a politização da maternidade pode ser inserida em um debate mais amplo, desencadeado nos países ocidentais desde o Século XIX e início do Século XX, pelas chamadas feministas maternalistas, que já propunham uma discussão política sobre a maternidade. Foi a partir do feminismo da segunda onda, no entanto, que temas relacionados à família, à sexualidade, ao trabalho doméstico, à divisão social do trabalho e os cuidados da criança foram trazidos para a arena pública.

No caso da Juliana Reis, a recusa de outras mulheres em se identificarem com os sentimentos dela em relação à maternidade aparece nos comentários de modo raivoso, indignado, incrédulo. O trecho da postagem dela, em que afirma “reclamar de barriga cheia”, afinal ela admite ter apoio e não precisar realizar os trabalhos domésticos, envolve um reconhecimento de que a maternidade se encontra atrelada à vida doméstica e a todo o trabalho que ela acarreta. O que é pensado como “essência” no **#DesafioDaMaternidade** se transforma, nos comentários, principalmente, no caso do movimento **#VaiTerShortinho**, em uma condição que coloca o feminino frente a frente

com os afazeres domésticos e o lar, configurados como o “lugar natural” onde as mulheres devem estar.

A pesquisa “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (FONTOURA, REZENDE, 2017)¹⁹³ mostra que, apesar de possuírem nível maior de escolaridade, em relação aos homens, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais devido á dupla jornada. O estudo mostra que, entre as décadas de 1960 e 1980, houve um aumento no percentual de participação das mulheres no mercado de trabalho. Mas, nos últimos 20 anos houve uma estabilizada nesse crescimento e a participação das mulheres no mercado de trabalho não passa de 60%.

Essa demanda por situar as representações de maternidade como uma experiência gratificante e engrandecedora da condição feminina, tem sido levada para os ambientes corporativos. Nesses ambientes, principalmente os ligados às carreiras executivas onde ainda é muito grande a presença de homens nos postos de comando, a maternidade ou a possibilidade dela é usada para justificar a não contratação de mulheres ou a sua dificuldade em ser promovida. Ao lado dessa realidade, há outra, mais contemporânea, que busca resgatar valores “essenciais” femininos ligados à maternidade como importantes diferencias no desenvolvimento de uma carreira. Uma palestra oferecida pelo Sebrae, no dia 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher, exemplifica bem essa situação. Reproduzo abaixo, a postagem feita na página da instituição, no Facebook. Na sinopse da palestra, intitulada “Maternidade: obstáculo ou impulso na carreira?”, foi destaca a seguinte mensagem:

Estudos e pesquisas comprovam que as mulheres que são mães, além de mais empáticas, são também mais produtivas. Além disso, a maternidade desenvolve na mulher habilidades que podem ser usadas inclusive na vida profissional: esforço e sacrifício, gestão de recursos, comunicação, liderança, capacidade de improviso, de assumir riscos, entre outros.

¹⁹³ O estudo é feito com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

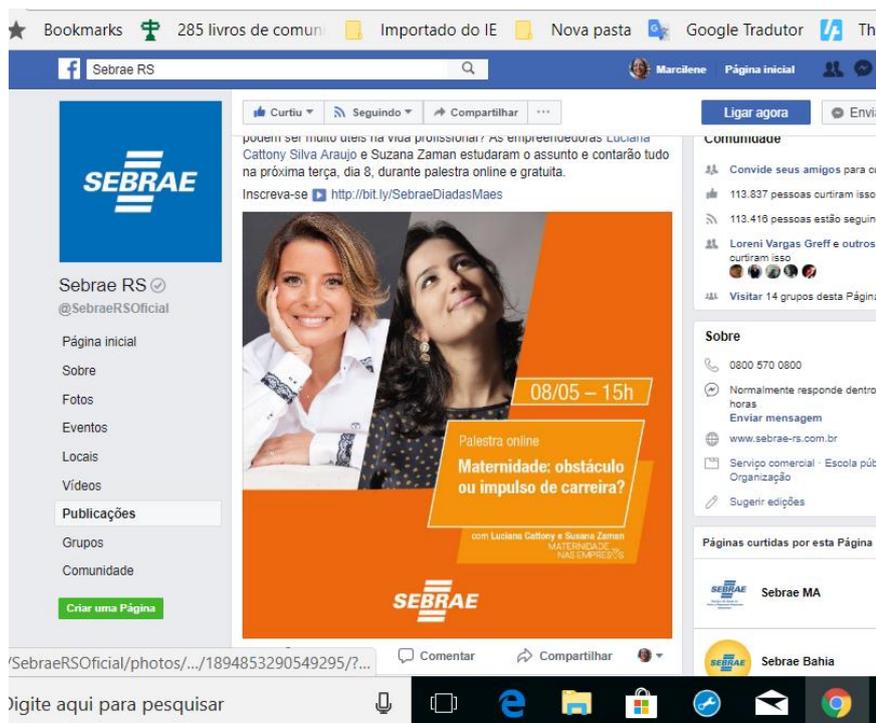


Imagem 20: Postagem patrocinada na página do Sebrae no Facebook

Retomando as discussões suscitadas a partir da manifestação **#VaiTerShortinho**, é possível afirmar que poucas foram as mulheres que se posicionaram favoráveis à manifestação das meninas. A maioria das usuárias que fez comentários demonstrou ser contra o movimento, com alegações do tipo: “é falta do que fazer”; “deveriam buscar um trabalho”; “ajudar a mãe a cuidar da casa”; ou, ainda, “estudar para ser alguém na vida”. Reproduzo um comentário que mostra o apoio de uma mãe ao movimento. Nesse comentário (*comentário 49*), ela reconhece a importância do seu papel de educadora, ao afirmar que “ensina os filhos a respeitarem as meninas”.

Além disso, ao defender sua filha de insultos postados por outras usuárias contra as meninas, esta mãe denuncia o caráter machista constante nas postagens de algumas mulheres e ressalta o quanto a manifestação é crítica em relação ao sexismo presente na sociedade. Ao mesmo tempo, ao defender a filha, afirmando que ela não é “nenhuma sem vergonha, pois ajuda sim nos afazeres domésticos”, a mãe parece se alinhar a um padrão de organização machista da sociedade, que atribui à mulher a responsabilidade por esses afazeres e julga aquelas que não os assumem.

COMENTÁRIO 49 – Minha filha estuda nesta escola e estou chocada com os comentários machistas!! Por isso o Brasil está desse jeito, com corruptos, roubos, os preços subindo e ninguém reclama de nada, nada mesmo...A questão é: As meninas estão fazendo uma reivindicação a respeito da maneira de se vestirem, não estão ainda em idade de trabalhar, mas graças a Deus estão mostrando o seu ponto de vista, indo atrás do que pensam e lutando por isso, a maneira como elas se vestem não vai definir o caráter, assim como as suas opções sexuais ou a cor da pele de cada uma...e a minha filha não é nenhuma sem vergonha, pois ajuda sim nos afazeres domésticos, a maldade está na cabeça de quem vê uma menina de short e pensa besteira. Tenho dois filhos homens e sempre ensinei que eles deveriam respeitar as meninas...sempre!!! Pode ser pequena a reivindicação delas hoje, mas são seres pensantes e críticos... O colégio deveria se orgulhar!!!

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

O comentário seguinte (*comentário 50*) faz referência a um tipo de poder que as mães têm para “disciplinar as filhas”, enfatizando o perfil da mãe educadora. Nesse comentário, a usuária, além de criticar veementemente o movimento, invoca a possibilidade da adoção de castigos físicos para promover o disciplinamento da filha, caso ela insistisse em se vestir de modo inadequado ou participasse de manifestação semelhante à que ocorreu no **VaiTerShortinho**.

COMENTÁRIO 50 – Se fosse minha filha protestando, querendo ir pra escola de bunda de fora, ia levar uma surra de cinta bem dada, no dia seguinte ia pra escola de burka e garanto que nunca mais usava shortinho. Bando de gurias mimadas, vão estudar isso sim.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

Transcrevo, também, comentário (**51**) feito por um sujeito masculino relativo à #VaiTerShortinho, no qual ele se apresenta como um apoiador da luta das mulheres contra abusos sexuais, mas se manifesta contrário à manifestação das meninas com o argumento de que há, em seu ponto de vista, roupas adequadas à situação escolar. Além disso, ele questiona o que aconteceria se os homens quisessem se vestir de modo a expor o corpo, numa alusão ao fato de que os homens sabem se vestir de forma adequada a cada ambiente que frequentam e as roupas não são usadas para mostrar o corpo e, sim, para cobri-lo.

COMENTÁRIO 51 – Apoio as mulheres na luta contra os abusos sexuais e estupro, e, principalmente, apoio os shorts mas se trata de respeito, escola é um lugar de educação, de cordialidade. O que aconteceria se os homens andassem com a bunda quase de fora? (sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTer Shortinho)

A evocação ao ambiente doméstico e, principalmente, à responsabilidade que a mãe tem na sua adequada manutenção é também uma argumentação recorrente, que pode ser verificada em comentários relativos às três *hashtags*, conforme excertos apresentados abaixo (*comentários 52, 53, 54 e 55*). O trabalho doméstico associado à condição feminina e à maternidade parece sugerir uma desqualificação do feminino, ao mesmo tempo em que define esse lugar como aquele “naturalmente” reservado à mulher. O *comentário 54* sugere, ainda, que o ambiente e os afazeres domésticos são disciplinadores das meninas. Já o *comentário 55*, demonstra certo conformismo em relação ao lugar na mãe no ambiente familiar como a dona de casa responsável pelo trabalho doméstico.

COMENTÁRIO 52 – Vão ajudar a mãe de vocês a limpar a casa de vocês!
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 53 – vão criar vergonha na cara!!! Ajudar a mãe cuida dos irmãos ninguém quer, lava a louça antes de dormi não dá, querem ser respeitadas? Se dêem ao respeito....
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 54 – Isso que dá quando a mãe não põe de novinha pra lavar a louça...
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 55 – MIMIMI... Na minha época, minha mãe tinha tanque de roupa para lavar... tinha que cozinhar, passar, limpar casa... acho que sobra muito tempo pra essa gente ficar cuidando da vida alheia.
(sujeito feminino, Página ZH, #belarecatadaedolar)

Nos comentários analisados, poucas vezes, há questionamentos direcionados a problematizar as relações de poder implicadas nas definições das identidades femininas e no modo como essas identidades são experienciadas. No comentário da mãe que defendeu a filha (*comentário 49*), no entanto, essa problematização aparece e aponta para o machismo e para o modo como é possível ensinar os filhos a respeitarem as mulheres. Em seu comentário, ela faz contraposição, mesmo que não explicitamente, entre os modos de ser homem e mulher naturalizados na sociedade e faz, ainda, uma crítica à escola que não compreendeu a importância da atitude das meninas ao afirmar que: “A escola devia se orgulhar”.

No caso da *hashtag* **#EnemFeminista**, também aparecem nos comentários (*comentário 56*) a questão do machismo e de como as críticas diretas ao tema da redação apontam para a desqualificação da violência contra a mulher e se mostram contrárias ao uso do exame para abordar o tema.

COMENTÁRIO 56 – Que idiotice esse tema. Se as mulheres, em parte, n se dão ao valor e pq a sociedade daria? Essa sociedade feminista está ficando nojenta.
(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

É importante ressaltar a frequência com que a máxima pejorativa “lugar de mulher é na cozinha”, que circula muito intensamente em discursos de várias ordens, encontra-se presente nos comentários. A repetição da consideração “as meninas deveriam estar lavando a louça”, ou mesmo da “falta de habilidade para lavar a louça” (*comentário 57*) são indicativas disso. Ao mesmo tempo, especula-se que lugar elas irão ocupar na economia produtiva e no mundo do trabalho caso insistam em não “respeitar as regras estabelecidas para a convivência social”, como pode ser visto, por exemplo, no excerto (*comentário 58*) abaixo.

COMENTÁRIO 57 – [O tema da redação] devia ser “A falta de habilidade em lavar louças e o excesso de mimimi das molieres brasileiras.
(sujeito masculino, página do G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 58 – Já pensou se todo mundo resolvesse trabalhar pelado? Dress code... cada roupa para uma ocasião. A escola não é baile funk.
(sujeito masculino, página Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

Já a postagem que circulou referente à *hashtag* **#belarecatadaedolar**, que transcrevo abaixo (*comentário 59*), segue uma direção um pouco diferente, demonstrando conformidade e aceitação da representação do feminino como um elemento necessário ao bom funcionamento do ambiente doméstico. Aliás, o resultado dessa conformidade – a harmonia que paira no seu lar – é invocado pela usuária para justificar a sua escolha em “permanecer no lar”, sendo sua única reclamação a de que essa decisão não é compreendida. Já no comentário seguinte (*comentário 60*), a usuária destaca, em tom irônico, o que diz ser uma preferência dos homens em relação às mulheres, e coloca em evidência uma identidade feminina que representaria a “mulher de verdade”.

COMENTÁRIO 59 – Eu escolhi ficar em casa, criar três filhos e seguir o pedido do meu marido, não trabalhar. Eu fiz a escolha certa, meus filhos estão criados e meu casamento muito bem... até os parentes não respeitam a escolha das pessoa.
(sujeito feminino, página do Zero hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 60 – Os homens preferem as recatadas e caladas do lar, pois têm medo de mulher de verdade, aquela que acorda cedo, trabalha, cuida dos filhos, trás o sustento por seu lar, estuda..Jã provamos que somos muito melhores em tudo, somos multifuncionais
(sujeito feminino, página do Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

Os comentários destacados dizem respeito às construções culturais do feminino, que homens e mulheres enunciam e que remetem a modos de representar as identidades femininas. Na participação masculina que reproduz a seguir (**comentário 61**), postada na *hashtag* **#EnemFeminista**, o comentário justifica a importância do tema tratado no Enem 2015, ao indicar que outras instâncias igualmente precisariam se ocupar de tal tema – o respeito à condição feminina e à defesa da igualdade de gênero. Um outro comentário (**comentário 62**), esse relativo à *hashtag* **#VaiTerShortinho**, aponta para a mesma direção, ao elogiar a atitude das meninas e incentivá-las a lutar por aquilo que acreditam.

COMENTÁRIO 61 – Ótimo tema, precisa ser esgotado até entrar na cabeça e na alma das criaturas que a mulher, assim como todo ser humano merece respeito...
(sujeito masculino, portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 62 – Foi-se o tempo em que as mulheres desde jovens eram predestinadas ao casamento, viviam uma vida por obrigação. Meninas mulheres do presente, lutem pelo que acreditam, estudem e tenham uma base sólida para os seus protestos. E bem vindas à vida. Façam muito mimimi (como são intitulados os que protestam no Brasil hoje).
(sujeito masculino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

Em outras participações, há alusões a uma soberania masculina conquistada por atributos que seriam “naturalmente” peculiares a uma identidade masculina. Entre esses atributos estão o “bom senso” e o discernimento para saber o que é certo e errado e uma maior capacidade cognitiva, que permite aos homens fazer cursos mais difíceis, como engenharia, por exemplo (**comentários 63, 64, 65 e 66**)

COMENTÁRIO 63 – Que tipo de direitos iguais as mulheres buscam afinal? Pq nunca vi um homem andar de pau de fora...
(sujeito masculino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 64 – A galera que quer saber do uso de shorts por meninos, aonde vocês frequentam os meninos andam com a polpa da bunda de fora como as meninas? Pq nos lugares em q eu frequento os shorts deles não mostra o corpo.
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 65 – Curso engenharia elétrica e na minha turma, que tem aproximadamente 25 alunos, 2 são mulheres. É engraçado quando algum projeto exige algum esforço físico, ou nem isso, quando algum projeto pode para que se monte algum circuito, a dificuldade das meninas é gritante. A ponto de não conseguir sem a ajuda de um "machista"... Quero ver o feminismo mudar isso!
(sujeito masculino, página do G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 66 – Enfim... Se não houvesse dificuldade por parte das mulheres, com certeza a quantidade de homens e mulheres seria equilibrada num curso de exatas. Não adianta mostrar algo para um cego que não quer enxergar, então encerro por aqui minha participação na discussão. Se quiserem mudar isso, façam cursos de exatas, feministas!
(sujeito masculino, página do G1. #EnemFeminista)

Em alguns dos comentários já transcritos, e em muitos que fazem parte do total analisado, há uma alusão ao papel da educação na definição da conduta das mulheres e isso me leva a pensar nos preceitos educacionais preconizados por Kant, e citados por Sibília (2012) no livro “Redes ou Paredes. A escola em tempos de dispersão”. A autora destaca que em seu livro “Sobre a pedagogia”¹⁹⁴, Kant deixou claro que a primeira função da escola seria a disciplina. A essa função se seguiriam a instrução e a civilidade. Sibília destaca que:

(...) a pedagogia teria como meta propiciar “o desenvolvimento da humanidade”, de maneira cumulativa e cada vez mais aperfeiçoada, procurando fazer com que ela fosse não apenas “hábil, mas também moral”, pois “não basta o adestramento; o que importa, acima de tudo, é que a criança aprenda a pensar”; e, fundamentalmente, que saiba se comportar como convém. Esse exercício de racionalidade, transmitido pela educação formal assim pautada, era também – e, talvez, principalmente – *normalizador*: ensinava-se a pensar e a agir do modo considerado correto para os parâmetros da época. (SIBILIA, 2012, p. 19, *grifos da autora*)

Hollanda (2018), em entrevista ao Jornal Zero Hora¹⁹⁵, afirmou que o manifesto das meninas do Colégio Anchieta (#VaiTerShortinho) remete a uma “busca pela

¹⁹⁴ Conforme referenciado em Sibília: KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Buenos Aires: Ed. Elaleph.com, 2001.

¹⁹⁵ Zero Hora. Heloisa Buarque de Hollanda fala sobre ativismo feminista em aula inaugural da UFRGS. Porto Alegre, 18/03/2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2018/03/heloisa-buarque-de-hollanda-fala-sobre-ativismo-feminista-em-aula-inaugural-da-ufrgs-cjex75ail041b01p4a75wdph4.html>. Acesso em 19/03/2018, às 16h40

liberdade comportamental”, semelhante à protagonizada por ela, Leila Diniz, Vera Barreto Leite e Lucia Dahl¹⁹⁶, na cidade do Rio de Janeiro, no final da década de 1960.

Penso que, no episódio do shortinho, não se trata mais de meninas que devem ser disciplinadas, mas de meninas em processo de negociação com novos modos de ser mulher e de produzir suas feminilidades. Ou seja, essas são meninas tocadas por subjetividades outras, impregnadas da cultura digital, e que são, ao mesmo tempo, produzidas por essa cultura. Alheios a uma abordagem como essa, que considera essas novas subjetividades, os comentários contestam a ausência de uma “disciplina”, que modele os sujeitos pela instrução, civilidade e moralidade (SIBILIA, 2012).

Vislumbra-se, em vários comentários relativos à *hashtag* #VaiTerShortinho, não apenas um questionamento sobre a conduta das meninas, mas um questionamento sobre o tipo de escola (e educação) necessária nos dias atuais e, ainda, que tipo de sujeitos estão sendo moldados. Transcrevo, a seguir, comentários (67, 68 e 69) que circularam na época do episódio e que fazem referência ao papel da escola.

COMENTÁRIO 67 – É um colégio católico, há regras. Tem que ter respeito. Quando o colégio pede conduta na vestimenta, é justamente para educar as alunas para não se tornarem objetos aos olhares dos outros colegas
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 68 – Bah que droga isso. E tem pai que paga para seus filhos estudarem em uma instituição sem disciplina com o uso de seu dresscode . há roupas permitidas e pronto, não é o aluno que decide e sim a instituição e o pai e mãe que paga. Até parece que tu escolhe a roupa que tem que usar em uma empresa séria.
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 69 – To começando a ficar saudosista. Acho que na minha época de ensino era melhor. Calça jeans azul, camiseta branca, levantávamos em respeito à professora quando ela entrava, pedíamos licença para ir ao banheiro, erguíamos a mão para falar...
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

A função educativa como modeladora de sujeitos, atribuída à escola, está fortemente reivindicada nestes comentários, que estão igualmente impregnados de representações sobre como se processam as relações sociais no mundo contemporâneo, no mundo do trabalho, dos pais com a escola e dos estudantes entre si, entre outras. Cabe

¹⁹⁶ Leila Diniz foi uma atriz brasileira que quebrou tabus de uma época em que a repressão dominava o Brasil, escandalizou ao usar um biquíni exibindo sua barriga de grávida na praia. Considerada uma mulher à frente de seu tempo, foi invejada e criticada pela sociedade machista das décadas de 1960 e 1970. Era malvista pela direita opressora, difamada pela esquerda ultrarradical e tida como vulgar pelas mulheres da época. Morreu em um acidente aéreo aos 27 anos.

lembrar que os mais jovens são inseridos no mundo pelos mais velhos, por meio de um conjunto de práticas que não se encontram apenas na instituição formal de educação, mas que estão pulverizadas pela sociedade.

Acreditar que a escola é, ainda hoje, a instância educativa por excelência em todos os âmbitos da vida, é um equívoco comum e que tem sido exposto em diversos estudos que abordam as pedagogias presentes em diversos artefatos e instituições das sociedades. O processo educativo tem sido visto como bem mais abrangente, uma vez que, quando crianças vão à escola (e elas estão indo cada vez mais cedo), elas já se encontram inseridas na lógica do processo educativo, por meio da família, da mídia, da geografia e da arquitetura da cidade, da cultura, da religião. Há uma lógica da sociabilidade íntima na qual as crianças são inseridas desde muito cedo (ZAGO, 2016)¹⁹⁷.

Os padrões de conduta adequados – e também permitidos – a cada ambiente, as definições de modos de vestir “ideais”, ou a vestimenta tomada como um indicativo do caráter das mulheres e dos homens são invocados com frequência nos comentários, sem que haja referências a serem esses marcadores de produções culturais e sociais engendradas em relações de poder, nas quais o gênero é um operador e organizador do social. Assim, mandar as meninas limparem a casa é algo tão natural quanto as meninas entenderem que a casa deve ser limpa por uma mulher, uma vez que essa tarefa a ela foi atribuída, desde sempre, em função do seu sexo.

No episódio do shortinho, há um aparente consenso, entre usuários que teceram comentários, sobre o tipo de roupa adequada para que a menina/mulher não se torne precocemente desejável e, portanto, não provoque o olhar e o desejo masculino. O corpo feminino aparece como objeto, controlável e vulnerável ao desejo e manipulação do outro masculino. Ainda que o motivo alegado pela diretora, ao proibir o uso do shortinho, tenha sido a necessidade de impor disciplina por meio do uso do uniforme, ao destacar que esse tipo de roupa distrai os meninos, foi um indício do modo como o corpo – no caso em questão o corpo de adolescentes do sexo feminino – é visto, percebido e narrado no ambiente escolar. Presume-se e deseja-se que este corpo seja discreto, não-cobiçável e, talvez, quase assexuado. Além disso, ao colocar o corpo das meninas em relação ao desejo masculino, a direção da escola demonstra estar alinhada ao pensamento que naturaliza as ações masculinas e as toma como constitutivas dos modos de ser dos meninos.

¹⁹⁷ A afirmação foi feita pelo pesquisador Luiz Felipe Zago, durante uma aula proferida para alunos de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ulbra, em Canoas, no ano de 2016.

Aliás, cabe ressaltar, que o movimento **#VaiTerShortinho** foi tomado pela maioria dos usuários que teceu comentários na página do Zero Hora no Facebook como um modo de chamar a atenção, promovido por “meninas mimadas”, que não têm “o que fazer e pensar” e cujas mães não as “educam desde cedo”. A ideia de que há roupas adequadas para cada ambiente e que esse tipo de roupa que as meninas reivindicam só seria adequada para o exercício da prostituição remete a uma configuração de identidade feminina calcada na construção do feminino como sinônimo de recato e de boa educação, em oposição à constituição de um feminino de segunda categoria, no caso mulheres prostitutas, tal como está registrado no excerto que transcrevo a seguir.

COMENTÁRIO 70 – Como um outro colega comentou agora pouco. "O lugar onde a maioria delas vão trabalhar, não vai precisar de roupas." E é verdade.
(sujeito feminino, página do Portal G1, **#VaiTerShortinho**)

Já no caso da *hashtag* **#belarecatadaedolar**, o corpo seria a manifestação de uma sensibilidade inerente à mulher representada (e construída) pela reportagem de Veja.com. Esse corpo carrega uma espécie de essência externada em qualidades como beleza, recato e dedicação ao lar. Os apelos à beleza, à moralidade e ao lugar da mulher estão também destacados nas roupas que Marcela Temer usa, descritas como discretas, bonitas e elegantes. A menção ao modo de vestir de Marcela Temer, aliás, tem sido tema recorrente na imprensa. Em duas das aparições que fez no desfile do Dia da Independência, em 2016 e 2017, suas roupas ganharam destaque em veículos de comunicação. Em 2016, o destaque foi para a aparente “simplicidade” do vestido branco¹⁹⁸ por ela usado e, em 2017, pela escolha de um “look” de R\$ 1.180,00, criado por uma grife mineira de roupas femininas¹⁹⁹ (**imagem 21**). Em outra publicação, Marcela Temer aparece como uma “aposta” de Temer²⁰⁰ (**imagem 22**) e seu corpo e atributos femininos são, agora, articulados ao projeto político do qual seu marido, o então vice-presidente Michel Temer, é um dos principais personagens.

¹⁹⁸ <https://oglobo.globo.com/ela/moda/look-de-marcela-temer-no-7-de-setembro-divide-opiniao-de-fashionistas-20067165>

¹⁹⁹ <http://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,marcela-temer-veste-camisa-e-calca-estampadas-em-desfile-de-7-de-setembro,70001975227>

²⁰⁰ <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2511/>



Imagem 21: reportagens sobre a roupa de Marcela Temer



Imagem 22: Capa da Revista Veja, edição 2511, 04/01/2017

O recato e a beleza, aliados à docilidade e à fragilidade, integram um conjunto de virtudes culturalmente definidos como próprios ou inerentes a todas as mulheres. Kehl (2016) situa, na cultura europeia dos Séculos XVIII e XIX, o surgimento de um ideal de feminilidade promovido a partir da proliferação de discursos diversos que buscavam promover uma “perfeita adequação” entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções,

predicados e restrições denominado de “feminilidades”. Esses discursos buscavam situar a mulher no lugar social destinado a ela por um pendor natural – a família e o espaço doméstico – e para o seu único destino possível: a maternidade. Ao mesmo tempo em que se reforça a ideia da feminilidade como inerente à mulher, em função de sua natureza e anatomia do seu corpo, institui-se o discurso de que essa natureza feminina deve ser domada por meio da educação. Esse modelo de feminilidade vincula-se intimamente à ideia de mulheres como seres vaidosos e cognitivamente inferiores ao sexo masculino.

Constituída em oposição ao espaço social dos estranhos, a família nuclear, segundo Kehl (2016), passou a ser um “lugar sagrado, cuja harmonia e cuja tranquilidade estariam a cargo daquela que cada um escolheu para esposa” (KEHL, 2016, p. 38). Desse modo, a principal função do padrão de feminilidade que sobrevive até nossos dias seria “promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar” (p. 38). Junto ao recato e à docilidade, figuram ainda como atributos da feminilidade (supostamente comuns a todas as mulheres) “uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos” (p. 40). Kehl destaca que a ideia de feminilidade que temos hoje tem uma história recente e que os discursos que a constituíram

(...) fazem parte do imaginário social moderno, transmitido pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela grande produção científica e filosófica da época, que determinava o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente uma mulher. (KEHL, 2016, p. 38)

Os comentários sobre a reportagem envolvendo Marcela Temer apontam, entre outras coisas, para um estereótipo de mulher que segue padrões burgueses de constituição não apenas da feminilidade ideal como da família ideal, da sexualidade ideal e da mãe ideal. Nesse contexto, a sexualidade feminina passa por um processo de regramento que se pauta por discursos consolidados igualmente pelo pensamento burguês, no qual as pulsões da mulher seriam satisfeitas com o parto e os cuidados com os filhos. Retomo considerações feitas por Kehl (2016), que busca na mulher oitocentista elementos para problematizar as relações das mulheres contemporâneas com suas próprias sexualidades. Apesar dos avanços em termos de liberdades e conquistas femininas, ainda presenciamos, segundo ela, interdições às discussões que chegam à sexualidade.

Ao questionar o lugar de gênero, questiona-se o discurso que institui o lugar do sexo, no caso do sexo feminino, e institui-se, por sua vez, o lugar no qual ele (o sexo) é permitido e a quem é permitido. É possível perceber, em muitos dos comentários que

transcrevi até aqui, certo temor da liberdade e da ousadia das mulheres. Se levarmos em conta o que propõe Kehl (2016), de que a submissão não ocorre sem certa dose de resistência por parte das mulheres, apontamos para o que Foucault (1999) nos apresenta acerca da sexualidade, quando afirma não ser o sexo reprimido e, sim, regulado na sociedade.

Entre tantas perguntas possíveis, poderíamos questionar porque a sexualidade ainda desperta tanta ira e apelos moralistas, em um tempo no qual já se considera conquistada a liberdade sexual e do corpo e as mulheres não são mais – pelo menos em tese – julgadas por seus comportamentos nessa esfera da vida privada. Foucault (1999) pode nos ajudar nessa compreensão, pois, para ele, a interdição do sexo não diz respeito apenas à sua proibição ou negação, ainda que isto esteja implicado. Há, em relação ao sexo, e em especial ao sexo das mulheres, “uma incessante demanda de verdade” (FOUCAULT, 1999, p. 75).

Nessa perspectiva, a verdade sobre nós (homens e mulheres) demanda colocar em questão a relação com a sexualidade e os poderes que fazem circular discursos sobre sexualidades. A regulação do sexo faz circular, também, práticas que passam a ser adotadas pelas mulheres em resposta a esses discursos. E é por meio desses discursos que as feminilidades, e o que seria o atributo feminino, se constroem, se reproduzem e se consolidam não apenas ensinando modos de ser mulher, mas apontando para os modos como se ensina a ser mulher na sociedade e a resistir a discursos outros que tentam desconstruir essa “mulher” que se acredita ser.

Há muito tempo, o sexo deixou de ser um domínio exclusivo da vida privada, constituindo-se em prática simbólica e discursiva em circulação no espaço público, tomando-se o ambiente digital como um desses espaços contemporâneos, no qual condutas sexuais são expostas e problematizadas. Esse espaço de problematização se constitui, também, em espaço de conflitos em que condutas sexuais ocupam um espaço de destaque. Mas, cabe a ressalva de que não são todas as condutas sexuais aquelas que merecem ou que devem ser contestadas. Nos comentários analisados nessa tese, percebe-se muito naturalizados os discursos que questionam a sexualidade da mulher, mas não a do homem que não chega a ser uma questão, uma vez que está dada pela sua “natureza masculina.

Nos comentários que reproduzo a seguir (*comentários 71, 72 e 73*), é possível perceber essa alusão à sexualidade masculina como algo natural e vinculada à violência como parte dessa identidade masculina. A interdição do sexo para a mulher aparece nos

dois comentários e se torna a justificativa para a violência, além de ser um indicativo da falta de adequação da mulher às normas que definem o ideal de feminilidade, principalmente o recato e a docilidade.

COMENTÁRIO 71 – Reprovo veementemente qualquer tipo de violência, principalmente, contra as mulheres, mas tem muitas mulheres que provocam a situação e nesse caso a corda quebra sempre do lado mais fraco.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 72 – Coitada da mulher, dá o maior mole, nem conhece o fulano, ma devido á modernidade dos tempos logo já ta na cama, depois apanha e nem sabe porque

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 73 – Aí chega o final de semana e vão tudo pro baile funk serem “respeitadas” na mão dos vagabundos.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #VaiTerShortinho)

Rubin (2003) acredita que, em tempos de “grande estresse social”, a sexualidade deve ser tratada com atenção especial, uma vez que tanto sexo, quanto sexualidade sempre serão políticos. Butler (2003) também destaca esse caráter político, mas destaca que não há uma superfície politicamente neutra na qual são marcadas as distinções de gênero. Vivemos um tempo no qual as sexualidades são afirmadas, mas, também, contestadas publicamente e em rede. Assim, quando nos comentários nos deparamos com juízos a respeito da sexualidade feminina – e, em sua grande maioria, esses são juízos condenatórios ou depreciativos ao corpo e às atitudes das mulheres – torna-se importante pensar sobre marcadores identitários femininos muito presentes nas nossas sociedades desde tempos passados²⁰¹, como por exemplo, as roupas, os modos de ser e portar-se socialmente, além da subalternidade em relação ao sexo oposto. Nos **comentários 74, 75 e 76**, que transcrevo a seguir, “o modo de vestir-se” é um marcador considerado para definir quem é a mulher “em questão”.

COMENTÁRIO 74 – Pra ser respeitada tem que se dar o respeito vestida que nem uma vagabunda quer respeito deixa de ser burra.

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 75 – Os meninos devem respeitar mesmo, mas muitas dessas meninas andam com umas roupas como se fossem mulheres da vida. Roupas não define caráter, mas caráter define

²⁰¹ Ao fazer essa afirmação genérica sobre “nossas sociedades”, estou ciente da simplificação que promovo, uma vez que me refiro às sociedades ocidentais que compartilham marcadores identitários considerados comuns às mulheres. Não ousaria estender essa generalidade simplificadora à totalidade das sociedades, uma vez que há outros muitos atributos de feminilidades não presentes nas culturas sobre as quais lanço meu olhar.

roupa. O que precisam, é ensinar essas meninas a se valorizarem e parar com essas coisas de vagabas! Se nem elas se dão o respeito, como esperam que os meninos façam isso?

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 76 – Se andasse de bunda de fora e dando para todos... daí tá normal. Feministas, argh!!! 100% família.

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

Já em relação ao episódio da **#belarecatadaedolar**, a sexualidade de Marcela Temer não é colocada em questão a não ser por um ou outro comentário que envolve a masculinidade de Michel Temer. A sexualidade de Marcela Temer aparece poucas vezes associada à possibilidade de uma conduta não desejável em uma mulher “de respeito”. Nesse caso, os comentários vinculam-se ao fato de que ela não seria tão “santa quanto tenta parecer”, ou que não era tão “recatada” quando foi levada pelo pai a conhecer o futuro marido em uma festa, quando tinha apenas 19 anos. A diferença de idade entre o casal, aliás, seria suficiente, em muitas situações, para reforçar o estereótipo da mulher interesseira, que se une a um homem pelo dinheiro, posição e poder, ao mesmo tempo em que naturaliza esse comportamento. Nos **comentários 77 e 78**, que transcrevo a seguir, duas usuária fazem referência ao estereótipo da mulher interesseira, usando a ironia em suas abordagens.:

COMENTÁRIO 77 – Que mal tem uma moça linda de 20 aninhos casar com um senhor de 63 anos, que foi seu primeiro namorado (condição de ambos na época do casório)? Que mal tem em largar tudo e viver recatadamente ao lado deste ancião este amor tão verdadeiro? Esta mulher é uma primeira dama padrão que o Brasil precisa, não trabalha, vive se embonecando, as custas do marido, usa roupas dignas de princesa é educada, elegane, não fala, jovem, bonita... quase uma princesa, né? Que mal tem? Que povo implicante... Parece até conto da Disney... uma princesa... quem sabe voltamos a Monarquia para combinar? Ah... não dá.. príncipe dela é muito feio...

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 78 – Leiam a reportagem. O pai da bela a leva em uma festa para conhecer o Temer que pode “alavancar” sua carreira de modelo. Depois em me dizer que é este o exemplo de mulher que devemos ser

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

O que os comentários parecem nos apontar é que os próprios questionamentos sobre sexualidade, sobre condutas e sobre modos de ser feminino e masculino estão implicados em possibilidades de expressão de tais questionamentos. E, no ambiente digital, tanto as manifestações de liberdade, quanto as relativas a restrições aos discursos

encontram condições de possibilidade de proliferarem. Há, em cada momento histórico, atribuições distintas de valor ao que é masculino e feminino e isso se aplica a roupas, comportamentos e padrões morais. E esses padrões, apesar das muitas conquistas femininas, ainda persistem, notadamente em situações que fazem referência à oposição binária entre os sexos, e que aparece nos comentários como um reforço à ideia do feminino subordinado ao masculino e dependente deste para seu próprio reconhecimento na sociedade. Os comentários transcritos a seguir aludem a isso (*comentários 79, 80, 81, 82 e 83*).

COMENTÁRIO 79 – Acho muito legal esse movimento, porém numa instituição de ensino privado existem regras, se a instituição diz que é obrigatório o uso do uniforme, tem que obedecer, talvez, se o colégio fizer um short para o uniforme belez, mas não tem não adianta (...)

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 80 – não existe mais respeito nem limites para essa geração. Andam de microssaia,, sentam com pernas abertas, sérios (não serão seios??) pulando da blusa em qualquer lugar. É o fim!!! Escola o foco tem que ser o aprendizado e não a sensualidade.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 81 – Feminazis mirins... Que beleza! Se achando as gostosonas porque não querem respeitar as regras. Simples queridinhas...Não vão para a escola, fiquem na rua, bebendo, fumando e transando nos becos, engravidem de um vagabundo e depois aborte, afinal, o corpo é de vocês.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 82 – Isso é o cúmulo da chinelagem. Assim vocês meninas se desmoralizam muito (...) coloquem uma roupinha mais comportada. Os meninos já andam até com nojo dessa exposição toda.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 83 – Mamães, queridas, ensinem VALORES para suas filhas. Esse protesto é muito ridículo, pelo visto POLÍTICO.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

No episódio do shortinho, por exemplo, este temor se expressa nas aproximações feitas sobre o comportamento das meninas e o das chamadas “mulheres da vida”. Em outros comentários há, inclusive, um prognóstico à espreita delas, quando é afirmado que “para serem putas não precisam se preocupar com a roupa”. A desqualificação do movimento protagonizado pelas meninas, qualificado ora como ridículo, ora como “chinelagem”, ou como coisa de “feminazis mirins”, pode também ser vista como outra faceta deste temor. Por tudo isso, tanto comentadoras mulheres, mães, ou não, quanto

homens apoiam a proibição assumida pela escola e até mesmo cobram medidas disciplinadoras mais rígidas.

Podemos destacar algumas questões importantes nos comentários acima que remetem a representações bastante negativas das meninas que protagonizaram o movimento **VaiTerShortinho**. São elas: alusão pejorativa aos movimentos feministas, marcada pelo uso da expressão “feminazis mirins”; associação da reivindicação das meninas a um conjunto de outros comportamentos considerados “transgressores”; categorização da vestimenta delas como “chinelagem”²⁰², uma expressão que denota baixo nível ou inadequação em relação às normas sociais; e considerações enunciadas como “recomendações” sarcásticas dirigidas às meninas e/ou suas mães.

Algumas contestações feitas à prova do Enem no ano de 2015 também assumem este direcionamento crítico de ridicularização relativamente aos movimentos de valorização das mulheres e das suas reivindicações, tal como se pode ver nos comentários transcritos a seguir:

COMENTÁRIO 84 – q idiotice esse tema. se as mulheres, em parte, n se dão ao valor e pq a sociedade daria?? Essa sociedade feminista tá ficando nojenta.
(sujeito feminino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 85 – Mulheres vem aqui enaltecer o tema da redação do enem, mas na balada se amarra no WESLEY SAFADÃO... VAI ENTENDER!
(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 86 – o tema deveria ser sobre a evolução da sem vergonhice feminina por meio dos aparatos tecnologicos. sobre isso ninguém quer falar.
(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

A mulher definida como “do lar” representa o convencional, o tradicional e a mulher que “trabalha fora” seria aquela que já está pautada por posturas decorrentes dos movimentos feministas. Quando mulheres reivindicam ser as únicas com legitimidade

²⁰² Chinelagem é uma expressão do regionalismo do Rio Grande do Sul. O conceito, segundo Luís Augusto Fischer, em seu *Dicionário de Porto-Alegres*, provém de “chinelão”, definido como “altamente depreciativo, um xingamento forte. Chamar alguém de chinelão equivale a dizer que o insultado é bagaceiro, pobre, mal arrumado, descomposto, mal-educado, tudo isso junto. Daí que chinelagem seriam os atributos e comportamentos do público “chinelão”. Fabricio Lopes da Silveira o define como derivado do hábito de andar de chinelos de dedo, mas com associações semelhantes, como sinal de uma atitude de despreendimento em relação às convenções sociais. O “chinelão” seria “alguém bagaceiro, tosco e vulgar, mal-arrumado, sem educação”. Para Márcio Ezequiel significa “atitude ou coisa de mau gosto. [...] É a tosqueira elevada ao totalmente sem noção”. (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Chinelagem>)

para impor regras sobre seus corpos, tal como sucede a partir de algumas posturas feministas mais radicais, elas tanto podem estar dizendo não à violência quanto podem estar reivindicando o direito de decidir sobre o modo como seus corpos e suas sexualidades aparecem e se instituem na sociedade. Falar do corpo feminino implica, algumas vezes, expor a violência que atinge mulheres, tema redação do Enem 2015 e, também, chamar para o espaço público discussões sobre a descriminalização do aborto, a maternidade, a participação da mulher no mercado de trabalho, o assédio e o feminicídio.

COMENTÁRIO 87 – A mulher deve ser o que ela quiser, até aquela coisa nojenta com suvaco cabeludo, que sai pelada na rua gritando baboseira e se masturba com crucifixos...só não esperem que alguém bonito, reservado, trabalhador e do lar sinta interesse... (sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

Ao discutir a categoria “**Mulher-Empoderada**”, no próximo item deste capítulo, retomo várias das reflexões feitas até aqui, uma vez que esta dimensão do empoderamento atravessa as que anteriormente focalizei e se constitui como uma marca identitária para o feminino na contemporaneidade e como um ideal, que comporta a multiplicidade e, ao mesmo tempo, tenta resgatar marcadores duramente contestados na atualidade como os padrões de beleza, a imagem da supermulher, as características inatas atribuídas às mulheres, entre elas a sensibilidade e o instinto materno.

4.3 Mulher-empoderada: “escolhi ficar em casa”

O machismo pode ser genericamente considerado como um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado e ou invejado pelas mulheres”. (DRUMONT, 1980, p. 81)

As mídias sociais e o Facebook, muito especialmente, se tornaram um espaço de visibilidade privilegiado para movimentos sociais, que tanto podem ocorrer fisicamente, nas ruas e em outros espaços públicos, quanto podem ser organizados e produzidos exclusivamente nos ambientes digitais. Nesse contexto, a expressão “empoderamento feminino” conquista espaço, ganha força e passa a ser usada no sentido de designar uma qualidade e condição essencial de um novo tipo de mulher que vai se configurando: autônoma, segura de si, dona de suas vontades e de seu corpo. O “empoderamento” se converte em uma bandeira, em um modo de pensar, em uma marca identitária e em uma palavra de ordem. A Mulher-Empoderada é aquela que toma para si o poder de romper

com o silêncio e com a ideia de uma submissão natural às opressões que a afligem no dia a dia. E é, também, a mulher que consegue driblar essas opressões, transformando-as em possibilidades de libertar-se, de “ser ela mesma”.

Derivada do inglês *empowerment*²⁰³, a expressão é também de difícil consenso, tanto pela sua apropriação por várias áreas de conhecimento e instituições quanto por sua associação a uma ação que se dá no plano individual. O termo, além de difícil entendimento, é complexo e passível de muitas interpretações, abordagens e usos. Em um artigo no qual discute o empoderamento como instrumento de emancipação social, Baquero (2012) destaca que, apesar do uso crescente do termo ligado aos movimentos de emancipação e cidadania, a partir da segunda metade do Século XX, nos Estados Unidos, a tradição do empoderamento tem suas raízes na Reforma Protestante. Ela aponta para duas abordagens principais que se observa no uso da expressão: “a educativa e a política, uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento” (BAQUERO, 2012, p. 174). O uso da expressão empoderamento na contemporaneidade, segundo a autora,

(...) se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da "ação social", presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária” (BAQUERO, 2012, p. 175-176, *grifo no original*)

Na perspectiva de ativismos feministas na internet, o empoderamento feminino tem sido tomado como o fortalecimento da consciência coletiva, expressada por ações que visam fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero. A ONG Olga²⁰⁴, por exemplo, tem entre seus objetivos empoderar mulheres por meio da informação e, para atingir esse objetivo, produz conteúdos com foco nas questões de gênero e relacionados às demandas de mulheres. Há o reconhecimento de que são variados os

²⁰³ Atribui-se ao psicólogo norte-americano Julian Rappaport a criação do termo *empowerment*, em 1977, a partir da palavra “*power*”. A expressão foi usada para defender que era preciso dar ferramentas a certos grupos oprimidos para que eles tivessem condições e autonomia de se desenvolver. No Brasil, Paulo Freire criou sua própria interpretação do termo para defender a ideia de que os próprios grupos desfavorecidos deveriam empoderar-se, noção que se tornou bem popular. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>.

²⁰⁴ <https://thinkolga.com>

modos de invocar o conceito, que pode ser usado em favor de diferentes causas e por atores dos mais diversos. A “1ª Marcha do Orgulho Crespo” é um exemplo de como a noção de empoderamento tem sido invocada, também, para desconstruir padrões estéticos eurocêntricos. O movimento visa a valorização da identidade negra e defende a “livre expressão dos cabelos crespos, sobretudo das mulheres, como forma de empoderamento”²⁰⁵.

Mas, o empoderamento feminino também pode ser pensado a partir dos ativismos em rede que não estão, necessariamente, alinhados às perspectivas de empoderar descritas acima, mas que ocorrem no sentido de trazerem à tona temas que continuam invisíveis na mídia tradicional e em outros espaços sociais, como a escola e as famílias. No texto de apresentação do livro “#MeuAmigoSecreto. Feminismo além das redes” (Lara et al., 2016), as autoras falam do engajamento e impacto provocados pela *hashtag* #MeuAmigoSecreto, criada em novembro de 2015, a partir de uma construção espontânea e coletiva. A *hashtag* foi uma espécie de convocação para que as mulheres denunciasses atitudes machistas vividas e presenciadas por elas no dia a dia, bem como praticadas por pessoas de seu convívio mais próximo, na família, no trabalho, ou entre os amigos. O movimento cresceu depois de uma postagem feita no Twitter e alcançou o Facebook e os veículos jornalísticos tradicionais.

A internet, como um espaço de luta, de reivindicação e de visibilidade, passa a ser também o espaço para que o empoderamento se transforme em uma prática. Afinal, no ambiente digital todos podem ser atores principais, contarem suas histórias e compartilharem informações e impressões pessoais. As campanhas #NãoMereceSerEstuprada, #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #VaiTerShortinho, realizadas nos anos de 2014, 2015 e 2016²⁰⁶ nas redes sociais digitais, podem ser consideradas marcadores desse novo momento, que tem sido chamado de “quarta onda do feminismo”, caracterizada, principalmente, pelo ativismo em rede,

²⁰⁵ A “1ª Marcha do Orgulho Crespo” foi realizada no dia 26 de julho de 2015, na avenida Paulista, na cidade de São Paulo. O evento reuniu cerca de mil pessoas em celebração ao dia de Teresa de Benguela, líder quilombola brasileira, quando também se comemora o **Dia Internacional da Mulher, Latino-americana e Caribenha** e em valorização da estética afro-brasileira. No dia 20 de março de 2018, foi aprovado o projeto de lei (16.682/2018), de autoria da deputada Lei Bandão, que cria o **Dia do Orgulho Crespo no Estado de São Paulo**, a ser celebrado em 26 de julho. Fonte: <http://orgulhocrespo.com/blog/fotos/1a-marcha-do-orgulho-crespo-sp/>

²⁰⁶ #NãoMereceSerEstuprada (2014); #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto (2015); #VaiTerShortinho (2016).

pelo uso do corpo como plataforma e pelas *hashtags* como “palavras de ordem” (HOLLANDA, 2018)²⁰⁷.

Mais recentemente, ganharam fôlego nas redes sociais digitais, entre elas o Facebook, denúncias contra o assédio, que são ressignificadas a partir do momento em que se transformam em eventos midiáticos. A campanha **#MeToo**, por exemplo, foi motivada pelas denúncias de assédio sexual e estupro contra o produtor cinematográfico de Hollywood, Harvey Weinstein, em outubro de 2017²⁰⁸. Em torno da *hashtag*, mulheres de várias partes do mundo se engajaram no movimento depois que a atriz Alyssa Milano postou, em seu perfil nas redes sociais, um pedido para que outras mulheres relatassem suas experiências de assédio, abuso e agressões sexuais. Alyssa sugeriu que “se todas as mulheres que foram assediadas ou abusadas sexualmente escrevessem ‘Eu também’ (*Me Too*), [nós] daríamos às pessoas a magnitude do problema”. A postagem dela foi compartilhada mais de 20 mil vezes e teve a *hashtag* **#MeToo** usada por mais de 200 mil pessoas²⁰⁹.

²⁰⁷ A expressão quarta onda do feminismo refere-se ao ressurgimento do interesse no feminismo iniciado por volta de 2012 e associado ao uso das redes sociais. O foco dessa quarta onda é a busca de justiça para as mulheres e a oposição ao assédio sexual e à violência contra a mulher. Os temas enfocadas pelas feministas da quarta onda incluem o assédio nas vias públicas e no ambiente de trabalho, a violência sexual nos campi universitários e a cultura do estupro. Escândalos envolvendo o assédio, o abuso e o assassinato de mulheres e meninas estimulam o movimento, que é marcado pelo uso intenso da tecnologia.

²⁰⁸ Atrizes famosas como Angelina Jolie e Gwyneth Paltrow também fizeram acusações contra Weinstein, um dos mais poderosos nomes de Hollywood. Ele disse que teve relações sexuais consentidas com as mulheres que o acusam. Desde que as primeiras acusações foram feitas, várias personalidades usaram as redes sociais para falar sobre o assunto e apontar outras personalidades famosas como responsáveis pelos assédios.

²⁰⁹ “#MeToo: a *hashtag* que expõe a magnitude do assédio sexual. BBC Brasil. 17/10/2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41652306>



Imagem 23: Postagem da atriz Alyssa Milano em seu perfil no Twitter

Também em 2017, no Brasil, a figurinista da Rede Globo Su Tonani acusou o ator José Mayer de assédio em um texto publicado no blog **#AgoraÉQueSãoElas**, do jornal Folha de S.Paulo²¹⁰. No texto intitulado “José Mayer me assediou”, publicado no dia 31 de março, a figurinista relata o assédio sofrido no ambiente de trabalho durante oito meses. Inicialmente, o texto chegou a ser retirado do ar, mas foi novamente publicado²¹¹. O relato de Su Tonani chegou às redes sociais em um momento de intensa fragmentação das demandas feministas, ao mesmo tempo em que o tema da “violência” oferece uma possibilidade de aglutinação dos movimentos feministas em torno de uma causa comum. O depoimento de Tonani pode ser entendido como um ato de empoderamento, não de revolta, mas de uma tomada de consciência de que atitudes machistas travestidas de brincadeiras ou de “cantadas” estão fora de moda e não podem mais ser toleradas. No trecho final do texto, Su Tonani diz:

²¹⁰ O texto publicado no blog foi retirado do ar, republicado e novamente retirado do ar. O link do texto leva a uma página que não está disponível. Mas, o texto pode ser lido no link publicado pelos Jornalistas Livres. <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3Aqz8HdwZxgFsJ%3Aagoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br%2F2017%2F03%2F31%2Fjose-mayer-me-assediou%2F+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

²¹¹ <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/03/31/jose-mayer-me-assediou/>

Falo em meu nome e acuso o nome dele para que fique claro, que não haja dúvidas. Para que não seja mais fofoca. Que entendam que é abusivo, é antigo, não é brincadeira, é coronelismo, é machismo, é errado. É crime. Entendam que não irei me calar e me afastar por medo. Digo isso a ele e a todos e todas que, como ele, homem ou mulher, pensem diferente. Que entendam que não passarão. E o que o meu assédio não vai ser embrulho de peixe. Vai é embrulhar o estômago de todos vocês por muito, muito tempo.

No dia seguinte à publicação do texto da figurinista, 1º de abril de 2017, o Portal G1 publicou a matéria “Figurinista acusa José Mayer de assédio; ator nega e declara: ‘Não misturem ficção com realidade’”²¹². Não houve espaço para comentários no Portal nem compartilhamento no Facebook. Nessa rede social, o Portal G1 fez uma postagem, no dia 4 de abril, não tendo como foco a denúncia da moça e, sim, o afastamento do ator e o movimento iniciado por atrizes da emissora, que se posicionaram contra o assédio. As atrizes usaram camisetas com a *hashtag* **#MexeuComUmaMexeuComTodas** e também usaram a *hashtag* **#ChegaDeAssedio** nas redes sociais. Nesse mesmo dia, José Mayer publicou uma carta aberta em que admite ter assediado a figurinista, pede desculpas e diz ter sido educado para acreditar que atitudes como as que ele teve eram apenas “brincadeiras”.

²¹² <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/figurinista-acusa-jose-mayer-de-assedio-ator-nega-e-declara-nao-misturem-ficcao-com-realidade.ghtml>



Imagem 24: postagem na página do Portal G1 no Facebook. #MexeuComUmaMexeuComTodas

Transcrevo abaixo a carta aberta em que José Mayer admite o assédio, pede desculpas e justifica sua atitude²¹³.

Carta aberta aos meus colegas e a todos, mas principalmente aos que agem e pensam como eu agi e pensava:
 Eu errei. Errei no que fiz, no que falei, e no que pensava. A atitude correta é pedir desculpas. Mas isso só não basta. É preciso um reconhecimento público que faço agora.
 Mesmo não tendo tido a intenção de ofender, agredir ou desrespeitar, admito que minhas brincadeiras de cunho machista ultrapassaram os limites do respeito com que devo tratar minhas colegas. Sou responsável pelo que faço.
 Tenho amigas, tenho mulher e filha, e asseguro que de forma alguma tenho a intenção de tratar qualquer mulher com desrespeito; não me sinto superior a ninguém, não sou.
 Tristemente, sou sim fruto de uma geração que aprendeu, erradamente, que atitudes machistas, invasivas e abusivas podem ser disfarçadas de brincadeiras ou piadas. Não podem. Não são.

²¹³ <https://extra.globo.com/famosos/acusado-de-assedio-jose-mayer-admite-em-carta-que-errou-pede-desculpas-21158359.html>

Apreendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele.

Este é o meu exercício. Este é o meu compromisso. Isso é o que eu aprendi.

A única coisa que posso pedir a Susllen, às minhas colegas e a toda a sociedade é o entendimento deste meu movimento de mudança.

Espero que este meu reconhecimento público sirva para alertar a tantas pessoas da mesma geração que eu, aos que pensavam da mesma forma que eu, aos que agiam da mesma forma que eu, que os leve a refletir e os incentive também a mudar.

Eu estou vivendo a dolorosa necessidade desta mudança. Dolorosa, mas necessária.

O que posso assegurar é que o José Mayer, homem, ator, pai, filho, marido, colega que surge hoje é, sem dúvida, muito melhor.

(Jose Mayer, 04/04/2018)

Nos comentários relativos ao assunto, muitos foram dirigidos ao ator José Mayer, reprovando sua atitude diante da colega de trabalho, mas nem todos os que reprovaram consideram que ela deveria ter exposto o caso publicamente. Percebi que, ainda que ele tenha admitido ter “passado do limite”, sua atitude foi atribuída, tanto por ele como por muitos que comentaram, a uma “atitude natural” de homens diante de mulheres bonitas e atraentes. Por outro lado, Su Tonani, ao silenciar durante tanto tempo, reforça a ideia de que mulheres não denunciam, muitas vezes, por não terem certeza de estarem sendo assediadas ou pelo medo de serem julgadas pelas atitudes masculinas dirigidas a seus corpos. A figurinista foi julgada, em comentários nas redes sociais e em matérias e artigos postados em veículos de comunicação, por ter exposto o colega – “não precisava disso, bastava ter feito um BO” – e acusada de estar em busca de fama – “daqui a pouco recebe convite para posar nua” – e de ter resolvido denunciar por “ter levado um fora dele”. Abaixo transcrevo alguns comentários que apontam para essa direção.

COMENTÁRIO 88 – ele na certa não quis continuar e ela agora dando uma de gostosa. Eu sou mulher e se isso aconteceu não foi à força porque senão ela teria ido dar uma queixa dele.

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 89 – Concordo. ..Não estou apoiando o que ele fez mais só não entendo porque só agora?? Porque se ele vinha tratando ela com desrespeito e só agora se pronunciar...Será que já não tinha reclamado e só agora veio a tona para poder não perder audiência já que estava com uma novela se sucesso no ar...Será que esperaram acabar para falar..ou será que agora que acabou tudo ela falou do que aconteceu porque acabou e ele não ia mais provoca lá...Bom não entendi nada..vai saber né

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 90 – Ninguém fala das inúmeras atrizes que tiveram que ir pra cama com algum diretor pra conseguir um papel numa novela.isso ninguém Lembra.Será que a coisa foi mesmo como ELA diz? Um ator do calibre do José Mayer ia arriscar uma carreira por uma "passada de mao"?

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

O mesmo tipo de julgamento foi verificado quando ela desistiu da denúncia e os comentários soaram como uma comprovação do que havia sido dito antes. “Ela queria dinheiro e conseguiu”, em uma clara alusão à representação da mulher interesseira, que busca no sexo masculino, na medida de sua realização (*comentários 91 e 92*). Mas, houve muitos comentários, principalmente feitos por mulheres, que apoiaram a atitude dela e argumentaram sobre a dificuldade em relatar e denunciar casos de assédio no ambiente de trabalho (*comentários 93 e 94*) e, ainda, a humilhação a que mulheres são submetidas em casos como esse (*comentário 95*)

COMENTÁRIO 91 – Deu esse bafafa porque o José Mayer é atualmente um galã uva passa, só conquista tiazinha acima de 40 no mínimo, não deve fazer o tipo da figurinista. ..queria ver se a figurinista não cairia nas gracinhas de por exemplo um Rodrigo Hilbert, mais novo...É aquele ditado, José Mayer estava jogando o verde pra ver se colhia maduro e se deu mal

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 92 – Se ela quisesse mesmo ser levada a sério, n precisava desse alarde todo, no dia sim, mas n dessa forma, qual é a mulher q denúncia algo sim dias depois fazendo entrevista p jornal? A famosa política do pão e circo, ambos estão errados,

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 93 – O assédio não tem profissão, não tem idade, não tem grau de instrução ou classe social..., porém urge que pensemos o quão rápido, mulheres assediadas por homens popularmente famosos, voltam atrás na decisão de expor a violência. Não é o homem A ou B , mas sim a violência masculina em forma de abuso. Sabemos que é apenas medo do que virá... Segue o jogo e, mais uma vez, perdemos todas!

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 94 – Na vdd acredito msm que ela tenho levado uma prensa. Ela se mostrou muito corajosa ao enfrentar um artista tão influente quanto o Ze Mayer e a própria Globo... Certamente o recuo dela , teve motivação.

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 95 – Pra mim fica bem nítida a impressão de que a moça está (com toda razão) constrangida, humilhada, ofendida e talvez até mesmo, deprimida. Ter de passar por uma situação dessas, ter sua vida devastada não foi, obviamente, algo fácil. Suas relações de trabalho não devem estar das melhores, suas relações familiares, mais uma vez, obviamente, estão complicadas também, com toda essa exposição. O máximo que posso desejar a essa moça é que tenha força, e que tenha alguém ao lado dela apoiando, não aquele apoio de redes sociais, mas aquele apoio humano, sensível e amável; que logo mais ela se sinta segura pra formalizar a denúncia. Enquanto isso, bem, julgá-la é que não vou, só posso me solidarizar com toda essa situação vivida por ela.

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

A referência à representação de “mulher interesseira”, que aparece nos comentários relativos ao assédio envolvendo o ator José Mayer, pode ser vista também nos comentários relativos à **#belarecatadaedolar**, conforme transcrito nos comentários abaixo (*comentários 96, 97, 98, 99 e 100*). Neles, há referências ao modo de vida de Marcela Temer, que apesar de ser uma mulher do “lar”, não precisa se dedicar aos afazeres domésticos. Outras críticas se referem ao fato de que ela, sendo muito mais jovem, se uniu a Michel Temer por interesse financeiro. No **comentário 95**, a usuária parece admitir o interesse e considera as críticas como atitude de recalcadas, citando características atribuídas, em outros momentos e por outras usuárias, ao estereótipo de mulher feminista.

COMENTÁRIO 96 – com empregada e um marido rico é fácil ser bela, rica e recatada. Queria ver ser bela e recatada pegando ônibus lotado, chegar em casa, lavar cozinhar e cuidar dos filhos. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 97 – 43 anos mais velho que ela, recatada porque ele paga suas contas, suas viagens, seus vestidos, sapatos, seus restaurantes, seus cremes, perfumes, a lista é grande. É obvio que ela está com um velho asqueroso com quase 80 anos apenas porque ele é rico. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 98 – A maioria reclama do patriarcado mas nunca trabalhou, vive às custas do pai, sempre ganhou o que quis. (sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 99 – Não tenho preconceito com nenhuma forma de amor, mas chamar de recatada uma menina de 19 anos que vai até o gabinete deixar recados, correr atrás, e fazer de tudo para se relacionar com um senhor de 63 anos. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 100 – Eu acho que tudo é recalque dessas sovacos cabeludos por não terem a chancer de serem do lar e tao

pouco de serem amadas, daí ficam inventando mimimi para o recalque delas.
(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

É possível elencar algumas abordagens nos episódios **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar**, que dizem respeito ao empoderamento. No caso do shortinho, destaco: a apropriação que as meninas fazem de um modo de comunicar e se manifestar na internet, usando uma *hashtag* como “palavra de ordem”, coletando assinaturas online e usando as rede sociais digitais para midiaticizar suas demandas; a transformação de um episódio privado em um evento midiático; o entendimento do movimento como “resistência”, como uma força que age em relação ao poder de regramento pautado pelo sexismo e pelo machismo institucionalizado na escola. Nesse caso, o empoderamento das meninas, por disporem dos meios e usá-los em seu benefício para resistir, se mostrou muito potente frente ao pensamento dominante que privilegia o desejo e as vontades masculinas.

Já no caso da *hashtag* **#belarecatadaedolar**, o empoderamento é tomado como possibilidade de escolha individual, o que torna possível a afirmação de que Marcela Temer é uma “mulher empoderada”. Em muitos comentários, esse empoderamento foi atribuído a ela por ter “conquistado” um homem influente politicamente e essa “capacidade” deveria ser motivo de orgulho para as mulheres e não motivo para ataques a Marcela nas redes sociais. Também foi perceptível a ideia de que essa “capacidade” de conquistar é prerrogativa de mulheres que possuem os tais atributos de feminilidade, como beleza e recato, e não está disponível para as “feministas” de “suvaco cabeludo”, por exemplo (*comentário 100*).

Como se pode observar, “atravessa” esses comentários a aceitação de que o feminino situa-se um “degrau abaixo” do masculino, tal como Saffioti (2004) comentou em relação a outras situações. Também no caso das meninas do **#VaiTerShortinho**, encontra-se presente a aceitação de dependência moral da mulher em relação ao sujeito masculino, representado como aquele que sabe como se comportar e para quem as meninas devem dirigir suas expectativas. No episódio da **#belarecatadaedolar** é possível indicar uma discrepância entre o que é representado como uma característica “desejável” para a mulher contemporânea, resumida em uma enunciação na qual se afirma o poder que ela tem de “viver sua feminilidade e sua identidade como desejar”, e a valorização atribuída a um determinado tipo de mulher, caracterizada pelos atributos da beleza, do

recato e da dedicação ao lar. Destaco, a seguir, mais alguns comentários postados na Página do Jornal Zero Hora, relativos a essa *hashtag*.

COMENTÁRIO 101 – Mulher pode ser o que quiser, menos bela, recatada e do lar. Essas feministas são umas comédias.
(sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 102 – Os homens preferem as recatadas e caladas do lar, pois têm medo de mulher de verdade, aquela que acorda cedo, trabalha, cuida dos filhos, tras o sustento para o lar...
(sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 103 – Excelente matéria. Valorizou uma mulher que vive á sombra do seu marido e ofendeu toda as mulheres que não são exatamente belas, recatadas e precisam trabalhar, quem sabe até para sustentar os filhos.
(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 104 – Não entendo a polêmica. A alguns dias Zero Hora fez uma reportagem sobre o feminismo e daí estava tudo certo. São formas diferentes de ver e viver a vida onde todos devem estar certos. Cada um tem sua verdade.
(sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

COMENTÁRIO 105 – Engraçado que todo mundo adora abrir o bocão pra falar que mulher pode ser e fazer o que quiser. Mas só se ela quiser estudar, trabalhar, ter um segundo, terceiro turno, fazer doutorado, dar palestra, fazer convenções internacionais. Se ela quiser ser dona de casa (ou ficar em casa que seja), tier condições de ser patricinha ou algo que fuja do padrão modernoide esperado, aí já não tem direito. Não seria o caso de cada um cuidar da sua vida, da sua casa e das suas ocupações? (ou da falta delas?) Começo a concordar com a Anatel. É muita gente com internet ilimitada para cuidar da vida alheia.
(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#belarecatadaedolar**)

Considerarei importante lembrar a abordagem que faz Lipovetsky (2000), no livro “A Terceira Mulher”, sobre as mudanças ocorridas no estatuto da mulher ao longo da história. O autor delimita três fases distintas marcadas, igualmente, por três representações de mulher. A primeira delas, segundo ele, materializa-se em Eva, Lilith e Pandora, míticas representações de mulheres que povoam o imaginário da cultura judaico-cristã e que são associadas à traição, à fofoca, à intriga, ao engano. Elas representam a mulher culpada pelos males da humanidade, considerada um ser inferior, mas que não carregava como marca identitária a docilidade, a feminilidade, a sensibilidade e, tampouco, o peso do papel social de mãe, cuidadora, educadora e responsável pelo equilíbrio da vida familiar, características essas que surgem a partir da Idade Média.

É nesse período, segundo o autor, que começa a se desenhar a segunda mulher: sensual, sedutora, bela e sensível, que passa a ocupar papel central no espaço doméstico e familiar. Essa é também a mulher adulada, fragilizada, submissa, uma representação que percebo estar bem destacada nos relatos feitos sobre Marcela Temer, problematizada com a *hashtag* **#belarecatadaedolar**. “A segunda mulher (...) não era mais do que aquilo que o homem pretendia que ela fosse” (Lipovetsky, 2000, p. 232). Essa representação de mulher destaca-se, por exemplo, na fala de uma usuária que diz ter sido sua escolha ficar em casa para cuidar das crianças, a pedido do marido, que alegou a importância da presença dela no lar e nos cuidados com a família.

A terceira mulher, ou a mulher indeterminada, segundo Lipovetsky (2000), surge no contexto das lutas por emancipação, pelo controle da reprodução, pelo direito ao voto, pela liberdade de pensamento e de escolhas. Lipovetsky situa seu surgimento no ambiente da contrarrevolução cultural, ocorrida nos anos 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos da América, sendo que a pílula anticoncepcional teria sido apontada como um marco que desencadeou mudanças e apontou para possibilidades reais de emancipação feminina. Apesar de considerar as definições desse autor pertinentes, relativamente às análises das representações de mulher que identifiquei como empoderadas, nessa tese, considero essa divisão um tanto genérica, principalmente se pensarmos na infinidade de demandas e de representações que se expressam no contexto mais contemporâneo, de fragmentação das identidades e da emergência da quarta onda do movimento feminista.

Encontro semelhanças entre a “mulher indeterminada”, definida por Lipovetsky (2000), e categoria Mulher-Empoderada, discutida nessa tese, que se reconhece dona do seu destino, do seu corpo e de sua posição social, mas que, ao mesmo tempo, vive a contradição de ter sua identidade vinculada a papéis tradicionalmente marcados como os de mãe e dona de casa. Lipovetsky (2000) chama a atenção para duas contestações a partir das quais se pode pensar o feminino em seu deslocamento na história: a primeira diz respeito a não haver complementaridade e, sim, exclusão no que se refere aos papéis sociais atribuídos à mulher; a segunda, é que as atividades do masculino gozam de maior prestígio e reconhecimento social.

Atualmente, podemos perceber que há um afrouxamento no exercício dos papéis femininos – especialmente os relativos aos cuidados com os filhos – que passaram a ser exercidos com mais naturalidade pelos homens contemporâneos, mas ainda são considerados exceção pela sociedade, por ver a mãe como a cuidadora natural da prole. Se hoje já é comum que homens assumam tarefas antes consideradas exclusivas das

mulheres, também as mulheres assumem papéis que tradicionalmente eram atribuídos ao masculino. Mas, como já destacou Lipovetsky (2000), isso não implica necessariamente que haja uma simples troca de papéis. A mulher empoderada acumula papéis e processa-se, em torno dela, todo um movimento discursivo que busca naturalizar esse acúmulo. Segundo esse autor,

No próprio coração da hipermodernidade, reorganiza-se a diferença das posições de gênero. É apenas quando se esvaziam de sentido existencial e se chocam de frente com os princípios de soberania individual que os códigos ancestrais do feminino se eclipsam. Em outras situações, as funções e papéis antigos se perpetuam, combinando-se de maneira inédita com os papéis modernos. (Lipovetsky, 2000, p.14).

No entanto, a decantada possibilidade da mulher “poder ser o que ela quiser” esbarra em um conjunto de aspirações que a organização histórica, cultural e social designou para ela, e que está baseada nas distinções de gênero. O empoderamento feminino está associado a um novo momento, no qual o feminismo é tanto atacado quanto celebrado, o que pode ser percebido nos comentários que reproduzo abaixo (*comentários 106, 107 e 108*), que deixam transparecer uma “guerra dos sexos” deflagrada em torno da hashtag **#EnemFeminista**.

COMENTÁRIO 106 – Quero ver os machistas agora escrevendo na folha de redação que feminismo é falta de rola... que estupro só acontece porque a mulher estava pedindo ou estava de shortinho... Machistas não passarão... literalmente!
(sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 107 – Essa aparada de feminismo tá enchendo o saco... é fato que existe muita violência contra a mulher, agora ficar latindo dizendo que machistas vão se dar mal na prova... aff dá um tempo feministas alienadas, vocês querem acabar com os homens do planeta?
(sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 108 – Vejo homens incomodados com o tema da redação
(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

É possível admitir que o termo “empoderamento” se presta tanto a construir novos padrões de comportamento para as mulheres quanto para difundir a ideia de que as lutas feministas nada têm a ver com as demandas das mulheres contemporâneas. Frases como “esse feminismo não me representa”, “ser feminista não é nada disso”, “pregam a liberdade, mas só se forem feministas” mostram como é frágil e difuso o entendimento do que seja o feminismo, além de apontarem para a própria definição de quem seria essa “mulher” que o feminismo representa.

É recorrente nos comentários analisados nas três *hashtags*, ideia de que o feminismo é “uma chatice”, de que as mulheres não precisam de feminismo, pois já gozam de direitos em pé de igualdade com os homens, de que as feministas depõem contra a própria mulher ao defenderem ideais e modos de ser que contrariam “atitudes femininas”. É comum, até mesmo, o ataque aos movimentos feministas partir de mulheres, o que torna a questão ainda mais desafiadora, uma vez que esses “ataques” parecem demonstrar a falta de articulação e coerência entre os estudos feministas e os vários ativismos que se tornam visíveis na internet e nas redes sociais digitais.

A ideia de que as mulheres não precisam mais lutar por direitos, porque esses já foram conquistados desconsidera as condições em que esses direitos estão ou não disponíveis para mulheres que vivem e produzem suas feminilidades de diferentes modos e a partir de marcadores diversos, entre eles classe social e raça/etnia. Por outro lado, a presença de tal entendimento em muitos dos comentários expõe o esvaziamento da categoria mulher como objeto do feminismo e aponta para a focalização das experiências mais imediatas e individuais, que têm no corpo da mulher e nas suas possibilidades de expressão suas fontes de identificação. Essa discussão sobre a mulher como objeto do feminismo, já problematizada no **Capítulo 2**, expõe o quanto o assunto encontra-se pulverizado entre as pessoas e não se limita aos discursos acadêmicos.

Quando mulheres dizem “esse feminismo não me representa” ou “esse feminismo já deu, deixa a mulher em paz” ou ainda quando se diz que as “feministas querem acabar com as mulheres e com os homens”, elas se alinham a discursos neoliberais, que tomam os sujeitos como dotados de poder absoluto para decidir sobre suas vidas. Nesse caso, o empoderamento da mulher se converte em um instrumento alinhado à manutenção das estruturas machistas da sociedade.

As falas recorrentemente contrárias ao feminismo se alinham, ironicamente, ao pensamento mais corrente nessa chamada quarta onda, em que o empoderamento passa a ser pensado como uma ação realizada pelos próprio sujeitos, uma espécie de “autoempoderamento”, que leva, justamente à ideia da liberdade de agir e decidir, como se o machismo e as relações de poder que possibilitam a manutenção das desigualdades e opressões de gênero pudessem ser superadas por atos de vontade e livres de mediações de qualquer natureza.

Uma vez que o poder deve ser entendido como algo que circula e que só funciona num sistema de relações (FOUCAULT, 1981), o empoderamento torna-se uma expressão que faz sentido, nas análises propostas nessa tese, a partir da consideração de que das

relações de poder e não de uma ação que se exerce simplesmente de forma homogênea, linear e vertical. A essência do poder, como sugere Foucault, vai além de uma forma de organização ou de uma imposição de força. Tornar visíveis, portanto, as pautas femininas e discuti-las abertamente é tanto uma manifestação de poder quanto de possibilidade para produzir condições de resistência.

Mas, assim como é recorrente o rechaço ao feminismo, é recorrente, em menor escala, sua convocação quando os assuntos se referem a violações de direitos da mulher – geralmente assédio, pedofilia, feminicídio e estupro. Há sempre alguém afirmando que, em função desses episódios, as mulheres ainda precisam do feminismo. Há nessa lógica algo que merece ser observado com atenção: o feminismo visto como um simples instrumento do qual as mulheres precisaram lançar mão, como um instrumento para empoderamento, mas não como um movimento político que pretende mudanças mais substantivas nas estruturas da sociedade.

Por outro lado, até mesmo esse caráter instrumental é questionado, quando se defende que o empoderamento da mulher é algo que depende apenas dela, como se esse correspondesse a uma ferramenta disponível à espera de ser usada. O empoderamento é tomado como um instrumento que dispensa organizações feministas, movimentos de mulheres, bastando que seja adotado por quem deseja libertar-se do machismo, entendido como um comportamento inadequado que pode ser modificado a partir da modificação da conduta da mulher em relação a ele.

4.4 Sobre as representações de identidades femininas nos comentários

Após discutir separadamente – dentro dos limites em que isso foi possível – as categorias que elegi nessa pesquisa, teço algumas considerações sobre a produção de identidades femininas nos comentários que considere terem se destacado durante o processo e análise. Percebi, ao longo da pesquisa, que há um reconhecimento da multiplicidade de possibilidades de viver as feminilidades, bem como muitas dúvidas quanto a essas possibilidades.

Em muitos comentários, as identidades aparecem marcadas, muito fortemente, pelas polarizações que situam diferentes tipos de mulheres em lados opostos, a depender de suas afinidades ou rejeições aos modelos considerados normais/anormais e desejáveis/indesejáveis na sociedade. Essa polarização ocorre como se as identidades fossem fixadas a determinados marcadores culturais e papéis sociais, sendo tomadas

como se fossem únicas e imutáveis e como se não houvesse possibilidade de trocas, de deslizamentos, de ressignificações. Por outro lado, em muitos comentários pude perceber que se admite a existência de múltiplas possibilidades para que as mulheres vivam suas feminilidades.

Entre esses marcadores culturais muito presentes, destacou-se a maternidade, não apenas nos comentários, mas na intensa circulação de temas que expõem os dilemas da maternidade, a decisão da mulher por ser ou não ser mãe e as diversas possibilidades de vivenciar a condição de mãe. Percebi que há pouca tolerância, no Facebook, para normas que já estejam pré-estabelecidas em relação à maternidade e que tenham por objetivo determinar a conduta ou os modos de ser mulher e mãe. Mas, essa intolerância é menos perceptível quando partem de “especialistas” e profissionais das mais diversas áreas, principalmente quando dizem respeito ao que seriam “novos” modos de relações entre mães e filhos.

Como uma das características do Facebook é a homogeneização, tem-se, por vezes, a sensação que temos ao navegar na rede é que todas as postagens e comentários têm o mesmo peso. Isso faz com que, nessa rede social, todos possam se apresentar como especialistas, ainda que suas especialidades sejam validadas pelas suas práticas na área sobre a qual falam e não por uma formação específica. Assim, é natural que proliferem compartilhamentos das experiências com a maternidade, de modo a ensinar outras mães o “ofício”. Nesses casos, mães-especialistas costumam rechaçar opiniões contrárias às suas e a desqualificar padrões de comportamento materno que não estejam alinhados ao que elas acreditam. Esse é um dos casos em que se verifica o “efeito bolha” no Facebook, provocado pela ação dos algoritmos que determinam previamente o que iremos visualizar e, ao mesmo tempo, para quem nossas postagens serão direcionadas, com base nas nossas interações e preferências.

Assim, nessas polarizações presenciamos tanto campanhas que denunciam a grande quantidade de partos por cesariana nos hospitais privados, quanto aquelas que defendem o direito da mulher decidir sobre a melhor forma de trazer seus filhos ao mundo. Há movimentos pela amamentação de longa duração, de livre demanda e em qualquer lugar, inclusive lugares públicos, assim como há argumentos que defendem o direito da mãe decidir não só pelo modo de amamentar mas se quer ou não amamentar. Ou seja, há quem considere a amamentação um ato de amor e quem a considere uma imposição, cansativa e dolorosa, como apontou a internauta Juliana Reis em seu desabafo no **#Desafio Da Maternidade**.

Percebo que a mulher qualificada como “do lar” se contrapõe à “mulher trabalhadora”, sem que haja, necessariamente desqualificação direta da primeira, apesar do reconhecimento de que o trabalho doméstico não é reconhecido como “trabalho” equivalente ao que é exercido fora do lar e remunerado. O trabalho surge como fator importante de autonomia e de empoderamento, apesar de alguns comentários considerarem ser também uma mulher empoderada, aquela que assume “espontaneamente” ter encontrado no lar o “seu melhor lugar”. Nesse último posicionamento, o que parece incomodar essas mulheres são as críticas ou cobranças que recebem por suas decisões.

Mas, ainda que seja considerada também empoderada, por poder escolher não “trabalhar fora”, essa mulher precisa se explicar, precisa de respaldo para afirmar que gosta de ser “do lar”, que ama os filhos e que largaria o emprego para cuidar da casa, do marido e da família, se assim fosse preciso ou se o marido pedisse. O trabalho, tomado como uma ferramenta de emancipação e autonomia, é também visto como uma necessidade, nem sempre ligada a uma escolha. Aliás, até foi defendido, em alguns comentários, principalmente relativos à **#belarecatadaedolar**, a ideia de que o trabalho fora do lar é um fardo, devido às desigualdades entre gêneros que condenam a mulher a duplas e, às vezes, triplas jornadas de trabalho.

Essa relação da mulher com o mundo do trabalho, tal como aparece nos comentários, faz pensar nas reflexões de Faludi (2001) relativamente ao backlash e aos movimentos invisíveis, que levam as mulheres a acreditarem serem as únicas responsáveis por suas escolhas e por suas angústias. Há, em muitos comentários, queixas das duras jornadas de trabalho e, também, afirmações de que seria “um sonho” encontrar “alguém” que permitisse a elas ficar em casa. Não percebi referências a esse “alguém” como um sujeito do sexo feminino, o que me levou a pensar que a ideia de submissão pelo trabalho é, geralmente, associada a uniões heteronormativas e a uma união estável ou casamento.

As polarizações também aparecem, quando as mulheres são situadas em contraposição às “feministas”, tomadas como aquelas que querem destituir “a mulher” do lugar que lhe pertence na sociedade. Os ataques às feministas se referem, repetidas vezes, à aparência, considerando-se que ser “feminista” é sinônimo de ser mulher feia, mal-amada e desleixada com a higiene. Nesse último aspecto, a depilação é uma prática considerada tipicamente feminina e muitas são as referências às feministas como “aquelas do suvaco cabeludo”.

A liberdade feminina, apesar de estar ligada à autonomia financeira e ao empoderamento, não me pareceu uma marca identitária potente, uma vez que ela aparece, com bastante frequência, relacionada a direitos civis já conquistados – direito ao trabalho e à educação, direito ao voto, direito ao divórcio, por exemplo – e menos à desconstrução dos estereótipos de gênero e ao rompimento com papéis destinados a homens e mulheres na sociedade a partir das diferenças biológicas.

Persistem como marcas de identidades femininas a beleza, o recato e a juventude, sendo a inveja considerada uma característica feminina e um atributo exclusivo das mulheres. Foram muito comuns os comentários, feitos por homens e mulheres, que sugeriram haver inveja da Marcela Temer, por esta ser bela, recatada e do lar. Mas, a inveja aparece também relacionada à *hashtag* **#EnemFeminista**, sugerindo-se, neste caso que feministas teriam inveja das mulheres que levam “uma vida normal”, sem “mimimi” e sem “vitimismo”. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a medida e o motivo da inveja decorreriam do fato de que algumas mulheres se configuram como dotadas dos atributos femininos considerados desejáveis e normais, que lhes permitem conquistar um homem, que lhes ofereça condições de viver como uma “princesa”, livre da violência e do “mimimi” das feministas. Há, em diversos comentários, a ideia de que mulheres “escolhem o feminismo” por não terem sido capazes de encontrar um homem para casar, viver um amor romântico e constituir suas famílias.

A representação da mulher como um “objeto” que se pode comprar é outra recorrência nos comentários examinados e isso fica bastante evidente no caso da *hashtag* **#belarecatadaedolar**, com os vários comentários que se referem aos possíveis motivos que teriam levado Marcela Temer a se “apaixonar” pelo marido, muito mais velho e rico. Neste caso, os comentários descartaram a possibilidade de os protagonistas viverem um amor romântico, numa alusão ao tempo em que as mulheres não escolhiam um homem, mas aceitavam se casar em nome de estabilidade financeira. Ao lado disso, muitas mulheres consideram legítima a “escolha” por um marido rico e muitos homens afirmam que isso é recorrente e faz parte da natureza “interesseira” das mulheres.

A mulher também aparece, de forma recorrente, como responsável pela transformação de seu corpo em objeto, sob o crivo masculino, o que as leva a serem culpabilizadas pelas atitudes dos homens, relativamente ao assédio e à violência, e por colocarem o “prazer sexual acima da dignidade”. Especialmente nos comentários relativos à *hashtag* **#VaiTerShortinho**, percebe-se certo saudosismo de um tempo em que as “mulheres eram valorizadas pelos homens”, ou seja, um tempo em que elas

ocupavam um lugar que lhes conferia certa importância, a mulher como senhora e rainha do espaço privado e doméstico. Nesse caso, não ocorre a negação ou proibição do sexo às mulheres. O que ocorre é sua regulação mediante a invocação de padrões morais e éticos atribuídos ao feminino ao longo da história.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÃO FINAIS

A violência não é um dado a mais na vida das mulheres, uma possibilidade, um azar ou apenas uma marca. A violência determina o que é ser uma mulher. Ser mulher é também ser um corpo que não se sente seguro em lugar algum.
(Eliane Brum)²¹⁴

Theodore é um escritor solitário, que vive em um futuro triste, melancólico e individualista, na cidade de Los Angeles. Por meio de uma agência de tecnologia e relacionamentos, ele “conhece” Samantha e eles passam a viver uma história de amor. Nada parece fora de lugar até aqui, a não ser o fato de que Samantha é um sistema operacional. Ela interage com Theodore por meio de seu smartphone e vai ficando cada vez mais “inteligente” com essas interações. O encontro entre Samantha e Theodore não começou como um encontro qualquer, mas a partir do momento em que ele comprou o sistema operacional e o programou com todos os atributos que considerou serem ideias para a mulher com quem desejava se relacionar.

Samantha passou a existir a partir do desejo de Theodore de ter uma companheira que o compreendesse, que estivesse disponível em todos os momentos e que o fizesse se sentir menos sozinho. Samantha era a mulher ideal, cuja existência estava condicionada à conexão do telefone celular de Theodore e à própria existência dele. Ao desejar uma mulher ideal, Theodore não se envolve em um processo individual, ainda que sua relação com Samantha possa ser considerada como um exercício máximo de sua individualidade. Trata-se de um processo em que essa individualidade é parte de uma imensa rede de conexões, permitida e possibilitada pela internet.

Theodore e Samantha são personagens do filme “Her”²¹⁵ e, assim como o personagem Case, do romance *Neuromancer* (GIBSON, 2016), eles parecem antecipar um futuro que apenas somos capazes de imaginar, uma vez que a vida em rede, a sociedade em rede, como diz Castells (2005), já é a nossa realidade. Assim como já é uma realidade o fato de que estamos nos transformando e mudando nossas formas de viver experiências com as tecnologias e a cultura da conexão.

²¹⁴ Vídeo compartilhado na página do blog Quebrando o Tabu, no Facebook. Eliane Brum foi uma das convidadas do 15º Fórum do Pacto Global, realizado no dia 16 de maio de 2018, no Masp, na cidade de São Paulo. (<https://www.facebook.com/quebrandoatabu/videos/1931776976878680/>)

²¹⁵ Lançado em 2014, o filme é dirigido por Spike Jonze recebeu, no Brasil, o título de “Ela”. Joaquim Phoenix interpreta Theodore e Scarlett Johansson dá vida ao personagem Samantha.

Imaginada por Theodore como a mulher ideal e criada como um sistema operacional “inteligente”, Samantha aprende a ser mulher a partir das interações que vão sendo permitidas a ela e da convivência com o mundo dele. Ao ser programada como mulher, Samantha busca significar essa condição e passa a agir como uma. Ela aprende a ter desejo sexual, a sentir ciúme, a mostrar-se frágil/forte, a ser submissa, manipuladora e determinada, assistindo a filmes, lendo muitos livros e navegando no Google.

Quem assiste ao filme, desde o primeiro momento, não tem dúvidas de que Samantha é uma mulher. Uma vez que ela não tem corpo, é a partir de nossos próprios códigos culturais que buscamos, na personagem do filme, elementos que possam marcá-la culturalmente como mulher. Partimos da voz e do nome, escolhidos por Theodore como primeiras marcas identitárias desse sistema, que ganha vida ao ser acionado por ele. A partir do nome e da voz, deduzimos que Samantha é uma mulher e, imediatamente, criamos expectativas em relação a seus comportamentos a partir do gênero que atribuímos a ela. A voz de Samantha, e o modo com ela se “comporta”, confirmam a impressão de que ela seja uma mulher, pois remete a uma performance de gênero (BUTLER, 2013).

Assim como produzimos uma identidade feminina para Samantha, nas nossas vidas “reais” produzimos significamos e ressignificamos nossas identidades e as dos outros a partir dos limites do que é permitido pensar e dizer sobre nós e sobre os outros, no interior das racionalidades vigentes. A associação da mulher ao gênero feminino, nessa lógica, não se dá sem resistências, uma vez que estamos em trânsito por uma multiplicidade de alinhamentos possíveis que nos oferecem múltiplos modos de viver e experienciar o feminino.

No fluxo das redes sociais digitais, essas racionalidades estão em rota de colisão, estão em suspensão, estão abertas às intervenções múltiplas e são, por isso mesmo, colocadas em xeque a todo momento. A resistência a modelos pré-estabelecidos ocorre tanto na reivindicação de que se possa viver a feminilidade de “outros modos” quanto na afirmação de que há um “modo tradicional” de vivê-la e que garante, por sua vez, a preservação desses mesmos modos. Ao desejar uma mulher ideal, Theodore não se envolve em um processo individual, ainda que sua relação com Samantha possa ser considerada como um exercício máximo de sua individualidade. Trata-se de um processo em que sua individualidade é parte de uma imensa rede das conexões, permitidas e possibilitadas pela internet.

A internet – as mídias sociais e, mais recentemente, as redes sociais digitais, com destaque para o Facebook – permite maior visibilidade e participação e, também, orienta novos modos de ativismo, como os que envolvem as diversas campanhas protagonizadas por mulheres, que usam *hashtags* como palavras de ordem e como indexadores de conteúdo. Quando se diz que as mulheres são livres, de fato, pelo menos nas sociedades ocidentais, isso é uma realidade. Realidade que permite a elas empreender resistências, partindo do princípio que resistências ocorrem entre pessoas livres e nunca em situações nas quais as liberdades individuais – de movimentar-se, de agir, de pensar, de acreditar – foram eliminadas (FOUCAULT, 1981).

Uma percepção que me acompanhou durante o percurso de realização dessa pesquisa foi a de que as lutas pela produção de significados em torno das identidades femininas não são novas, mas, nesse momento, em que as mulheres ocupam a internet e as redes sociais, elas se apresentam como algo ameaçador, inclusive, para muitas mulheres. Talvez, isso ocorra porque seja preciso reinventar, continua e insistentemente, o movimento pela desconstrução dos padrões binários, que opõem masculino e feminino, e que incluem as lutas das mulheres por mais equidade nas sociedades.

A realidade nos mostra que é preciso reafirmar propósitos e mudar estratégias, conforme as paisagens culturais vão se transformando e nos transformando. As práticas de comentar no Facebook, nesse sentido, são uma estratégia que transforma conteúdos postados em possibilidades de ampliação das abordagens, de inserção de novos elementos, de produção do diálogo e da continuidade do fluxo das informações na rede social. As tecnologias e a internet são usadas tanto para o ativismo em defesa da mulher, a desconstrução dos padrões heteronormativos da sociedade e o combate às desigualdades de gênero em várias dimensões, quanto para a propagação de ideias misóginas, preconceito, ofensas, humilhações, exposições e todo tipo de assédio.

Uma reportagem publicada pela Agência Brasil, com o título “Com a internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista”²¹⁶, informa que, de janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo “feminismo” no Google aumentou 86,7% no Brasil, passando de 8,1 mil para 90,5 mil buscas. O crescimento na busca pelo tema sugere, conforme especialistas já apontaram, que houve aumento, também, nos espaços ocupados pelas feministas, principalmente na internet. “Um

²¹⁶ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>

exemplo citado na reportagem foi a cerimônia do Oscar 2016, em que Lady Gaga cantou para o mundo *Till It Happens To You*, canção sobre assédio e abuso, pautas históricas da luta contra o machismo”.

Já no início de 2018, durante a cerimônia de premiação do Globo de Ouro²¹⁷, atrizes se manifestaram pelo fim do machismo e do assédio, usando preto e, nas redes sociais, a *hashtag* #TimesUp trazia uma mensagem bem clara: “Foi-se o tempo em que assédio e cantada eram considerados a mesma coisa e as mulheres achavam normal serem assediadas pelos patrões, nas ruas... o tempo acabou”²¹⁸. Em oposição a essa manifestação, a carta publicada pela atriz francesa Catherine Deneuve²¹⁹, e assinada por mais de 100 mulheres, entre celebridades e formadoras de opinião, colocou em questão tanto a manifestação das atrizes que vestiram preto quanto o próprio motivo da manifestação. Em um dos trechos, a carta faz uma crítica à onda de denúncias de assédio nas redes sociais, classificada como “uma febre para mandar os porcos ao matadouro”. Tanto um quanto outro posicionamento repercutiu nas redes sociais digitais, provocando polêmicas e embates, além de estimular várias produções jornalísticas, informando a diferença entre “assédio” e “cantada”.

Historicamente, a oposição público-privado sempre foi usada para “posicionar” homens e mulheres em seus devidos lugares. Aos homens sempre coube o lugar público, do trabalho, da política, das negociações, das grandes decisões; às mulheres, o mundo doméstico destinado à reprodução e aos cuidados do lar, aos pequenos conflitos, à submissão, à dependência financeira. Essa divisão entre espaços públicos e privados e o lugar de cada um conforme seu sexo é algo que só pode ser compreendido à luz da cultura e sociedade na época em que cada modelo foi institucionalizado.

A presença das mulheres no espaço público, pelo menos nas culturas ocidentais, no entanto, não é mais motivo de questionamentos. Afinal, as mulheres são livres, escolhem suas profissões, decidem se desejam casar e ter filhos, escolhem suas roupas e

²¹⁷ A cerimônia foi realizada no dia 7 de janeiro, na cidade de Los Angeles. Para a cerimônia, várias atrizes se vestiram de preto para denunciar o assédio sexual sofrido pelas mulheres em Hollywood.

²¹⁸ Meses após a série de denúncias de crimes de assédio e abuso sexual em Hollywood, 300 atrizes se reuniram e formaram o Time’Up, um fundo de defesa legal que promete dar suporte às mulheres que lidam com esse problema em diversas indústrias. A iniciativa foi anunciada no primeiro dia do ano, e já conta com pouco mais de US\$ 15.000.000 doados. O projeto tem participação de nomes como Meryl Streep, Ava DuVernay, Shonda Rhimes, Reese Witherspoon e Emma Stone. Na carta, publicada no site oficial do fundo (<https://www.timesupnow.com/>), as atrizes dizem compartilhar da raiva e vergonha sentidas por todas as mulheres que foram e são vítimas de assédios e abusos em ambientes de trabalho. Elas ainda prometem se esforçar para responsabilizar os locais de trabalho, a fim de transformar as empresas e tornar a indústria mais segura e igualitária para todos. <https://www.b9.com.br/84296/times-up-iniciativa-reune-estrelas-de-hollywood-contr-o-assedio/>

²¹⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/opinion/1515792486_891199.html

os lugares onde passarão as férias. Também a equidade nas relações de gênero, ainda que inegavelmente desiguais, avançaram muito no que diz respeito ao acesso à educação e à conquista de direitos. Mas, se essas mudanças podem ser observadas no plano concreto das relações mais imediatas – maior participação masculina nos cuidados e educação dos filhos, ascensão de mulheres a cargos de chefia, mulheres desenvolvendo atividades consideradas masculinas – ainda não observamos mudanças significativas nos modos de atribuir significado ao feminino e às identidades femininas.

As análises realizadas nessa tese mostram que o conceito de identidade feminina encontra-se ainda bastante atrelado a marcadores culturais, tais como a maternidade, e a modelos de feminilidades, condutas e padrões morais bem tradicionais. Podemos perceber, no entanto, que identidades femininas não são mais tão facilmente alinhadas a representações de um tipo de mulher. Ser mulher, atualmente, como os comentários permitiram perceber, não é algo que se define tão facilmente, uma vez que não estão em jogo apenas papéis sociais, mas as próprias relações que estabelecem e consolidam esses papéis. Nesse sentido, a internet e as redes sociais digitais, muito especialmente, têm se constituído em cenário no qual os ambientes públicos e privados se mesclam, se fundem e se reorganizam.

Além disso, nesses ambientes, problematizações antes restritas ao universo feminino têm espaço para serem visibilizadas e discutidas. Entram em disputa, nesse cenário, tanto a percepção de que as desigualdades persistem, apesar dos ganhos, quanto a ideia de que as conquistas até aqui alcançadas não foram suficientes para transformar as estruturas sociais e culturais que produzem – e asseguram que elas persistam – hierarquias de gênero e relações baseadas no sexo biológico.

Os conflitos observados nos comentários analisados nessa tese são tomados como conflitos por identidades, nos quais estão em jogo uma suposta identidade feminina universal, ampla, abrangente e moralmente aceita, e novas identidades que buscam se consolidar e que estão sendo continuamente ressignificadas, ao longo do tempo. O momento cultural atual, fortemente marcado pelas tecnologias, pelo uso da internet e das redes sociais, possibilita o alinhamento a múltiplas demandas, muitas delas contraditórias e outras impossíveis de conviverem de forma harmoniosa no mesmo ambiente.

Vivemos conectados, somos seres conectados, produzimos, pensamos e agimos sob a lógica das mídias, sendo que os eventos e acontecimentos que nos interpelam são, ou têm potencial para serem, eventos de mídia. Não faz muito tempo, reuníamos amigos e familiares para mostrar o álbum de fotografias do casamento, do aniversário de um ano

dos filhos, da viagem de férias, da aventura escolar. Hoje, nossos registros fotográficos não estão mais guardados na caixa empoeirada em cima do armário ou em alguma gaveta; eles estão na mídia, em arquivos chamados simplesmente de “nuvem” e podem ser vistos não apenas pela família e amigos mais próximos, como por todos que queiram e disponham dos meios adequados.

Tudo pode ser visto, exposto, problematizado publicamente, simplesmente porque queremos que assim seja e porque vivemos uma ambiência que nos permite que assim seja. E mais: há um circuito em operação no qual já não somos mais capazes de saber onde começam nossos desejos e onde eles simplesmente são produzidos externamente a nós e nos parecem ser genuínos. Parece não fazer mais sentido mostrar para a família e um grupo pequeno de amigos nossas lembranças da viagem ou as impressões sobre o processo eleitoral, ou ainda o quanto nos preocupa a ação dos grupos conservadores na educação. Fazemos tudo isso ao vivo, em vídeo, em textos, em memes, publicamos nas redes sociais, arquivamos nas nuvens, comentamos no Facebook.

Um dos aspectos que me chamou bastante atenção nos comentários relativos às três *hashtag* analisadas nessa tese – **#EnemFeministaUma**, **#VaiTerShortinho** e **#belarecatadaedolar** – foi o quanto a dimensão da violência contra a mulher ronda a produção das identidades femininas. Nos comentários, evidencia-se essa relação entre gênero e violência, como um dos temas mobilizadores de afetos, emoções e disputas, e se aponta para retrocessos que questionam, inclusive, o motivo de haver uma tipificação do assassinato de mulheres (o feminicídio) quando as estatísticas mostram que morrem muito mais homens assassinados. A violência contra a mulher é acionada em diversos momentos nos comentários: seja de forma explícita no Enem 2015, como referência, ao se invocar o assédio e o estupro, nas discussões do movimento **#Vaitershortinho**, ou quando se problematiza a reportagem envolvendo Marcela Temer, em que se invoca a “liberdade” da mulher como modo de ressignificar sua “escolha” em ser “bela, recatada e do lar”.

O texto em destaque no início desse capítulo reproduz pequeno trecho de uma exposição feita pela jornalista Elaine Brum, durante o Fórum do Pacto Global²²⁰, em que ela narra episódios de violência que mulheres sofreram ao longo da vida. Os casos descritos por ela não tratam de episódios trágicos ou entendidos naturalmente como violentos e, sim, de episódios tão corriqueiros que se incorporaram ao dia a dia das

mulheres e a seus repertórios como incidentes, apenas. Junto a essa incorporação da violência como um dado natural, encontra-se a culpa, um mecanismo que legitima as agressões dirigidas ao corpo da mulher, que se cala, uma vez que as mulheres foram, ao longo da história, treinadas para sentir culpa.

É importante destacar que existe uma preocupação por parte de estudiosos e de ativistas, com o fato de que a tecnologia esteja sendo usada, também, para cercear, controlar e inibir mulheres de continuarem suas lutas por mais equidade de gênero. Ao mesmo tempo que as tecnologias digitais e os dispositivos móveis de comunicação representam um salto em termos de poder de comunicação, de denúncia e de compartilhamento de experiências, temos que considerar que interessados em desqualificar as demandas femininas e de gênero usam os mesmos instrumentos e lógicas digitais para expor, ameaçar, humilhar, constranger mulheres e colocar em risco sua segurança pessoal. Isso pode ser observado, por exemplo, nos casos da derrubada das páginas *Jou Jou Prazer* e *Feminismo sem Demagogia*, conforme mencionei anteriormente.

O tempo livre, pensado como excedente cognitivo (Shirky, 2011) e como um bem abstrato, impõe um novo ritmo à participação no ambiente digital, mas não apenas isso. O tempo livre para participar é um dos componentes a permitir a instituição de novas práticas na vida cotidiana. Comentar nas mídias sociais e nas redes sociais digitais seria uma dessas práticas típicas da cultura da conexão. “Não somos mais marcados pelo tempo abstrato do relógio; somos marcados, agora, pela exigência nervosa de estar o tempo todo mais atual, mais presente que o presente” (MARCONDES FILHO, 2001, p. 39).

A horizontalidade presente no ambiente digital e no Facebook, no entanto, tem permitido que as mulheres se apropriem do discurso e sejam, elas mesmas suas protagonistas, trazendo à cena temas ainda considerados tabu, como assédio, aborto e cultura do estupro. Isso não significa necessariamente que essa visibilidade coloque em operação, necessariamente, novos modos de ver e perceber. Pode significar apenas que o assunto paira na superfície e que pode ser visto ou ignorado, a depender das lentes que se use e do momento histórico em que as observações sejam feitas.

Os embates em torno da frase de Simone de Beauvoir – “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, popularizada no Enem 2015, materializam parte das tensões relativas às questões de gênero e sexualidade, principalmente. Houve quem dissesse, na época, que havia uma guerra dos sexos sendo travada no ambiente digital, mas eu acredito que há

uma “guerra” por identidades. Nos embates observados nos comentários analisados nesta tese, estão em jogo representações de mulher amparadas em uma suposição de identidade feminina universal, ampla, abrangente e moralmente aceita, ao mesmo tempo em que se configuram novos marcadores que buscam se consolidar e que estão sendo continuamente ressignificados.

Essa discussão leva em consideração, especialmente, a pluralidade de identidades com as quais os sujeitos se identificam nesses tempos pós-modernos e que são motivo de tensões, não apenas entre os grupos nos quais essas identidades se manifestam, mas, também, para os próprios sujeitos que a elas se sujeitam ou sobre ela emitem juízos. Em outras palavras, a própria associação a uma determinada identidade carrega consigo as marcas culturais de um tempo, de um lugar. E carrega, também, as marcas de significados produzidos no interior das culturas múltiplas e móveis, além de efêmeras e híbridas.

Somos identificados no Facebook por um perfil inacabado, visto que, de tempos em tempos, somos convidados pelo site – esta máquina inteligente que orienta sua ação a partir do alimento-informação que fornecemos sem pedir nada em troca – a inserirmos informações no nosso perfil, a dizermos o que estamos pensando, a curtirmos o que nossos amigos curtiram e a (re) publicar nossas lembranças. Desta forma, acompanhamos as mudanças e as registramos, também, em nossos perfis públicos: um novo emprego, um novo relacionamento, o domínio de um novo idioma, o filme a que assistimos no último final de semana (e com quem, e onde, e com que grau de satisfação), as proezas de nossos filhos, a viagem de férias etc.

Essa inserção no universo midiático da internet faz com que nossas identidades passem também a ser um produto midiático, na medida em que o que é discutido nas redes sociais circula nos meios de comunicação tradicionais e se virtualiza em blogs, fóruns, grupos, perfis, comentários em portais e no próprio Facebook. Nossas identidades são construídas diariamente, publicamente e por tempo ilimitado. São inacabadas porque atreladas ao movimento de estar vivo, de estar presente e de projetar o futuro. As identidades femininas podem, então, ser consideradas como um grupo de atributos sociais e culturais que se inter-relacionam e se sobrepõem na negociação entre os significados.

A fusão entre espaço público e privado – que não dá lugar a um espaço intermediário, mas a outro tipo de espaço – abre brechas para que identidades sejam construídas virtualmente, em tempo real e coletivamente. No caso das identidades femininas, o espaço público das redes sociais digitais agora comporta discussões e questões do âmbito da “vida privada” que não mais sofrem interdições no espaço público.

Fala-se abertamente de aborto, de amamentação, de menstruação, de menopausa, de sexo. De dentro das nossas casas ou escritórios, no ônibus, no táxi, na praça, nas escolas, nos banheiros públicos nos conectamos ao mundo e sequer chegamos a pensar sobre a ambivalência de estarmos em tantos lugares ao mesmo tempo.

As identidades femininas são amplificadas e hipervisibilizadas nas redes sociais digitais, na medida e que a circulação dos produtos de mídia adquire outros sentidos além daqueles que se encontram presentes na cultura de massa (JENKINS et al, 2013). A ideia da midiaticização passa pelo pressuposto, segundo Braga (2009), da ação da mídia sobre a sociedade, ainda que esses processos não dependam diretamente dos meios ou do contato direto com os meios para ocorrerem. Trata-se muito mais de pensar em como a própria vida passa a se organizar a partir da lógica da mídia, em um movimento que não supõe eliminação de outros modos de organização ou de outras lógicas.

Penso, então, em identidades femininas midiaticizadas, em que há processos de ressignificação e de incorporação de novos elementos às discussões que se travam em torno da mulher, de sua feminilidade e do feminismo. Há negociações em jogo, que se manifestam por meio da mídia e que a ela são articuladas. Não há uma identidade feminina colocada em destaque no espaço público da mídia digital, mas um conjunto de práticas ligadas a esse ambiente que permite a identificação de modos de ser mulher, de demandas para a mulher, de condições que a ela são atribuídas, sendo que essas estiveram, anteriormente, muitas vezes restritas aos espaços privados das famílias e da intimidade das mulheres.

Ao tecerem comentários sobre os temas analisados nessa tese, usuários do Facebook atribuem significados ao feminino e produzem representações de identidades femininas a partir de suas visões de mundo e dos sentidos compartilhados naquele ambiente digital sobre a prática de comentar. Esses sentidos instituídos devem ser percebidos em consonância com as peculiaridades de sua produção: são públicos, dirigidos a uma audiência anônima e mediados pela tecnologia.

Atualmente, as mulheres ocupam os espaços digitais, com seus ativismos, elas às ruas, usam o corpo como plataforma, transformam as experiências pessoais em bandeiras coletivas. Esses ativismos inserem-se em uma lógica na qual o que importa é “diferenciar-se na multidão”, dividir a vida em episódios, viver o tempo presente, desconstruir as tradições e, ao mesmo tempo, reempregá-las sem imposições institucionais. O que importa “é a soberania individual” (LIPOVETSKY, 2004), que, no caso das identidades femininas pode significar a mulher “ser o que ela quiser”.

A convocação para a valorização e significação de papéis historicamente atribuídos às mulheres como naturais, que pode ser vista nos embates em comentários no Facebook, não surge com as redes sociais digitais, mas é por elas amplificada e hipervisibilizada, na medida em que a circulação dos produtos de mídia adquire outros sentidos além dos que estão presentes na cultura de massa (JENKINS et al, 2014). A fusão entre espaço público e privado – que não dá lugar a um espaço intermediário, mas a outro tipo de espaço – abre brechas para que identidades sejam construídas virtualmente, em tempo real e coletivamente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Karen C. Kraemer. **SILVA**, Rodolfo Sgorla. **História e Tecnologias da Televisão**. Bagé: Unipampa. 2012. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-silva-historiae-tecnologias-da-televisao.pdf>. Acesso: 08/05/2018.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo**. Caderno de Gênero e Tecnologia. Volume 1, n.3. 2005. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6135/3786>. Acesso: 23/03/2018.

ALASSE, Letícia. **Netnografia se consolida como ferramenta estratégica**. Revista Exame: Publicação online. 27/02/2012. Disponível em <http://exame.abril.com.br/marketing/netnografia-se-consolida-como-ferramenta-estrategica/>. Acesso: 25/07/2017.

AMMANN, MATTHIAS. **Facebook, eu curto: uma análise mimética das redes sociais digitais** 01/12/2011. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.

ARAGÃO, Barbara. **SOUZA**, Sueine. **Misoginia da música: não é só uma violência de leve**. Justificando. Carta Capital. 19/01/2018. Disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/19/misoginia-na-musica-nao-e-so-uma-violencia-de-leve/>. Acesso: 27/03/2018.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAIM, Adam. **"Hashtag é a fogueira da era digital", diz executivo do Twitter**. Entrevista concedida a Rafael Sbarai. Revista Veja, 10/05/2013. Disponível em <https://veja.abril.com.br/tecnologia/hashtag-e-a-fogueira-da-era-digital-diz-executivo-do-twitter/>. Acesso: 10/06/2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado. V. 29. N. 2. Brasília: maio/agosto, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008. Acesso: 18/02/2018.

BAQUERO, Rute V. A. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187. Jan/abril 2012. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>. Acesso: 19/02/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **“As redes sociais são uma armadilha”**. Entrevista concedida a Ricardo de Querol. El País Brasil, em 09/01/2016. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso: 14/01/2016.

———. **“Instalamos microfones no confessionário”**. Entrevista. *Fronteiras do Pensamento*. 2012. Disponível em <http://cmais.com.br/instalamos-microfones-no-confessionario>. Acesso: 03/02/2014.

BAUMAN, Zygmunt. **MAURO**, Ezio. **Babel. Entre a incerteza e a esperança**. Tradução: Renato Aguiar. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Vol. II, p. 13-14 Quetzal Editores, 2015.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. **A ilusão da convergência pelas barreiras da circulação no Facebook**. In: MIÈGE, Bernard. FERREIRA, Jairo et all (orgs). Operações de midiatização: das máscaras da convergência às críticas do tecnodeterminismo. Santa Maria: Facos-UFSM, 2016.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. *Revista Estudos Avançados*. V. 17. N. 49. São Paulo: setembro/dezembro, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006. Acesso: 18/05/2018.

BORTOLON, Bianca. **MALINI**, Fabio. **MALINI**, Marianne. **Gênero e Ativismo Online: um estudo de caso da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook. (Artigo)**. Anais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3524-1. Acesso: 23/11/2017.

BRAGA, José Luis. **Metodologia de Pesquisa em Comunicação** (conferência) Jornada Discente de Pesquisa em Educação PósCom-UnB 2017. Brasília: 10/08/2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8ACZzgXNWhA&t=6098s>. Acesso: 17/10/2017

BRAGA, Jose Luis. **Mediatização: a complexidade de um novo processo social**. Entrevista concedida a Graziela Wolfart. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos (digital)*, n. 289, ano IX. 13/04/2009. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2477&secao=289. Acesso: 24/08/2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**. Brasília: Ibope Inteligência, 2016. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso: 11/08/2017.

BRITO, Priscilla Caroline de S. **Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro**. 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13º Women's Worlds Congress (anais eletrônicos). Florianópolis, 2017. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_Pr PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf. Acesso: 20/01/2018.

BURMAN, Erica. ?Feminismo (s) o feminización? Entre el triunfalismo autónomo y la victimización. Traducción: Jorge Cano Cuenca. In: ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. GORDO, Ángel (coord). La fragilización de las relaciones sociales. Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2007.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

———. Seu comportamento cria seu gênero. (entrevista). Canal Big Think YouTube. Coletivo Safira. 20/05/2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9MlqEoCFtPM>. Acesso: 12/02/2018.

CÁCERES, Jesús Galindo. Arquitectura e ingeniería en comunicación social de las redes sociales en el ciberespacio. El servicio de redes sociales Facebook y el mundo emergente. In: BARBOSA, Marialva. MORAIS, Osvando J. de. (orgs) Comunicação em tempo de redes sociais. Afetos, emoções, subjetividades. São Paulo: Intercom, 2013

CAETANO, Leticia Farias. “No que você está pensando?: o discurso do mal-estar docente produzido no Facebook e a fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, 24/02/2017. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011521.pdf>. Acesso: 25/10/2017.

CASTELLS, Manuel. O poder das identidades. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

———, Manuel. **Sociedade em rede: do conhecimento à política.** In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política;** Conferência. Belém (Portugal): Imprensa Nacional, 2005. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso: 12/07/2015.

———. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na internet.** 2ª edição revisada e atualizada. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CERQUEIRA, Daniel. COELHO, Danilo de Santa Cruz. Estupro no Brasil. Uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar). Nota Técnica nº 11. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2339.pdf. Acesso: 18/01/2018.

COSTA, Marisa Vorraber. SILVEIRA, Rosa Hessel. SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. Revista Educação e Realidade. Mai/Jun/Jul/Ago, 2003, nº 23.

COSTA, Marisa Vorraber. Cultura e Pedagogia: lições da espacialidade revolucionária de Frank Gehry. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 163-180, jan/mar 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a10.pdf>. Acesso: 29/03/2016.

CORTELLA, Mário Sergio. Especial redes sociais. Jornal Hoje. Rede Globo de Televisão. Reportagem de Juliana Falcowski. Julho/2017. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-hoje/quadros/redes-sociais/>. Acesso: 09/03/2018.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. Ágora. V.17. Rio de Janeiro. Agosto/2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000300012>. Acesso: 19/03/2018.

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. (Pesquisa) Violência contra a mulher: o jovem está ligado? 2014. Brasil, 2014. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-o-jovem-esta-ligado/>. Acesso: 17/04/2018.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS)

DORIA, Pedro. A internet em 2017. O Estado de São Paulo. 24/02/2017. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-internet-em-2017,70001677712>. Acesso: 25/11/2017.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. Revista Perspectivas, n. 3, São Paulo, p. 81-85, 1980. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>. Acesso: 20/06/2016.

EVANS, Claire L. ‘Nós somos a buceta do futuro’: CiberFeminismo nos anos 90. Motherboard. 01/12/2014. Disponível em https://motherboard.vice.com/pt_br/article/ypbyej/ns-somos-a-buceta-do-futuro-ciberfeminismo-nos-anos-90. Acesso: 23/11/2017.

FALUDI, Susan. Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada às mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FAUSTO NETO, Antonio. Miatização, prática social: prática de sentido. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Comunicação (COMPÓS), 15, Bauru/SP, 2006. Anais eletrônicos. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_544.pdf. Acesso em 18/07/2016.

FBSP/INSTITUTO AVON. (Pesquisa) Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)/Instituto Avon. Marco, 2017. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso: 17/04/2018.

FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil. Revista Ártemis, Vol. 15, n. 1, jan/jul 2013. P. 33-43. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/16636>. Acesso: 21/03/2016.

FONTOURA, Natália. **REZENDE**, Marcela Torres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 1995-2015. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea). 06/03/2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso: 13/09/2017

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGOSO, Suely. **RECUERO**, Raquel. **AMARAL**, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013. Coleção Cibercultura.

FRIEDERICHS, Marta. **Quanto mais quente melhor: corpos femininos nas telas do cinema**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação (Faced). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/128884>. Acesso: 29/06/2017.

_____. **A interpretação das culturas**. 1ª edição. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá, escrever aqui**. Tradução de Mário Silviano Silva. Revista Diálogo, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/Estar%20%E1,%20escrever%20aqui.pdf. Acesso: 12/03/2015.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Tradução: Fábio Fernandes. 5ª edição. São Paulo: Aleph, 2016.

GIFFIN, Karen. **Violência de gênero, sexualidade e saúde**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1): 1994. (146-155). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a10.pdf>. Acesso: 04/04/2018.

GROSSBERG, Lawrence. **Estudios culturales en tiempo futuro. Cómo es el trabajo intelectual que requiere el mundo de hoy**. Traducción: María Gabriela Ubaldini. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GUIMARÃES, Maristela Abadia. **O “Eu” confronta o “outro”: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso, 2017. Disponível em <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/39f1b4e93d7bf0826ab622c898f9ebbd.pdf>. Acesso: 14/03/2018.

GUTIÉRREZ, Bernardo. **Do comum às redes**. In: COLNAGO, Neucideia. Políticas culturais para a diversidade: lacunas inquietantes. Revista Observatório Itaú Cultural. Nº 20. Centro de Memória, Documentação e Referência Itaú Cultural: 2016. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=Djc5DAAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA1945.w.0.0.0.3. Acesso: 13/08/2017

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução: Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46 – jul/dez 1997.

———. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Louro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2001.

HEISE, L., 1994. Violence Against Women: The Hidden Health Burden. Relatório Preparado para o Banco Mundial. (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994)

HERRING, Susan C. Interactional Coherence in CMC. In: Thirty-second Hawaii International Conference on System Sciences, 1999, Havaí. Anais. Havaí, 1999.

HINE, Christine. Etnografía virtual. Editorial UOC: Barcelona, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Palestra). (2018a) **A onda explosiva dos novos feminismos.** Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mediação: Rita T. Schmidt. Porto Alegre, 19/03/2018. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2018/03/heloisa-buarque-de-hollanda-fala-sobre-ativismo-feminista-em-aula-inaugural-da-ufrgs-cjex75ail041b01p4a75wdph4.html>. Acesso: 19/03/2018.

———. **O papel do homem no feminismo é desconstruir,** diz Heloísa Buarque de Hollanda. Entrevista. (2018b) Jornal Zero Hora. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso: 23/05/2018

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2015.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>. Acesso: 12/03/2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê violência contra as mulheres. **Cultura e violência contra as mulheres.** Várias autoras, 2015. Disponível em <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>. Acesso: 07/01/2018.

JENKINS, Henry. “Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora”. Entrevista a Priscila Kalinke e Anderson Rocha. Intercom. Revista Brasileira de Ciência da Comunicação. Vol. 39, n. 1. São Paulo: jan/abril 2016. P. 213-219. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0213.pdf><http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2363/1958>. Acesso: 14/04/2018.

———. **Cultura da Convergência.** Tradução: Suzana L. de Alexandria. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry. FORD, Sam. GREEN, Joshua. **Cultura da conexão.** Criando valor e significado por meio da mídia propagável. Tradução: Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

JUNIOR, Paulo Roberto. **Cerca de 70% dos brasileiros ativos no Facebook se informam pela rede social.** HuffPost. 23/04/2015, atualizado em 26/01/2017. Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/paulo-roberto-junior/cerca-de-70-dos-brasileiros-ativos-no-facebook-se-informam-pela_a_21676908/. Acesso: 13/10/2017

KARDOZO, Felipe Camilo Mesquita. **Confissões no Facebook: educação e subjetivação nas redes sociais.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 30/01/2013. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6013/1/2013-DIS-FCMKARDOZO.pdf>. Acesso: 12/09/2016.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino. A mulher freudiana na passagem para a modernidade.** 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

KIRCHOF, Edgar. **WORTMANN**, Maria Lúcia. **COSTA**, Marisa Vorraber (orgs.) **Estudos Culturais e Educação. Contingências, articulações, aventuras e dispersões.** Canoas: Ed. Ulbra, 2015.

KOZINETS, Roberto V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 2 edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LARA, Bruna de. **RANGEL**, Bruna. Et al. **#Meu Amigo Secreto. Feminismo além das redes.** (Não Me Kahlo) 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

LE MOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis. Processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: **MÉDOLA**, Ana Silvia L. D. **ARAÚJO**, Denize Correa. **BRUNO**, Fernanda. (orgs). Livro da XV Compós. Imagem, visibilidade e cultura midiática. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Cibercultura. Tecnologias e vida social na cultura contemporânea.** 7ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LÉVY, Pierre. **Uma perspectiva vitalista sobre a cibercultura.** In: **LE MOS**, André. Cibercultura. Tecnologias e vida social na cultura contemporânea. 7ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIPOVETSKY. **A Terceira Mulher.** Coleção Epistemologia e Sociedade do Instituto Piaget. Lisboa, 2000.

_____, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LISPECTOR, Clarice. **O tempo de Clarice Lispector.** Curadoria de Roberto Correa dos Santos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LUCA, Cristina de. **A nova missão do Facebook? Mudar a narrativa e o comportamento online.** Blog Porta 23. Publicado em 22/06/2017. Disponível em <https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2017/06/22/a-nova-missao-do-facebook-mudar-a-narrativa-e-o-comportamento-online/>. Acesso: 07/12/2017.

MALINI, Fábio. A narrativa nas redes sociais da internet. Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). 31/12/2010. Disponível em <http://www.labic.net/blog/pesquisa/a-historia-nas-hashtag-a-colaboracao-na-producao-de-narrativas/>. Acesso:08/12/2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. Haverá vida após a internet? Revista Famecos. Número 16. Porto Alegre: dezembro, 2001. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3136/2407>. Acesso: 02/05/2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (org). Sociedade Mediatizada. [Traduções de Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lúcio Pimentel]. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O machismo no Brasil. Agência Patrícia Galvão. Coluna Mulheres de Olho. Publicado em 26/04/2014. Disponível em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/o-machismo-brasil-por-ana-paula-antunes-martins/>. Acesso: 09/04/2018.

MEDEIROS, Marcelo. COSTA, Joana. O que entendemos por “feminização da pobreza”? Revista One Pager. Centro Internacional da Pobreza. N. 58. Outubro/2008. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>. Acesso: 23/09/2014.

MELO, José Marques. ASSIS, Francisco de. (org.) Gêneros Jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. Revista Gênero. V. 6, N. 1. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. P. 81-104. Disponível em: [file:///C:/Users/mfber/Downloads/198-582-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/mfber/Downloads/198-582-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 25/04/2018

———. **Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais.** Revista Brasileira de Enfermagem. [online]. 2004, vol.57, n.1, pp.13-18. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 27/03/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 10(1): 23-26, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1>. Acesso: 20/05/2018.

MORAES, Denis. (org.) Prefácio. Sociedade mediatizada. Tradução Carlos Frederico Moura e Silva, Maria Inês Coimbra Guedes e Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: In: PARENTE, André (org.). Tramas da rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. **Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família**. O social em questão. Ano XIX, n. 35, 2016. (375-400). Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_3_SL_Nascimento.pdf. Acesso: 17/04/2018.

NEGROPONTE, Nicholas. **Programa Roda Viva**. Entrevista concedida a Paulo Markun. 10/01/2000. Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/111>. Acesso: 15/03/2018.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917> Acesso: 20/02/2018.

PARENTE, André. **Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade**. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PARISER, Eli. **O Filtro invisível**. O que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

PIRES, Marcos Cordeiro . **A naturalização da violência contra a mulher na música popular brasileira**. In: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. (Org.). *Educação, mulheres, gênero e violência*. 1ed. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/ Cultura Acadêmica, 2015, v. 1, p. 283-292. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-naturalizacao-da-violencia_marcos-cordeiro-pires.pdf. Acesso: 18/07/2017.

PLANT, Sadie. **A mulher digital: o feminino e as novas tecnologias**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1999. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=DwhBLNL3LPEC&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso: 20/07/2017

POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?** Implicações dos Conceitos. *Revista Esferas*, número 3, 2013. Páginas 61 a 71. Disponível em <file:///C:/Users/mfber/Downloads/4621-20278-1-PB.pdf>. Acesso: 28/06/2016.

PEREIRA, Carolina de Jesus. **Meandros da interpretação: os textos e seus leitores**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2016. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22122016-112256/pt-br.php>. Acesso: 13/08/2017.

PICHONELLI, Matheus. **O desafio da maternidade**. Crônica. Publicada no dia 19/02/2016, às 17h54. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-desafio-da-maternidade>. Acesso: 27/04/2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PISCITELLI, Alejandro. **Fenomenologías del presente**. In: LÓPEZ, Guadalupe. CIUFFOLI, Clara. *Facebook es el mensaje*. Oralidad, escritura y después. 1ª edição. Buenos Aires: La Corujá, 2012.

PRADO, Ana. O terrível mundo dos comentários na internet. Reportagem. Revista SuperInteressante. 27/01/2015. Disponível em <https://super.abril.com.br/comportamento/o-terrivel-mundo-dos-comentarios-na-internet/>. Acesso em 29/12/2017.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO, Ana Maria Reczek . Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs Insanus. e Compós, v. 1, n. 5, p. 1-21, 2006. Disponível em <Http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/conversacao.pdf>. Acesso: 16/01/2016.

REAGLE JR, Joseph. Reading the Comments: Likers, Haters, and Manipulators at the Bottom of the Web. Cambridge, MA: MIT Press, 2015, 241 pp., \$27.95 (hardcover). Reviewed by Mary Grace Lao. York University: Toronto, Canada. International Journal of Communication 10(2016), Book Review 3462–3465 1932–8036/2016BKR0009. Disponível em ijoc.org/index.php/ijoc/article/download/5938/1720. Acesso: 20/12/2017.

RECUERO, Raquel. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o Estudo das Redes Sociais na Internet: O caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. Revista Fronteiras (Online): Vol 16, p.1, 2014. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/fronteirasrecuero2014.pdf>. Acesso em 24/10/2014.

———. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: Uma Construção Histórica E Social. Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v.2, n.4, jul./dez. 2017. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15251>. Acesso: 17/04/2018.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

JUNIOR, Paulo Roberto. Cerca de 70% os brasileiros ativos no Facebook se informam pela rede social. Observatório da Imprensa. Edição 847. 21/04/2015. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>. Acesso: 08/05/2018.

ROCHA, Camilo. Como funcionam os robôs que “discutem” política nas redes sociais. Nexo Jornal. 29/08/2017. Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/29/Como-funcionam-os-rob%C3%B4s-que-discutem-pol%C3%ADtica-nas-redes-sociais>. Acesso: 02/02/2018.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso: 20/07/2016.

RUEDIGER, Marco Aurélio (coord). Robôs, redes sociais e política no Brasil (recurso eletrônico). Estudo sobre interferências ilegítimas no debate público da web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2017. Disponível em <http://dapp.fgv.br/robos-redes-sociais-e-politica-estudo-da-fgvdapp-aponta-interferencias-ilegitimas-no-debate-publico-na-web/>. Acesso: 20/01/2018.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. Bakhtiniana Revista Estudos do Discurso. Vol. 9. N. 2. São Paulo: julho/dez 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732014000200013&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 22/10/2017.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi. “Um preto mais clarinho...” Ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. Educação e Realidade. V.22. N. 2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação (Faced). Porto Alegre. 1997. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71364>. Acesso: 18/06/2018.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez, 1995, pp. 71-99. Disponível em http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=01. Acesso: 22/02/2017.

SHIRKY, Clay. A cultura da participação.. Tradução: Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SIBILIA, Paula. Redes ou paredes. A escola em tempos de dispersão. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TIBURI, Márcia. Campanhas feministas nas redes sociais evidenciam a face jovem do movimento. Reportagem Jornal Zero Hora. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/campanhas-feministas-nas-redes-sociais-evidenciam-a-face-jovem-do-movimento-4923721.html>. Acesso: 14/04/2016.

TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. Galaxia (São Paulo, Online), n. 29, p. 155-166, jun. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>. Acesso: 18/07/2017.

TRAQUINA, Nelson. Por que as notícias são como são. 2ª edição. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. (Artigo) In: Café História – história feita com cliques. Disponível em <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>. Publicado em 27 nov. 2017. Acesso: 01/12/2017.

VELASCO, Clara. CAESAR, Gabriel. REIS, Tiago. Cresce número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil. Dados de feminicídio são subnotificados. Monitor da Violência. Portal G1. 07/03/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso: 03/06/2018.

WOLTON, Dominique. Entrevista a Bolívar Torres para o jornal O Globo, em 20/09/2014. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/dominique-wolton-sociologoquando-todos-falam-ninguem-fala-13994845>. Acesso em 17/12/2014.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **Algumas considerações sobre a articulação entre Estudos Culturais e Educação** (e sobre algumas outras mais). In: SILVEIRA, Rosa Hessel (org.). Cultura, poder e educação. 2ª edição. Canoas: Ed. Ulbra, 2011.

———. **O uso do termo representação na educação em ciência e nos estudos culturais**. Revista Pro-Posições. Volume 12. N. 1. Março de 2001. P. 151-161. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2103/34-artigos-wortmannmlc.pdf>. Acesso: 18/05/2018.

ZAGO, Luis Felipe. (palestra) **Políticas do ódio**. In: SILVEIRA, Rosa Maria. WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Seminário Especial Hibridismo, apropriação e outros processos culturais. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 28/11/2017.

ANEXO - COMENTÁRIOS TRANSCRITOS NA TESE

COMENTÁRIO 1 – Começo a concordar com a Anatel, é muita gente com Internet ilimitada e tempo ilimitado pra cuidar da vida alheia.

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 2 – É impressionante como a maioria dos comentários parece ter vindo de pessoas que leram apenas o anúncio da notícia mas não abriram o link, POR FAVOR, parem e leiam a matéria toda e entendam que essas meninas não querem mostrar a bunda. Deixem o preconceito e a preguiça de lado e LEIAM!

(sujeito masculino, página do Portal G1. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 3 – Lendo os comentários percebe-se que as pessoas não sabem interpretar textos. Não se trata da esposa do Temer, que aliás pode ser o que ela quiser, mas de uma abordagem pobre sobre os rótulos femininos e a figura estereotipada de 1800 da mulher perfeita. Éssa é a critica.

(sujeito feminino, página do jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 4 – A grande maioria das mulheres ainda acham que dependem de homens. Talvez a dificuldade das suas colegas sejam mais fatores culturais que realmente uma dificuldade intelectual. Mulheres independentes criaram e criam coisas brilhantes no mundo das exatas, humanas e biológicas.

(sujeito feminino, página do Portal G1, no Facebook. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 5 – Estou chocada com a opinião das mulheres, na minha opinião estão sendo muito preconceituosas, as mulheres pregam a liberdade hoje, e acham que a moça não tem a liberdade de viver a vida como ela queira, alguém já pensou ou se perguntou se ela não escolheu assim...alguém quer dizer que ser recatada e bonita é errado? Ser dona de casa também?

(sujeito feminino, página do ZH no Facebook. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 6 – Que mal tem uma moça linda de 20 aninhos casar com um senhor de 63 anos, que foi seu primeiro namorado (condição de ambos na época do casório)? Que mal tem em largar tudo e viver recatadamente ao lado deste ancião, este amor tão verdadeiro? Esta mulher é uma primeira dama padrão que o Brasil precisa, não trabalha, vive se embonecando, as custas do marido, usa roupas dignas de uma princesa, né? Que mal tem? Que povo implicante... Parece até conto da Disney... uma Princesa... quem sabe voltamos a Monarquia para combinar? Ah... não dá... o príncipe dela é muito feio...

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 7 – Querem o shortinho pra que, pra dançar a “Metralhadora ou o quadradinho”. Ora para de hipocrisia, querem essa roupa apenas para se mostrar e sensualizar. Escola é um ambiente de estudo e não de galinhagem.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 8 – De acordo com o Enem, esse tema é sobre quem nasceu mulher ou se tornou mulher?

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 9 – Na mesma semana que proíbem a pílula colocam esse tema na redação?

(sujeito feminino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 10 – Enquanto uns ficam dizendo que o tema foi bom ou excelente e vcs mulheres se alto proclamando aí. Eu me sinto envergonhado em pleno século XXI ainda ter q falar de uma coisa tão absurda e desleal chamada violência seja ela física, moral e até profissional.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 11 – Esta tarde milhões de jovens em todo o país refletem sobre a violência contra a mulher. Imagina o quão pedagógico é isto. O Ministério da Educação está de parabéns pela escolha do tema da redação do ENEM 2015.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 12 – Enem é uma piada. Dá pra entender porque estamos em queda livre em educação na comparação com o resto do mundo. 13 anos de adedeutismo, é tudo o que fizeram com a nossa educação.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 13 – Esse governo é perverso msm... matou dois coelhos com uma paulada só. Fez doutrinação feminista e ao mesmo tempo tirou por um momento o foco nas corrupções do governo.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 14 – penso q nós mulheres temos um papel importante na formação do caráter dos homens, e qndo vejo mulheres culpando a outra por ter conhecido uma pessoa desprezível como essa(como se caráter está estampado), ou pela mãe proibir o pai de ver o filho, como se justificasse a atitude, começo a entender a quantidade de machões, e homens sem caráter na sociedade. Mães, mulheres, tias, irmãs, q tipos de homens estamos colocando em nossa sociedade, estamos contribuindo de alguma forma p q nossas filhas, tias, irmãs sejam bem tratadas. Ao tentar compreender o incompreensível, q é a atitude desse homem, estamos apoiando o machismo, e dificultando a vida de outras mulheres, q pode ser sua filha, sua tia, irmã, sobrinha

(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 15 – o homem, de 44 anos, a ameaçou dizendo que era melhor ela ir conversar com o diabo, pois nem Deus a ajudaria, porque ela e sua mãe iriam pagar. O caso foi registrado no 1º DP de Campinas como ameaça. A vítima foi informada das medidas protetivas mas não as solicitou e nem desejou ser abrigada", diz o BO!! OU SEJA, ELA NAO BOTOU FE NAS AMEAÇAS, NÃO LEVOU A SERIO.... DEU NO Q DEU!!!

(sujeito masculino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 16 – Não querendo ser o advogado do diabo mas, se tudo o que foi noticiado referente ao processo de separação for verdade, acho muito importante as pessoas perceberem o quão danoso é, inventar mentiras, e o tal do Vale Tudo pra acabar com o/a Ex-Conjuje. SE esse cara foi um bom pai, e estava sendo acusado injustamente de abuso do filho, tá aí fagulha que desencadeou a explosão de loucura... Sei também que consta uma citação que o menino disse que mataria o pai, mas crianças são

guiadas pela cabeça dos adultos... Sabem aquela famosa coisa de "fazer a caveira" de alguém? Pois é... A tal ALIENAÇÃO PARENTAL... Quantos casos assim hoje não estão em andamento? Cabeça fraca, oficina do mal: Pessoas preferem brigas a acordos e estão pouco se lixando pras consequências. Muito triste tudo isso. O mundo está doente. Muito doente meesmo. NADA JUSTIFICA o ocorrido, mas talvez EXPLIQUE a loucura extrema do assassino... Só estou aqui tentando entender essa barbaridade...

(sujeito masculino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 17 – Esse era psicopata mesmo, tramou tudo, planejou as mortes, uma pessoa que surta, fica louca na hora faz as coisas sem pensar e depois se arrepende, esse daí planejou tudo antes, um doente mesmo, psicopata.

(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 18 – Ele não amava o filho, ele o matou, e surreal tentar amenizar as coisas tão superficialmente dessa forma, ele era LOUCO! se houvesse alienação parental q brigasse em juízo, ele PROVOU q era louco e as pessoas tentam de todas as formas amenizar a culpa.

(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 19 – Para ser respeitada tem que se dar o respeito, vestida que nem uma vagabunda que respeito?

(sujeito masculino, página Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 20 – Reprovo veementemente qualquer tipo de violência, principalmente contra as mulheres, mas tem muitas que provocam a situação, e nesse caso, a corda quebra sempre no lado mais fraco.

(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 21 – Peladas não merecem o meu respeito! Pois uma mulher que anda pelada com partes íntimas a mostra estão desrespeitando as pessoas. Respeitem para serem respeitadas. Isso é falta de limites.

(sujeito feminino, página Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 22 – Os meninos devem respeitar mesmo, mas muitas dessas meninas andam com umas roupas como se fossem mulheres da vida. (...) se nem elas se dão o respeito, como esperam que os menino façam isso?

(sujeito masculino, página Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 23 – Pegam um caso isolado desse para reforçar que a mulher é vítima da sociedade. Ok pq vcs não falam do PAI DE FAMÍLIA que foi preso INJUSTAMENTE por abuso sexual, baseado apenas no que as supostas vítimas falaram? E adivinha que induziu essas vítimas a mentir? Sim, uma mulher!! Entendam uma coisa: aqui é Brasil, então em um país com 70 milhões de assassinaos e 12 milhões de desempregados, não é fácil para o homem, não é fácil para a mulher, não é fácil para a criança, aqui não é fácil pra ninguém! Parem desse vitimismo barato e tomem vergonha na cara de vcs!

(sujeito masculino, página da Revista Galileu. **#SerMulherNãoéCrime**)

COMENTÁRIO 24 – O primeiro BO foi feito em 2005, o menino nem tinha nascido, ela tinha q ter desistido dede qdo ela viu q ele era um perturbado, mais quem sou eu pra julgar, a gente sempre em esperança q a pessoa mude... Mais infelizmente o pior aconteceu. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 25 – Essa foi uma tragédia anunciada. O problema é que a própria vítima não viu isso e não foi até o fim com os processos. Mas não sei se ela tivesse ido até o fim, o cara iria recuar e deixar ela em paz. Acho que ele era uma bomba armada, só que nunca se tem certeza até acontecer. Ao meu ver, a única forma de evitar isso seria se ela e o filho tivessem mudado de nome, cidade, estado... tudo. Desaparecer total. Decisão difícil. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 26 – E por que a esposa nunca aceitou as medidas protetivas oferecidas e ela...e nunca representou nenhum dos boletins de ocorrência para que o processo contra ele seguisse adiante??? Vocês não entendem e não se interessam em saber como as leis funcionam...e ficam falando asneira achando que o estado é o pai de todo mundo!!! O culpado pelas mortes é o imbecil assassino...mas a burra em preservá-lo e não representar os boletins de ocorrência foi ela. E olha onde ela está agora. (sujeito masculino, página da Revista Galileu. **#SerMulherNãoéCrime**)

COMENTÁRIO 27 – Vamos lá e pedimos proteção, o juiz acha que é exagero. Chama a pessoa lá pra dizer que não foi aceito, temos que aceitar. Só que nós sabemos que a pessoa é violenta capaz de matar sim. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 28 – Só quem passa por situações como essa sabe como é difícil...e sabe como a (in)justiça protege "os homens de bem das tradicionais hipocritas famílias brasileiras que tem status"... a sociopatia dos agressores deveria ser observada independente da classe social... mas a omissão coletiva é cúmplice da violência. **#naoqueremosmorrer** (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 29 – A gte vive num país onde vitimas vivem tendo que provar que foram vitimadas ! A policia redige boletins de ocorrência só p "constar"... só p dizer " vejam como somos bonzinhos, fazemos algo, até acatamos a denuncia". D U V I D O que alguma vez ao longo de todos esses anos e tantos boletins, alguma autoridade tenha feito diligência p averiguar a denuncia. (sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 30 E as mulheres que se utilizam de falsas denúncias de violência doméstica, para obter amparo da Lei Maria da Penha, que representam 10 x a quantidade de denúncias verdadeiras e ninguém faz nada. Isso também é crime. (sujeito masculino, página do Portal G1, **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 31 – Bom pelo que entendi ela fez registro em 2005 neste ano o filho ainda não tinha nascido? Ela denunciou por ele estar assistindo o jogo com o filho?Alguma vez ele agrediu o filho?Pq o laudo dos psicólogos dizem que ele não abusou do filho? Esse homem cometeu a maior loucura da vida foi horrível o que fez mas até onde todas as acusações são verdadeiras?Muito difícil saber o que realmente acontecia, uma alienação parental? (sujeito feminino, página do Portal G1, **chacina réveillon**)

COMENTÁRIO 32 – Infelizmente muitas mulheres se beneficiam da maria da penha para fazer o pai sofrer ...com isso quando provado em justiça está abrindo margem para não acreditar mais em qualquer ocorrência policial...quase todos processos de separação advogados induzem a mulher fazer isso...com certeza quem sabe não seja esse caso,mas a lei está cada vez mais cautelosa sobre isso e quem precisa não é atendido...pagam pelas mulheres que querem apenas se vingar...

(sujeito feminino, página do Portal G1, **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 33 – Infelizmente para o assassino de Campinas nada iria impedir. Na carta ele ironiza a Lei Maria da Penha chamando de Vadia da Penha. Então por mais que a Justiça se metesse e fizesse sua parte, esse monstro faria a mesma coisa.

(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do Réveillon**)

COMENTÁRIO 34 – O assassino avisou 6 vezes da sua capacidade e 6 vezes essa mulher não obteve proteção. Quantas são necessárias? O que há de inconsistente numa ameaça de morte para que ela não seja levada ao alarmante? São tempos de surdos.

(sujeito masculino, página do Portal G1. **Chacina do Réveillon**)

COMENTÁRIO 35 – Muito bom esse tema! Mesmo com a Lei Maria da Penha, os covardes continuam agredindo...

(sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 36 – Mais princesa à anos existem musicas assim e até muito piores mesmo que eu nunca vi ninguém denunciando, essa é a primeira vez que vejo alguém denunciando um artista de estupro pela musica e o primeiro que eu vejo ser prejudicado... Agora sobre apoiar eu não apoio ninguém apenas escuto funk por que gosto e não são todos os artistas do ramo que canta funk putaria.

(sujeito masculino, perfil **Yasmim Formiga** no Facebook)

COMENTÁRIO 37 – Vocês estão problematizando com a “surubinha de leve” porque é funk, mas vamos falar sobre “grandes artistas Brasileiros” que foram machistas, incentivaram violência à mulher e racismo em suas letras????

Bezerra da Silva – Piranha: Eu só sei que a mulher que engana o homem / Merece ser presa na colônia / Orelha cortada, cabeça raspada / Carregando pedra pra tomar vergonha / Tá ouvindo, piranha?

Racionais – Mulheres vulgares: Pra ela, dinheiro é o mais importante / Seu jeito vulgar, suas ideias são repugnantes / É uma cretina que se mostra nua como objeto / É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo / No quarto, motel, ou tela de cinema / Ela é mais uma figura vil, obscena / Luta por um lugar ao sol / Fama e dinheiro com rei do futebol! (ah, ah!) / no qual quer se encontrar em um magnata / Que comande seus passos de terno e gravata.

Gabriel O Pensador – Loira Burra: À procura de carro, a procura de dinheiro / O luar dessas cadelas era mesmo num puteiro (...) Não eu não sou machista, exigente talvez / Mas eu quero mulheres inteligentes, não vocês (...) E pra você me entender, vou ser até mais direto / Loira burra, você não passa de mulher objeto / Existem mulheres que são uma beleza / mas quando abrem a boca, hum, que tristeza / (...) bundinha empinada pra mostrar que é bonita / e a cabeça parafinada pra ficar igual paqueta / Loira burra, loira burra, loira burra, loira burra / À procura de carro, à procura de dinheiro /

Péricles – Se eu largar o freio: a pia tá cheia de louça / O banheiro parece que é de botequim / A roupa toda amarrotada / E você nem parece que gosta de mim / A casa tá desarrumada / E nem uma vassoura tu passa no chão / Meus dedos estão se colando / De tanta gordura que tem no fogão / Se eu largar o freio ? Você não vai me ver mais / Se eu largar o freio / Vai ver do que sou capaz / Se eu largar o freio / Vai dizer que sou ruim

Germano Mathias/Doca - Minha nega na janela: Eta nega, tu é feia / Que parece macaquinha / Olhei pra ela e disse / Vai já pra cozinha / Dei um murro nela / E joguei ela dentro da pia / Quem foi que disse que essa nega não cabia...

Marcelo Nova – Silvia: Todo homem que sabe o que quer / Pega o pau pra bater na mulher / Ô Silvia..."

Pesadas letras, não? Então... A letra do funk é certa? COM CERTEZA NÃO ASSIM COMO TODAS ESSAS MUSICAS É VERGONHOSO UM LIXO QUE DETONA MULHERES MAIS VI MUITOS POST DE: FUNK ISSO E AKILO, AKI ESTA A PROVA DE ASSIMO COMO ELE TEM ARTISTAS QUE SÃO ICONES BRASILEIROS QUE FAZ A MESMA BOSTA Mas vamos deixar de sermos hipócritas né?

(sujeito feminino, página da **Yasmim Formiga**, no Facebook)

COMENTÁRIO 38 – Ela faz parte de uma minoria q usa o face p dizer a verdade, ser mãe é uma das melhores coisas realmente não e fácil, é que a hipocrisia das pessoas não deixa q elas digam a verdade, ficam postando fotos felizes o tempo todo com se fosse comercial de margarina, e todo mundo sabe q a vida não e assim. (sujeito feminino, perfil de Juliana Reis. **Desafio da Maternidade**)

COMENTÁRIO 39 – Ela é louca!!!! Não perco meu tempo discutindo sobre isso... ser mãe é uma dádiva vinda de Deus! ❤️ (sujeito feminino, perfil de Juliana Reis. **Desafio da Maternidade**)

COMENTÁRIO 40 – Eu odeio ver homens andando sem camisa ou com aquelas camisas abertas dentro do ônibus, acho antiético, imagina se VC vai em uma instituição tipo em um advogado e ele ta de bermuda e com a camisa aberta, VC levaria a sério esse profissional? Ah por favor como diz a minha mãe: cada coisa na sua coisa! A ocasião faz a vestimenta. (sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 41 – (...) Mas aprendi uma coisa bem básica com a minha mãe, temos roupas e roupas, por exemplo, eu não posso ir trabalhar com a saia que eu vou para a balada, ou com decote até o umbigo. Imagina tu encontrar o teu chefe no meio do corredor com um decote até o umbigo? Bom senso às vezes é necessário. (sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 42 – Palhaçada!!! Vão estudar..., ajudar nas tarefas de casa... Onde estão as mães dessas meninas, hein??? Não se põe mais limites nos filhos, éh?!?! Aff!!! Não sabem nem redigir uma redação, mas sabem fazer o tal "quadrado de oito". (sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 43 – Tanta gente morrendo por violência, saúde, um caos total. E as riquinhas tendo chique! Cadê a Mãe? Deve tá na Lipo, ou no shopping, trabalhando muito.. (sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 44 – Penso q nós mulheres temos um papel importante na formação do caráter dos homens, e qndo vejos mulheres culpando ao outra por ter conhecido uma pessoa desprezível cmo essa, ou pela mãe proibir o pai de ver o fiho, como se justificasse a atitude, começo a entender a quantidade de machoes e homens sem caráter na sociedade. Mães, mulheres, tias, irmãs, q tipo de homens etamos colocando em nossa sociedade.. ao tentar compreender o incompreensível, q é a atitude desse homem, estmos apoiando o machismo e dificultando a ida de outras mulheres, q pode ser sua filha, irma, sobrinha.
(sujeito feminino, página do Portal G1. **Chacina do réveillon**)

COMENTÁRIO 45 – O q elas querem [REDAÇÃO] e mostra o rabinho, desculpe a palavra mais é bem isso mesmo, e depois q São violentadas aí querer exigir justiça, mas e ai há alguma justiça no q elas estão pedindo? eu digo q não é sim falta de vergonha na cara.
(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 46 – Nossa... Eu não li isso!!!! Aposto que ainda diz acreditar em Deus, aposto. Tu está falando de jovens menores de idade! Violência sexual é CRIME! A senhora está defendendo estropadores, isso mesmo??? Tomara que tu não tenha filhos ou filhas!
(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 47 – Na mesma semana que profbem a pílula colocam esse tema na redação?
(sujeito masculino, página do G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 48 – Feminazis mirins... que beleza! Se achando as gostosonas porque não querem respeitar as regras. Simples, queridinhas... Não vao pra escola, fiquem na rua bebendo, fumando e transando nos becos, engravidem de um vagabundo e depois abortem, afinal o corpo é de vocês.
(sujeito masculino, página do G1. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 49 – Minha filha estuda nesta escola e estou chocada com os comentários machistas!! Por isso o Brasil está desse jeito, com corruptos, roubos, os preços subindo e ninguém reclama de nada, nada mesmo...A questão é: As meninas estão fazendo uma reivindicação a respeito da maneira de se vestirem, não estão ainda em idade de trabalhar, mas graças a Deus estão mostrando o seu ponto de vista, indo atrás do que pensam e lutando por isso, a maneira como elas se vestem não vai definir o caráter, assim como as suas opções sexuais ou a cor da pele de cada uma...e a minha filha não é nenhuma sem vergonha, pois ajuda sim nos afazeres domésticos, a maldade está na cabeça de quem vê uma menina de short e pensa besteira. Tenho dois filhos homens e sempre ensinei que eles deveriam respeitar as meninas...sempre!!! Pode ser pequena a reivindicação delas hoje, mas são seres pensantes e críticos... O colégio deveria se orgulhar!!!
(sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 50 – Se fosse minha filha protestando, querendo ir pra escola de bunda de fora, ia levar uma surra de cinta bem dada, no dia seguinte ia pra escola de burka e garanto que nunca mais usava shortinho. Bando de gurias mimadas, vão estudar isso sim.
(sujeito feminino, página do Zero Hora. **#VaiTerShortinho**)

COMENTÁRIO 51 – Apoio as mulheres na luta contra os abusos sexuais e estupro, e, principalmente, apoio os shorts mas se trata de respeito, escola é um lugar de educação, de cordialidade. O que aconteceria se os homens andassem com a bunda quase de fora? (sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 52 – Vão ajudar a mãe de vocês a limpar a casa de vocês!
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 53 – vão criar vergonha na cara!!! Ajudar a mãe cuida dos irmãos ninguém quer, lava a louça antes de dormi não dá, querem ser respeitadas? Se dêem ao respeito....
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 54 – Isso que dá quando a mãe não põe de novinha pra lavar a louça...
(sujeito feminino, Página ZH, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 55 – MIMIMI... Na minha época, minha mãe tinha tanque de roupa para lavar... tinha que cozinhar, passar, limpar casa... acho que sobra muito tempo pra essa gente ficar cuidando da vida alheia.
(sujeito feminino, Página ZH, #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 56 – Que idiotice esse tema. Se as mulheres, em parte, n se dão ao valor e pq a sociedade daria? Essa sociedade feminista está ficando nojenta.
(sujeito masculino, pagina do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 57 – (*O tema da redação*) devia ser “A falta de habilidade em lavar louças e o excesso de mimimi das molieres brasileiras.
(sujeito masculino, página do G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 58 – Já pensou se todo mundo resolvesse trabalhar pelado? Dress code... cada roupa para uma ocasião. A escola não é baile funk.
(sujeito masculino, página Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 59 – Eu escolhi ficar em casa, criar três filhos e seguir o pedido do meu marido, não trabalhar. Eu fiz a escolha certa, meus filhos estão criados e meu casamento muito bem... até os parentes não respeitam a escolha das pessoa.
(sujeito feminino, página do Zero hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 60 – Os homens preferem as recatadas e caladas do lar, pois têm medo de mulher de verdade, aquela que acorda cedo, trabalha, cuida dos filhos, trás o sustento por seu lar, estuda..Jà provamos que somos muito melhores em tudo, somos multifuncionais
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 61 – Ótimo tema, precisa ser esgotado até entrar na cabeça e na alma das criaturas que a mulher, assim como todo ser humano merece respeito...
(sujeito masculino, portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 62 – Foi-se o tempo em que as mulheres desde jovens eram predestinadas ao casamento, viviam uma vida por obrigação. Meninas mulheres do presente, lutem pelo que acreditam, estudem e tenham uma base sólida para os seus protestos. E bem vindas à vida. Façam muito mimimi (como são intitulados os que protestam no Brasil hoje).
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 63 – Que tipo de direitos iguais as mulheres buscam afinal? Pq nunca vi um homem andar de pau de fora...
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 64 – A galera que quer saber do uso de shorts por meninos, aonde vocês frequentam os meninos andam com a polpa da bunda de fora como as meninas? Pq nos lugares em q eu frequento os shorts deles não mostra o corpo.
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 65 – Curso engenharia elétrica e na minha turma, que tem aproximadamente 25 alunos, 2 são mulheres. É engraçado quando algum projeto exige algum esforço físico, ou nem isso, quando algum projeto pode para que se monte algum circuito, a dificuldade das meninas é gritante. A ponto de não conseguir sem a ajuda de um "machista"... Quero ver o feminismo mudar isso!
(sujeito masculino, página do G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 66 – Enfim... Se não houvesse dificuldade por parte das mulheres, com certeza a quantidade de homens e mulheres seria equilibrada num curso de exatas. Não adianta mostrar algo para um cego que não quer enxergar, então encerro por aqui minha participação na discussão. Se quiserem mudar isso, façam cursos de exatas, feministas!
(sujeito masculino, página do G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 67 – É um colégio católico, há regras. Tem que ter respeito. Quando o colégio pede conduta na vestimenta, é justamente para educar as alunas para não se tornarem objetos aos olhares dos outros colegas
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 68 – Bah que droga isso. E tem pai que paga para seus filhos estudarem em uma instituição sem disciplina com o uso de seu dresscode . há roupas permitidas e pronto, não é o aluno que decide e sim a instituição e o pai e mãe que paga. Até parece que tu escolhe a roupa que tem que usar em uma empresa séria.
(sujeito masculino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 69 – To começando a ficar saudosista. Acho que na minha época de ensino era melhor. Calça jeans azul, camiseta branca, levantavamos em respeito à professora quando ela entrava, pedíamos licença para ir ao banheiro, erguíamos a mão para falar...
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 70 – Como um outro colega comentou agora pouco. "O lugar onde a maioria delas vão trabalhar, não vai precisar de roupas." E é verdade.
(sujeito feminino, página do Portal G1, #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 71 – Reprovo veementemente qualquer tipo de violência, principalmente, contra as mulheres, mas tem muitas mulheres que provocam a situação e nesse caso a corda quebra sempre do lado mais fraco.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 72 – Coitada da mulher, dá o maior mole, nem conhece o fulano, ma devido á modernidade dos tempos logo já ta na cama, depois apanha e nem sabe porque

(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 73 – Aí chega o final de semana e vão tudo pro baile funk serem “respeitadas” na mão dos vagabundos.

(sujeito masculino, página do Portal G1. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 74 – Pra ser respeitada tem que se dar o respeito vestida que nem uma vagabunda quer respeito deixa de ser burra.

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 75 – Os meninos devem respeitar mesmo, mas muitas dessas meninas andam com umas roupas como se fossem mulheres da vida. Roupas não define caráter, mas caráter define roupa. O que precisam, é ensinar essas meninas a se valorizarem e parar com essas coisas de vagabas! Se nem elas se dão o respeito, como esperam que os meninos façam isso?

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 76 – Se andasse de bunda de fora e dando para todos... daí tá normal. Feministas, argh!!! 100% família.

(sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 77 – Que mal tem uma moça linda de 20 aninhos casar com um senhor de 63 anos, que foi seu primeiro namorado (condição de ambos na época do casório)? Que mal tem em largar tudo e viver recatadamente ao lado deste ancião este amor tão verdadeiro? Esta mulher é uma primeira dama padrão que o Brasil precisa, não trabalha, vive se embonecando, as custas do marido, usa roupas dignas de princesa é educada, elegane, não fala, jovem, bonita... quase uma princesa, né? Que mal tem? Que povo implicante... Parece até conto da Disney... uma princesa... quem sabe voltamos a Monarquia para combinar? Ah... não dá.. príncipe dela é muito feio...

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 78 – Leiam a reportagem. O pai da bela a leva em uma festa para conhecer o Temer que pode “alavancar” sua carreira de modelo. Depois em me dizer que é este o exemplo de mulher que devemos ser

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 79 – Acho muito legal esse movimento, porém numa instituição de ensino privado existem regras, se a instituição diz que é obrigatório o uso do uniforme, tem que obedecer, talvez, se o colégio fizer um short para o uniforme belez, mas não tem não adianta (...)

(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 80 – não existe mais respeito nem limites para essa geração. Andam de microsaia,, sentam com pernas abertas, sérios (não serão seios??) pulando da blusa em qualquer lugar. É o fim!!! Escola o foco tem que ser o aprendizado e não a sensualidade.
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 81 – Feminazis mirins... Que beleza! Se achando as gostosonas porque não querem respeitar as regras. Simples queridinhas...Não vão para a escola, fiquem na rua, bebendo, fumando e transando nos becos, engravidem de um vagabundo e depois aborte, afinal, o corpo é de vocês.
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 82 – Isso é o cúmulo da chinelagem. Assim vocês meninas se desmoralizam muito (...) coloquem uma roupinha mais comportada. Os meninos já andam até com nojo dessa exposição toda.
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 83 – Mamães, queridas, ensinem VALORES para suas filhas. Esse protesto é muito ridículo, pelo visto POLÍTICO.
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #VaiTerShortinho)

COMENTÁRIO 84 – q idiotice esse tema. se as mulheres, em parte, n se dão ao valor e pq a sociedade daria?? Essa sociedade feminista tá ficando nojenta.
(sujeito feminino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 85 – Mulheres vem aqui enaltecer o tema da redação do enem, mas na balada se amarra no WESLEY SAFADÃO... VAI ENTENDER!
(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 86 – o tema deveria ser sobre a evolução da sem vergonhice feminina por meio dos aparatos tecnológicos. sobre isso ninguém quer falar.
(sujeito masculino, página do Portal G1. #EnemFeminista)

COMENTÁRIO 87 – A mulher deve ser o que ela quiser, até aquela coisa nojenta com suvaco cabeludo, que sai pelada na rua gritando baboseira e se masturba com crucifixos...só não esperem que alguém bonito, reservado, trabalhador e do lar sinta interesse...
(sujeito feminino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 88 – ele na certa não quis continuar e ela agora dando uma de gostosa. Eu sou mulher e se isso aconteceu não foi à força porque senão ela teria ido dar uma queixa dele.
(sujeito feminino, página do Portal G1. #MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 89 – Concordo. ..Não estou apoiando o que ele fez mais só não entendo porque só agora?? Porque se ele vinha tratando ela com desrespeito e só agora se pronunciar...Será que já não tinha reclamado e só agora veio a tona para poder não perder audiência já que estava com uma novela se sucesso no ar...Será que esperaram acabar para falar..ou será que agora que acabou tudo ela falou do que aconteceu porque acabou e ele não ia mais provoca lá...Bom não entendi nada..vai saber né
(sujeito feminino, página do Portal G1. #MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 90 – Ninguém fala das inúmeras atrizes que tiveram que ir pra cama com algum diretor pra conseguir um papel numa novela.isso ninguém Lembra.Será que a coisa foi mesmo como ELA diz? Um ator do calibre do José Mayer ia arriscar uma carreira por uma "passada de mao"?

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 91 – Deu esse bafafa porque o José Mayer é atualmente um galã uva passa, só conquista tiazinha acima de 40 no mínimo, não deve fazer o tipo da figurinista. ..queria ver se a figurinista não cairia nas gracinhas de por exemplo um Rodrigo Hilbert, mais novo...É aquele ditado, José Mayer estava jogando o verde pra ver se colhia maduro e se deu mal

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 92 – Se ela quisesse mesmo ser levada a sério, n precisava desse alarde todo, no dia sim, mas n dessa forma, qual é a mulher q denuncia algo sim dias depois fazendo entrevista p jornal? A famosa política do pão e circo, ambos estão errados,

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 93 – O assédio não tem profissão, não tem idade, não tem grau de instrução ou classe social..., porém urge que pensemos o quão rápido, mulheres assediadas por homens popularmente famosos, voltam atrás na decisão de expor a violência. Não é o homem A ou B , mas sim a violência masculina em forma de abuso. Sabemos que é apenas medo do que virá... Segue o jogo e, mais uma vez, perdemos todas!

(sujeito feminino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 94 – Na vdd acredito msm que ela tenho levado uma prensa. Ela se mostrou muito corajosa ao enfrentar um artista tão influente quanto o Ze Mayer e a própria Globo... Certamente o recuo dela , teve motivação.

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 95 – Pra mim fica bem nítida a impressão de que a moça está (com toda razão) constrangida, humilhada, ofendida e talvez até mesmo, deprimida. Ter de passar por uma situação dessas, ter sua vida devastada não foi, obviamente, algo fácil. Suas relações de trabalho não devem estar das melhores, suas relações familiares, mais uma vez, obviamente, estão complicadas também, com toda essa exposição. O máximo que posso desejar a essa moça é que tenha força, e que tenha alguém ao lado dela apoiando, não aquele apoio de redes sociais, mas aquele apoio humano, sensível e amável; que logo mais ela se sinta segura pra formalizar a denúncia. Enquanto isso, bem, julgá-la é que não vou, só posso me solidarizar com toda essa situação vivida por ela.

(sujeito masculino, página do Portal G1.
#MexeuComUmaMexeuComTodas)

COMENTÁRIO 96 – com empregada e um marido rico é fácil ser bela, rica e recatada. Queria ver ser bela e recatada pegando ônibus lotado, chegar em casa, lavar cozinhar e cuidar dos filhos. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 97 – 43 anos mais velho que ela, recatada porque ele paga suas contas, suas viagens, seus vestidos, sapatos, seus restaurantes, seus cremes, perfumes, a lista é grande. É óbvio que ela está com um velho asqueroso com quase 80 anos apenas porque ele é rico. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 98 – A maioria reclama do patriarcado mas nunca trabalhou, vive às custas do pai, sempre ganhou o que quis. (sujeito masculino, página do Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 99 – Não tenho preconceito com nenhuma forma de amor, mas chamar de recatada uma menina de 19 anos que vai até o gabinete deixar recados, correr atrás, e fazer de tudo para se relacionar com um senhor de 63 anos. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIOS 100 – Eu acho que tudo é recalque dessas sovacos cabeludos por não terem a chance de serem do lar e tao pouco de serem amadas, daí ficam inventando mimimi para o recalque delas. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 101 – Mulher pode ser o que quiser, menos bela, recatada e do lar. Essas feministas são umas comédias. (sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 102 – Os homens preferem as recatadas e caladas do lar, pois têm medo de mulher de verdade, aquela que acorda cedo, trabalha, cuida dos filhos, tras o sustento para o lar... (sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 103 – Excelente matéria. Valorizou uma mulher que vive á sombra do seu marido e ofendeu toda as mulheres que não são exatamente belas, recatadas e precisam trabalhar, quem sabe até para sustentar os filhos. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 104 Não entendo a polêmica. A alguns dias Zero Hora fez uma reportagem sobre o feminismo e daí estava tudo certo. São formas diferentes de ver e viver a vida onde todos devem estar certos. Cada um tem sua verdade. (sujeito masculino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 105 Engraçado que todo mundo adora abrir o bocado pra falar que mulher pode ser e fazer o que quiser. Mas só se ela quiser estudar, trabalhar, ter um segundo, terceiro turno, fazer doutorado, dar palestra, fazer convenções internacionais. Se ela quiser ser dona de casa (ou ficar em casa que seja), tier condições de ser patricinha ou algo que fuja do padrão modernoide esperado, aí já não tem direito. Não seria o caso de cada um cuidar da sua vida, da sua casa e das suas ocupações? (ou da falta delas?) Começo a concordar com a Anatel. É muita gente com internet ilimitada para cuidar da vida alheia. (sujeito feminino, página do Jornal Zero Hora. #belarecatadaedolar)

COMENTÁRIO 106 – Quero ver os machistas agora escrevendo na folha de redação que feminismo é falta de rola... que estupro só acontece porque a mulher estava pedindo ou estava de shortinho... Machistas não passarão... literalmente!
(sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 107 – Essa aparada de feminismo tá enchendo o saco... é fato que existe muita violência contra a mulher, agora ficar latindo dizendo que machistas vão se dar mal na prova... aff dá um tempo feministas alienadas, vocês querem acabar com os homens do planeta?
(sujeito feminino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)

COMENTÁRIO 108 – Vejo homens incomodados com o tema da redação
(sujeito masculino, página do Portal G1. **#EnemFeminista**)